

Lucas Gama Lima  
Leônidas de Santana Marques  
(Org.)



# SEMIÁRIDO BRASILEIRO

terra, território, trabalho e educação

Lucas Gama Lima  
Leônidas de Santana Marques  
(Org.)

# SEMIÁRIDO BRASILEIRO

terra, território, trabalho e educação

 **Edufal**  
Editora da Universidade Federal de Alagoas

Maceió, 2021





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**Reitor**

Josealdo Tonholo

**Vice-reitora**

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

**Diretor da Edufal**

José Ivamilson Silva Barbalho

**Coordenação editorial**

Fernanda Lins

**Conselho Editorial Edufal**

José Ivamilson Silva Barbalho (Presidente)

Fernanda Lins de Lima (Secretária)

Adriana Nunes de Souza

Bruno Cesar Cavalcanti

Cícero Pércles de Oliveira Carvalho

Elaine Cristina Pimentel Costa

Gauss Silvestre Andrade Lima

Maria Helena Mendes Lessa

João Xavier de Araújo Junior

Jorge Eduardo de Oliveira

Maria Alice Araújo Oliveira

Maria Amélia Jundurian Corá

Michelle Reis de Macedo

Rachel Rocha de Almeida Barros

Thiago Trindade Matias

Walter Matias Lima

**Projeto gráfico** Lince Editorial

**Diagramação:** Lince Editorial

**Imagens da Capa:** Lucas Gama Lima e Flávio dos Santos

**Revisão ortográfica e Normalização (ABNT):** Fátima Caroline Pereira de Almeida Ribeiro

**Catálogo na fonte**

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 - 1767

S471      Semiárido brasileiro [recurso eletrônico] : terra, território, trabalho e educação / Lucas Gama Lima, Leônidas de Santana Marques, [organizadores]. – Maceió, AL : EDUFAL, 2021.  
223 p. : il.

*E-book.*

Bibliografias: f. 95-119.

ISBN 978-65-5624-090-9

1. Semiárido - Brasil. 2. Reforma agrária. 3. Plantas transgênicas.  
4. Sementes. 5. Territorialidade humana. 6. Indígenas. 7. Educação no campo. I. Lima, Lucas Gama. II. Marques, Leônidas de Santana.

CDU: 911.3

Editora afiliada

A conquista do Grande Sertão foi a conquista do semiárido nordestino feita com currais de boi e vaqueiros tangedores. Uma conquista admirável, mas cruel. E aonde chegavam os currais de boi, logo chegavam os padres dos colégios ou lugares de conversão, onde infantilizavam os índios para domá-los à vontade do cristianismo contrarreformado. E desse modo a conquista do semiárido sertanejo foi, a seu tempo, a conquista do espaço das savanas herbáceas, a ocupação colonial dos campos de coleta e caça dos índios tapuia-kariri, e a cristianização forçada de manadas de índios catecúmenos.

(Dirceu Lindoso, em *O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso*)

## AGRADECIMENTOS

**A**os camponeses, indígenas, quilombolas e ao conjunto da classe trabalhadora, que, cotidianamente, fazem pulsar o semiárido brasileiro.

Aos autores, integrantes e parceiros do Obelutte/Gepar, pelo esmero na elaboração de seus textos.

À Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal), pelo suporte técnico e pela oportunidade concedida de divulgação desta singela contribuição aos estudos acerca do Semiárido.

# SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>9</b>
--------------------------	----------

<b>Prefácio .....</b>	<b>11</b>
<i>Christiane Senhorinha Soares Campos</i>	

## PARTE 1

### **Estrutura fundiária, luta pela terra e mobilidade espacial do trabalho**

<b>1- Mobilidade espacial do trabalho no Sertão de Alagoas .....</b>	<b>18</b>
<i>Lucas Gama Lima</i>	
<i>Maria Geane de Araújo</i>	
<i>Natália Santos</i>	

<b>2 - Eis a necessidade da reforma agrária no Brasil: concentração fundiária, minifúndio e latifúndio no Semiárido alagoano .....</b>	<b>33</b>
<i>Claudemir Martins Cosme</i>	

<b>3 - A política agrícola comum europeia e sua influência no polo Juazeiro/Petrolina – Brasil .....</b>	<b>56</b>
<i>Raimunda Áurea Dias de Sousa</i>	

<b>4- Acesso ao território: autonomia e resistência na construção do assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo, em Sergipe .....</b>	<b>76</b>
<i>Auceia Matos Dourado</i>	

<b>5 - Contradições no espaço agrário do Semiárido baiano: as especificidades da questão agrária da microrregião de Paulo Afonso-BA .....</b>	<b>90</b>
<i>Rodrigo Gomes de Santana</i>	

## PARTE 2

### **Sementes crioulas, transgênicos e agrotóxicos**

<b>6 - Bancos Comunitários de Sementes: materialidade da luta camponesa em defesa das sementes crioulas no contexto do Semiárido alagoano .....</b>	<b>106</b>
<i>Flávio dos Santos</i>	



**7- A expansão do uso de agrotóxicos no Semiárido alagoano .....116**  
*Karla Christiane Ribeiro Tanan*

**8 - A ofensiva do capital por meio dos agrotóxicos e do agronegócio no Brasil: o veneno e seus impactos socioambientais no Semiárido de Alagoas ..... 126**  
*Anderson Ribeiro Miranda*  
*Érica Franciele da Silva Lima*  
*Jefferson Araújo Nascimento*  
*José Rodolfo da Silva Santos*

**9 - Sementes da resistência: tradição e identidade dos povos tradicionais no Sertão de Alagoas .....137**  
*Alice Oliveira da Silva*  
*Paula Daniela de Souza*  
*Amanda da Silva de Oliveira*  
*Clélia dos Santos Melo*

### **PARTE 3**

#### **Território e territorialidades: povos indígenas, infância e cultura**

**10 - Território e identidade: resistência e luta dos povos indígenas do Sertão de Alagoas .....149**  
*Camila Rodrigues da Cruz*  
*Dheny Lacerda de Andrade*  
*Eduardo Neório Lima*  
*Eliane dos Santos da Silva*  
*Érica Franciele da Silva Lima*

**11 - A disputa por território na perspectiva das crianças indígenas Kalankó: um relato de pesquisa de campo no Sertão de Alagoas..... 159**  
*Suzana Santos Libardi*  
*Leonardo Barros Soares*  
*Alana Gabriela Barros Doia da Silva*

**12 - O viver e o pertencer à comunidade Alto dos Coelhos, em Água Branca/AL...184**  
*Patrícia Quirino Rocha*  
*Angela Fagna Gomes de Souza*

**PARTE 4**  
**Educação e escolas do/no campo**

- 13 - Por que defender as escolas (ainda que somente) no campo? Uma crítica a partir do Sertão alagoano..... 197**  
*Leônidas de Santana Marques*
- 14 - Educação do/no Campo: uma análise das escolas no Espaço Agrário de Água Branca/AL.....208**  
*Emerson Rodrigues Bezerra*  
*Franciele dos Santos Fausto*  
*Ricardo Santos de Almeida*
- 15 - Os desafios da Educação do/no Campo no assentamento de reforma agrária Maria Bonita, em Delmiro Gouveia/AL, Brasil..... 215**  
*Jéssica Lima Barbosa*  
*Ricardo Santos de Almeida*

## APRESENTAÇÃO

O presente livro marca os três anos do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (Obelutte) e reúne textos de seus integrantes e convidados. O Obelutte é uma linha de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar/CNPq) e vem se notabilizando por fomentar discussões de temáticas variadas sobre o campo brasileiro, pelo levantamento e sistematização de dados e informações sobre o Semiárido alagoano e pela regular produção acadêmica de artigos e trabalhos científicos.

Desde abril de 2014, o Gepar tem articulado ações de ensino, pesquisa e extensão no Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tendo como aspecto estruturante atividades acadêmicas que estejam diretamente conectadas com a realidade regional do Semiárido brasileiro, com enfoque em quatro Estados: Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. A partir de julho de 2017, o Obelutte é criado no interior do Gepar. Com este observatório, nossos olhos se voltam de modo mais detido para a geografia agrária do Semiárido, marcada pela desigual estrutura fundiária, pela luta de povos, comunidades e movimentos sociais e pelos intensos conflitos por terra e território.

Como forma de dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas pelo grupo, bem como estabelecer diálogos com pesquisadores nacionais e movimentos sociais, o Obelutte vem realizando seus seminários, que já contam com duas edições: 2018 e 2019. Também neste período, o observatório teve projetos de pesquisa e extensão aprovados, contando, hoje, com densa rede de investigação que congrega os mais diferentes povos tradicionais e movimentos sociais do Semiárido brasileiro: povos indígenas, comunidades quilombolas, movimentos camponeses e de luta pela terra e pescadores. Uma ampla gama de organizações e entidades tem tido espaço na produção crítica de conhecimento realizada pelo Obelutte em seus três anos de existência. E este livro é apenas um retrato de toda a contribuição que ainda tem muito a oferecer para a construção da Geografia no Brasil.

Os textos disponibilizados provêm de estudantes, egressos e professores da UFAL, discentes de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade de São Paulo (USP), além de contar com as contribuições de docentes da Universidade de Pernambuco (UPE), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

O recorte espacial do livro é o Semiárido brasileiro, onde reside a maioria dos autores e onde se encontra o Campus do Sertão da UFAL, sede do Obelutte/Gepar. Compreende-se

que o Semiárido brasileiro – uma área que abarca 1.189 municípios em 10 Estados da Federação e onde se encontra, aproximadamente, 15% da população do País – está assentado em uma complexa e contraditória realidade, marcada pelo opróbrio da desigualdade e por férteis manifestações de organização e resistência popular, exigindo um tenaz esforço reflexivo de quem se propõe a decodificá-lo. Os textos seguintes, portanto, levam a cabo esse desafio.

Quatro partes estruturam a publicação, contemplando temas candentes do Semiárido brasileiro: 1- Estrutura fundiária, luta pela terra e mobilidade espacial do trabalho; 2- Sementes crioulas, transgênicos e agrotóxicos; 3- Território e territorialidades: povos indígenas, infância e cultura; 4- Educação e escolas do/no campo.

Convidamos à leitura dos capítulos, cuidadosamente selecionados para contribuir de modo decisivo na construção de um conhecimento universitário revolucionariamente popular.

Delmiro Gouveia, janeiro de 2021.

*Lucas Gama Lima*  
*Leônidas de Santana Marques*



## PREFÁCIO<sup>1</sup>

[...] ninguém sabe de si ou realmente responde à pergunta “quem sou eu?”, se não souber “onde está”. A consciência geográfica passa por entender esta determinação geográfica da existência. E o *onde* só é identificável diante do *quando*, ou seja, o onde em um dado *momento*. [...] Quanto aos sujeitos, apreendem isso mediante a possibilidade do entendimento dado pelas noções de espaço e tempo. Onde estão as coisas e por que elas estão lá? Por que estou aqui, e não ali? A consciência se forma, o mapa pode ser criado e por este motivo se ensina geografia – a educação da consciência geográfica. (MARTINS, 2016, p. 65)<sup>2</sup>.

**É** esta consciência geográfica, fundada na análise das condições de existência, que salta aos olhos quando se percorrem as páginas do livro *Semiárido brasileiro: terra, território, trabalho e educação*, organizado pelos professores Lucas Gama Lima e Leônidas de Santana Marques. Os textos mostram que os docentes sabem e estão conseguindo ensinar aos estudantes onde estão. Também evidenciam que todos conhecem os condicionantes históricos e as contradições latentes na dinâmica agrária dessa região, marcada por uma elevada densidade de comunidades camponesas, indígenas e quilombolas.

Os povos e as comunidades tradicionais estabelecem uma relação sociedade-natureza que vai na contramão da lógica de acumulação do agronegócio, que também se expande no Semiárido, perpetuando desigualdades e produzindo rebatimentos em múltiplas escalas. É este movimento contraditório que se expressa na produção do espaço, nas distintas territorialidades e, sobretudo, no processo de luta por terra e território nesta região do Nordeste brasileiro que chega a nossas mãos nesta coletânea de artigos.

O livro é uma iniciativa do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (Obelutte) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar), ao qual o observatório vincula-se. Portanto, é fruto de um trabalho multi e interdisciplinar, que vem sendo desenvolvido por docentes e discentes do Campus do Sertão da UFAL. Essa composição plural destes espaços reflete-se nos textos. Não há uniformidade de perspectivas teórico-metodológicas nos artigos, pelo contrário, há uma pluralidade de abordagens.

<sup>1</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021-prefacio\_11-16

<sup>2</sup> Trecho do artigo “O pensamento geográfico é geografia em movimento?”, do professor Elvio Rodrigues Martins, publicado na revista *GEOgrafia*, UFF, Niterói, v. 18, n. 37, 2016, p. 61-79. A concordância com esta parte do texto não implica a aceitação da abordagem epistemológica exposta pelo autor no referido artigo.

Além do recorte espacial do Semiárido, dois elementos possibilitam uma unidade aos textos que compõem o livro. O primeiro é a perspectiva crítica de análise, que nega a neutralidade científica. Os autores posicionam-se ao darem voz aos sujeitos das comunidades tradicionais, adultos e crianças, ao exporem os processos de destruição da natureza engendrados pelo avanço do capital no campo, através de múltiplas formas de apropriação da terra, da água e das sementes. Explicitam os elementos de permanência de uma formação socioespacial alicerçada em múltiplas desigualdades que se expressam na estrutura fundiária, na mobilidade do trabalho, nas condições das escolas no campo.

O outro elemento estruturante de todos os textos é o trabalho de campo. Conforme Suertegaray (2002, p. 66)<sup>3</sup>, a pesquisa de campo

[...] constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O trabalho de campo que aparece nos artigos reflete esse engajamento dos autores nos processos socioespaciais que analisam. Evidentemente que, como nos chama atenção a própria Suertegaray (2002, p. 66), “[...] vemos o campo pelo olhar do método”. Portanto, o que os autores apreendem deste processo de inserção na realidade social pesquisada é condicionado pelo caminho metodológico, tanto no que tange ao percurso teórico quanto empírico.

Merece destaque também o fato de que muitos textos utilizam a cartografia para situar o leitor no recorte espacial analisado, o que resulta, em nosso entendimento, em uma forma pertinente de estudar o fenômeno, à medida que articula a abordagem teórica crítica com os princípios que sintetizam a análise geográfica: localização, distribuição, distância, densidade e escala.

A maior parte dos textos resulta de pesquisas desenvolvidas no fecundo espaço de produção de conhecimento que se construiu no Campus do Sertão da UFAL, integrando docentes e discentes de licenciatura em Geografia, mas também dos cursos de Pedagogia e História. O campus é sediado em Delmiro Gouveia, município alagoano que faz divisa com os Estados de Bahia, Pernambuco e Sergipe. E essa posição geográfica privilegiada possibilitou o diálogo com pesquisadores no Semiárido destes Estados circunvizinhos, de modo que o livro traz um mosaico de processos socioespaciais, estudados em

<sup>3</sup> SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. *GEOgraphia*, Niterói, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

distintos lugares, buscando, na maioria dos casos, explicitar aspectos relevantes do desenvolvimento desigual do capital, na perspectiva sintetizada por Smith (1988)<sup>4</sup>, que evidencia a atualidade da questão agrária no Semiárido.

O livro é formado por 15 artigos distribuídos em quatro partes, que busco sintetizar na sequência. A primeira parte discute temas clássicos da Geografia Agrária. No texto que abre a coletânea, Lucas Gama Lima, professor da UFAL, em parceria com Maria Geane de Araújo e Natália Santos, graduandas em Geografia no Campus do Sertão, analisam a mobilidade espacial do trabalho no Alto Sertão de Alagoas. A partir do aporte teórico marxista articulado com um rigoroso levantamento de dados e pesquisa de campo, os autores apontam os motivos para a intensa mobilidade do trabalho na região. Entre outras contribuições, a pesquisa traz à tona o fato de o Sertão alagoano ser um importante polo de “exportação” de trabalhadores que acabam sujeitos a condições análogas à escravidão em diferentes Unidades da Federação.

O segundo texto é de autoria de Claudemir Martins Cosme, professor do IFAL. A partir da análise dos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017), em uma perspectiva multiescalar, o autor evidencia a perpetuação de uma estrutura fundiária concentrada no País. No Semiárido, o último censo constata que “os estabelecimentos com menos de 100 hectares correspondem a mais de 90% dos estabelecimentos rurais, no entanto, ocupam menos de 30% da área”. Diante deste quadro, em que, simultaneamente, identificam-se a concentração e a fragmentação fundiária, o autor explicita a necessidade da reforma agrária.

A autora do terceiro texto é Raimunda Áurea Dias de Souza, docente da UPE, que sintetiza, no artigo, parte da pesquisa de sua tese de livre-docência. O texto, intitulado “A política comum europeia e sua influência no polo Juazeiro/Petrolina/Brasil”, consiste em uma crítica ao desenvolvimento do agronegócio, mostrando que, apesar do discurso da proteção à agricultura familiar, a comunidade europeia incentiva a agricultura empresarial na região, o que resulta na intensificação dos conflitos agrários dentro e fora dos perímetros irrigados.

No quarto texto desta parte, o leitor é convidado a mergulhar na história do assentamento Pedras Grandes, no município de Poço Redondo, no Alto Sertão sergipano. A autora é Auceia Matos Dourado, docente da UFAL, que partilha uma parte de sua pesquisa de doutorado, realizada no Ppgeo da UFS, sob a orientação da professora Maria Augusta Mundim Vargas. Por meio da pesquisa qualitativa e fundamentada na perspectiva da geografia cultural, a autora analisa a trajetória de luta pela terra das famílias assentadas na década de 1980, evidenciando as características específicas daquele processo, bem como os desafios que caracterizam a vida na comunidade na atualidade.

O último texto desta primeira parte é de Rodrigo Gomes Santana, egresso da UFAL. A partir de um denso debate teórico, articulado com o levantamento de dados secundários e primários, o autor mostra como a microrregião de Paulo Afonso, no Semiárido da Bahia, “é o

<sup>4</sup> Conforme o autor, “[...] o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital”. SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 16.

espelho da concentração de terras no Nordeste brasileiro”. O autor discute tanto a formação territorial do latifúndio quanto os mecanismos atuais que viabilizam a manutenção da estrutura fundiária, como a apropriação desigual das águas do rio São Francisco, que favorece, por exemplo, a expansão de uma modalidade do agronegócio, a aquicultura, por meio da produção de tilápias nos municípios dessa microrregião.

A segunda parte do livro inicia com o texto de Flávio dos Santos, que partilha com o leitor a geografia dos bancos de sementes crioulas cultivadas pelas comunidades camponesas no Semiárido de Alagoas com o nome de “sementes da resistência” e analisa o mercado de sementes e o papel do Estado na difusão das sementes do agronegócio (híbridas e transgênicas), em uma perspectiva multiescalar, destacando os rebatimentos desse processo para o campesinato. Flávio forjou-se como pesquisador no Campus do Sertão da UFAL, onde fez graduação em Geografia e participou ativamente do Obelutte e Gepar, envolvendo-se em projetos, sob a orientação do professor Lucas Gama. Este artigo foi construído a partir da dissertação de mestrado do autor, realizada no Ppgeo da UFS, e teve o privilégio de ser a orientadora.

O texto seguinte é de Karla Christiane Ribeiro Tanan, doutoranda em Geografia pela USP. Ela analisa a expansão do uso de agrotóxicos no Semiárido alagoano. Alicerçada sobretudo em dados de comercialização de agrotóxicos e de notificações de intoxicação nos municípios desta região, a autora corrobora a assertiva de Bombardi (2012)<sup>5</sup> de que o crescimento exponencial do “[...] consumo de agrotóxicos está conduzindo a população a uma epidemia silenciosa e violenta, envolvendo camponeses, trabalhadores e também a população urbana em geral [...]. E destaca que esta temática deve ser tratada tanto como uma questão de saúde pública quanto ambiental.

O tema dos agrotóxicos no Semiárido de Alagoas também é discutido no texto de quatro graduandos em Geografia na UFAL: Anderson Miranda, Érica Franciele Lima, Jefferson Nascimento e José Rodolfo Santos. A análise alicerça-se em uma recuperação histórica da Revolução Verde e, principalmente, na espacialização das notificações de intoxicações por agrotóxicos no Estado e na região. Merece destaque também o mapeamento das principais substâncias utilizadas no recorte espacial analisado e as informações sobre as principais consequências da intensificação do uso dos agrotóxicos, como o aumento dos casos de suicídio.

O último texto desta parte também discute o tema das sementes, mas destacando “a importância cultural das sementes crioulas como elemento de tradição e resistência das comunidades tradicionais do sertão alagoano”. As autoras são Alice Silva, Paula Daniele de Souza, Amanda Oliveira e Clélia Melo, graduandas da UFAL. O texto alicerça-se na revisão bibliográfica de um amplo leque de autores e em uma pesquisa qualitativa na aldeia do povo

<sup>5</sup> BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Direitos Humanos no Brasil, 2012. *Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://reporterbrasil.org.br/documentos/DH\\_relatorio\\_2012.pdf](https://reporterbrasil.org.br/documentos/DH_relatorio_2012.pdf)>.



Kalankó, no município de Água Branca-AL. Na análise, enfatizam o protagonismo das mulheres nesse processo de resistência ao se constituírem como guardiãs de sementes.

A terceira parte do livro tem como eixo teórico os conceitos de território e territorialidade e como sujeitos os povos indígenas do Semiárido de Alagoas. O primeiro texto desta parte é elaborado pelos seguintes graduandos em geografia da UFAL: Camila Cruz, Dheny Andrade, Eliane da Silva, Érica Franciele Lima e pelo mestrando da mesma instituição Eduardo Lima. O artigo debate a atualidade da questão indígena no Estado, sobretudo no Sertão, que concentra metade dos povos indígenas de Alagoas. Além de uma interessante recuperação da história dos povos indígenas da região, por meio de ampla pesquisa bibliográfica, os autores trazem informações sobre a distribuição espacial desses povos no Estado, bem como sobre a luta pelo reconhecimento de seus territórios e pela educação escolar indígena.

O segundo texto da terceira parte convida os leitores a conhecerem a perspectiva que crianças indígenas Kalankó têm da disputa por território no Sertão alagoano. O texto é de autoria da docente da UFAL Suzana Libardi, do docente da UFPA Leonardo Barros e da graduanda em História da UFAL Alana Gabriela da Silva. Considerando que grande parte da população indígena brasileira é constituída por crianças, e isso não é diferente nesta região de Alagoas, o artigo traz os resultados de uma pesquisa que buscou responder as seguintes questões: como as crianças vivenciam esse conflito em torno dos territórios indígenas em que habitam? Como significam, a partir dos seus recursos subjetivos, estas situações de tensão? Por meio de uma metodologia participante, o estudo de caso realizado em Água Branca-AL obtém interessantes respostas a essas indagações.

O município de Água Branca é também onde se localiza a comunidade camponesa que é analisada no texto seguinte. Patrícia Rocha, doutoranda no Ppgeo da UFS, e Angela Souza, docente de geografia da UFU, partilham os resultados de uma pesquisa que buscou compreender “o viver e o pertencer à comunidade Alto dos Coelhos”. A partir de uma abordagem da geografia cultural, as autoras fazem um debate sobre as comunidades tradicionais e tecem reflexões sobre as territorialidades dos moradores desta comunidade em particular, que tem como principais atividades econômicas a agricultura e a comercialização direta em feiras.

Na última parte, o eixo temático que articula os textos é a Educação. No primeiro artigo, Leônidas de Santana Marques, professor da UFAL, levanta uma questão que considero extremamente pertinente: por que defender as escolas (ainda que somente) no campo? O autor destaca o movimento “silencioso e, por isso, perigoso de sucateamento” das escolas rurais que leva ao fechamento das mesmas. A partir de um denso debate teórico, no qual enfatiza o papel da Educação associada à leitura ontológica do trabalho, discute alguns resultados do projeto de pesquisa Observatório das escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas, realizado entre 2016 e 2017.

Este mesmo projeto de pesquisa serve de base para o segundo texto desta parte, de autoria dos estudantes de Pedagogia da UFAL Emerson Bezerra e Franciele Fausto e do mestre

em Geografia Ricardo de Almeida. Em consonância com o debate da Educação do campo proposto, sobretudo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, os autores analisam as condições das escolas no espaço rural do município de Água Branca, no Alto Sertão alagoano. Em função do grande número de povoados, há uma elevada densidade de escolas rurais, mas a maioria funcionando em condições extremamente precárias no que tange à infraestrutura e ao processo pedagógico.

O texto que fecha a coletânea tem como escopo a análise dos desafios da Educação do/ no campo tendo como recorte espacial o assentamento de reforma agrária Maria Bonita em Delmiro Gouveia. O texto é de autoria de Jéssica Barbosa, graduada em Geografia pela UFAL e de Ricardo de Almeida, anteriormente apresentado. A história do assentamento é marcada por uma grande luta pela Educação, uma vez que a falta de escola na comunidade obriga as crianças a estudarem na cidade. A partir de uma consistente pesquisa de campo, os autores evidenciam as consequências da ausência da escola e de como este processo de luta cumpre uma função pedagógica na comunidade.

Para finalizar, destaco que é gratificante identificar, nos textos dos estudantes, que o processo de formação dos mesmos segue o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que deve caracterizar a atuação das universidades brasileiras, conforme está previsto no artigo 207 da Constituição de 1988. Isso é extremamente relevante, por se tratar de um processo de formação de professores em uma região com uma grande diversidade de povos e comunidades tradicionais, que travam uma pertinente luta por terra e território, fundamental para sua reprodução social, que é permanentemente ameaçada por múltiplas formas de acumulação de capital. Ao contribuir para a formação de docentes, com a consciência de onde estão e com capacidade de crítica dos processos que alimentam as desigualdades socioespaciais, o Gepar, particularmente através do Obelutte, demonstra como é necessária a universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

*Christiane Senhorinha Soares Campos*  
Doutora em Geografia pela UFRGS e  
professora do Departamento de Economia e do  
Programa de Pós-Graduação em Geografia da  
Universidade Federal de Sergipe.



## PARTE 1

### Estrutura fundiária, luta pela terra e mobilidade espacial do trabalho



# MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO SERTÃO DE ALAGOAS<sup>6</sup>

*Lucas Gama Lima<sup>7</sup>  
Maria Geane de Araújo<sup>8</sup>  
Natália Santos<sup>9</sup>*

## Introdução

Na mesorregião do Sertão de Alagoas, um perímetro marcado pela baixa disponibilidade de empregos e por uma contraditória estrutura fundiária, trabalhadores do campo e da cidade deslocam-se espacialmente, numa mobilidade determinada pelos ciclos de reprodução do capital. Trata-se de um vai e vem que se repete todos os anos e que faz dessa mesorregião um lócus de destaque na oferta de força de trabalho migrante.

Cabe mencionar que uma parte desse contingente migrante acaba sendo sujeitada a relações de trabalho análogas à escravidão, em atividades econômicas no Estado de Alagoas e em outras Unidades da Federação. São indivíduos impedidos de deixar seus locais de trabalho e/ou submetidos a condições degradantes de exercício laboral. O Sertão de Alagoas, lamentavelmente, tem funcionado como plataforma de exportação de migrantes que serão vítimas do trabalho escravo contemporâneo.

Assim, o texto tem como propósito refletir acerca da mobilidade espacial do trabalho no Sertão de Alagoas. Compreende-se que o deslocamento de pessoas é, ao mesmo tempo, produto e parte essencial do funcionamento do capitalismo. É esse modo de produção que se encarga de criar massas humanas desprovidas das condições necessárias para sua reprodução e, por conseguinte, sempre aptas à venda de sua própria força de trabalho.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, é realizada uma breve revisão de literatura, buscando refletir sobre a mobilidade espacial do trabalho a partir dos fundamentos marxistas. Em linhas gerais, a abordagem aponta para a imprescindibilidade do deslocamento da força de trabalho no âmbito da sociedade capitalista. Na segunda parte, são analisadas as determinações da mobilidade espacial do trabalho no Sertão de Alagoas, tendo como recorte espacial os municípios de Delmiro Gouveia e São José da Tapera. Nesta seção, são apresentados e examinados dados primários, levantados em pesquisa de campo nestes dois

<sup>6</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap1\_18-32

<sup>7</sup> Docente adjunto do curso de Geografia licenciatura do Campus do Sertão da Ufal e coordenador do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (Obelutte), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise Regional (Gepar/Ufal/CNPq).

<sup>8</sup> Discente do curso de Geografia licenciatura do Campus do Sertão da Ufal e membra do Obelutte/Gepar/Ufal.

<sup>9</sup> Discente do curso de Geografia licenciatura do Campus do Sertão da Ufal e membra do Obelutte/Gepar/Ufal.



municípios, por meio de aplicação de questionários a 20 pessoas, com perguntas abertas e fechadas. Também são discutidos dados secundários, coletados em consultas a órgãos do Estado. Por fim, na última parte, consta a reflexão sobre o trabalho escravo contemporâneo e o exame dos números que apontam o Sertão do Estado como um destacado “exportador” de trabalhadores migrantes que acabarão sujeitados à escravidão.

Destacamos, finalmente, que o texto decorre dos férteis diálogos ocorridos no âmbito do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (Obelutte) e do Grupo de Estudos sobre a Geografia do Trabalho, vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar/Ufal/CNPq). Tem-se a expectativa de que as linhas seguintes contribuam para uma interpretação crítica do Sertão de Alagoas, à luz da Geografia do Trabalho.

### Um preâmbulo necessário

A reflexão marxiana e marxista sobre a mobilidade espacial do trabalho não é obra recente. Existem, ao longo da história, importantes apontamentos sobre o fenômeno e sua imbricação com o modo de produção capitalista. Nesse universo, alguns podem ser brevemente mencionados, como os parágrafos de Engels (1975) em seu livro *A história da classe trabalhadora na Inglaterra*, no qual pontua a importância da emigração de irlandeses como reserva de força de trabalho indispensável para a industrialização inglesa, e o célebre capítulo de Marx (1988) em *O Capital*, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, em que destaca os “deslocamentos de massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência” (MARX, 1988, p. 831).

A mobilidade espacial do trabalho constitui-se em um fenômeno essencial à engrenagem do modo de produção capitalista, posto que o deslocamento espacial de massas de indivíduos desprovidas de meios de produção e aptas ao exercício laboral confere ao punhado de proprietários a condição favorável para sua exploração. Como os trabalhadores necessitam se reproduzir, mas estão impossibilitados de fazê-lo sem o acesso aos meios de produção, recorrem, inevitavelmente, à venda da força de trabalho, ainda que espacialmente distantes de seu local de moradia, a fim de adquirir os víveres de sua reprodução.

Compreende-se, portanto, o motivo pelo qual a expropriação dos meios de produção permite aos capitalistas não somente o acesso direto aos mesmos, como também a afortunada condição de controle das condições de reprodução dos indivíduos, uma vez que os trabalhadores se mostrarão disponíveis à venda da sua força de trabalho, onde quer que se apresentem as “oportunidades” e em condições que lhes escapam. Assim,

[...] a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocções e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Dessa feita, a mobilidade espacial do trabalho não decorre da simples opção de ir e vir dos indivíduos. Também não se trata de um movimento discricionário de massas humanas. É um fenômeno que somente pode ser descortinado se tomado como parte do contraditório processo de reprodução do capital, no qual o recurso à expropriação é fartamente usado. Como afirmou Mészáros (2002), as pessoas expropriadas, vítimas dos impiedosos imperativos da acumulação e consideradas redundantes, são fundamentais no capitalismo. A redundância desses trabalhadores não é acidental, ela é criada e recriada para atender à reprodução do capital, sendo que sua existência está irremediavelmente atrelada a este.

Nos últimos quarenta anos, sob a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), o controle sobre a mobilidade espacial do trabalho foi recrudescido. A acumulação flexível, mediante as tecnologias poupadoras de força de trabalho, a desregulamentação e/ou a flexibilização da legislação trabalhista e da proteção social e a ofensiva contra os sindicatos (HARVEY, 2010; ANTUNES, 2006) forjaram um cenário em que a ameaça do desemprego impõe-se permanentemente aos trabalhadores – como uma verdadeira espada de Dâmocles<sup>10</sup> –, sujeitando-os aos apuros diários da precarização das condições laborais. Um dos emblemáticos desdobramentos disso é a existência de 2 bilhões de trabalhadores vivendo na informalidade, o que corresponde a mais de 60% da força de trabalho global (ILO, 2020). Situação semelhante é encontrada no Brasil, onde existem mais de 38 milhões de informais, correspondendo a 41,1% da força de trabalho ocupada (IBGE, 2020).

Nesse contexto, tem-se exigido da força de trabalho um amoldamento às condições de extração do mais-valor e aos efêmeros ciclos de reprodução do capital. Conceição (2007, p. 95), com exímio rigor, afirma que “o trabalho deixa de ser fixo para ser móvel ficando disponível ao tempo cíclico curto da produção, distribuição e circulação do capital”. Por isso, Wise (2013) postula que a mobilidade do trabalho é pedra angular do capitalismo contemporâneo, fazendo da gestação e da ampliação do exército de reserva de força de trabalho uma questão estratégica.

Assim, compartilhamos com o argumento veiculado por Mészáros (2002, p. 341) de que a dinâmica contemporânea de reprodução do capital se “afirma como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua”.

## **Determinações da mobilidade espacial de trabalhadores de Delmiro Gouveia e de São José da Tapera**

As condições objetivas encontradas no Sertão de Alagoas, a exemplo da inadequada estrutura fundiária, frágil economia, *deficit* de empregos, insidiosa abordagem dos

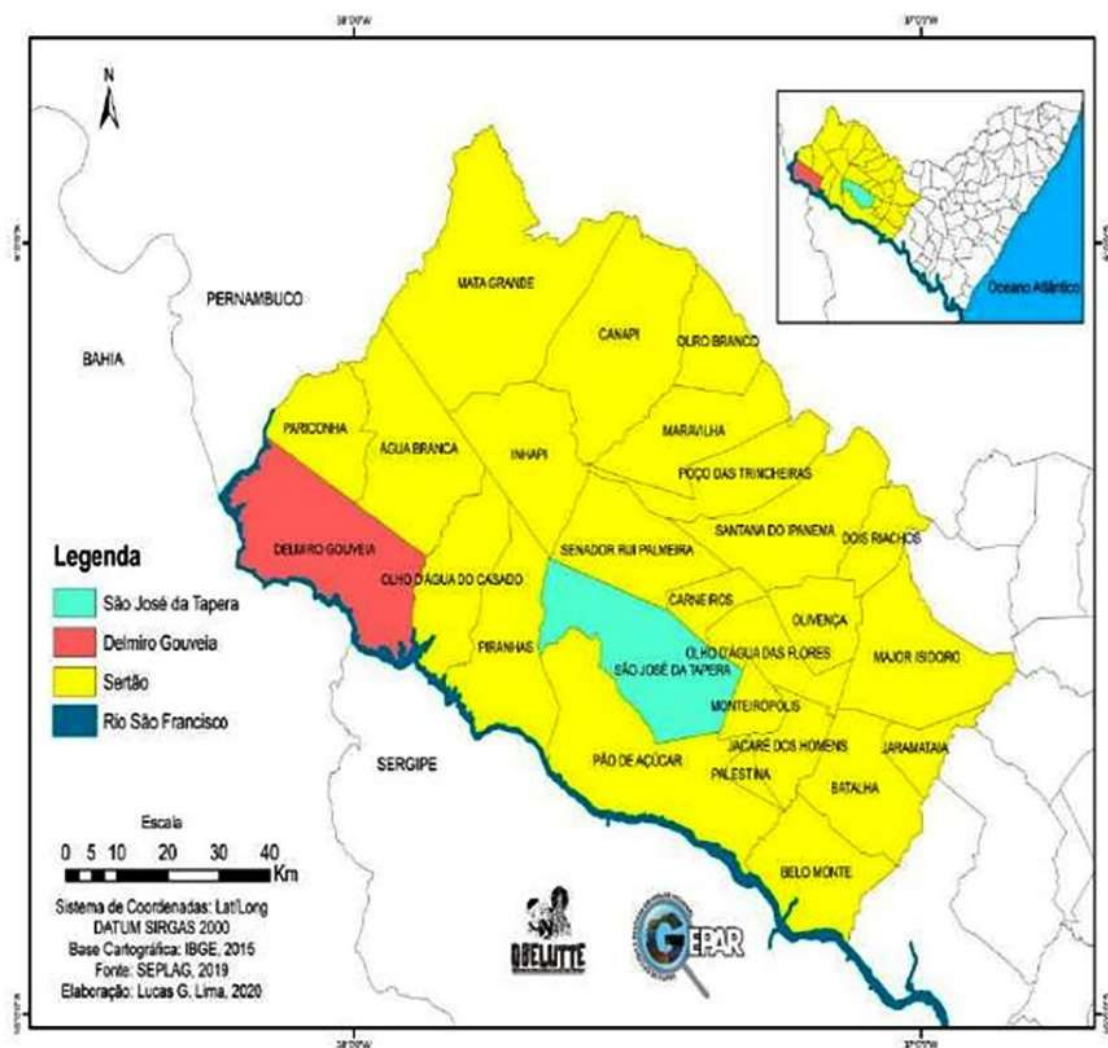
<sup>10</sup> Alusão à personagem homônima da mitologia grega, que se mostrou apavorada com o risco iminente de morte ao ter que conviver com uma espada sobre sua cabeça.

recrutadores (gatos)<sup>11</sup>, dentre outras, produzem trabalhadores redundantes que se deslocam mediante fluxos migratórios em direção a diversas partes do País.

Historicamente, os municípios do Sertão de Alagoas formam um dos redutos de atuação das oligarquias locais, articuladas em âmbito estadual e nacional, que concentram parte das terras – latifúndios – e das fontes de água, além de controlarem algumas das atividades empresariais (LIMA; SILVA; FEITOZA, 2018). No entanto, é preciso sublinhar que a inadequada estrutura fundiária é baseada, sobretudo, por numerosos minifúndios (LESSA, 2011; COSME, 2019), que impõem obstáculos à reprodução da vida de camponeses, indígenas e quilombolas.

Os municípios de Delmiro Gouveia e São José da Tapera estão entre os principais locais de partida. Localizados na mesorregião do Sertão de Alagoas, possuem uma população que, somada, não ultrapassa 90 mil habitantes: o primeiro, 52.016, o segundo, 32.260 (IBGE, 2019).

**Figura 1** - Alagoas: localização dos municípios de Delmiro Gouveia e São José da Tapera



Fonte: Seplag, 2019. Organização: Lucas G. Lima, 2020.

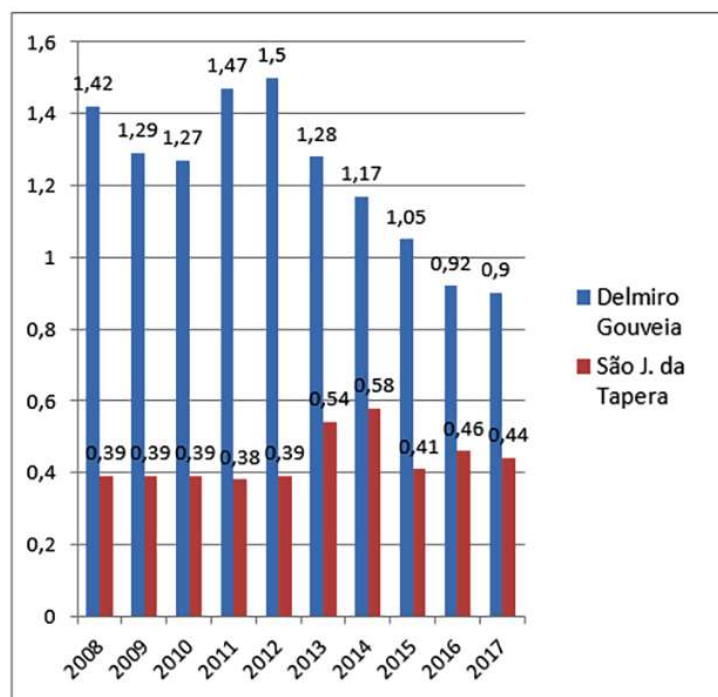
<sup>11</sup> São indivíduos que atuam em nome de empresas para intermediar a contratação de trabalhadores e seu deslocamento até o local de trabalho.

A área média das propriedades encontradas em Delmiro Gouveia e São José da Tapera está bem abaixo do módulo fiscal previsto para a mesorregião do Sertão de Alagoas, a saber: 70h. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), a média de hectares das propriedades de Delmiro Gouveia é de 23,83ha; por sua vez, em São José da Tapera, a média é de 10,74ha. Portanto, predominam os minifúndios.

A economia de ambos é dinamizada pelo setor primário, notadamente, agricultura e pecuária, e pelo setor terciário, em atividades vinculadas ao comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis. No caso de Delmiro Gouveia, a atuação secular da Fábrica da Pedra conferiu, durante largo período, uma destacada contribuição do setor secundário em sua economia<sup>12</sup>.

As economias dos mencionados municípios apresentam inexpressiva relevância no cenário econômico estadual, a despeito de Delmiro Gouveia exercer uma relativa centralidade regional, sobretudo na oferta de serviços (bancos e filiais de algumas das grandes lojas do comércio varejista nacional). Delmiro Gouveia e São José da Tapera ocupam o 15º e o 36º lugar, respectivamente, no *ranking* da participação do Produto Interno Bruto (PIB) dos 102 municípios alagoanos no PIB estadual (2020). Conforme é possível observar no **Gráfico 1**, a participação do Produto Interno Bruto (PIB) de Delmiro Gouveia no PIB de Alagoas apresentou uma queda no último decênio disponível, saindo de 1,42%, em 2008, para 0,9%, em 2017. Por sua vez, no mesmo intervalo temporal, São José da Tapera apresentou uma pequena melhora, partindo de 0,39%, em 2008, e alcançando 0,44% em 2017.

**Gráfico 1** - Evolução da participação dos PIBs municipais de Delmiro Gouveia e São José da Tapera no PIB de Alagoas (%)



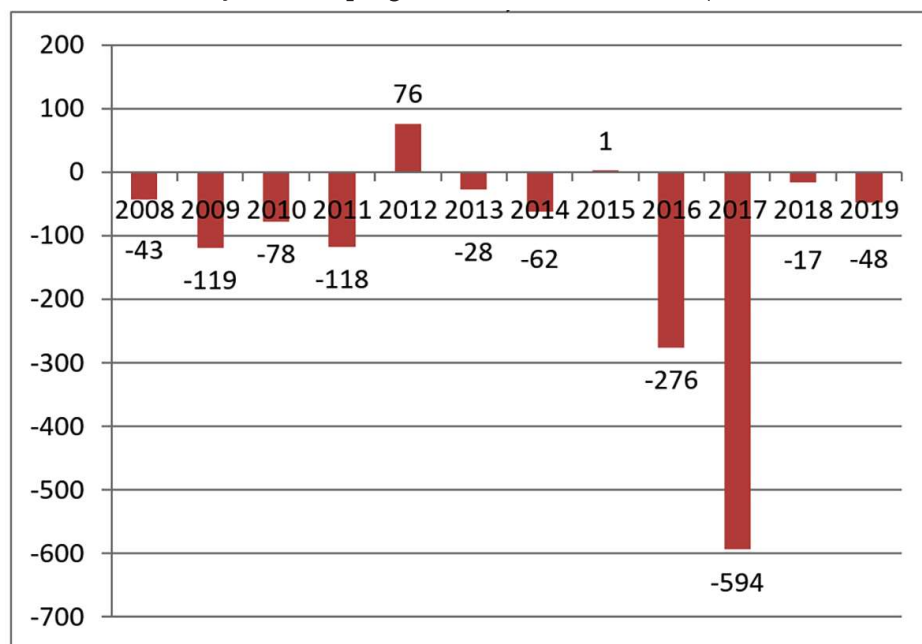
Fonte: Sidra/IBGE, 2020. Organização: Lucas G. Lima, 2020.

<sup>12</sup> A Fábrica da Pedra estava sob direção do grupo empresarial Carlos Lyra e encerrou suas operações no final de 2016.



A inexpressiva pujança econômica dos dois municípios reflete-se na deficiente oferta de empregos. Os gráficos seguintes retratam a evolução do emprego entre 2008 e 2019. Em Delmiro Gouveia, conforme é possível observar no **Gráfico 2**, há predomínio dos *déficits* na maior parte do intervalo temporal, alcançando sua maior marca em 2017, com 594 desempregados, quando foram contabilizados os ex-operários da Fábrica da Pedra. Ao total, em 12 anos, foi registrada a criação de 77 postos de empregos, contra 1.383 perdas, representando um saldo negativo de 1.306 postos.

**Gráfico 2** - Evolução do emprego em Delmiro Gouveia (saldo em 12 meses)

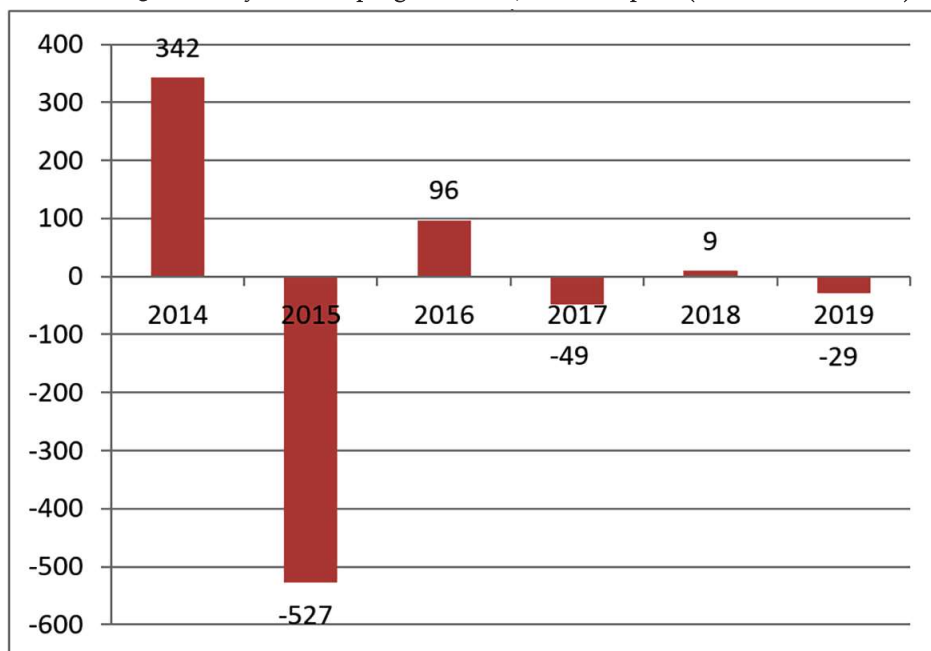


**Fonte:** Caged/MTE, 2020. Organização: Lucas G. Lima, 2020.

No **Gráfico 3**, nota-se que São José da Tapera apresenta perfil bem similar a Delmiro Gouveia. Entre 2014 e 2019<sup>13</sup>, o número de desempregados prevaleceu sobre os empregados. Foram 605 demitidos contra 447 admissões, assinalando um *deficit* de 158 postos.

<sup>13</sup> O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do IBGE não disponibiliza dados de São José da Tapera anteriores ao ano de 2014.

**Gráfico 3 - Evolução do emprego em São José da Tapera (saldo em 12 meses)**



Fonte: Caged/MTE, 2020. Organização: Lucas G. Lima, 2020.

Assim, o contexto socioeconômico alhures mencionado determina, fundamentalmente, a mobilidade espacial dos trabalhadores nos dois municípios. Ano após ano, o fenômeno repete-se, são ônibus ou micro-ônibus fretados por empresas –mediados pelos gatos – ou trabalhadores que, individualmente, deslocam-se para diferentes rotas. Formam um contingente expressivo de migrantes que percorrem um trajeto que escapa à sua vontade, atendendo à dinâmica de acumulação de capital, enquanto engrossam as fileiras do exército de reserva de força de trabalho.

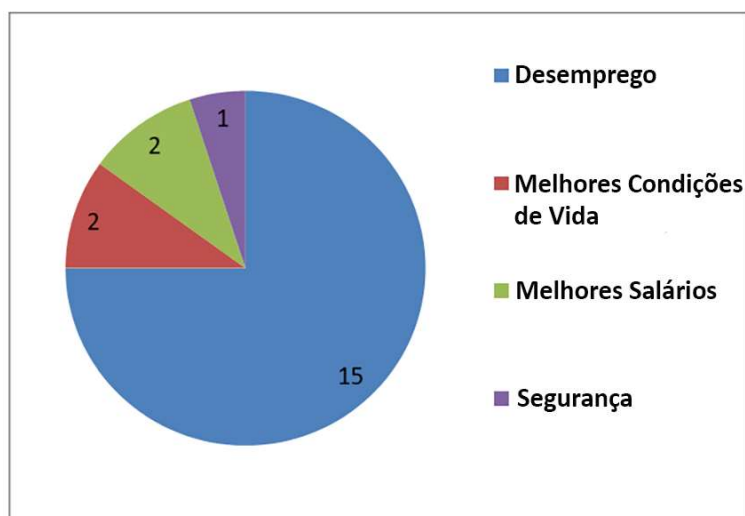
Os sujeitos migrantes são moradores das manchas urbanas e da área rural. Os primeiros são trabalhadores que, normalmente, residem nas periferias, em habitações precárias, e não raramente sem o título de propriedade das casas. Como não dispõem de um pedaço de terra onde possam cultivar, dependem inteiramente da venda da força de trabalho. Os segundos são majoritariamente camponeses que, conforme Albuquerque e Caniello (2015), por viverem em pequenas glebas de terra, com pouca ou nenhuma assistência técnica e baixíssimo aparato tecnológico, têm na mobilidade do trabalho uma estratégia para reproduzirem sua própria condição camponesa.

Nas entrevistas realizadas junto aos trabalhadores de Delmiro Gouveia e São José da Tapera, observou-se que 80% dos entrevistados afirmaram ter migrado para trabalhar em algum momento da vida laboral. No **Gráfico 4**, constam os motivos dos deslocamentos mencionados pelos entrevistados. Dentre eles, o desemprego é, disparadamente, o que mais se destaca, representando 75% das respostas. As opções “melhores condições de vida” e “melhores salários” aparecem bem atrás, com duas citações cada. Por último, está a opção “segurança”, com uma única menção. Excetuando a “segurança”, pode-se concluir que a



totalidade dos motivos para a mobilidade espacial do trabalho está relacionada às dificuldades de reprodução social dos indivíduos.

**Gráfico 4** - Motivos de deslocamento citados pelos entrevistados em Delmiro Gouveia e São José da Tapera

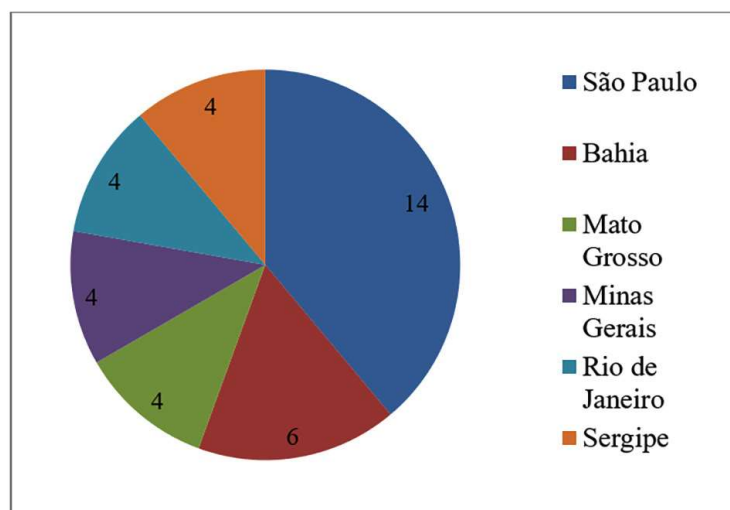


**Fonte:** Trabalho de campo, abril de 2019. Organização: Lucas G. Lima, 2020.

O destaque do desemprego entre os motivos de deslocamento mencionados pelos entrevistados confirma que são sujeitos impactados pela comprimida oferta de empregos no Sertão de Alagoas, tornando-se alvos fáceis das investidas de gatos a serviço das empresas.

No **Gráfico 5**, constam os destinos dos deslocamentos espaciais. Nessa pergunta, os entrevistados puderam mencionar mais de uma opção. Os destinos citados estão em Unidades da Federação localizadas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. São Paulo e Bahia destacam-se como os locais que mais recebem os fluxos migratórios, com 14 e 6 menções, respectivamente. Em seguida, empatados, aparecem Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Sergipe, com 4 menções cada.

**Gráfico 5** - Destinos dos entrevistados por número de citações em Delmiro Gouveia e São José da Tapera



**Fonte:** Trabalho de campo, abril de 2019. Organização: Lucas G. Lima, 2020.

O interesse por esses destinos guarda relação com a oferta de empregos no setor da construção civil, na expansão de linhas de transmissão de energia, no setor terciário, sobretudo, no comércio varejista, na indústria de bens de consumo duráveis e não duráveis, na atividade extrativo-mineral e na agricultura capitalista, na condição de operários agrícolas. Trata-se, em sua maioria, de empregos instáveis, marcados pela sazonalidade e por ciclos curtos de valorização do capital.

Cabe salientar que o deslocamento espacial desses trabalhadores não assegura a conquista do emprego, ainda que o deslocamento ocorra mediado pelo recrutamento do gato. É corriqueiro que os próprios trabalhadores custeiem transporte e alimentação, arriscando suas economias numa empreitada incerta, sem definição prévia de salário e jornada de trabalho. Ou seja, na atual quadra histórica, sob a hegemonia da economia mundializada, a flexibilização dos processos produtivos impõe a precarização do trabalho como regra.

É justamente com a flexibilização imposta pelas regras de eficiência das empresas que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, na qual o trabalhador é abandonado diante de um empresário com o qual ele tem de negociar seu salário e o tempo que vai dedicar ao trabalho. (VASAPOLLO, 2006, p. 53).

Os casos de extorsão desses trabalhadores, decorrentes de propostas de emprego fraudulentas, bem como de sujeição às formas análogas de trabalho escravo, indicam o grau de vulnerabilidade a que estão submetidas essas massas no curso da mobilidade espacial do trabalho.

### **A sujeição do migrante à condição de trabalhador escravo contemporâneo: o Sertão de Alagoas como plataforma de exportação de trabalho escravo**

O trabalho escravo é um fenômeno social repugnante. Não se trata de uma reminiscência de um passado remoto, mas de uma das dimensões do capitalismo contemporâneo, que atesta seu caráter destrutivo. Coadunamos com Rodrigues (2016) e Rioux *et al.* (2019) de que o modo de produção capitalista não se revela incompatível com o trabalho escravo. A escravidão é, indubitavelmente, uma das dimensões desse modo de produção, mesmo sob a acumulação mundializada de capitais. As manifestações de presença da escravidão contemporânea em formações sociais do centro e da periferia da sociedade capitalista ilustram com vigor que não se trata de um anacronismo histórico ou de resquícios de relações sociais pretéritas.

É importante registrar que não há uma definição comum entre os países acerca do trabalho escravo contemporâneo. O ordenamento jurídico vigente em cada nação é resultante do estado da luta de classes em determinado momento e traduz uma disputa semântica que enseja interpretações diferentes sobre o mesmo fenômeno. Por exemplo, parte expressiva

dos países segue a definição adotada pela International Labour Organization(ILO)<sup>14</sup>, através da Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Compulsório (nº. 29), ocorrida em 1930, de que o trabalho escravo decorre de atividade exercida sob ameaça e para a qual a pessoa não se ofereceu voluntariamente. Ou seja, a definição de quase um século da ILO abarca somente o uso da violência como critério para classificação dos casos suspeitos de trabalho escravo. Contudo, no Brasil, o artigo 149 do Código Penal veicula, desde 2003, uma definição mais abrangente que a adotada pela ILO, em que uma situação análoga à escravidão pode ser identificada se constatada alguma dessas condições: trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho e restrição de deslocamento por dívida<sup>15</sup>.

A interpretação que usamos coincide com a adotada pela legislação vigente no Brasil, compreendendo a escravidão contemporânea não somente como cerceamento da liberdade de deslocamento espacial, pois ela também se cristaliza em situações que atentam contra a dignidade da pessoa humana ou acentuam a precarização do trabalho (LIMA; SILVA; FEITOZA, 2018).

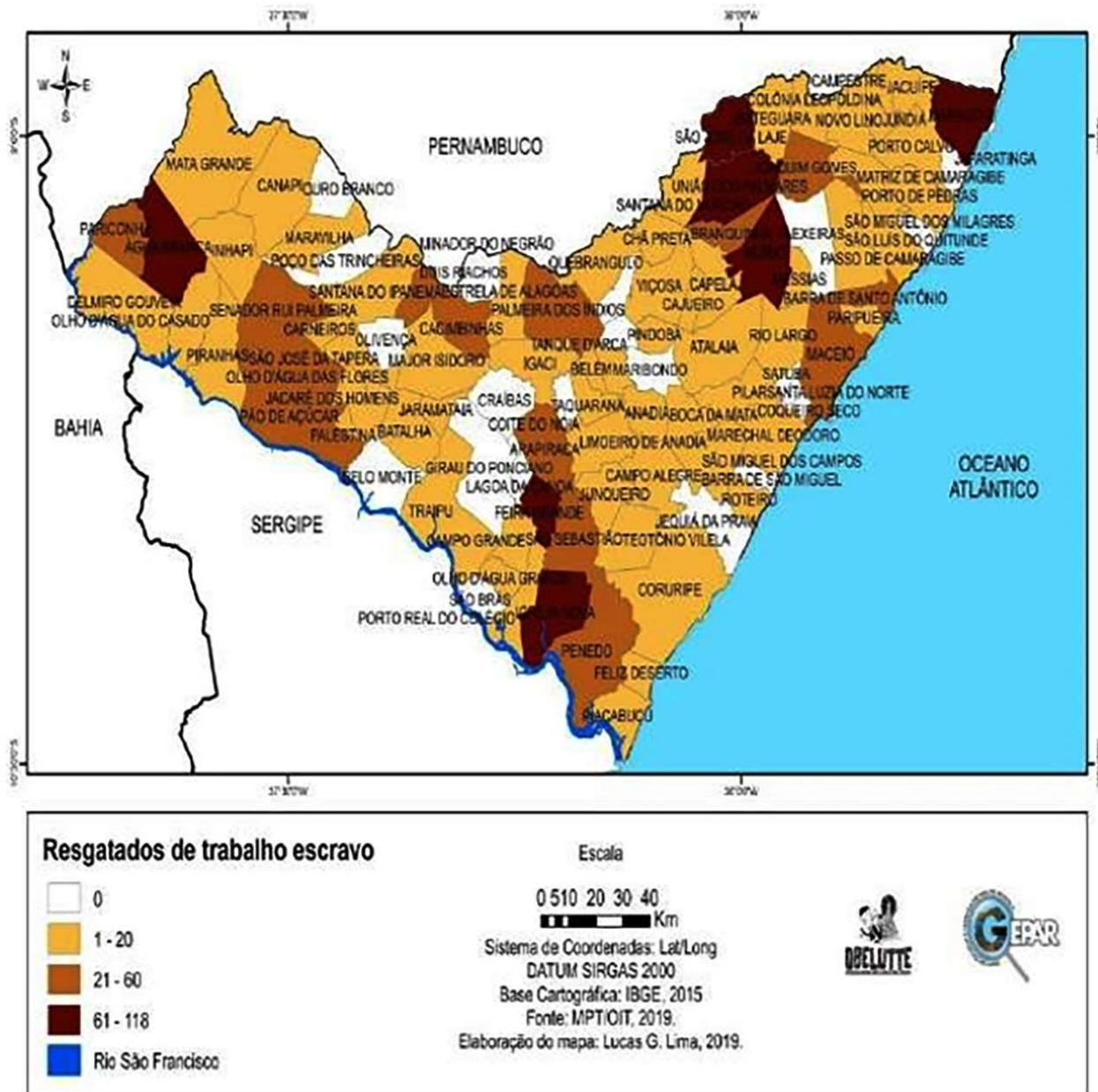
A sujeição ao trabalho escravo contemporâneo guarda estreito vínculo com a mobilidade espacial do trabalho. O Estado de Alagoas é lócus de relações de trabalho escravo, mas notabiliza-se, também, em função das massas de trabalhadores nascidos e/ou residentes no Estado que se tornaram vítimas do fenômeno em outras Unidades da Federação. Entre 2003 e 2018, foram resgatados de trabalho escravo 1.380 alagoanos, fazendo Alagoas figurar na décima colocação no *ranking* de Unidades da Federação com mais naturais vítimas desse tipo de sujeição.

No Estado, existem municípios que se destacam por funcionar como plataformas de exportação – pontos de partida – de migrantes que acabarão sendo capturados como trabalhadores escravos. Na **Figura 2**, é possível observar os principais municípios “exportadores” de trabalho escravo. Merecem destaque Igreja Nova (118 pessoas), Feira Grande (78 pessoas), Murici (77 pessoas), União dos Palmares (69 pessoas), Água Branca (65 pessoas), São José da Laje (64 pessoas) e Maragogi (62 pessoas).

<sup>14</sup> Em português, Organização Internacional do Trabalho (OIT).

<sup>15</sup> A definição usada no Brasil é apoiada pela ILO, que a considera um marco legal avançado no combate ao trabalho escravo.

**Figura 2 - Alagoas: número de resgatados de trabalho escravo por município de residência (2003-2018)**



**Fonte:** MPT/OIT, 2019. Organização: Lucas G. Lima, 2019.

Não há, até o momento, registro de resgates de trabalhadores escravos em atividades executadas na mesorregião do Sertão de Alagoas. Nessa funesta forma de exploração da força de trabalho, o Sertão atua exclusivamente como importante plataforma de exportação.

No quadro seguinte, estão listados os principais municípios do Sertão onde residem os trabalhadores resgatados de trabalho escravo em outros municípios e/ou Estados da Federação. Em ordem, estão: Água Branca, Pão de Açúcar, Dois Riachos, São José da Tapera, Senador Rui Palmeira e Pariconha, que, juntos, somam 210 pessoas, o que corresponde a 69% da totalidade de trabalhadores resgatados e residentes na mesorregião, entre 2003 e 2018.



**Quadro 1** - Sertão de Alagoas: principais “exportadores” de vítimas de trabalho escravo (2003-2018)

Municípios	Quantidade de residentes resgatados de trabalho escravo
Água Branca	65
Pão de Açúcar	40
Dois Riachos	30
São José da Tapera	28
Senador Rui Palmeira	25
Pariconha	22

**Fonte:** MPT/OIT, 2019. Organização: Lucas G. Lima, 2019.

Como se pode observar no **Quadro 1**, o município de São José da Tapera, dentre os municípios do Sertão de Alagoas, figura em quarto lugar, com 28 trabalhadores residentes vítimas de trabalho escravo. Por outro lado, Delmiro Gouveia não consta no **Quadro 1**, pois apenas foram registradas três pessoas de seus residentes. Apesar do pequeno número de resgatados deste último, os dados confirmam que parte dos migrantes de ambos acaba sendo sujeitada a essa forma ilegal e, inegavelmente, vil de exploração da força de trabalho.

Durante as entrevistas, nenhum dos entrevistados afirmou ter sido sujeitado ao trabalho escravo. Contudo, é preciso sublinhar o quão difícil é obter da própria vítima a confirmação da ocorrência do fato. Acreditamos que isso se deve a três motivos: primeiro, muitos trabalhadores migrantes já são submetidos a formas degradantes de exploração da força de trabalho há algum tempo, de modo que julgam como algo corrente de sua vida laboral; segundo, a demasiada publicação do ocorrido pode custar a impossibilidade de ser novamente recrutado nas levas sazonais da mobilidade espacial do trabalho da região e, terceiro, não é desarrazoada a possibilidade de retaliação de trabalhadores e/ou de seus familiares que ousem denunciar o ocorrido.

Fato é que os “redundantes” do Sertão alagoano em seu movimento espacial se confronta com a dura realidade do migrante, exposto às injunções da dinâmica de acumulação de capital e de uma de suas facetas, o trabalho escravo contemporâneo.

## Considerações finais

A mobilidade espacial do trabalho não é um fenômeno fortuito. Ela é imanente ao modo de produção capitalista, já que este se encarrega de criar e recriar massas humanas expropriadas e dispostas a intercambiar sua força de trabalho em troca de sua reprodução social. Soba acumulação mundializada, esses contingentes humanos têm ficado mais móveis, aptos aos breves ciclos de valorização do capital. Obviamente, isso acarreta implicações, imputando aos trabalhadores a precariedade laboral e a permanente ameaça de desemprego.

Em Delmiro Gouveia e São José da Tapera, a anacrônica estrutura fundiária, baseada em minifúndios, a frágil economia e o *déficit* de empregos materializam as condições para a mobilidade espacial do trabalho. Desses municípios e de outros do Sertão de Alagoas,

saem fluxos migratórios para vários cantos do País. São trabalhadores das manchas urbanas e das áreas rurais que deixam suas casas e buscam, principalmente, empregos. Geralmente, exercem atividades temporárias, precarizadas e marcadas pela sazonalidade. Os itinerários de seus deslocamentos são decisões que excedem sua vontade, ficando a mercê da dinâmica de acumulação do capital.

Parte desse contingente migrante acaba enredado em formas contemporâneas de trabalho escravo. O Sertão alagoano é, sem dúvida, peça importante dessa engrenagem, funcionando como “exportador” de força de trabalho sujeita à escravidão. São José da Tapera ocupa as primeiras colocações, sendo residência de soma considerável de vítimas. Delmiro Gouveia, por sua vez, apresenta números pouco expressivos e não figura entre os primeiros, mas se insere também como plataforma de exportação dessas massas migrantes vulneráveis.

Desse modo, conclui-se que a mobilidade espacial do trabalho, por meio da qual são deslocados anualmente centenas, quicá milhares de trabalhadores do Sertão de Alagoas, engrossa as fileiras do exército de reserva de força de trabalho. São indivíduos móveis com diferentes trajetórias, mas unificados sob a redundância imposta pelo capitalismo.

## Referências

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; CANIELLO, Márcio de Matos. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do Semiárido. In: ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; LUSA, MailizGaribotti; SILVA, Maria Ester Ferreira da (Orgs.). **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o Semiárido alagoano**. Maceió: Edufal, 2015. p. 43-71.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego cai em 16 Estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população com referência a 1º de julho de 2019**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=3098>>. Acesso em: 13 mar. 2020.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Evolução do Emprego do Caged**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/evolucao-do-emprego-do-caged>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no ciclo curto do capital. In: **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano**. 2019. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

ILO. International Labour Organization. **Forced Labour Convention, 1930 (n. 29)**. Disponível em: <[https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID,P12100\\_HISTORICAL:312174,Y:NO](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID,P12100_HISTORICAL:312174,Y:NO)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

ILO. International Labour Organization. **World Employment and Social Outlook**. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms\\_734455.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_734455.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

LIMA, Lucas Gama; SILVA, Genilda Maria da; FEITOZA, Gleiton do Nascimento. Mobilidade espacial do trabalho: redundantes do Sertão de Alagoas como parte da reprodução do capital. In: **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 55, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MPT. **Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil**: Smartlab de Trabalho Decente MPT – OIT, 2018. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/escravo-v1/>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

RIOUX, Sébastien *et al.* Capitalism and unfree labor: a review of Marxist perspectives on modern slavery. In: **Review of International Political Economy**, p. 1-23, 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09692290.2019.1650094>>. Acesso em: 11 set. 2019.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem**: migração camponesa e reprodução do trabalho escravo contemporâneo. 2016. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 45-58.

WISE, Raúl Delgado. The migration and labor question today: imperialism, unequal development, and forced migration. In: **Monthly Review**, Nova York, v. 64, n. 9, 2013.

# EIS A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, MINIFÚNDIO E LATIFÚNDIO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO<sup>16</sup>

*Claudemir Martins Cosme<sup>17</sup>*

## Introdução

A ideologia voraz hegemônica na sociedade sob o modo de produção capitalista, que busca transformar tudo em uma coleção de mercadorias (MARX, 2013), tem transformado a terra em uma mercadoria como outra qualquer, mesmo essa não sendo fruto do trabalho, mas um bem comum natural, portanto, que deveria ser de todos e, por conseguinte, não poderia ser uma propriedade privada do capital (MARTINS, 1991; 1981). Ao longo da formação territorial brasileira, desde a invasão colonizadora, essa lógica configurou uma profunda concentração da posse, uso e propriedade da terra, com consequências nefastas para o conjunto da sociedade (PRADO JR., 2000; OLIVEIRA, 2007; DELGADO, 2014).

No alvorecer do século XXI, Ab'Sáber (1999) não tergiversou ao sublinhar que milhões de camponeses sem-terra viviam sob uma estrutura agrária perversa no Semiárido brasileiro. Nesse bojo, enalteceu a relevância da questão agrária como “[...] sendo o setor mais importante a ser beneficiado por uma política de reformas estruturais progressistas” (idem, p. 7) e concluiu afirmando que não existia “[...] qualquer possibilidade de uma reforma agrária verdadeira sem que se transforme a estrutura agrária regional” (idem, *ibidem*). Duas décadas depois, os escritos de Ab'Sáber permanecem bastante atuais. Na hegemonia da economia do agronegócio nos anos 2000, foi aprofundado o processo de mercadorização absoluta da propriedade privada capitalista da terra, em detrimento e em contradição insanável com a função social da terra, presente na Constituição de 1988 (DELGADO, 2014; COSME, 2020).

Esse contexto é devido ao fato de, nos diferentes períodos e governos, a partir da segunda metade do século XX, ter sido efetivada uma política de contrarreforma agrária apresentando-se nas diversas “faces” à moda brasileira, pegando aqui emprestada a expressão

<sup>16</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap2\_33-55

<sup>17</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal), Campus Piranhas, onde é coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: claudemir.cosme@ifal.edu.br.

de Ianni (1979) que, juntamente com Silva (1971), inaugurou essa análise, ganhando respaldo nos estudos mais recentes, entre outros, de: Thomaz Jr. (2003), Ramos Filho (2008), Oliveira (2010), Porto-Gonçalves e Alentejano (2011), Carvalho (2014), Porto-Gonçalves *et al.* (2018) e Cosme (2020; 2019; 2017; 2015).

As forças da contrarreforma agrária, fundada na unificação do latifúndio e do capital, formando uma classe burguesa latifundista com total apoio do Estado (MARTINS, 1999; 1981), historicamente, impediram qualquer alteração da estrutura fundiária do País, consequentemente, perpetuando o modelo colonial agrário e agrícola latifundista, transmutado de agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa e da realização da política de reforma agrária, mesmo existindo um conjunto de leis para implementá-la, elaborado pelo próprio Estado (COSME, 2019). Destarte, compreendemos, com base em Delgado (2014), que há um novo ciclo da questão agrária e da reforma agrária no tempo histórico atual, que difere do debate em torno desses temas em referência histórica pretérita – anos de 1960 – em muitos aspectos, mas não no essencial: uma estrutura agrária inadequada para as necessidades da vida social do conjunto da sociedade brasileira, pois essa estrutura foi plasmada a partir de uma “visão social de mundo ideológica” (LOWY, 2007), estritamente mercantil e concentradora.

É a partir desses marcos teóricos que pretendemos, neste ensaio, interpretar a estrutura fundiária do Semiárido, partindo da análise da realidade do Estado de Alagoas. Trata-se de uma reflexão que está ancorada em nossos estudos e, principalmente, nos diálogos com diversos sujeitos, movimentos e organizações do campo, com base em nossa ação política na luta pela reforma agrária no Brasil. Metodologicamente, recorreremos ao estudo comparativo dos dados dos Censos Agropecuários 2017 e 2006.

A exposição, dividimos em duas partes: na primeira, “A construção ideológica a favor do agronegócio e a contrarreforma agrária no Brasil”, miramos a ação ideológica das forças da contrarreforma agrária em produzir uma narrativa de endeusamento do agronegócio e de proteção absoluta da propriedade privada capitalista da terra, em detrimento e à revelia do que diz a Constituição de 1988 acerca da função social da terra, materializando o processo de contrarreforma agrária ao longo dos diversos governos que assumiram a República; na segunda, “A perpetuação da concentração fundiária no Brasil do século XXI”, mergulharemos nos dados da estrutura fundiária do Semiárido brasileiro em sua totalidade e, particularmente, no Semiárido alagoano, demonstrando as facetas da dinâmica da concentração da propriedade, posse e acesso à terra nessa fração do território brasileiro.

## **A construção ideológica a favor do agronegócio e a contrarreforma agrária no Brasil**

Marx (2013) deixou uma contribuição importante e bastante atual para a leitura da questão agrária e o lugar do campesinato sob o modo de produção capitalista, em nossa ótica, ao enxergar precisamente a diferenciação entre a propriedade privada capitalista e a propriedade privada fundada no trabalho próprio, afirmando que o segredo era a busca do aniquilamento da segunda pela primeira. Martins (1999, p. 53), em clara sintonia com

a leitura de Marx (2013), faz a diferenciação do que chama de regimes de propriedade da terra: “de um lado o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é o regime de propriedade capitalista; de outro, os regimes de propriedade que têm sido atacados pelo capital, que é o da propriedade familiar [...]”. O arremate, na sua análise, na forma de um apelo importante para a leitura do espaço agrário brasileiro, merece bastante atenção pela atualidade da argumentação: “[...] não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada [...]. A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem” (MARTINS, 1991, p. 54), debate atualizado por Delgado (2014), quando analisa o que denomina de economia do agronegócio, através dos conceitos de terra mercantil e terra de trabalho.

A questão agrária brasileira foi constituída, histórica e politicamente, como consequência desse embate contraditório, conflituoso e violento entre sujeitos/classes/grupos sociais que buscaram/buscam, desde o processo colonial invasor até os dias atuais, territorializar esses dois regimes antagônicos de propriedade privada da terra. De um lado, historicamente, estiveram/estão os setores (frações de classes/grupos/sujeitos/movimentos) que, a partir de uma visão social de mundo utópica (LOWY, 2007), decidiram denunciar o preço pago por ampla parte da sociedade brasileira pela continuidade do modelo agrário/agrícola latifundista, hoje denominado de agronegócio, e lutar pela transformação dessa realidade. De outro lado, temos os segmentos (frações de classe dos proprietários/grandes empresas nacionais e internacionais/grupos econômicos/organizações do agronegócio) que buscam, a partir de uma visão social de mundo ideológica (LOWY, 2007), fazer de tudo – grilagem de terras, assassinatos, ameaças, destruição de lavouras camponesas, entre outras – para manter o modelo e, conseqüentemente, a concentração fundiária.

Nessa linha de interpretação, é mister compreender que, no processo de formação territorial capitalista brasileiro, a aliança do atraso, composta pela unificação dos grandes proprietários de terras com os detentores do capital no mesmo sujeito social, sob o aval do Estado, formando um tipo de capitalismo rentista à moda brasileira (MARTINS, 1999), conseguiu construir, política, ideológica e (científico-)teoricamente, uma visão social de mundo hegemônica que contribuiu para manter o modelo agrário/agrícola colonial, fundado nas grandes propriedades rurais – latifúndios – monocultoras, em detrimento de uma reforma agrária que beneficiasse o campesinato e os diversos outros grupos/povos do campo.

Segundo Lindoso (1983), uma ideologia do poder de classe, estamental, dominante, a favor do sistema latifundiário-escravista, foi legitimando as relações de poder desiguais no território nacional, naturalizando os processos sociais e mantendo o estado de coisas vigentes nessa sociedade. Aqui, reside parte considerável da explicação acerca do conservadorismo presente em amplos setores da sociedade brasileira, que não apoiam a luta pela reforma agrária e não entendem a importância e a necessidade da reestruturação da estrutura agrária, destacado por Silva (1971, p. 173): “o conservadorismo é o estado de espírito de muita gente que nada tem a ver com o latifúndio, mas que pensa como se latifundiária fosse”.



Em parte significativa, foi esse conservadorismo de amplos setores sociais, embebidos pela alienante ideologia a favor dos latifundiários, que nos 21 anos de chumbo da ditadura militar contribuiu para sufocar violentamente a luta pela reforma agrária. As forças da contrarreforma agrária, mais uma vez, triunfariam em meio à resistência camponesa, paradoxalmente, em um contexto de promulgação da Primeira Lei de Reforma Agrária: Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) (IANNI, 1979; SILVA, 1971). Do ponto de vista da questão agrária, o que vigorou foi a proposta amparada na tese do professor Delfim Neto, líder de um grupo conservador de economistas da Universidade de São Paulo (USP) e ministro da Fazenda durante os governos militares: “modernização agrícola sem reforma agrária” (DELGADO, 2010, p. 84).

Nos anos 1980, a reforma agrária, mais uma vez, reaparece no centro do debate político, contraditória e ironicamente, mesmo em um governo de transição com a anuência dos militares, tendo um latifundiário como presidente da República, no caso, José Sarney. Não obstante, é preciso levar sempre em conta o que registrou Bruno (1997): na sociedade brasileira, historicamente, a propriedade privada sempre assumiu *status* de bem sagrado, ou seja, trata-se de um princípio, um pensamento estrutural no imaginário daqueles que compõem a fração de classe e dos grupos dominantes no campo. Destarte, a ação dos setores e grupos da chamada classe média, tanto rural como urbana, no sentido conservador-oposicionista ao debate sobre a questão agrária no contexto em tela, da mesma forma como ocorreu no golpe de 1964, foi determinante para fortalecer as forças da contrarreforma agrária (SILVA, 1987).

Embebidos pelo pensamento sacralizante acerca do direito absoluto sobre a propriedade privada capitalista da terra, esses setores médios não atentaram que a propriedade, mesmo que privada, antes de tudo, está condicionada a cumprir o bem-estar social, já expressado na letra da Constituição de 1946. Aliado a isso, Bruno (1997) faz um profundo e minucioso apanhado das táticas utilizadas pela União Democrática Ruralista (UDR), feroz organização latifundiária e principal força antirreformista no campo brasileiro neste período, ao afirmar que dois movimentos marcariam a ação dessa organização: um, que ela denominou de ruralista, foi de enfrentamento territorial contra os movimentos e as organizações sociais do campo, em diversos conflitos pelo Brasil; e outro, mais amplo, no terreno da política.

O resultado é que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), segundo Silva (1987), enfrentou grande dificuldade de consenso entre as forças políticas antagônicas. Foram, precisamente, doze versões e sucessivos adiamentos para que o documento ficasse aceitável pelos grandes proprietários de terra e, assim, fosse lançado, em 25 de maio de 1985. Com base em Oliveira (2007), a primeira versão aprovada do I PNRA rezava que era para o assentamento, em termos totais para o Brasil, entre 1985 e 1989, de 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. O governo Sarney venceria mais essa etapa, ou seja, inviabilizaria a já desfigurada reforma agrária contida no I PNRA, onde os resultados foram pífios: foram assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares (1,5% da previsão) (OLIVEIRA, 2007).



Em meio à derrota das forças da reforma agrária, na letra da Constituição de 1988, ficou registrada uma mudança conceitual significativa, no tocante à luta camponesa, indígena e quilombola, através de uma combinação entre: art. 5, XXIII: “a propriedade atenderá a sua função social”; art. 186: essa função social é cumprida quando a propriedade rural atende, “simultaneamente”, os seguintes critérios: “I- aproveitamento racional e adequado; II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”; art. 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, e art. 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Não obstante, a década de 1990 aprofundaria as contradições no campo, notadamente pelo avanço da ideologia neoliberal, concomitantemente ao propalado modelo agrário/agrícola do agronegócio no Brasil. A bandeira da reforma agrária, mais uma vez, chegaria fortemente, sobretudo devido à ação das forças em luta, especialmente a atuação do jovem e aguerrido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que passa a se organizar e ocupar terras em praticamente todo o território nacional. O mandato de Collor, interrompido pelo *impeachment*, em fins de 1992, foi marcado por um programa neoliberal para o campo, caracterizado, sobretudo, de um lado, pela redução da presença do Estado na gestão da estrutura fundiária, pelo sucateamento do Incra e pela criminalização dos movimentos sociais do campo; de outro, pelo apoio e concessão de subsídios à agricultura empresarial (SAUER; SOUZA, 2008).

O Governo Itamar Franco (1992-1994), segundo Sauer e Souza (2008), adotou uma postura, pelo menos com relação aos movimentos sociais do campo, diferente, ao tomar as seguintes medidas: substituiu a direção do Incra por pessoas ligadas à luta pela reforma agrária e, pela primeira vez, um presidente recebia o MST no Palácio do Planalto. Apesar da relação respeitosa, a reforma agrária permaneceu ausente das prioridades do governo, segundo eles. A meta do seu Programa Emergencial de Reforma Agrária, prevendo o assentamento de 80 mil famílias em dois anos, atingiu apenas 28%. Se podemos destacar algum avanço, mais uma vez ficou apenas na letra da lei, com a aprovação da Lei nº. 8.629 (conhecida como Lei Agrária) e da Lei Complementar nº. 76 (conhecida como Lei do Rito Sumário nas Desapropriações Agrárias), aprovadas em 1993, que, após cinco anos, regulamentavam os artigos da Constituição Federal de 1988 que tratam da reforma agrária (OLIVEIRA, 2007; SAUER; SOUZA, 2008). É mister ressaltar que a questão da violência, da barbárie e da criminalização dos movimentos e das organizações sociais do campo, assim como nos períodos anteriores e posteriores, também ocorreu nos anos Collor de Mello/Itamar Franco.

Foi em um contexto bastante conflituoso no campo brasileiro que assumiu Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a presidência da República, para seus oito anos em dois mandatos consecutivos (1995-2002). Iniciava, com FHC, no Brasil, um período que Delgado (2010, p. 92) denominou de “ultraliberal”. O Governo FHC não apresentou um projeto de reforma agrária para o País, pois nem ao menos um II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi construído nos seus dois mandatos. O descarte da reforma agrária como uma política pública necessária ao desenvolvimento nacional era visível (SAUER; SOUZA, 2008). Sua proposta, logo que assumiu, em 1995, mostrava a timidez com relação ao tema: assentar, dentro dos quatro anos do primeiro mandato, um total de 280 mil famílias, ou seja, menos de 60% da previsão do Governo Collor e somente 20% do previsto no I PNRA do Governo Sarney (OLIVEIRA, 2007).

Defendemos, aqui, a partir das análises de Delgado (2010), que o primeiro governo FHC, de um lado, direcionou suas ações para remediar os prejuízos da burguesia latifundista rentista, de outro, ante a progressiva ascensão da luta pela terra, foi obrigado a priorizar a criação de assentamentos rurais. Dito de outro modo, a ação do governo foi tanto no sentido de recompensar os prejuízos dos grandes proprietários de terra com megaindenizações nas desapropriações dos imóveis para fins de criação dos assentamentos rurais, portanto, premiando-os, ao garantir o acesso à renda absoluta da terra, como foi uma forma de ceder à pressão dos movimentos e organizações sociais que aprofundavam a tática da ocupação de terras como forma de luta para que a reforma agrária saísse da letra da lei (COSME, 2019).

Somada às ações de ocupações de terra, tem-se a continuidade dos assassinatos no campo e, com estes, os massacres. A título de exemplo, ocorreu um em Corumbiara-RO, com oito mortes. Mas foi em abril de 1996 que a realidade explosiva da questão agrária estourou no seio do governo FHC, com o massacre de camponeses no município de Eldorado dos Carajás-PA, com repercussão mundial em face do nível de violência das forças policiais do Estado, vitimando 19 camponeses. Diante desse contexto, reiteramos a interpretação que assumimos sobre o recurso à criação dos assentamentos rurais nos Governos FHC. Oliveira (2007, p. 142), no período em análise, afirma que “[...] a reforma agrária antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social”.

As estratégias adotadas pelo Governo FHC foram muitas, uma delas foi criar um discurso, teórico e político, de que não precisava mais o campesinato lutar pela terra, leia-se ocupar latifúndio e envolver-se em conflitos territoriais. Uma dessas estratégias foi a de aparelhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com intelectuais que estudam a questão agrária, passando a realizar reuniões e seminários, com o intuito de auxiliar na elaboração de políticas e ações de governo, mas, primordialmente, para formar uma espécie de frente de ação intelectual de crítica aos movimentos sociais do campo, seus intelectuais orgânicos (OLIVEIRA, 2007). Outra foi a criminalização da luta e a perseguição das lideranças, notadamente do MST, realizadas também com a edição da Medida Provisória nº. 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, a “MP das ocupações” (SAUER; SOUZA, 2008). Tratou-se de uma

medida que visava eliminar as ocupações de terras, pois impedia a vistoria e a desapropriação de imóveis rurais ocupados; excluía do programa de reforma agrária toda pessoa identificada nas ocupações e ameaçava a ação dos movimentos sociais. Os Governos de FHC, assim, acabavam com as forças da contrarreforma agrária, impedindo, mais uma vez, que a estrutura fundiária fosse alterada via política de reforma agrária.

O ano de 2003 foi um momento *sui generis* para a sociedade brasileira, pois, pela primeira vez na história, um líder político oriundo da classe trabalhadora, nascido no seio do movimento sindical operário, foi eleito presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT). A forma como os Governos Lula incentivaram o agronegócio corrobora, em nossa ótica, para aquilo que Delgado (2014, p. 32) caracterizou como “evidências da hegemonia política de uma economia do agronegócio [...]”. Um termômetro desse incentivo é medido com relação aos recursos financeiros disponibilizados. Para a agricultura familiar, saímos de 5,4 bilhões, na safra 2003/2004, para 16 bi em 2010/2011, último planejamento dos anos Lula. No entanto, a fatia planejada para o agronegócio no intervalo saltou de 27,2 bi para incríveis 100 bi. No acumulado ano a ano, o agronegócio ficou com 85% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural durante os oito anos de Governos Lula, com 476,5 bilhões de reais, enquanto, para a agricultura familiar, restaram apenas 15% ou 87,4 bilhões (COSME, 2019). Mesmo com toda a tranquilidade a favor do agronegócio, advinda das promessas de campanha pelo candidato Lula, o primeiro ano desse Governo foi marcado pela extrema ação violenta dos latifundiários sobre os movimentos sociais e seus militantes. Com suas milícias armadas, reanimaram entidades como a União Democrática Ruralista (UDR), passando a tocar o terror no campo brasileiro (COSME, 2015), barbárie que ia se reduzindo, mas sem desaparecer, à medida que os ruralistas perceberam que a reforma agrária não sairia do papel.

O ornitorrinco descrito por Oliveira (2003), após oito anos de Governos Lula da Silva, tornou-se mais complexo ainda. O já “forte” *agribusiness* ficou ainda mais forte nesse período e o campo brasileiro, hegemonizado por esse modelo agrário/agrícola, bem como a sociedade em geral, pagou um alto preço. O Brasil foi transformado no país campeão no uso de agrotóxicos. Mantemos o título de uma das sociedades, em pleno século XXI, mais desiguais, senão a mais, no acesso, uso e posse da terra. Uma urbanização cada vez mais caótica, violenta e permeada por segregações territoriais, onde a pobreza e a riqueza, contraditoriamente, (re)produzem-se cotidianamente. Se, durante os anos Lula, as forças da contrarreforma agrária atuaram e barraram qualquer implementação de alterações na estrutura fundiária, no Governo Dilma Rousseff (2011-2014), os resultados, no tocante à agricultura camponesa e à criação de assentamentos rurais, foram bem piores. A realidade dos fatos é que a reforma agrária foi abandonada mais uma vez. Em linhas gerais, assim como terminaram os Governos Lula, sem sequer ensaiar uma proposta de elaboração do III PNRA, com apoio irrestrito ao agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa, por meio de vultosas levas de recursos financeiros, foram os quatro anos Dilma. Não se

ousou interferir nos interesses dos latifundiários (COSME, 2020; ALENTEJANO, 2018; SAMPAIO JR., 2013).

A conjuntura mundial havia se alterado com a crise do capitalismo monopolista neoliberal em 2008 (OLIVEIRA, 2016). O *boom* das *commodities*, especialmente no caso do campo no Brasil, durante os anos Lula, que havia proporcionado a expansão dos monocultivos, particularmente da soja, aproveitando-se dos preços elevados das matérias-primas, proporcionando a criação e a manutenção de uma conciliação entre os interesses do campesinato, dos trabalhadores rurais e do agronegócio, aqui e em muitas partes de América Latina, ruía com a crise e a queda nos parâmetros econômicos neoliberais era prova material disso (LEITE, 2018; SAUER; MÈSZÁROS, 2018). As economias latino-americanas, que haviam crescido acima de 4% entre 2003 e 2012 (LEITE, 2018), devido à diminuição, nesse último ano, das taxas de expansão da China (SINGER, 2016), impuseram retrocessos na política de conciliação dos governos progressistas de centro-esquerda, como os do PT.

Por conseguinte, na medida em que a crise internacional intensificava-se, as distintas frações das classes opressoras e exploradoras, dentre elas, notadamente, setores ruralistas do agronegócio, que até o momento haviam se beneficiado dos governos do Partido dos Trabalhadores, iniciaram uma disputa para decidir quem iria perder menos (ANTUNES, 2015). Em meados de 2015, com a culminância e a agudização de fatores internos ao Brasil e ao Governo Dilma e externos, foi gestada a arquitetura do golpe, que se materializaria em etapas, sendo a primeira a derrubada da presidenta, passando por uma agenda de retrocessos para a sociedade brasileira a partir dos aprofundamentos das contrarreformas no Governo Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 2018), entre elas a agrária.

O processo de acumulação, via espoliação em tempos-espacos de golpe, nos termos defendidos por Harvey (2013), passou a se intensificar de forma acelerada. No caso do campo brasileiro, materializou-se no aprofundamento da contrarreforma agrária em muito a partir da própria legislação aprovada pelo governo ilegítimo e pelo Congresso Nacional (COSME, 2017); no bloqueio das conquistas sociais históricas dos trabalhadores e trabalhadoras, das comunidades indígenas e quilombolas e regressão nas conquistas/direitos ambientais (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2017); e no recrudescimento da violência e da impunidade, em processos onde o sentimento pós-golpe é que tudo pode para o agronegócio e sua bancada, assim, a classe oligárquica capitalista vem exercendo verdadeiros exercícios ilimitados de violência, desfrutando da total impunidade perante o Estado (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018).

Portanto, a ação espoliativa e a contrarreforma agrária, conjuntamente, caminharam galopantes no Governo Temer, com: extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em uma simples “canetada”, logo nos primeiros dias do governo; edição da Medida Provisória nº. 733, de 14 de junho de 2016, visando à liquidação e à renegociação de dívidas rurais, um claro exemplo do atendimento aos interesses do agronegócio; garantia dos recursos que já vinham sendo alocados pelos governos petistas, no caso do Plano Agrícola e Pecuário



2016/2017 que atingiu a maior cifra, passando de 187,7 bilhões no último ano Dilma para 202,88 bi; sanção da nova legislação fundiária, editada por meio da Medida Provisória 759, de 22 de dezembro de 2016, convertida na Lei 13.465 em 11 de julho de 2017. Trata-se de uma lei que vem alterando um leque de outras leis, desde os anos 1970, passando pelos 1990 e 2000, modificando os processos de regularização fundiária tanto rural como urbana, de liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e alterando os procedimentos de alienação de imóveis da União. No papel e na retórica governamental, a lei está baseada nas propaladas ideias de eficiência e aprimoramento e na defesa de uma suposta emancipação/autonomia das famílias assentadas (COSME, 2019).

Como forma de regulamentar a Lei 13.465/2017, o Governo Temer, continuando sua escalada para atender fielmente aos interesses, aos privilégios e ao roubo de terras, agiu em outra frente contrarreformista: a regulamentação da grilagem de terras. Trata-se de um autêntico mecanismo de aprofundamento da contrarreforma agrária já utilizado pelos governos petistas a partir do segundo mandato Lula, para atender ao “agrobandidismo”, leitura e termo usados pelo próprio Oliveira (2010) na sua análise dessa questão. Remetemo-nos à publicação dos decretos 9.309<sup>18</sup>, 9.310<sup>19</sup> e 9.311<sup>20</sup>, em 15 de março de 2018, pelo Governo Temer. Em síntese, o primeiro trata da regularização fundiária das áreas rurais para além da Amazônia Legal, o segundo da regularização fundiária urbana e o terceiro do processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Prova disso é o que demonstra o importante e recente ensaio “Alerta: grilagem de terras dispara no país”, de Alentejano (2020). Segundo ele, de 2016 a 2018, ocorreu um impressionante aumento nos dados registrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR/Incra). O estudo demonstra que o número de imóveis rurais registrados no SNCR aumentou incríveis 685.868 unidades em dois anos, um crescimento de 11,9% sobre o total existente em 2016. Foram 223,5 milhões de hectares declarados, o que representa quase 1/4 do território brasileiro, somente nos dois anos, sendo que o maior crescimento deu-se na faixa dos grandes proprietários, leia-se dos latifundiários (ALENTEJANO, 2020).

Nesse contexto, em Cosme (2020; 2019), analisamos a ação dos governos com relação à criação dos assentamentos rurais, registrando um movimento acentuado de declínio no número de novos assentamentos criados, famílias assentadas e área obtida a partir do Governo Dilma, aprofundando-se no Governo Temer. Não há como negar que as forças da contrarreforma agrária, mais uma vez, conseguiram impedir qualquer possibilidade de mudança na estrutura fundiária nas duas décadas pós a promulgação da Constituição de 1988. Basta observarmos o Índice de Gini para comprovarmos a perpetuidade da concentração da

<sup>18</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9309.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9309.htm)>. Acesso em: 5 set. 2018

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9310.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9310.htm)>. Acesso em: 5 set. 2018.

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm)>. Acesso em: 5 set. 2018.



terra no campo brasileiro. Chegamos a um índice de 0,854 em 2006, semelhante aos anos de 1995 e 1985, com 0,856 e 0,857 (IBGE, 2009), respectivamente. Não poderia ser diferente, já que a letra da Lei Agrária vigente (Lei 8.629/1993), que trata dos graus de utilização da terra e de eficiência na exploração (art. 6), que afirma que os índices e parâmetros de produtividade acerca da propriedade serão ajustados periodicamente (art. 11), simplesmente foi negligenciada pelos governos que assumiram a República. Para saber se a propriedade é produtiva ou não – o critério de aproveitamento racional e adequado contido na norma constitucional da função social da terra –, o parâmetro é ainda do longínquo Censo Agropecuário de 1975.

Em síntese, o resultado é que, nas duas últimas décadas, diversos autores dentro da ciência geográfica e de outras áreas, mesmo filiados a correntes científicas diferenciadas, mas que mantêm interesse e enxergam a permanência de uma questão agrária no campo do País, têm apontado para as diversas “faces” da contrarreforma agrária no Brasil. Os títulos dos trabalhos, por si, em uma ordem cronológica, deixam explícito o processo contrarreformista nos diferentes períodos destes anos 2000: “‘Jogo’ de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula” (THOMAZ JUNIOR, 2003); “A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará” (OLIVEIRA, 2005); “A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula” (OLIVEIRA, 2010); “Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural” (RAMOS FILHO, 2013); “A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo” (CARVALHO, 2014); “A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará” (COSME, 2015); “Luta camponesa, indígena e quilombola face à barbárie do agronegócio no Brasil: a contrarreforma agrária se aprofunda em tempos-espacos de golpe” (COSME, 2017); “A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano” (COSME, 2019); “Contra reforma na lei e na marra – Brasil (2015-2017)” (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2017).

Essa realidade da questão agrária e da contrarreforma agrária no campo brasileiro é a mesma no Semiárido alagoano. Em Cosme (2019), buscamos compreender as relações sociais de poder e os pactos que contribuíram para a apropriação privada capitalista da terra no Estado de Alagoas. Evidenciamos quem são aqueles que denominamos: os donos da terra, do capital e do poder em Alagoas. Dito de outro modo, e aqui se valendo de três pensadores, colocamos em relevo as “oligarquias moderno-coloniais-patriarcais” (PORTO-GONÇALVES, 2012) ou, podemos dizer, os grupos que formam a “aliança do atraso entre capital e terra” (MARTINS, 1999), ou mesmo quem é a “elite do atraso” (SOUZA, 2017), que, hegemonicamente, determinam as relações sociais de poder e, conseqüentemente, a organização territorial alagoana, mantendo o *status quo* colonial de uma sociedade profundamente desigual, notadamente, a partir da concentração fundiária, que permanece atualmente, como veremos no próximo item.

## A perpetuação da concentração fundiária no Semiárido alagoano: a reprodução do minifúndio e do latifúndio

O historiador Luiz Sávio Almeida (2010), em diálogo com o economista Cícero Péricles de Carvalho, ambos importantes estudiosos e profundos conhecedores da história da formação territorial de Alagoas, assevera que o grande problema alagoano é a concentração da terra. A forma como, contraditoriamente, o agrarismo estruturou a organização do poder local, sobrepondo o direito cotidiano nessa sociedade, é uma contradição que precisa ser refeita, diz o historiador. Por conseguinte, compreender como está essa estrutura fundiária é um caminho *sinequa non* para que o uso, a posse e a propriedade da terra sejam refeitos, (re)construídos.

Ao longo da formação territorial alagoana, pelo menos duas Alagoas foram se constituindo e permanecem no século XXI, espacialmente bem diferenciadas, mas imbricadas territorialmente, ligadas pelas suas contradições e relações sociais de poder. Alguns estudiosos já apontaram essa realidade, a exemplo de Lessa (2012), ou seja, as especificidades que marcam a estrutura fundiária das mesorregiões nesse Estado: o Leste, historicamente latifundiário, e o Sertão e o Agreste, ao contrário, marcados, estruturalmente, por minifúndios. Essa dinâmica espacial da aliança do atraso – capital e propriedade capitalista da terra – em Alagoas repercutiu e repercute na forma como o território foi sendo construído e a sociedade hierarquizada nas relações de poder (COSME, 2019; ALBUQUERQUE, 2016; LESSA, 2013; 2012; SILVA, 2013; LINDOSO, 2000).

Essa realidade desigual no tocante à posse, à propriedade e ao uso da terra continua no século XXI, como mostram os dados oficiais do Censo Agropecuário 2017. Antes de interpretarmos os dados da estrutura fundiária, é mister ressaltar que a visão social de mundo ideológica a favor do latifúndio, fomentada pelos setores do agronegócio, buscou inviabilizar a realização do Censo Agropecuário 2017. Remetemo-nos às manobras realizadas pelo Governo golpista de Michel Temer, totalmente alinhado aos interesses dos latifundiários e dos conglomerados monopolistas do agronegócio, sublinhadas por Mitidiero Junior (2019) e Cosme (2020). Não por acaso, Mitidiero Junior (2019, p. 104) fez questão de frisar que o Censo atual é o “Censo do Golpe”, fato que não retira a importância do mesmo, segundo o autor.

Primeiro, o atraso na realização, na verdade, motivado pelo desejo das forças da contrarreforma agrária em forçar o governo a não realizar o levantamento. Para isso, o Governo Temer apresentava a justificativa da propalada crise econômica, da necessidade de cortar gastos, algo que sabemos ser uma narrativa neoliberal que apenas vale para retirar direitos e inviabilizar iniciativas relevantes como o Censo Agropecuário, o mais importante levantamento de dados sobre o espaço agrário brasileiro, divulgado periodicamente de 10 em 10 anos. O último tinha sido realizado no ano de 2006. Aqui, já podemos fazer a primeira crítica no tocante à quebra dessa periodicidade. Em nossa ótica, tratou-se de uma quebra intencional realizada pelo Governo Temer, como forma de dificultar as análises comparativas com os

outros Censos; consequentemente, buscou-se encobrir contradições, tensões e problemas do campo, a exemplo da concentração da estrutura fundiária, bem como invisibilizar os resultados alcançados pela agricultura familiar (COSME, 2020; MITIDIERO JUNIOR, 2019).

Decidido que o Censo iria ocorrer, após amplas pressões dos setores ligados à agricultura familiar e outras organizações sociais, como o Sindicato Nacional dos Servidores do IBGE (ASSIBGE), a operação passou a ser de enxugar o questionário ao máximo, passando das 24 páginas do Censo 2006 para apenas 10 páginas de perguntas no Censo 2017, além da queda nos números de recenseadores, de 80 mil para 26 mil (MITIDIERO JUNIOR, 2019). A hipótese, segundo esse autor, é da ação direta do batalhão de assessores enviados pelo agronegócio, visando formatar o levantamento à luz da sua ideologia, portanto, dos interesses dos grandes proprietários de terra. Apenas a título de exemplo, no tocante ao tema dos agrotóxicos, o calcanhar de Aquiles do agronegócio, enquanto existiam inúmeras perguntas no Censo 2006 sobre essa problemática, no Censo 2017 foi reduzida apenas a uma: “Utilizou agrotóxicos para o controle de pragas ou doenças em vegetais?” e, no tópico despesas– “Qual foi o valor total das despesas realizadas no estabelecimento?” –, existia a opção dos gastos com agrotóxicos.

Além do atraso na execução e dos cortes efetivados, novas metodologias e novos conceitos foram inseridos, o que dificultou, também, a comparação com os levantamentos anteriores, pois os resultados foram bastante alterados para algumas questões. No tocante à metodologia, no Censo Agropecuário 2006, o período de referência foi o ano de 2006, de 1º de janeiro a 31 de dezembro daquele ano, e a data de referência o dia 31 de dezembro de 2006. A data de referência do Censo Agropecuário 2017 foi o dia 30 de setembro de 2017 e adotou-se o intervalo de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017 (IBGE, 2019). O impacto dessa mudança é real e merece estudos mais aprofundados. Sabemos que existem as entressafras, os períodos sazonais das atividades agrícolas, portanto, a hipótese é de que são fatores que foram afetados pelas mudanças no período de levantamento dos dados.

Conceitualmente, tivemos uma mudança que afetou diretamente a quantidade do número de estabelecimentos, denominada pelo IBGE (2019, p. 10) de “Estabelecimento agropecuário formado por área não contínua”, ou seja, diferentemente do Censo 2006, as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos e humanos e, também, estivessem subordinadas a uma única administração. Essa mudança, em tese, contribuiu para a queda no número total de estabelecimentos, que no Brasil passou de 5.175.636 para 5.072.152.

Outra mudança metodológica que pode ter relação com a diminuição do número total de estabelecimentos está relacionada à categoria “produtor sem área”, no item “Produção/ criação de empregados/moradores em área do estabelecimento agropecuário” (IBGE, 2019, p. 10). No Censo Agropecuário 2006, se identificada a existência de atividade de criação/ produção agropecuária de pessoal empregado ou mesmo morador no estabelecimento, desde que essa produção fosse sob sua administração, um novo questionário era aberto, como se

fosse um novo estabelecimento agropecuário. “Para o Censo Agropecuário 2017, não se abriu questionário para esse produtor empregado/morador, e toda a produção/criação referida a esta condição integrou o questionário do estabelecimento agropecuário” (IBGE, 2019, p. 11).

Por fim, é importante registrar que, na publicação dos resultados definitivos do Censo Agropecuário 2006, com 775 páginas, o IBGE (2009) fez um relevante e longo debate sobre a estrutura fundiária por Unidades da Federação, grandes regiões e municípios, a partir da análise do Índice de Gini, não tergiversando ao afirmar: “[...] percebe-se que, no período intercensitário 1995-1996 a 2006, o Brasil ainda apresenta alto grau de concentração [...]” (IBGE, 2009, p. 109). Já na publicação dos resultados definitivos do Censo 2017, organizada em 104 páginas (IBGE, 2019), explicitamente, foi banida qualquer menção ao referido índice. Um breve debate da estrutura agrária brasileira foi realizado em míseros dois parágrafos. Não restam dúvidas de que os assessores que atuam como *thinktanks* do agronegócio, infiltrados na organização do Censo Agropecuário 2017, foram cirúrgicos nesse retrocesso de esconder ao máximo a concentração fundiária (COSME, 2020).

Mesmo diante de todos os ataques, no Censo 2017 foi possível, mais uma vez, a sociedade brasileira saber, por exemplo, o peso que tem a agricultura familiar: com apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do País, possui 67% do pessoal ocupado no campo brasileiro e um valor de produção da ordem de 107 bilhões (23%) (IBGE, 2019). São esses resultados que os arautos – acadêmicos, pesquisadores, economistas – que produzem a ideologia sustentadora do mito do agronegócio, de que este gera empregos no campo e é eficiente na produção, buscam esconder. Além do mais, é dever dos pesquisadores que não se renderam à visão social de mundo ideológica, portanto conservadora, comandada pelos interesses da burguesia latifundista do agronegócio, levantar outro debate: o da perpetuação da concentração fundiária revelada também no Censo atual.

Para uma visão de totalidade do Semiárido, a partir da **Tabela 1**, faremos o debate da evolução da estrutura fundiária da região semiárida brasileira, no período entre os dois últimos Censos, para, posteriormente, analisar o Semiárido alagoano. De modo geral, no campo do Semiárido brasileiro, o quadro, em 2017, é praticamente o mesmo de 2006, com incipientes mudanças na estratificação dos estabelecimentos agropecuários, sendo a marca maior a perpetuidade da concentração fundiária. O espaço agrário Semiárido, em 2006, tinha um total de 1.713.545 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam uma área total de 49.517.046 hectares (ha). Já em 2017, são 1.835.535 em 52.925.219 ha (IBGE, 2009; 2019). Como se pode observar, a dinâmica da estrutura fundiária na região semiárida, de forma geral, não acompanhou a tendência nacional de queda no número de estabelecimentos – ao contrário, ocorreu um leve aumento, em torno de 0,7% (121.990 novos estabelecimentos). Nesse mesmo sentido, agora acompanhando a tendência nacional, a área total aumentou em 6,8% (3.411.173 ha foram incorporados à produção agropecuária).

Antes de prosseguirmos com a análise, é mister um parêntese para registrar que não foi contabilizado, no total geral da **Tabela 1**, o número de estabelecimentos referentes à categoria



“produtor sem área” utilizada pelo IBGE (2009; 2019), devido não ser possível identificar o extrato de área e a área total desses estabelecimentos. Em 2006, os estabelecimentos dessa categoria eram 92.561 e, em 2017, diminuíram para 39.632. São agricultores, provavelmente, camponeses/as sem-terra, sem registro de área nos dois Censos em análise, por isso, ao efetivar a subtração, trabalha-se com o total geral de 1.620.984 e 1.795.903 de estabelecimentos rurais, em 2006 e 2017, respectivamente (ver **Tabela 1**). Em síntese, esse é um ponto importante, pois revelador da concentração fundiária e da presença do minifúndio, ou seja, mesmo com a diminuição do número de produtores sem área, entre 2006 e 2017, fruto muito mais da mudança metodológica operada pelo IBGE no último Censo, ainda assim, fica registrada a existência de milhares de camponeses e camponesas sem terra ou com acesso precário à terra no Semiárido brasileiro.

Em 2006, 94,86% (1.537.642) do total geral dos estabelecimentos eram pequenos, com menos de 100 ha, possuindo apenas 36,84% (18.243.548 ha) da área total, enquanto apenas 5,14% (83.342), somando médios e grandes estabelecimentos, com mais de 100 ha, detinham 63,16% de toda a área. Desmembrando, os estabelecimentos médios, com 4,85% (78.613) do total geral, detinham 39,08% (19.347.154) de toda a área, ou seja, onde estava concentrada a maior parte das terras. Já os grandes, com 0,29% (4.729), monopolizavam 24,09% (11.926.344) da área agropecuária do Semiárido. Em 2017, as mudanças não foram, estrutural ou conjunturalmente, significativas do ponto de vista percentual. Os pequenos estabelecimentos passaram a 95,40% (1.713.242), com 37,30% (19.742.604) da área, enquanto os médios e grandes possuíam, juntos, 4,60% (82.661) e 62,70% (33.182.615) do total geral de área e estabelecimentos, respectivamente. Sozinhos, os médios estabelecimentos continuam com pouco mais de 4% (77.586) do total, caindo levemente para cerca de 36% (18.940.038 ha) da área. Da mesma forma, os grandes continuaram com 0,28% (5.075) e 26,91% (14.242.577 ha).

**Tabela 1** - Região semiárida brasileira: evolução da estrutura fundiária (2006-2017)

Classe de área (ha)	2006				2017			
	Nº. Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área	Nº. Estabel.	% Estabel.	Área (ha)	% Área
Menos de 10	1.026.689	63,34	2.901.762,00	5,86	1.155.467	64,34	3.137.502,00	5,93
De 10 < 50	421.397	26,00	9.357.984,00	18,90	464.267	25,85	10.334.899,00	19,53
50 < 100	89.556	5,52	5.983.802,00	12,08	93.508	5,21	6.270.203,00	11,85
<b>Total menos 100</b>	<b>1.537.642</b>	<b>94,86</b>	<b>18.243.548,00</b>	<b>36,84</b>	<b>1.713.242</b>	<b>95,40</b>	<b>19.742.604,00</b>	<b>37,30</b>
100 < 500	70.350	4,34	13.798.695,00	27,87	69.504	3,87	13.498.729,00	25,51
500 < 1.000	8.263	0,51	5.548.459,00	11,21	8.082	0,45	5.441.309,00	10,28
Mais de 1.000	4.729	0,29	11.926.344,00	24,09	5.075	0,28	14.242.577,00	26,91
<b>Total mais 100</b>	<b>83.342</b>	<b>5,14</b>	<b>31.273.498,00</b>	<b>63,16</b>	<b>82.661</b>	<b>4,60</b>	<b>33.182.615,00</b>	<b>62,70</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.620.984</b>	<b>100</b>	<b>49.517.046,00</b>	<b>100</b>	<b>1.795.903</b>	<b>100</b>	<b>52.925.219,00</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2009; 2019). Organização: Claudemir Martins Cosme.



Diante dessa realidade, recordemos uma passagem do Estatuto da Terra, fundamental e bastante atual nessa análise, em seu art. 16: “A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a **gradual extinção do minifúndio e do latifúndio**” (grifos nossos). Percebemos que o Semiárido brasileiro possui uma estrutura fundiária, em um polo, marcada pelo minifúndio e, no outro polo, pelo latifúndio. Portanto, a elevada concentração fundiária possui essa dinâmica que deve ser levada em conta no planejamento e na execução de uma verdadeira política de reforma agrária.

A **Tabela 2** apresenta a evolução da estrutura fundiária da região semiárida do Estado de Alagoas. Da mesma forma, não contabilizamos o número de estabelecimentos referentes ao “produtor sem área”, que, em 2006, foram 4.060 e, em 2017, 527. Podemos notar algumas semelhanças e algumas particularidades em comparação com a totalidade do Semiárido nacional. Diferentemente do nacional, em Alagoas, a evolução da estrutura de acesso, posse e propriedade da terra no Semiárido sofreu algumas modificações em suas variáveis, de 2006 para 2017, no entanto, a permanência da concentração fundiária mantém-se e também é estrutural nessa fração do território alagoano. Em um polo, os pequenos estabelecimentos, em 2006, representavam 97,93% do total geral, com 52,66% da área total; já em 2017, eram 98,41%, com 58,94%, respectivamente. No polo oposto, os médios e grandes eram 2,07% e concentravam 47,34% da área total no Censo 2006; no ano de 2017, caíram para 1,59%, com 41,06% da área. Analisando essa concentração com a comparação entre os extratos de menos de 10 ha e mais de 1.000 ha, o quadro é o seguinte: em 2006, os primeiros representavam 80,47% (58.785) do total geral de estabelecimentos, com apenas 15,14% (141.017 ha) da área total; os segundos, 0,07 (51), detinham 10,36% (96.458). Em 2017, o percentual de estabelecimentos dos pequenos segue sendo praticamente o mesmo, 80,97% (48.886), com um leve aumento de área, passando para 18,27% (122.349); já os grandes caíram para 0,05 (29), com 8,35% (55.898 ha). Nos dois extratos, houve diminuição de estabelecimentos e área.

**Tabela 2** - Alagoas – Região semiárida: evolução da estrutura fundiária (2006-2017)

Classe de área (ha)	2006				2017			
	Nº.	%	Área	%	Nº.	%	Área	%
	Imóveis	Imóveis	(ha)	Área	Imóveis	Imóveis	(ha)	Área
Menos de 10	58.784	80,47	141.017	15,14	48.886	80,97	122.349	18,27
De 10 < 50	11.075	15,16	231.887	24,90	9.379	15,53	191.930	28,66
50 < 100	1.675	2,29	117.534	12,62	1.152	1,91	80.412	12,01
<b>Total menos 100</b>	<b>71.534</b>	<b>97,93</b>	<b>490.438</b>	<b>52,66</b>	<b>59.417</b>	<b>98,41</b>	<b>394.691</b>	<b>58,94</b>
100 < 500	1.341	1,84	263.662	28,31	849	1,41	165.463	24,71
500 < 1.000	123	0,17	80.762	8,67	82	0,14	53.599	8,00
Mais de 1.000	51	0,07	96.458	10,36	29	0,05	55.898	8,35
<b>Total mais 100</b>	<b>1.515</b>	<b>2,07</b>	<b>440.882</b>	<b>47,34</b>	<b>960</b>	<b>1,59</b>	<b>274.960</b>	<b>41,06</b>
<b>Total geral</b>	<b>73.049</b>	<b>100</b>	<b>931.320</b>	<b>100</b>	<b>60.377</b>	<b>100</b>	<b>669.651</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2009; 2019). Organização: Claudemir Martins Cosme.

Nessa análise, é preciso levar em conta que, no Semiárido alagoano, houve uma dinâmica de diminuição do número de estabelecimentos (-17,3%) e de área (-28%) como um todo, passando de um total de 73.049 estabelecimentos e 931.320 ha de área, em 2006, para 60.377 e 669.651, em 2017 (somados os dados de produtor sem área). Não obstante, a redução nos médios e grandes estabelecimentos foi mais significativa do que nos pequenos, ou seja, os estabelecimentos maiores de 100 ha perderam 37,60% (165.922 ha) da área que concentravam, ao passo que, nos de menos de 100 ha, a redução foi de 19,5% (95.747 ha).

É importante destacar que não houve uma transferência direta das terras dos grandes e médios estabelecimentos para os pequenos, apesar de acreditarmos que a luta pela terra e, através dela, a conquista de 178 assentamentos rurais tenha influenciado nessa dinâmica. Somente pesquisas mais aprofundadas demonstrarão com precisão as causas desse processo. Hipoteticamente, a especulação imobiliária, com a transformação de espaços rurais em loteamentos urbanos, a concentração hídrica e a ausência de uma rede de irrigação, fazendo do Semiárido uma região onde as irregularidades das precipitações ainda castigam o campesinato, os indígenas e os quilombolas, que resistem e enfrentam o latifúndio nesse espaço.

Aliás, de forma bem mais gritante do que a realidade do Semiárido em sua totalidade, o minifúndio é um problema estruturante do campo no Semiárido alagoano. Se somarmos os dados dos estabelecimentos das classes de área de menos de 50 ha, inferior aos 70 ha do módulo fiscal da maioria dos municípios que compõem esse Semiárido, chegaremos a 96,5% do total geral os estabelecimentos, ou seja, 69.829 famílias/sujeitos que resistem precariamente nessas condições de acesso à terra (ver **Tabela 2**). Apesar de reduzida, é mister não esquecer a presença do latifúndio no Semiárido alagoano. Segundo dados oficiais do IBGE (2019), não explicitados na **Tabela 2**, são 24 estabelecimentos no extrato de área de 1.000 a menos de 2.500 hectares, com 38.983 de área total, com área média de 1.624 ha. Já no extrato de 2.500 a menos de 10.000 ha são 5, com 16.915 ha, uma área média de 3.383 ha.

A realidade agrária no campo do Semiárido brasileiro e alagoano corrobora a leitura de Oliveira (2007), que, ao analisar os registros oficiais, tanto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como também do IBGE, destaca que a modernização da agricultura brasileira, sem a realização de uma reforma agrária, veio acompanhada de um processo de crescente concentração fundiária, portanto, legando ao século XXI um país profundamente desigual no acesso, na posse e na propriedade da terra. De um lado, as grandes propriedades, concentrando suas terras em extensos latifúndios; de outro, a pequena propriedade, em sua maioria minifúndios camponeses. Nesses termos, a verdadeira reforma agrária, que transforme a estrutura agrária brasileira, portanto, que produza uma outra região semiárida, baseada em relações democráticas de acesso à terra, como preconizou Ab'Sáber(1999), ainda é uma utopia a ser conquistada pelo conjunto da sociedade neste País.

## Considerações finais

As forças da contrarreforma agrária, historicamente, conseguiram produzir uma visão social de mundo ideológica, conservadora e alienante, acerca do debate da reforma agrária na sociedade brasileira, assim perpetuando a concentração fundiária no campo brasileiro, não sendo diferente no Semiárido alagoano. Através da violência, da grilagem de terra e, atualmente, da narrativa da mídia hegemônica, continua a construção do endeusamento do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, dos povos indígenas e quilombolas. A reforma agrária, como determina o texto da Constituição de 1988, não é realizada pelo Estado. A criminalização e a violência contra os movimentos e organizações sociais, que lutam e defendem essa política, historicamente, faz parte do conjunto da estratégia da burguesia latifundista.

A campanha midiática exaustiva da Rede Globo, com a marca do “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, é um exemplo do trabalho de alienação de mentes e corações diariamente, escondendo todo o lado obscuro presente em cada espaço onde o agronegócio territorializa-se ou monopoliza. Mas o espaço agrário é muito mais do que apenas o desejo voraz dessa burguesia latifundista. Para desconstruir o mito do agronegócio, é necessário o debate sobre como a lógica mercantil, puramente economicista e concentradora, vem desfigurando o texto constitucional no tocante à função social da propriedade da terra. É preciso a sociedade brasileira ter total consciência sobre como está concentrada a posse, o uso e a propriedade da terra no Brasil do século XXI e, por conseguinte, entender a realidade de milhões de brasileiros que têm o direito a esse bem comum da natureza, fundamental para existência da vida, violado.

O Governo atual de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), uma continuidade acelerada do Governo neoliberal Temer, implodiu definitivamente a estratégia lulista de um Governo a partir da conciliação de classe. Totalmente alinhado aos interesses da burguesia latifundista, representada pela bancada ruralista no Congresso Nacional, autodenomina-se abertamente inimigo de qualquer possibilidade de dialogar sobre o tema da reforma agrária com os movimentos sociais do campo, alimentando, a partir da figura do próprio presidente, uma narrativa preconceituosa e violenta contra os que lutam pela terra e pelo território. Nesse período, a violência, especialmente contra os povos indígenas, aumentou em todo o País. As forças da contrarreforma agrária, que dão sustentação ao atual Governo, congelaram, literalmente, qualquer iniciativa acerca da criação de assentamentos rurais. Dados oficiais do Incra (2020) apontam que, durante o ano 2019, não houve assinatura de decreto de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Além da violência e da paralisação das ações do Incra, a construção do discurso ideológico a favor do agronegócio e de criminalização da luta social, em um Governo que se intitula pretensamente neutro, é uma tática para arrebanhar e alienar setores sociais contra um possível debate acerca da necessidade da reforma agrária. Além do mais, outra frente do Governo Bolsonaro e de setores do agronegócio no Congresso Nacional é a busca de ampliar o processo de regularização

da grilagem de terra, por meio do Projeto de Lei (PL) 2.633/2020, que substituiu a Medida Provisória (MP) nº. 910, de 10 de dezembro de 2019<sup>21</sup>.

Nesse bojo, é imprescindível que os setores médios dessa sociedade, presentes especialmente no espaço urbano, compreendam que a concentração fundiária gera um prejuízo para o conjunto social, pois está diretamente afetando a produção de alimentos saudáveis, a geração de emprego e renda e, notadamente, a questão ambiental, que se aprofunda no País a partir do modelo químico-dependente do agronegócio, e a questão urbana, com cidades que sofrem com um campo vazio face à expulsão pela negação do acesso à terra. Somente a partir desse entendimento, a sociedade compreenderá que a bandeira da reforma agrária não é apenas do sem-terra, do indígena ou do quilombola: ela é uma bandeira de todos aqueles que desejam um País livre de desigualdades e efetivamente democrático no campo e na cidade.

## Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So103-40141999000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40141999000200002)>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Camponeses e canavieiros**: razões e significados da migração do Semiárido para a Zona da Mata alagoana. 2016. 228f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/158>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ALENTEJANO, Paulo. **Alerta**: grilagem de terras dispara no país. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/alerta-grilagem-de-terras-dispara-no-pais/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do Governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Revista Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 12, p. 308-325, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/41319/20719>>. Acesso em: 27 set. 2019.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 3, p. 9-44, ago. 2010. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/149>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>21</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm)>. Acesso em: 23 mai. 2020.



ANTUNES, Ricardo. O colapso do Governo Dilma e do PT no Brasil. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 57, 2015. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revistaherramienta-n-57/o-colapso-do-governo-dilma-e-do-pt-no-brasil>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=579494&id=16434803&idBinario=16434817>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA). **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo Censo Agropecuário 2017. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 21, n. 1, abr. 2020a. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7336/pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária**: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. 2019. 522f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35353>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

COSME, Claudemir Martins. Luta camponesa, indígena e quilombola face à barbárie do agronegócio no Brasil: a contrarreforma agrária se aprofunda em tempos-espacos de golpe. In: CANUTO, Antônio et al. (Coord.). **Conflitos no Campo**: Brasil 2017. Goiânia: CPT Nacional, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

COSME, Claudemir Martins. **A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil**: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará. 2015. 292f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da



Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <[http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/claudemir\\_martins.pdf/view](http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/claudemir_martins.pdf/view)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA). Questão agrária e desigualdades no Brasil. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: Ministério da Economia/IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 10**: Evolução do Índice de Gini, segundo as Unidades da Federação (1985/2006). Brasília, 2006. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/tab\\_brasil/tab10.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab10.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2019.

LEITE, José Correa. O PT e a construção de uma sociedade neoliberal no Brasil. In: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (Orgs.). **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

LIMA, José Carlos da Silva. **Terra, poder e liberdade: a ocupação Sem-Terra na Flor do Bosque**. 2016. 162p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1713>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 9. ed. São Paulo: Busca Vida, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Sousa. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Notas sobre os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017. In: SANTOS, Joseja de Lisboa; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Laiany Rose Souza (Orgs.). **Ajuste espacial do capital no campo**: questões conceituais e r-existências. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Revista Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 12, p. 218-258, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41315/20712>>. Acesso em: 27 set. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.

Disponível em:<<http://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no Governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. Disponível em: <[http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo\\_capitalista.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da; SILVA, Isolete Wichinieski. **Conflitos no Campo**: Brasil 2010. Goiânia: CPT Nacional, 2011. p. 107-114. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/192-conflitosnocampo2011?Itemid=0>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *et al.* A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **Revista Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 2, Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41338>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *et al.* A contra reforma na lei e na marra: Brasil (2015-2017). In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo**: Brasil. Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 410p. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAUER, Sergio; SOUZA, Marcos Rogério de. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, V. L. S.; WHITAKER, D. C. A. **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204234-487363-lt\\_Reforma\\_Agrria\\_e\\_Dese-3024628.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204234-487363-lt_Reforma_Agrria_e_Dese-3024628.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SAUER, Sérgio; MÉSZÁROS, George. La economía política de la lucha por la tierra bajo los gobiernos del Partido de los Trabajadores en Brasil. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (Orgs.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo, v. 1, 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2018. p. 315-347.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra**: crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil**: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no Governo Lula. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 4, n. 1, 2003. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/819>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

# A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM EUROPEIA E SUA INFLUÊNCIA NO POLO JUAZEIRO/PETROLINA – BRASIL<sup>22</sup>

Raimunda Áurea Dias de Sousa<sup>23</sup>

## Introdução

O incentivo à modernização da agricultura para alcançar o mercado externo, principalmente nos países pobres, possibilitou ao Sertão nordestino banhado pelo rio São Francisco –*polo de desenvolvimento* –, composto pelos municípios de Juazeiro, ao norte da Bahia, e Petrolina, ao sul de Pernambuco, ser um marco da fruticultura irrigada nos Perímetros Irrigados: Bebedouro, Nilo Coelho (Petrolina) e Salitre (Juazeiro).

O recorte geográfico apresentado foi e continua sendo escolhido por ser Juazeiro/Petrolina um polo de agronegócio centrado na fruticultura e voltado para atender ao mercado externo, especialmente à Europa, que, por meio da Política Agrícola Comum Europeia e da Organização Mundial do Comércio, tem controlado a produção no polo, mediante a forma de cultivo, o tipo de produto a ser produzido e as relações de trabalho, deixando a agricultura familiar bastante vulnerável e sem condições de competição e de produção de um produto orgânico ou agroecológico<sup>24</sup>, realidade vivenciada também pelos pequenos agricultores dos países europeus estudados.

Desse modo, a presente pesquisa foi norteadada pelo seguinte problema: por que a Política Agrícola comum Europeia, ao se relacionar com países de terceiro, como é o caso do Brasil, Polo Juazeiro/Petrolina, faz o controle da produção por meio de selos que atestam a qualidade do produto, permitindo o uso de agrotóxicos ainda que em quantidades menores?

Assim, esta pesquisa teve como objetivo-geral compreender como a Política Agrícola Comum Europeia controla e incentiva o aumento da produção e da produtividade, via uso de agrotóxicos tanto no mercado interno e, especialmente, no externo, como é o caso do Polo Juazeiro/Petrolina.

<sup>22</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap3\_56-75

<sup>23</sup> Doutora em Geografia pela UFS e Professora Associada II-F do Campus Petrolina da UPE. Coordena o Centro de Estudos Agrários e é líder do Grupo de Pesquisa em Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco.

<sup>24</sup> Agroecologia é a práxis social e produtiva dos camponeses em que, a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular, criam-se e manejam-se sistemas produtivos diversificados, que têm a natureza como aliada, não como inimiga (MST, 2018). Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst.html>>. Acesso em: 22 set. 2019.



A necessidade de discutir a problemática proposta e alcançar o objetivo desejado conduziu a uma reflexão crítica do modelo agrícola implantado no Polo Juazeiro/Petrolina nos últimos anos, completamente controlado por políticas externas, como é o caso da Política Agrícola Comum Europeia (PAC). Desse modo, a dimensão histórica dialética é a garantia da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais mundiais. Assim, para entender a dialética da disputa entre mercado interno e externo no que se refere à apropriação da terra, a partir do controle da produção e do uso de agrotóxicos para exportação, em detrimento da produção local, é imprescindível uma compreensão de que a vida não é um amontoado de pequenos segmentos, “ela é uma totalidade que se insere numa totalidade maior, que é a nossa sociedade, que não existe sem a sua relação unitária (não identitária) com outra totalidade que é a natureza. São essas totalidades que constituem o ser” (NETTO, 2011, p. 336).

Na análise do autor, o método de pesquisa, nesse caso, o materialismo histórico e dialético,

[...] propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2013, p. 22).

Tendo como base o método de análise, Minayo (1993) ilustra que a dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas e exterioridade dos fenômenos. Nesse sentido, Netto (2011) mostra que a dialética é um movimento real. Mas, para que ela apareça como um movimento real, há que estar equipada intelectualmente, para poder apreender esse movimento do real – ele não é imediatamente visível.

Assim, os caminhos percorridos centram-se nos seguintes eixos de operacionalização: **Levantamento e análise bibliográfica** – ocorreram, durante todo o período de realização das pesquisas, o levantamento, a leitura e a análise da bibliografia disponível, no sentido de buscar consistência teórica aos seus referentes básicos, baseada em autores que tratam a Política Agrícola Comum Europeia – Montiel (2018), Carvalho (2016), Boza e Ardavin (2015), Serrano (2007); **Transformações no campo** – Oliveira (1998; 2016), Sousa (2013), Mészáros (2011), Marcos (2008), dentre outros, por considerar que esses permitem apreender o movimento real sem descartar a historicidade;

**Análise documental** – consideraram-se: fichas temáticas da Política Agrícola Comum;

**Pesquisa de campo** – baseou-se na análise qualitativo-quantitativa, por meio de: entrevistas com sujeitos envolvidos diretamente na produção e apropriação da produção, o que significa pequenos produtores e empresas em Portugal e, continuamente, no Polo Juazeiro/Petrolina.

A pesquisa possibilitou perceber que qualquer processo de conhecimento eficaz tem que ser social e coletivo. Mas, se não houver aí uma inserção na teoria, pode-se não revelar a essência contida na aparência dos fenômenos.

## **A Política Agrícola Comum Europeia e a abertura para o mercado agrícola**

A agricultura foi pensada, na Europa, como um setor econômico que merecesse uma proteção por parte do Governo, e isso ficou evidente após a Segunda Guerra Mundial, particularmente, nos anos de 1950, quando se iniciou o processo de integração nacional do continente. A base para integração constituía-se na esfera agroalimentar dentro da compreensão das necessidades comuns de assegurar o fornecimento de alimentos à população, escassos durante a guerra, e a paridade da renda do setor agrícola.

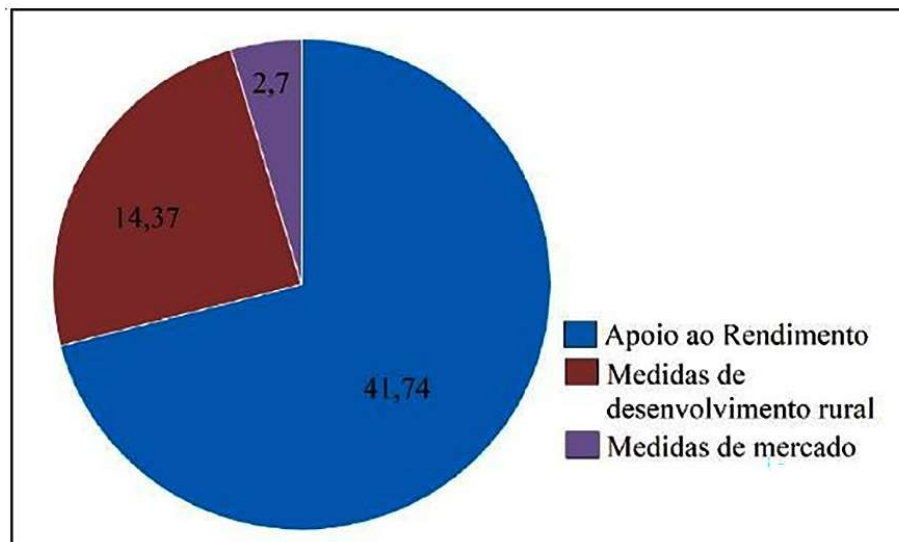
Dentro dessa perspectiva, em 1957, é assinado o Tratado de Roma, instituindo a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e um mercado comum para os países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, fortemente marcados pela intervenção estatal. Para a consolidação do tratado, traçou-se como objetivo trabalhar no sentido da integração e do crescimento econômico por meio das trocas comerciais. Para isso, seria necessário que os produtos agrícolas fossem incluídos na livre circulação de mercadorias, mantendo, simultaneamente, uma intervenção pública no setor, suprimindo os mecanismos de intervenção nacionais incompatíveis com o mercado comum, a fim de transpô-los ao nível comunitário.

Nesse sentido, a Política Agrícola Comum Europeia é originária do Tratado de Roma, sendo efetivada em 1962, com os seguintes objetivos definidos pelo art. 39 do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia (TFUE): a) apoiar os agricultores e melhorar a produtividade agrícola, para que os consumidores tenham uma oferta estável de alimentos a preços acessíveis; b) garantir que os agricultores da União Europeia (UE) possam ter uma vida razoável; c) ajudar a combater as alterações climáticas e a gestão sustentável dos recursos naturais; d) manter áreas rurais e paisagens em toda a UE; e) manter viva a economia rural, promovendo o emprego na agricultura, nas indústrias agroalimentares e nos setores associados. A fim de financiar esses objetivos, foi criado, no ano de 1962, o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (Feoga), que, posteriormente, foi transformado em Fundo Europeu Agrícola (Feaga) e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader)<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> O financiamento da Política Agrícola Comum foi, tradicionalmente, assegurado por um único fundo, o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (Feoga). Em 1964, este dividiu-se em duas seções: a) Garantia – tinha por objeto o financiamento das despesas decorrentes da aplicação da política dos mercados e dos preços, ou seja, financiava integralmente as medidas de intervenção nos mercados; b) Orientação – contribuía para o financiamento das operações da política estrutural e do desenvolvimento das zonas rurais. O Regulamento (CE) nº. 1.290/2005 (JOL 209, de 11.08.2005, p. 1) dividiu o Feoga em dois fundos distintos, a saber: o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (Feaga) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader). O primeiro financia, principalmente, os pagamentos diretos aos agricultores e as medidas que regulam ou apoiam os mercados agrícolas. Já o segundo cofinancia o reforço da competitividade dos setores agrícola e florestal, as medidas agroambientais, a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e o incentivo à diversificação da economia rural, bem como a constituição de capacidades locais, ou seja, financia a contribuição da UE para

Enquanto política comum para todos os países da União Europeia, a PAC é gerida e financiada em nível europeu, a partir dos recursos do orçamento da UE, conforme gráfico que segue.

**Gráfico 1** - Financiamento da União Europeia destinado à agricultura



**Fonte:** União Europeia. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/cap-glance>>. Acesso em: 03 jan.2019.

A partir do gráfico, percebe-se que do orçamento-geral da União Europeia, de 160,113 milhões de euros, em 2018, 36,73% são destinados à agricultura, especialmente no que se refere ao primeiro e ao segundo pilares da PAC, respectivamente, sistema de pagamentos diretos aos agricultores e medidas para gerir os mercados agrícolas, bem como a política de desenvolvimento rural.

Além de objetivos, a referida política é orientada por princípios básicos que, segundo Montiel (2009), são: **unicidade do mercado**(envolvendo a liberalização do comércio dentro dos limites), **preferência comunitária**(que resultou em protecionismo contra terceiros) e a **solidariedade financeira comum**(sendo o financiamento da Política Agrícola Comum para o Orçamento Comunitário).

Mesmo com objetivos e princípios definidos, os agricultores da Comunidade Econômica Europeia, apoiados por preços mínimos garantidos, atingiram, nos anos de 1970, uma elevada produção de alimentos além do necessário, o que resultou em excedentes dispendiosos e constrangedores em termos políticos. Nesse sentido, no início dos anos de 1980, foram introduzidas medidas destinadas a adaptar mais a produção à procura de mercado, bem como estratégias para diminuir o excedente. Todas elas destacavam-se como prioridade à manutenção de um setor rural ativo, mas dentro de uma lógica de diversificação produtiva e valorização dos recursos do território. Para Boza e Ardavín (2015, p. 7), “aunque

---

os programas de desenvolvimento rural. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/106/o-financiamento-da-pac>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

se introdujeron medidas correctoras, los ejes fundamentales de la PAC siguieron siendo los mismos que durante los pasados 30 años, manteniéndose una política sesgada al proteccionismo e intervención en base a la actuación sobre mercados y precios<sup>26</sup>”.

Seguindo essa linha de pensamento, Montiel (2009, p. 1) explica que

El funcionamiento interno de la PAC se centró esencialmente en una intervención de precios mínimos mediante precios de compra garantizados por parte del Estado. Esta política de precios mínimos requería una fuerte protección exterior del mercado agrario para evitar la caída excesiva de los precios dentro de la UE. El incremento en la producción agraria y la consiguiente caída de precios fue el resultado de la combinación de la industrialización agraria y el estímulo de los precios garantizados de la PAC, reforzándose ambos mecanismos. La existencia de excedentes hacía más dependientes a los agricultores de los precios subvencionados y estimulaba la búsqueda de mayores producciones para compensar los bajos precios entrando en un círculo vicioso productivista de fuertes impactos sociales y ecológicos<sup>27</sup>.

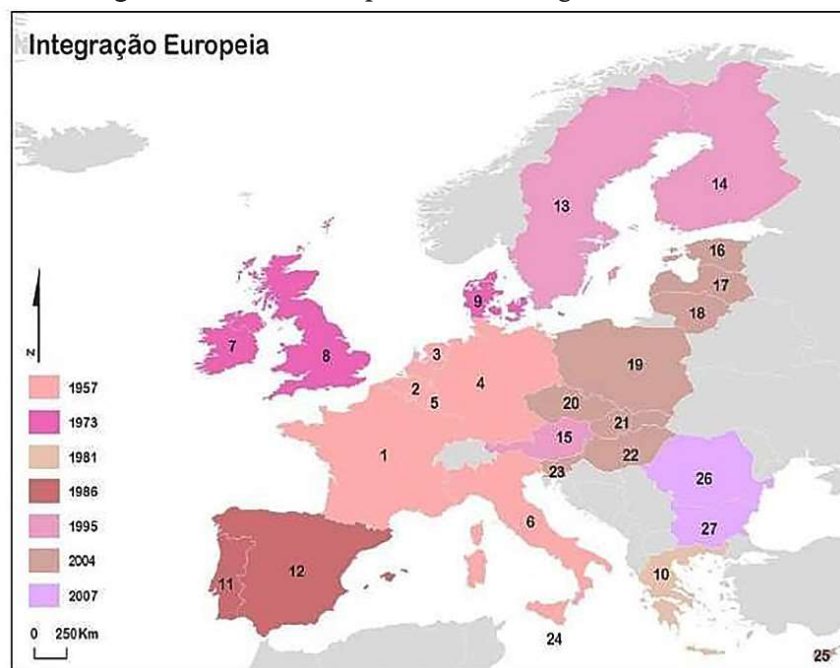
Os excedentes significativos teriam, necessariamente, de ser exportados para outros países por um longo tempo, com a ajuda de subsídios do Governo. É aí que, nos anos de 1990, a Comunidade Econômica Europeia transformou-se em União Europeia, na qual, atualmente, constam 27 membros.

<sup>26</sup> [...] “apesar de medidas corretivas terem sido introduzidas, os eixos fundamentais da PAC seguiram sendo os mesmos dos últimos 30 anos, mantendo-se uma política inclinada ao protecionismo e à intervenção baseada na atuação sobre mercados e preços” (BOZA E ARDAVÍN (2015, p. 7, **tradução nossa**).

<sup>27</sup> O funcionamento interno da PAC centrou-se essencialmente em uma intervenção de preços mínimos mediante preços de compra assegurados por parte do Estado. Esta política de preços mínimos demanda uma forte proteção externa do mercado agrícola para evitar a queda excessiva dos preços dentro da UE. O incremento na produção agrícola e a consequente queda dos preços foi resultado da combinação da industrialização agrícola e do estímulo dos preços assegurados da PAC, reforçando ambos os mecanismos. A existência de excedentes tornava os agricultores mais dependentes dos preços subsidiados e estimulava a busca de maiores produções para compensar os baixos preços, entrando num círculo produtivista vicioso de fortes impactos sociais e ecológicos. (MONTIEL, 2009, p. 1, **tradução nossa**).



**Figura 1 - União Europeia/Política Agrícola Comum<sup>28</sup>**



Fonte: Adaptado de: <<http://noseahistoria.files.wordpress.com/2012/04/aue-em-2007>>.

Execução: Fontes I. S. Lisboa/PT, 2012.

**Legenda:**

1-França	12-Espanha	23-Eslovênia
2-Bélgica	13-Suécia	24-Malta
3-Holanda	14-Finlândia	25-Chipre
4-Alemanha	15-Áustria	26-Romênia
5-Luxemburgo	16-Estônia	27-Bulgária
6-Itália	17-Letônia	
7-Irlanda	18-Lituânia	
8-Reino Unido	19-Polônia	
9-Dinamarca	20-República Checa	
10-Grécia	21-Eslováquia	
11-Portugal	22-Hungria	

De acordo com Boza e Ardavín (2015, p.7), “dichas ampliaciones habrían tenido un resultado muy desigual en el contexto agrícola comunitario, dadas las marcadas diferencias estructurales entre países<sup>29</sup>”.

Conforme Serrano (2007, p.162),

La Política Agraria Común (PAC) de la Unión Europea (UE) casi siempre ha sido interpretada y valorada de forma positiva, destacando sus excelencias: única política verdaderamente a todos los países de la Unión, programa destinado a mantener la actividad agraria en el campo comunitario, instrumento clave del desarrollo rural, entre otras virtudes<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, foi oficializada em 2020.

<sup>29</sup> [...] “dichas ampliaciones teriam um resultado muito desigual no contexto agrícola comunitario, dadas as marcantes diferenças estruturais entre países” (BOZA E ARDAVÍN, 2015, p. 7, **tradução nossa**).

<sup>30</sup> A Política Agrária Comum (PAC) da União Europeia (UE) quase sempre tem sido interpretada e valorada de



As contradições no interior da PAC passaram a ser perceptíveis, pois, embora os objetivos da Política tenham sido detalhados no tratado, os mecanismos específicos que deveriam ser atingidos não o foram, justamente porque, segundo Sousa (2013), o Governo deveria subsidiar a produção e, em seguida, extrair dos trabalhadores o que eles ganhavam para retirar os produtos em excesso do mercado, sendo que esses produtos, depois, tinham que receber auxílios para tornar a sua exportação rentável ou tinham que ser armazenados ou destruídos, gerando novos custos. Essa realidade justificaria as reformas que, substancialmente, vieram a ocorrer após trinta anos de existência da Política Agrícola Comum:

**a) 1992** – passa do apoio ao mercado para o apoio ao produtor. O apoio aos preços é reduzido e substituído por pagamentos diretos aos agricultores. Eles são encorajados a ser mais amigos do meio ambiente. A reforma coincide com a Cúpula da Terra do Rio de 1992, que lança o princípio do desenvolvimento sustentável.

O Reglamento (CEE) Nº. 2078/92, el cual crea una partida dentro del FEOGA para el financiamiento de prácticas agrícolas sustentables. El fin último de estas iniciativas era configurar un sistema agrícola más respetuoso, cuyos rendimientos por hectárea fueran menores, buscando con ello la reducción de los excedentes productivos y, por tanto, del fuerte gasto para el presupuesto europeo implicado<sup>31</sup>. (BOZO; ARDAVÍN, 2015, p. 8).

**b) 2003** –a PAC fornece suporte de renda. Uma nova reforma corta a ligação entre os subsídios e a produção. Os agricultores recebem, agora, um apoio ao rendimento, desde que cuidem dos terrenos agrícolas e cumpram os padrões de segurança alimentar, ambiental, saúde animal e bem-estar;

**c) 2013** –a Política é reformada para reforçar a competitividade do setor, promover a agricultura e a inovação sustentáveis, apoiar o emprego e o crescimento nas zonas rurais e transferir a assistência financeira para o uso produtivo da terra;

**d) 2014-2020** –será condicionada, tendo como base dois objetivos: 1)melhorar a produtividade e a competitividade da agricultura comunitária. Nesse primeiro objetivo, visa a um maior conhecimento para inovação tecnológica, abertura de crédito rural, culminando com o *marketing* do produto; 2)conseguir melhor estratégia frente à conservação do meio ambiente e às mudanças climáticas, por meio da promoção de ações que surgem tanto dos produtores quanto dos Estados-membros.

---

forma positiva, destacando suas excelências: única política verdadeiramente destinada a todos os países da União, programa destinado a manter a atividade agrária no campo comunitario, instrumento chave do desenvolvimento rural, dentre outras virtudes.

<sup>31</sup> O Regulamento (CEE) Nº. 2078/92, o qual cria uma linha dentro do FEOGA para o financiamento de práticas agrícolas sustentáveis. O fim último dessas iniciativas era configurar um sistema agrícola mais respeitoso, cujos rendimentos por hectare foram menores, buscando com isso a redução dos excedentes produtivos e, portanto, da pesada despesa para o orçamento europeu em causa. (BOZO; ARDAVÍN, 2015, p. 8, **tradução nossa**).

Para o alcance do segundo, procura-se assegurar a abordagem multifuncional<sup>32</sup> da agricultura europeia já incentivada pela agenda 2000, mediante sistema de subsídios relativos às áreas socioeconômica, ambiental e territorial.

As reformas propostas pela PAC sinalizam uma política como todas as criadas no sistema do capital, cuja finalidade é reformar o capitalismo sem alterar sua essência capitalista. Por isso, na atualidade, é mais voltada para a *concorrência* e um sistema de ajuda direta, dissociado da produção, ou seja, ao *tamanho da propriedade*. Essas características são fundamentais para que o capitalismo expanda-se com todas as contradições, seja no campo ou na cidade. Mészáros (2011) ilustra que não há possibilidade de reforma que leve a transformações estruturais do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, as reformas para viabilizar a produção a partir da Política Agrícola Comum são continuamente pensadas. Agora, é a PAC do futuro, correspondente ao período de 2021-2027. Esta quer priorizar as pequenas e médias explorações agrícolas e incentivar os jovens agricultores a aderir à profissão. Dentre seus objetivos, estão: aumentar a competitividade, preservar paisagens e biodiversidade, proteger a qualidade dos alimentos e da saúde etc.

Praticamente todas as reformas envolvem as ideias da competição e a temática ambiental como prioritárias. Todavia, é preciso ilustrar que não tem como o sistema do capital garantir sua expansão sem a competitividade de mercado e a destruição da natureza, ainda que, em países da União Europeia, não ocorram de maneira alargada, como acontecem nos países em desenvolvimento.

Por mais importante que seja – mais que importante, literalmente vital – como “questão única” em torno da qual variedades do movimento verde tentavam articular seus programas de reforma como um meio de penetrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida, o incontestável imperativo da proteção ambiental se revelou inadministrável, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para sua implementação. O sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 94-95).

A PAC do Futuro, ao reconhecer que as grandes propriedades eram mais atendidas com recursos financeiros, volta seu apoio para as pequenas e médias explorações agrícolas.

El desacoplamiento de las ayudas agrarias transforma los precios subvencionados en “ayudas dissociadas de la producción”, de forma que las explotaciones agrarias reciben ayudas en forma de un “pago único por explotación o hectárea” calculado a partir del importe histórico de las ayudas recibidas. Se trata de ayudas incluidas en la “caja verde” que no puedan ser

<sup>32</sup> Um modelo em que o agricultor executa diversas funções fora da agricultura e da pecuária (SOUSA, 2013).

denunciadas en la OMC. Se argumenta que la mayor orientación al mercado de las producciones liberadas de los precios garantizados eliminará excedentes. Sin embargo, existen algunas contradicciones importantes. El cálculo del pago único se hace a partir de los montantes de ayudas pasadas, lo que consolida el productivismo histórico premiando a las explotaciones de mayores dimensiones y manteniendo la fuerte desigualdad en la distribución de las ayudas a favor de las explotaciones de mayores dimensiones y en contra de las explotaciones pequeñas y tradicionales. Estas ayudas contribuyen a mantener la producción industrial agroalimentaria que prima los rendimientos y la rentabilidad sobre cualquier otra cuestión social o ecológica. Sin embargo, estas ayudas no favorecen un modelo de agricultura tradicional sostenible orientado a la generación de empleo y el mantenimiento de los agroecosistemas que muestra mayores dificultades para competir en los mercados<sup>33</sup>. (MONTIEL, 2009, p. 3).

Isso evidencia que a questão comunitária perde seu significado. Assim, Mészáros (2011, p. 269) elucida:

Pelas mesmas razões, não é menos problemático pensar na articulação e no funcionamento interno sustentável do “microcosmo” do sistema do capital baseados na existência de uma igualdade verdadeira. Isto exigiria a existência de um “macrocosmo” socioeconômico abrangente totalmente diferente – e harmonioso – ou postular a misteriosa transformação das “microestruturas” hipostatizadas, verdadeiramente igualitárias, num conjunto antagônico.

Nota-se que igualdade e desigualdade fazem parte do mesmo processo antagônico típico do sistema do capital, quando tenta ocultar a igualdade substantiva que se encontra em oposição à igualdade formal e à pronunciada desigualdade hierárquica substantiva dos processos de tomada de decisão do capital.

É importante destacar que as reformas que ocorreram no interior da PAC não se fizeram por uma necessidade somente da própria Política que se expandia. Na medida em que alargava, a União Europeia promovia alterações nos tratados<sup>34</sup> e processos de decisões, mas de uma totalidade guiada pela expansão do capitalismo.

<sup>33</sup> A dissociação das ajudas agrárias transforma os preços subsidiados em “ajudas dissociadas da produção” de forma que as explorações agrárias recebem ajudas em forma de um “pagamento único por exploração ou hectare”, calculado a partir do montante histórico das ajudas recebidas. Trata-se de ajudas incluídas na “caixa verde” que não podem ser denunciadas na OMC. Argumenta-se que uma maior orientação ao mercado das produções liberadas dos preços assegurados eliminará excedentes. Contudo, existem algumas contradições importantes. O cálculo do pagamento único é feito a partir dos montantes de ajudas passadas, o que consolida o productivismo histórico beneficiando as explorações de maior dimensão e mantendo a forte desigualdade na distribuição das ajudas em favor das explorações de maior dimensão em detrimento das explorações pequenas e tradicionais. Estas ajudas contribuem para manter a produção industrial agroalimentar que prima pelos rendimentos e pela rentabilidade sobre qualquer outra questão social ou ecológica. Entretanto, estas ajudas não favorecem um modelo de agricultura tradicional sustentável, orientado à geração de emprego e à manutenção dos agroecosistemas, que apresenta maiores dificuldades para concorrer com os mercados. (MONTIEL, 2009, p. 3, **tradução nossa**).

<sup>34</sup> Os arts. 38 a 47 dos Tratados de Roma ficaram reservados à agricultura; seus objetivos permaneceram os mesmos ao longo das décadas e foram integrados ao Tratado de Lisboa em 2009 (CARVALHO, 2016).

Segundo Oliveira (2016), com a expansão do mercado consolidada pela política neoliberal<sup>35</sup>, passaram a ocorrer: **1)** a pregação neoliberal contra a agricultura, ou seja, contra subsídios de base familiar camponesa; **2)** os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, por meio da substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar<sup>36</sup>; **3)** a substituição dos estoques governamentais das políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais; **4)** a criação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio (OMC), como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais. A Organização foi resultado da Rodada do Uruguai, iniciada em 1986 e concluída em 1993, substituindo o Acordo-Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

Nessa referida Rodada, um dos temas mais polêmicos foi exatamente o agrícola. Na análise de Marcos (2008, p. 199),

O Acordo Agrícola, resultante das negociações conduzidas durante a Rodada do Uruguai, contém as regras que passariam a reger o comércio agrícola internacional. As discussões pautaram-se na definição destas novas regras e na identificação e classificação das políticas agrícolas adotadas pelos diversos países (denominada “oferta agrícola”) que, a partir da assinatura do Acordo, deveriam readequar-se àquelas determinadas coletivamente.

É nesse momento de expansão do capitalismo, segundo a autora, marcado pela liberalização dos mercados (dos países em vias de desenvolvimento), que deve estar a base da compreensão das desiguais situações de negociação entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento no mercado mundial. Montiel (2009, p.3) argumenta:

A partir de 1995 se produce una acelerada liberalización del comercio agrario que alcanzó los objetivos marcados de promover los intercambios comerciales y generar nuevas posibilidades de negocio rentable en los mercados globales. Pero, a su vez, las reducciones arancelarias dejaron desprotegidos los mercados de los países menos industrializados respecto a las importaciones industriales y agrarias subvencionadas. Estos países comprobaron cómo el acceso al mercado de los principales países industrializados continuaba bloqueado a través de las reformas de las políticas agrarias adaptadas a la nueva retórica de la OMC. Las posibilidades de desarrollar políticas agrarias

<sup>35</sup> Para Harvey (2004), o neoliberalismo foi uma espécie de desculpa encontrada para que o Estado, antes de se ocultar ou enfraquecer, passasse a trabalhar em prol do mercado e do grande capital internacional.

<sup>36</sup> A política neoliberal retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais de soberania alimentar, mas sim de segurança alimentar (OLIVEIRA, 2016).



en estos países se vieron fuertemente mermadas por la falta de recursos públicos, las obligaciones de la deuda y las restricciones de la caja ámbra<sup>37</sup>.

Mesmo estando nos acordos em que os países em desenvolvimento tivessem um tratamento mais favorável, não foi exatamente isso o que ocorreu, já que as exigências para que um produto agrícola de países de terceiros entrassem na UE, por exemplo, eram bastante altas, principalmente no que se refere às duas disposições da OMC: **a)** Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SFS) e **b)** Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (Adpic).

Esses acordos permitem uma certa flexibilidade na sua aplicação, a favor, por um lado, dos países em desenvolvimento membros da OMC (tratamento especial e diferenciado) e, por outro lado, dos países menos avançados (PMA) e dos países em desenvolvimento importadores líquidos de produtos alimentares (disposições especiais).

Com base no Acordo sobre Agricultura, os Estados-membros da OMC comprometeram-se a aplicar um programa de reforma das políticas agrícolas em três domínios essenciais<sup>38</sup>:

1. Acesso ao mercado – o acordo agrícola esforçou-se por melhorar o acesso aos mercados, que significa regras que disciplinam a utilização de medidas de proteção na fronteira para controlar a importação de produtos agropecuários;
2. Apoio interno – o acordo sobre Agricultura previu uma redução dos volumes de apoio diferenciada conforme a natureza das ajudas, classificadas em diferentes *caixas*<sup>39</sup>, em função da sua capacidade de distorção dos mercados agrícolas;

<sup>37</sup> A partir de 1995 é produzida uma acelerada liberalização do comércio agrícola que alcançou os objetivos estabelecidos de promoção dos intercâmbios comerciais e geração de novas possibilidades de negócio rentável nos mercados globais. Mas, por sua vez, as reduções alfandegárias deixaram os mercados dos países menos industrializados desprotegidos em relação às importações industriais e agrícolas subsidiadas. Esses países comprovaram como o acesso ao mercado dos principais países industrializados continuava bloqueado através das reformas das políticas agrícolas adaptadas à nova retórica da OMC. As possibilidades de desenvolver políticas agrícolas nesses países foram severamente prejudicadas pela falta de recursos públicos, obrigações de dívida e restrições da caixa ámbra (MONTIEL, 2009, p. 3, **tradução nossa**).

<sup>38</sup> Informações disponíveis nas fichas técnicas sobre a União Europeia (2017).

<sup>39</sup> **A Caixa Laranja** – também chamada Medida Global de Apoio (MGA) – junta o apoio associado aos preços com as ajudas não dissociadas da produção e não isentas da obrigação de redução. Deveria ser reduzida 20% em 6 anos, relativamente ao período de referência (1986-1988). Além disso, todos os membros da OMC podem aplicar a “cláusula de mínimos”, que permite excluir da MGA corrente o apoio de um montante inferior a 5 % do valor do produto considerado (ajudas específicas) ou da produção agrícola total (ajudas não específicas). Este limite máximo está fixado em 10 % para os países em desenvolvimento. **A Caixa Azul** – inclui as ajudas ligadas a programas de controle da oferta, que estão isentas de compromissos de redução: por exemplo, as ajudas diretas por superfície e os rendimentos fixos ou atribuídos para um determinado número de cabeças de gado (caso das ajudas compensatórias aprovadas em 1992 pela PAC). **A Caixa Verde** – inclui dois grupos de apoio: primeiro, diz respeito aos programas de serviços públicos (por exemplo, investigação, formação, divulgação, promoção, infraestruturas, ajuda alimentar interna ou reservas públicas para fins de segurança alimentar); segundo, refere-se aos pagamentos diretos aos produtores totalmente dissociados da produção. Tratam-se, sobretudo, de programas de garantias de rendimento e de segurança (catástrofes naturais, participação financeira do Estado para a garantia da colheita etc.), de programas que visam ao ajustamento das infraestruturas e de programas com vista à proteção do ambiente. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/fiches\\_techniques/2013/050207/04A\\_FT\(2013\)050207\\_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/fiches_techniques/2013/050207/04A_FT(2013)050207_PT.pdf)>. Acesso em: 03 jan.2020.



### 3. Subsídios às exportações – regras para evitar que o comércio internacional de produtos agrícolas seja distorcido pelo uso de subsídio.

Os acordos influenciaram as reformas da PAC, que, por sua vez, passou a ter uma abertura maior para o mercado, fortalecendo as empresas ligadas às certificações<sup>40</sup> que atestam a qualidade do produto, além de corporações ligadas a insumos químicos e da mecanização (industrialização da agricultura) e a introdução de sementes transgênicas estéreis, que aumentavam a dependência dos camponeses nos países subdesenvolvidos. Nesse clima de benefícios dos países ricos em detrimento dos países pobres, conduziu-se, em 1999, a Rodada de Seattle da OMC, que colocou em pauta a necessidade de se pensar alternativas para o processo de modernização da agricultura centrada na política do agronegócio<sup>41</sup>.

Logo em seguida, vem a Rodada de Doha de 2001, também conhecida como *Rodada do Desenvolvimento*, por destacar a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico nos países pobres, com motivação inicial voltada para a abertura de mercados agrícolas e industriais com regras que favoreçam a ampliação dos fluxos de comércio dos países em desenvolvimento.

Outras Rodadas da OMC ocorreram, dentre elas: Cancun (2003), Hong Kong (2005) e Genebra (2007), e nelas fica evidente o “fato de que a agricultura é, reconhecidamente, não apenas o ponto crítico do sistema do comércio global, como também o eixo de qualquer sistema de regras da economia global” (MARCOS, 2008, p. 2001). De acordo com a autora, os reais problemas:

como as condições de vida e produção dos camponeses nas diversas partes do mundo, a perda de biodiversidade fruto da introdução das sementes transgênicas e do aumento do número de extensas áreas monocultivadas, os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos ao ambiente, aos produtos e à saúde do trabalhador e do consumidor, a disponibilidade de alimentos no mercado interno ou a questão da segurança e soberania alimentares, que deveriam nortear qualquer Rodada de negociação sobre agricultura e comércio externo, são questões ausentes destas reuniões (MARCOS, 2008, p. 202).

Enquanto evidenciam-se os problemas nos países subdesenvolvidos, o Parlamento Europeu apoiou os esforços desenvolvidos pela UE em defesa do prosseguimento das negociações da Rodada de Doha, relativas à questão do “desenvolvimento” agrícola, e exortou reiteradamente a Comissão a salvaguardar os interesses dos produtores e dos consumidores

<sup>40</sup> As certificações realizam, além do controle estrito dos aspectos fitossanitários, cada uma das atividades, dos ambientes de trabalho e dos trabalhadores tendem a ser supervisionados pela aplicação das regras (CAVALCANTI, 2009, p. 64).

<sup>41</sup> O agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2005, p.66).

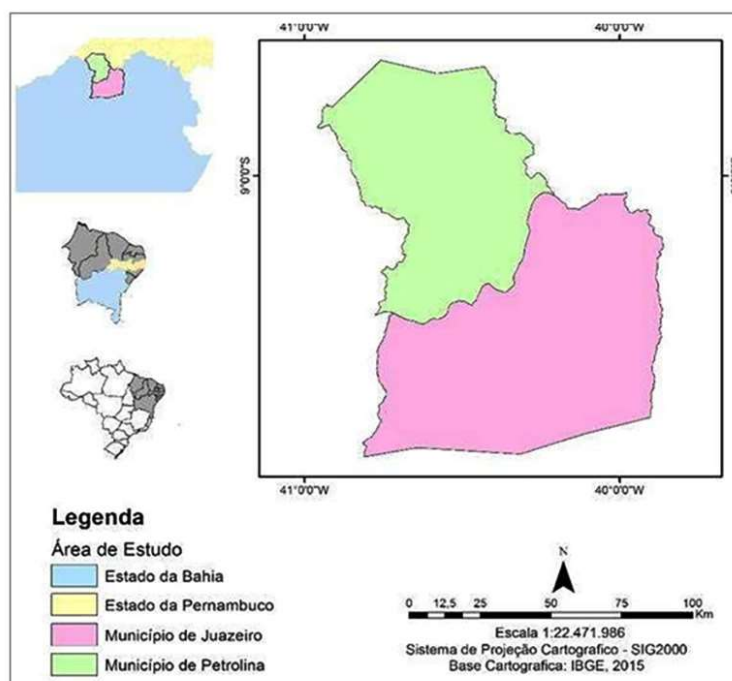
européus, bem como os interesses dos produtores dos países com os quais a UE tem, tradicionalmente, acordos: países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Espaço EuroMediterrânico, o México, o Chile etc. Esses acordos preferenciais devem também ser compatíveis com as regras da OMC e explicam o elevado nível de importações agrícolas da UE provenientes dos países em desenvolvimento.

Percebe-se, portanto, que a UE, com sua Política Agrícola, está preocupada com seus produtores e aqueles com os quais têm relação no mercado, sendo que essa preocupação não se estende à melhoria dos mesmos, mas na forma como é extraída a riqueza deles, seja pelo controle da terra via apropriação pelas grandes corporações ligadas à cadeia alimentar (insumos, selos, transgenia etc.), como pela transformação da terra em extensas áreas monocultivadas, visando ao mercado externo, como é perceptível no Brasil, por meio dos cultivos de cana-de-açúcar, soja, eucalipto, manga e uva no Vale do São Francisco, mais precisamente no Polo Juazeiro/Petrolina.

### A PAC e o agronegócio no Polo Juazeiro/Petrolina

No momento em que há abertura para o mercado paralelo às transformações da política agrícola dos Estados Unidos e da Política Agrícola Comum Europeia, nos anos de 1990, o Vale do São Francisco, particularmente o Polo de Desenvolvimento<sup>42</sup> Juazeiro-BA/Petrolina-PE (ver figura2), reestrutura-se, por meio da irrigação, para atender às demandas do mercado.

Figura 2 - Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA



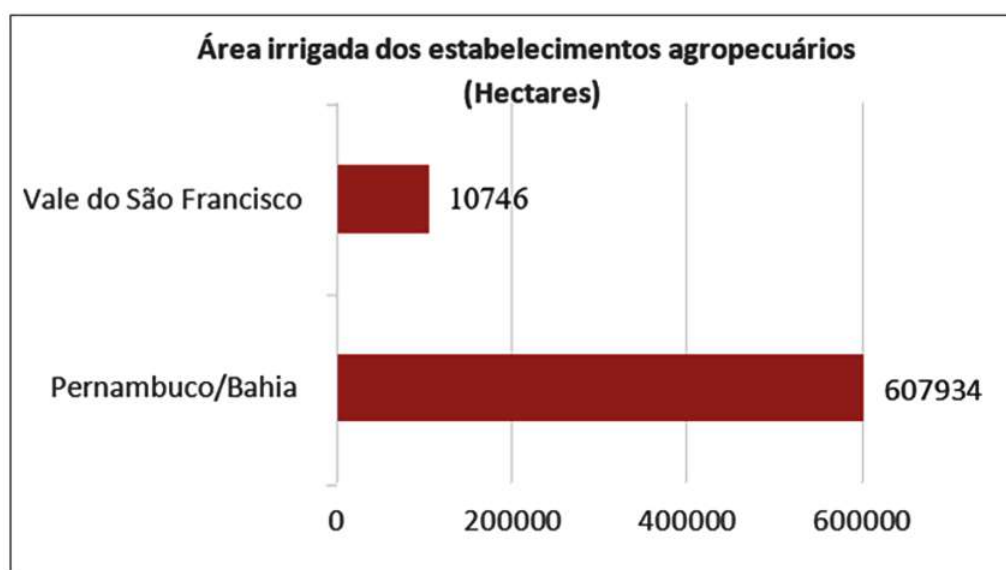
**Fonte:** Grupo de Trabalho: Monitoramento Ambiental Geotecnologia e Ensino (GTMageo), 2018.

<sup>42</sup> É uma denominação utilizada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), relativa às ações de instituições públicas e privadas que resultará, segundo a Companhia, numa expressiva melhoria dos indicadores socioeconômicos do Vale. Baseada em informações disponíveis em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/polos-de-desenvolvimento-1>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

Assim, a reestruturação da política agrícola para o campo, ordenada pela política macroeconômica externa e pela política agrícola interna, altera completamente o sentido da produção, assim como a escala de produção, desde a concretude, em Petrolina-PE, do Perímetro Irrigado Bebedouro, nos anos de 1960. Todavia, é nos anos de 1990, com o Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, que o agronegócio consolida-se, mediante as exportações de frutas frescas, e, com ela, a água, proveniente do rio São Francisco.

Segundo Gama da Silva (2009), a fruticultura no território do Submédio do Vale do São Francisco surgiu, timidamente, à sombra da agroindústria e tomou um grande impulso em meados dos anos de 1980, com a estruturação de uma base para exportação. A partir desse período, as frutas produzidas no Polo tiveram uma trajetória ascendente, com pequenas variações no volume exportado em função da instabilidade das políticas cambiais e do próprio mercado externo, até meados dos anos de 1990. “Entretanto, é a partir de 1997 que essa tendência se consolida e a participação das principais frutas produzidas voltadas para mercado externo (uva e manga) passa a contribuir com mais de 90% do volume das exportações do país”(idem, p.84).

**Gráfico 2** - Área irrigada: Comparativo dos municípios do Vale do São Francisco x Estados de Pernambuco e Bahia



Fonte: Censo Agropecuário, 2017. Elaboração: SOUSA, R.A.D. (2019).

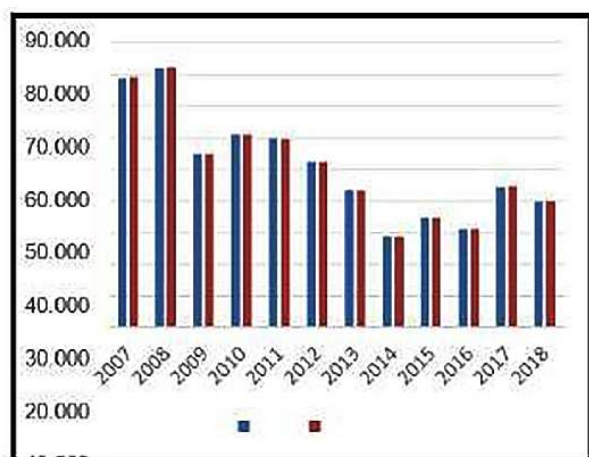
As transformações ocorridas não devem ser tratadas como uma discussão meramente “rural”, pois essa política agrária foi desenhada e vem operando dentro dos marcos estabelecidos pelas políticas de ajuste e pelas reformas estruturais capitaneadas pelo dueto Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

De acordo com essa linha de desenvolvimento, a criação dos Perímetros Irrigados no Polo, dentre eles o Senador Nilo Coelho, segue a política do Banco Mundial, pensada para o campo, o que significa que a “política agrária é, na verdade, subordinada ao objetivo

central do crescimento agrícola, o qual deve ser atingido, principalmente, com o aumento da produtividade da terra” (PEREIRA, 2006, p. 19).

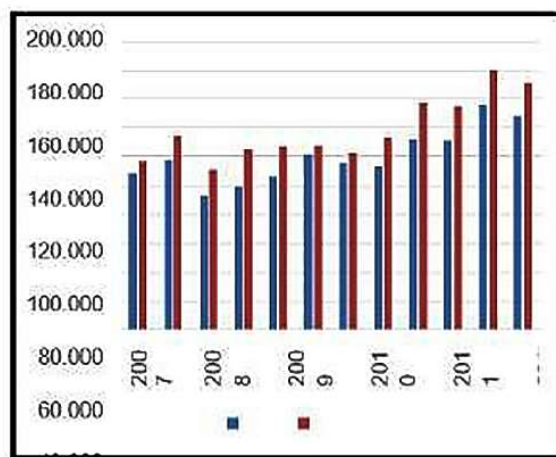
O crescimento agrícola, na análise do autor, demanda todo o pacote tecnológico comandado pelo capital (mecanização, insumos químico-minerais e, mais recentemente, biotecnologia). É dentro desse crescimento que se justifica o volume de investimento para consolidar os Perímetros Irrigados em funcionamento e os projetos Irrigados em vias de funcionamento. As grandes empresas associadas à Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport) têm contribuído para as exportações da fruticultura, principalmente para o mercado europeu, conforme **Gráficos 3 e 4**.

**Gráfico 03-** Histórico das exportações de uva, Vale do São Francisco x Brasil



Fonte: Valexport (2018).

**Gráfico 04-** Histórico das exportações de manga, Vale do São Francisco x Brasil



Fonte: Valexport (2018).

O volume das exportações não ocorreria se os grandes produtores do Polo não atendessem a cada um dos requisitos estabelecidos pela OMC e PAC, dentre eles a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, ou seja, padrões de segurança alimentar<sup>43</sup>, incluindo, especialmente, as empresas certificadoras<sup>44</sup>.

Conforme Sousa (2013), os principais selos utilizados no Polo voltados para o mercado externo são:

a) European Retailers Producers Working Group(GlobalGAP), da União Europeia, que substituiu o antigo EurepGAP, é um selo privado, criado em 1997 por um grupo de redes varejistas na Europa com o objetivo de garantir a segurança dos produtos *in natura* oferecidos ao consumidor. Essa organização privada estabelece normas voluntárias para

<sup>43</sup> Tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

<sup>44</sup> A adoção dos selos de certificação pelas empresas produtoras de frutas significa maior aceitação, no mercado, pela garantia da qualidade e sanidade do bem que está sendo comercializado (SOUSA, 2013).



a certificação de produtos agropecuários em todo o mundo. O referente selo contém norma “*pre-farm-gate*” (antes da saída da unidade de produção), abrangendo toda a produção desde os fatores de produção (plântulas, água, fertilizantes etc.), passando por todas as atividades agrícolas e terminando com a saída da unidade de produção;

b) Tesco Natures Choice (TNC), apresentado no ano de 1992, é propriedade da Tesco, cadeia retalhista internacional com sede no Reino Unido, e é mais exigente que o Global GAP. O Protocolo TNC foi desenvolvido com o objetivo de garantir que todos os tipos de frutas, vegetais e saladas comercializados por essa cadeia provenham de produtores que aplicam Boas Práticas Agrícolas, trabalham de um modo responsável em termos ambientais e com preocupações do ponto de vista da saúde e do bem-estar dos seus colaboradores. A Tesco exige dos fornecedores e produtores agrícolas a realização de auditorias regulares e, para isso, contrata organismos de certificação, com auditores aprovados para assegurar uma verificação, independente dos critérios do Protocolo. Esse normativo é equivalente para os produtores de todo o mundo e está definido de modo a encorajar a melhoria contínua. Os produtores são encorajados a progredir, subindo do nível básico, “Bronze”, até o nível superior, “Ouro”;

c) A Hazard Analysis and Critical Control Points (HACCP) – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – é exigida pela União Europeia, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão e EUA e aplicada para a produção de alimentos, indústrias processadoras ou qualquer dependência que manipule alimentos. Esse selo foi instituído por agências como a do Serviço de Inspeção de Alimentos e Segurança do Departamento Norte-Americano de Agricultura e pela Administração de Alimentos e Drogas (FDA), como um sistema para o controle científico dos processos, objetivando a eliminação de contaminantes em áreas críticas da produção e distribuição. Esse certificado auxilia na prevenção da contaminação dos alimentos, garantindo um alimento saudável contra perigos biológicos, físicos ou químicos, identificando as medidas preventivas necessárias e os pontos críticos de controle. Trata-se de uma norma de validade nacional e internacional e seus procedimentos são utilizados em quase todos os selos de certificação, principalmente o europeu e o norte-americano.

d) USAGAP, selo próprio dos EUA, é um similar do *Eurepgap* – assim como tal selo, o USAGAP é a garantia de que os alimentos cheguem a níveis aceitos de segurança e qualidade, e que foram produzidos de forma sustentável, respeitando a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores e o meio ambiente, considerando as questões de bem-estar animal.

A política de certificações atesta o controle que a Política Agrícola Comum Europeia tem sobre os produtos cultivados no Polo, já que este é um grande fornecedor de frutas para o



mercado europeu e se expandiu no discurso de combate à pobreza, aumento da produção e geração de emprego em áreas marcadas pela seca, como o Sertão nordestino. O referido controle acaba por impulsionar os conflitos agrários entre pequenos e grandes produtores dentro e fora dos Perímetros Irrigados, já que, no processo de expansão do capitalismo no campo, incentivado pelo Banco Mundial, na análise de Pereira (2006), há dois objetivos centrais:

- a) aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações onde as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente;
- b) mercantilizar o acesso à terra, por meio da mudança neoliberal do aparato regulatório, de modo a favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas.

Os objetivos indicam as contradições ocorridas no Polo, oriundas da política de irrigação centrada na modernização da agricultura. Os idealizadores da política justificam a diminuição da pobreza do campo com o aumento de empregos oferecidos pelas grandes empresas agrícolas.

[...] com referência à produção agrícola, a condenação literal à fome de incontáveis milhões de pessoas pelo mundo afora é acompanhada das absurdas “políticas agrícolas comuns” protecionistas, criadas para assegurar o lucrativo desperdício institucionalizado, sem levar em conta as consequências imediatas e futuras. Qualquer tentativa de tratar dos problemas relutantemente admitidos deve ser empreendida sob o peso proibitivo de leis fundamentais e antagonismos estruturais do sistema. (MÉSZÁROS, 2011, p.223).

Conforme o autor, os antagonismos estruturais do sistema estão presentes exatamente nas políticas agrícolas comuns que são criadas em nome do discurso do combate à fome, porém, na verdade, asseguram a lucratividade das grandes empresas, especialmente as do Polo que, ao se apropriarem da terra, exploram os frutos dela e precarizam o trabalho, colocando em evidência a questão agrária, uma vez que as desigualdades não são resolvidas por meio da concentração da terra, mas pela sua distribuição.

### **Algumas considerações**

Os modelos agrícolas que têm norteado o campo no contexto contemporâneo, como a Política Agrícola Comum Europeia (PAC) e o Agronegócio no Polo Juazeiro/Petrolina, são

modelos de agricultura contraditórios e antagônicos, pois, ao passo que incentivam uma agricultura empresarial e competitiva, fingem proteger a agricultura familiar, cada vez mais marginal e residual.

O aumento da produção, da produtividade e do emprego por tais políticas viria como a garantia aparente da eliminação da questão agrária e da melhoria da qualidade de vida dos camponeses, pequenos produtores e sem-terra que, além de terem mais alternativas de trabalho, estariam diante de um rural plural – um rural multifuncional em que o agricultor executa diversas funções fora da agricultura e da pecuária. Essa realidade, ou seja, o *boom* da produção, conseqüentemente, o *boom* do consumo de produtos supérfluos da cidadeno espaço rural, por conta desse “novo” no campo, tem causado o avesso da fartura alimentar.

Assim, a concretude de uma agricultura voltada para o mercado externo no Polo, nos anos de 1990, permitiu a intervenção da Política Agrícola Comum da União Europeia – guiada pela política de livre comércio – que moldou a produção agrícola de acordo com as exigências das empresas que controlam o mercado mundial de alimentos. Dentre elas, estão as empresas portadoras de selos, como, por exemplo, o globalgap, que impõem as regras de trabalho, de produção e de colheita no campo como condição de certificar a qualidade do produto para que, assim, ele tenha livre circulação e possa ser consumido no mercado europeu.

Para Harvey (2012), o princípio número um do sistema do capital é ultrapassar todos os limites geográficos para acumulação. Sendo assim, o desenvolvimento geográfico desigual que resulta é tão infinitamente variado quanto volátil.

A Política Agrícola Europeia, cuja finalidade consistia em baratear a alimentação da população urbana e industrial, contribuindo para a redução de custos da indústria e a promoção de consumo em massa de produtos não agrícolas, mediante o incremento da produtividade agrícola, resultou no aumento da produtividade, inclusive por parte dos pequenos produtores, como uma condição de ter direito ao subsídio da União Europeia.

Assim, as reformas ocorridas no âmbito da Política garantiram o aumento da produção e de produtividade das grandes superfícies, com base nas mais diversas técnicas e tecnologia, ao passo que as pequenas passaram a ter a responsabilidade de proteger o meio ambiente, deixando de produzir, inclusive, os alimentos garantidores da sobrevivência. Essa realidade ocasionou um abandono das terras e, conseqüentemente, a mobilidade do trabalho de muitos do campo para a cidade. Os resistentes que permaneceram no campo vivem o dilema de não poderem manter sua terra, em virtude da impossibilidade de competir com as grandes redes de supermercados, que comprem em grandes quantidades para vender a preços mais baixos do que os produzidos pelos pequenos produtores.

Políticas como a PAC, o agronegócio criado pelo capital, enunciadoras de geração de emprego como representativa dos interesses dos trabalhadores do campo, estão sendo rechaçadas diante do desemprego estrutural. O sistema do capital, em seu processo de expansão, tem-se travestido em formas cada vez mais criativas para velar a exploração da

classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores do campo. Entretanto, o que se constata é o aumento da concentração da propriedade com produção em que os agroquímicos/agrotóxicos sobressaem-se frente aos agroecológicos.

## Referências

BOZA, Soafia; ARDAVIÍN, Ana Fernándes. La política agrícola común europea en el contexto de los procesos de negociación en la OMC. **Estudios internacionales**: Santiago, en línea, v.47, n.181, Santiago, ago. 2015.

CARVALHO, Patrícia Nasser de. **A Política Agrícola Comum da Europa**: controvérsias e continuidade. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Dinâmicas sociais e os novos desafios da globalização de mercadorias, populações e capitais. In: SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

GAMA SILVA, Pedro Carlos. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FRABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular/Unesp: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTIEL, Marta Soler. La Política Agrícola Común de la Unión Europea. Lunes 19, **Revista Pueblo**, 2009. Disponível em: <<http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article1737>>. Acesso em: 20 nov.2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A política agrária do Banco Mundial em questão. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, São Paulo, mai./ago. 2006.

SERRANO, José Antonio Segrelles. El mito de la multifuncionalidad rural em América Latina. **Actas Latinoamericanas de Varsovia**, v. 29. Instituto de Estudios Regionales y Globales, Universidad de Varsovia, 2007, p. 159-177. ISSN: 0866-9953.

SOUSA, Raimunda Aurea Dias de. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2013.

THOMAZ JR., Antônio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar (em questão a classe trabalhadora e a luta de classes no Brasil). **Revista Geocrítica** (versão resumida), Barcelona, 2007.

# ACESSO AO TERRITÓRIO: AUTONOMIA E RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO, SERGIPE<sup>4546</sup>

Auceia Matos Dourado<sup>47</sup>

## Introdução

A compreensão sobre os condicionantes da luta pela terra em Sergipe implica que é necessário vê-los como um fenômeno sociopolítico de âmbito nacional, na sua inteireza e profundidade (LOPES, 2007).

Em Sergipe, a paisagem agrária é marcada, desde o período colonial, por uma elevada concentração fundiária. Nesse sentido, observa-se, no Estado, os mesmos condicionantes presentes na questão agrária brasileira: a exclusão de uma parcela significativa da população do acesso à terra e um processo de desenvolvimento vinculado à crescente expansão interna do capitalismo, que se realiza de forma desigual e contraditória e que traz, em seu bojo, a concentração da propriedade da terra, relações desiguais de trabalho e a sujeição de milhares de trabalhadores.

Em Sergipe, destacam-se como áreas de maior tensão e das primeiras reivindicações dos trabalhadores pelo acesso ou pela permanência na terra o Baixo São Francisco e o Alto Sertão, uma “[...] área de evasão em função de uma estrutura agrária concentradora e perversa, da pecuária que se intensifica e se moderniza e das dificuldades decorrentes das longas estiagens [...]” (FRANÇA, 2003, p. 78).

É neste contexto de lutas e reproduzindo em escala local as características da estrutura agrária nacional que ocorrem a ocupação e a conquista do imóvel Pedras Grandes, no município de Poço Redondo, no Alto Sertão sergipano, objeto de estudo deste trabalho (Figura 1)<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap4\_76-89

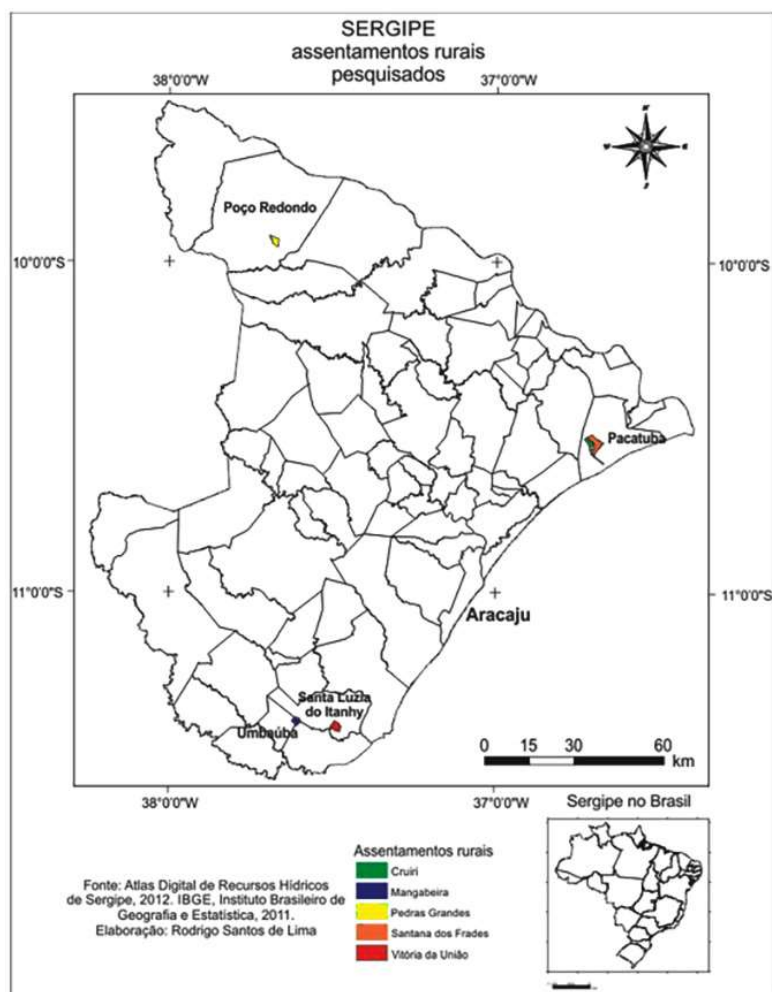
<sup>46</sup> O texto é parte da tese de doutorado intitulada *Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe*, defendida em 2014, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão, orientada pela Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas.

<sup>47</sup> Docente adjunta do Campus Arapiraca/Unidade Penedo da Universidade Federal de Alagoas.

<sup>48</sup> O estudo contemplou outros assentamentos do Estado de Sergipe distribuídos nos Territórios de Planejamento do Baixo São Francisco sergipano e sul sergipano, a saber: Santana dos Frades e Cruiri (município de Pacatuba), Vitória da União (município de Santa Luzia do Itanhhy) e Mangabeira (município de Umbaúba).



**Figura 1**-Localização dos assentamentos estudados por município (2014)



**Fonte:** Atlas digital de Recursos Hídricos (2012). INCRA (2014). Org.: LIMA, Rodrigo Santos de (Jun. 2014).

A criação do assentamento apresenta uma singularidade, pois ocorreu por iniciativa dos próprios trabalhadores, a maioria do povoado Sítios Novos, localizado no município de Monte Alegre de Sergipe, que se organizaram e ocuparam as terras, diante da solicitação do proprietário, interessado em vendê-las. O imóvel foi desapropriado em 1988 e, no mesmo ano, foi criado o projeto de assentamento Pedras Grandes, com 27 famílias assentadas. Embora não se considere a ação direta dos mediadores externos, os conflitos em torno da ocupação do imóvel Pedras Grandes se deram em função das experiências vivenciadas pelos trabalhadores, em torno da questão da luta pela terra no Alto Sertão sergipano e a ação desses mediadores, com destaque para a Diocese de Propriá e os sindicatos rurais.

Destarte, considerando as questões levantadas, o objetivo do texto em questão centra-se na análise do processo de criação do assentamento Pedras Grandes e na luta dos trabalhadores pelo acesso ao território.

A metodologia para a construção deste trabalho tem como referência a pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, tendo o pesquisador como elemento-chave e o ambiente como fonte dos dados (TRIVIÑOS, 1987). As falas dos entrevistados foram utilizadas para

delinear nosso entendimento sobre os conceitos teóricos do texto e a análise sobre a luta e a construção do assentamento. O trabalho de campo foi realizado em 2013, contudo, realizaram-se as atualizações que se fizeram necessárias para a construção do referido texto.

### **Assentamentos rurais: acesso ao território**

Em Sergipe, os beneficiários dos assentamentos criados pela intervenção federal ou estadual foram, principalmente, posseiros, filhos de produtores rurais empobrecidos, com terra insuficiente para garantir a continuidade da família, assalariados rurais e populações de periferia urbana com origem rural. A imensa maioria dos assentados é de origem rural, do próprio município ou de municípios vizinhos ao assentamento, exerciam atividade agrícola e enfrentavam diferentes situações de sujeição ao trabalho.

As ocupações de terras no Estado também foram realizadas por trabalhadores rurais do próprio município onde se localizava o latifúndio ou residentes de outros municípios vizinhos, salvo alguns casos daqueles que foram assentados em outros municípios.

Lopes (2007) destaca que a constituição dos territórios dos assentamentos rurais, principalmente a partir da década de 1980, mesmo considerado o esforço do Estado para manter o pacto agrário entre as classes dominantes, deve ser compreendida como resultado de um processo de luta entre trabalhadores e seus aliados políticos contra os latifundiários e a burguesia agrária, tendo o Estado, através de suas instituições burocráticas, como mediador dos interesses conflitantes entre essas classes, e sendo a quem cabe dar solução ao problema.

Verifica-se, nesse período, uma intensa mobilização desses trabalhadores no sentido de lutar pela posse da terra, principalmente na área de atuação da Diocese de Propriá. As ocupações tiveram início em 1985 e, a partir daí, espalharam-se por outras regiões do Estado. Estima-se que, na época, existiam mais de 26 mil trabalhadores sem-terra distribuídos por 74 municípios sergipanos (SANTOS, 2008).

As principais entidades aglutinadoras das demandas desses trabalhadores foram a Diocese de Propriá, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), mediadores dos processos de luta.

Assim, destaca-se que o processo efetivo de territorialização das lutas pela terra, condição para a conquista do território do assentamento, em Sergipe, tem como marca a ocorrência de conflitos, envolvendo também uma gama de atores sociais, tais como o Estado, por meio de suas instituições, trabalhadores sem-terra, movimentos sociais e instituições religiosas. Esses processos podem ser delineados em duas vertentes: a luta pela *afirmação dos limites territoriais*, como no caso dos posseiros, seringueiros, quilombolas, vazanteiros, atingidos por barragens, dentre outros, e a luta pelo *acesso ao território*, como é o caso dos trabalhadores sem-terra.

No estudo em questão, o processo observado refere-se à luta por mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, contra a exploração, que o *acesso ao território* e a conquista da terra engendram. Um processo de natureza histórica onde vislumbra-se a possibilidade de reversão das condições impostas pela forma como foram instituídas as relações de trabalho e a posse da terra no País: grande propriedade, latifúndio, trabalho escravo e relações desiguais de trabalho.

Nesse sentido, apresento o assentamento Pedras Grandes, que vivenciou, a partir da ação autônoma dos trabalhadores, a luta pelo *acesso ao território*, guiado por uma concepção sobre a terra e o trabalho como algo indissociável, só havendo legitimidade na terra de trabalho.

Assim como outros trabalhadores sem-terra, os mesmos reconheceram-se como sujeitos históricos capazes de enfrentar a realidade e as adversidades impostas pela condição de expropriação, sujeição e abandono. Esses “[...] expropriados e explorados [...] [construíram] uma organização social e política e uma identidade social própria, com a qual passaram a resistir e a confrontar seus dominadores” (OLIVEIRA, 1996, p. 38).

### **Assentamento Pedras Grandes: autonomia e resistência no acesso e na construção do território**

**Figura 2** -Agrovila. Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo (Alto Sertão sergipano/SE)



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2012. Autora da imagem: Angela Fagna Gomes de Souza.

O assentamento Pedras Grandes situa-se no município de Poço Redondo, Alto Sertão sergipano, distante cerca de 15 km da sede do município. A área foi desapropriada pelo Decreto 95.926, de 15 de abril de 1988, e transformada em assentamento em 30 de setembro do mesmo ano, com área de 636 ha, onde foram assentadas 27 famílias, que receberam lotes com 72 tarefas (21,97 hectares).

Inserido na unidade geomorfológica do Pediplano Sertanejo, o PA Pedras Grandes situa-se numa área plana, com solos rasos e pedregosos, com ocorrência de afloramentos rochosos que sobressaem na paisagem, em contraste com a caatinga rala (SERGIPE, 2008).

A história do assentamento começa com a ocupação da fazenda Pedras Grandes, em 23 de dezembro de 1986, por um grupo de trabalhadores sem-terra, residentes no povoado Sítios Novos, no município de Poço Redondo. Classificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como latifúndio por exploração, o imóvel pertencia ao espólio de Antônio de Souza Leite, repassado a herdeiros, que conservaram-no como reserva de valor, não apresentando níveis de produção e produtividade, além de possuir dívidas junto ao Governo Federal: “O fazendeiro que não pagava Incra, aí até o Incra mesmo deu direito a nós de lutar aqui e garantiu que desapropriava pra nós” (Assentado 2, 57 anos).

Aqui era de Tonho Leite. A Barra da Onça ali parece é que vinte e seis mil tarefas de terra. **Aqui era do mesmo dono da Barra da Onça?** Do mesminho, só, mas aqui só é 1.100... Só deu pra 27 parceiros, na base de 70 tarefas pra cada um. O primeiro assentamento, a primeira terra desapropriada foi Barra da Onça, segundo foi Pedras Grandes, agora todos os dois de um dono só [...] (Assentada 4, 56 anos).

A luta pela terra empreendida pelos trabalhadores de Pedras Grandes ilustra bem a situação de conflito existente no campo sergipano a partir da década de 1980 e semelhante à realidade nacional, marcada por episódios de violência, revelando também a revolta e a insatisfação da população frente à miséria, à opressão e ao estado de abandono a que foi submetida ao longo dos séculos.

A ocupação da área hoje correspondente ao assentamento apresenta algumas peculiaridades, pois decorreu da iniciativa dos trabalhadores que ocuparam o imóvel e exigiram sua desapropriação. Silva e Lopes (1996) confirmam a afirmativa, ressaltando que a iniciativa foi dos próprios trabalhadores, em função do conhecimento das experiências de Barra da Onça e Ilha do Ouro. Agiram por conta própria, sem a tutela da Igreja e sem serem induzidos por lideranças sindicais. Esses acontecimentos estão vivos na memória dos assentados, como comprovam os depoimentos:

O povo [...] se juntou, vendo o exemplo de Barra da Onça, que lutaram. Foi gente presa, apanharam, mas ganharam a luta, né? [...] Aí, o pessoal se juntou-se<sup>49</sup>: “vamos fazer uma ocupação? Bora”. Aí fizeram umas reuniões escondidas e era escondido mesmo, porque o governo era contra, né? [...] Aí, faziam uma reunião escondido, aí decidiam, “vamos ocupar hoje”, aí entraram de noite, tem ali o imbuzeiro. (Assentado 1, 70 anos).

[...] o pessoal já tinha ido pra Barra da Onça e chamaram pra entrar aqui, que se viesse o governo desapropriava pra nós [...]. A decisão de ocupar foi nossa mesmo [...], se reunimo todos e decidimos entrar na terra, depois que entremo na terra foi que veio o apoio de Sindicato, da Igreja, deu apoio a nós, deu ajuda, mas pra vim mesmo foi nós mesmo, sim senhora [...]. E começemo a fazer roça né? [...] Aí, uns era favor, outros era contra né? (Assentado 2, 57 anos).

<sup>49</sup> Respeitaram-se, na escrita dos depoimentos, as particularidades e as marcas da oralidade dos/as entrevistados/as.



As experiências de luta de outros trabalhadores pelo acesso ao território, a exemplo de outras ocupações no Estado, como Barra da Onça, Ilha do Ouro e Santana dos Frades, fizeram surgir um coletivo que se identificou “[...]pela soma de características comuns de vida e de trabalho, pela situação de expropriação e subordinação econômica e política” (VALADÃO, 1999, p. 79).

Entenderam que, assim como seus pares, a única maneira de vencer a condição de submissão ao patrão e ao latifúndio era a inserção na luta pela terra. Possuíam ideais comuns, por que também comum era a condição de expropriação e exclusão. A iniciativa representava, pois, a possibilidade de dar um novo sentido à vida, de construir novas relações e criar uma autonomia frente à condição de sujeição em que viviam, como segue:

Eu trabalhava pra outras pessoas de diária, eu comprei um terrenozinho que eu falei era perto de lá do Sítio Novo, com 8 tarefas de terra, aí eu trabalhava ali naquele pedacinho de terra meu e trabalhava por fora de alugado, antes de entrar aqui. Depois que a gente conseguiu ganhar a terra, aí ficou só trabalhando pra gente mesmo. (Assentado 3, 75 anos).

Lopes (2007, p. 10), em referência à luta pela terra no Estado de Sergipe, destaca que os episódios de violência têm sido uma das principais características dos conflitos envolvendo a disputa pela terra “[...] praticada pelos latifundiários e seus jagunços contra os ocupantes, com o beneplácito, conivência ou omissão da Justiça”.

Nos conflitos de Pedras Grandes, essa afirmativa também se confirma, como seguem as narrativas organizadas por Silva e Lopes (1996, p. 39) sobre o enfrentamento entre o proprietário e os trabalhadores:

[...] chegou um dos herdeiros de Antônio de Souza Leite, com alguns capangas ameaçando os trabalhadores [...]. Os trabalhadores reagiram. Em poucos minutos, surgiu de dentro dos barracos foices, enxadas, machados, espingardas. Um monte de pedra foi formado rapidamente no local por crianças, mulheres, velhos e religiosos da Diocese de Propriá. O fazendeiro viu que se tentasse agredir alguém fisicamente alguém ia se dar mal. Bateu em retirada com seus jagunços.

A luta pela posse do imóvel foi um período marcado por uma intensa repressão por parte do Estado: “Enfrentemos a polícia, que tocava fogo no barraco, expulsava a gente. A polícia vinha, derrubava os barraco, aí quando eles saíam, a gente ia e construía de novo [...]. Nós apanhou e tudo [...]” (Assentado 2, 57 anos).

[...] chegava a polícia e dizia: “Cadê os líderes daqui, cadê os chefes?”. Aí, a gente dizia: “Não tem chefe aqui, não”. A gente dizia: “Quer conversar com o chefe?” [...], aí a gente pegava as crianças que tava na frente e mostrava, era as mulher, os meninos, porque se pegasse os chefe era prisão. Eu, como diz a história, com minha cara de besta, era um dos líderes dali. (Assentado 1, 70 anos).



As ameaças e a coerção por parte do Estado acompanharam todo o processo de luta pelo acesso ao território. A experiência de resistência no acampamento e a superação das condições impostas pelo meio físico, como a seca, o calor, a falta de água e comida, fortaleceram a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra:

[...] era muito difícil [no acampamento], porque na ética<sup>50</sup> que a gente entrou aqui era um ano seco, tudo muito seco e era meio difícil... Mas a alimentação, tudo o sacrifício só. Mas, aqui acolá, assim aparecia aquele povo que apoiava a gente e dava uma digitória à gente, dava uma alimentação, aí se criamos pra frente. Até que chegou o tempo que foi desapropriado o terreno e cada um pegou seu lotezinho e construímos as casas e ainda hoje... Que é assim, a gente mora aqui, mas os da luta mesmo são poucos. (Assentado 3, 75 anos).

Foi difícil, mas a gente tinha união. Primeiramente, era o alimento, porque os fazendeiros não queriam que a gente nem passasse por dentro das terras deles, porque chamava a gente era de os grileiros, de toma apulso. Aí, a gente tinha a necessidade do alimento, porque ninguém podia trabalhar pra ganhar, e também saúde, porque não tinha médico. A água a gente trazia no carro de boi dos Sítios Novos pra aqui, ainda hoje tá aí o rapaz que colocava água pra gente. E tinha família inteiras, menino, novo, velho, tinha tudo. As famílias morava todo ali dentro, quem queria terra tinha que ter o barraco ali. (Assentado 1, 70 anos).

Autonomia e resistência são expressões que traduzem a luta dos trabalhadores de Pedras Grandes pela construção do território. Reuniram-se, sonharam e lutaram pelo acesso ao território, pelo direito à terra. Resistiram à violência institucionalizada, à coerção e ao poder do latifúndio. Resistiram às adversidades impostas pelo meio continuamente. Resistem, ainda hoje, à falta de uma infraestrutura capaz de garantir a permanência de seus descendentes na terra.

França (2003, p. 79), em referência a outros assentamentos do Sertão sergipano, mas que tão bem ilustra a realidade de Pedras Grandes, assevera que, mesmo sem uma infraestrutura adequada, assiste-se “[...] a uma luta pela terra e uma persistência do trabalhador rural em se manter na terra. Portanto, o nordestino tem utilizado diversas estratégias para garantir a terra e sua permanência nela”. Como segue depoimento: “Tinha a pedreira... **Eu achava difícil fazer pão de pedra**, eu dizia que meus filhos não comiam um pão desse, mas tive que fazer também pela necessidade, cheguei a quebrar 11 mil pedras” (Assentado 1, 70 anos) [grifo nosso].

[...] passemos três anos morando no barraco de lona, se acabava um plástico nós botava outro, já morando na terra. **E água tinha?** Água? Ave Maria [...], minha irmã, não tinha água de jeito nenhum, ia buscar nas barragens [...]. Às vezes, pedia um carro-tanque; às vezes, quando chegava, não dava nem um pote pra cada um, passava sede, nós bebíamos água salgada. Bebi, cozinhei, lavava,

<sup>50</sup> A palavra corresponde à época; contudo, na oralidade, o entrevistado expressou “ética”.

tomava banho daquela barragem salgada ali [apontando para a barragem], nós bebíamos, cozinhamos, lavamos... De uma água só, senão ia morrer de sede. Nós sofremos muito aqui com problema de água, passou uns cinco anos pra chegar aqui. (Assentado 2, 57 anos).

Aliado à resistência, o processo de autonomia construída ainda na época do acampamento também se configurou como um elemento essencial para a afirmação desses assentados no território. A construção de uma autonomia e a resistência do grupo estabeleceram outras relações de poder no território, pois “[...] onde há poder há resistência [...] e esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder [...] e não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 89-91). Ao decidirem ocupar a terra, o novo território passou a possuir:

[...] uma multiplicidade, pois com a posse se estabelecem limites que são demarcados numa perspectiva política construindo fronteiras, delimitando áreas de terras que vão representar uma relação político-econômica do espaço. Ao ter sua área demarcada, o assentado passa a identificar este espaço como sua propriedade que se juntado ao conjunto do assentamento vai construir um novo território, onde nem todas as relações estabelecidas serão iguais. (MEDEIROS, 2009, p. 220).

A necessidade de permanecer na terra instituiu formas de solidariedade entre os assentados, expressas pelo formato de organização do espaço produtivo. Embora cada assentado tenha recebido um lote individual, designou-se uma área com 72 tarefas que seriam utilizadas por todos.

Dessa experiência, contudo, restam somente o trabalho desenvolvido por um grupo de mulheres “[...] que tem uma área que elas fazem um plantio de verdura, mas os homens não têm mais, não [...]” (Assentado 1, 70 anos) e o apelo à memória como um tempo de união, quando a maior parte dos assentados eram as mesmas personagens que haviam participado da luta pela terra e com ideias comuns: “Mais pra trás tinha mutirão, trabalho coletivo, mas agora que começou a entrar esses novatos, acabou” (Assentado 3, 75 anos). “[...] foi chegando mais gente de fora, aí muita gente foi desacondoando. Venderam os lotes, foram chegando gente de fora, aí enfraqueceu mais” (Assentada 5, 62 anos).

[...] aqui, a gente tinha uma parte comunitária, que era colocada no nome da associação, que era do tamanho de um lote. Aí, essa área ficou urbana, porque é das casas, tem 3 tanque, tem uma pedreira que ficou comunitária pra os meninos trabalhar, porque de qualquer maneira, essa pedreira foi uma renda para as famílias, porque ninguém podia, ninguém tinha condições, aí “vamos quebrar pedra” pra vender paralelepípedo, muitos tempo, quebrando pedra e fazendo isso, era uma fonte de renda pra cada um, cada casa ia lá e fazia a sua. Existia o trabalho coletivo, você sabe, quando começa o assentamento

é bom, porque o camarada diz: “Vamos trabalhar comunitário”, mas depois todo mundo só quer puxar a sardinha pra sua brasa e terminou acabando. (Assentado 1, 70 anos).

A organização espacial do assentamento e da agrovila, segundo os entrevistados, foi instituída pelos próprios assentados, que, coletivamente, decidiram o número de ruas, a posição das casas e a área destinada à construção da Igreja e da escola. Decidiram por essa organização buscando construir um espaço de convivência e de ajuda mútua: “Eu gosto mais assim [da agrovila], porque é mais fácil pra uma visita, mais fácil pra uma reunião, pra escola dos meninos, pra o estudo dos meninos e é melhor, porque às vezes gente cai doente, o vizinho tá encostado” (Assentado 1, 70 anos). “Pra mim, é bom demais. Porque o que nós passou nesta terra e depois ganhar, a pessoa não vai dizer que é ruim, né? Eu gosto de morar aqui. Tem uns anos assim que quando é a completção de ano, a pessoa se junta e tudo”. (Assentada 5, 62 anos).

Dividido em duas amplas ruas, com casas pequenas, algumas de tijolo cru, o assentamento conserva, em sua paisagem, aspectos típicos do espaço rural: animais que pastam nos lotes contíguos à área urbana, carros de bois que servem para transportar pessoas e ferramentas, homens e mulheres que se dirigem aos seus lotes para o exercício de suas práticas diárias.

O assentamento também conserva o silêncio. Quase não se veem pessoas circulando pelas ruas, certamente recolhidas em suas casas para se protegerem da luminosidade e do calor do sol do Sertão, silêncio este quebrado somente pelo barulho dos carros que transitam na recém-construída SE-407, que liga o assentamento à sede do município de Poço Redondo e ao povoado Santa Rosa do Ermírio, na divisa entre Sergipe e Bahia.

O trabalho no lote, de base familiar, nem sempre absorve todos os membros, pois muitos filhos de assentados estão “fora”, trabalhando em Mato Grosso ou em São Paulo, nas “firmas”, nas empresas de construção civil, uma realidade que persiste, conservando, em sua natureza, a mesma essência: falta de políticas públicas e de infraestrutura para potencializar as unidades produtivas nos períodos de seca, como é o caso do assentamento Pedras Grandes: “[Eles] vão pras firma, quem pode vai pras firma. Eles vai pra São Paulo, pra firma de alvenaria e tudo. Vai pra outros Estados, fica aqui não, vai São Paulo, Mato Grosso, construir barragem” (Assentado 3, 75 anos).

Trabalham na firma, de vez em quando... Lá pra o Mato Grosso...Agora tão tudo aqui, mais voltaram[...], mas quando o tempo arruína um pouquinho, eles vão pra esses firma aí pro lado do Mato Grosso e São Paulo, dão uma trabalhadinha por lá e depois voltam. (Assentado 3, 75 anos).

A agricultura praticada no assentamento segue a lógica produtiva do Sertão, ou seja, uma produção para o autoconsumo. O trabalho no lote compreende, principalmente, o cultivo de feijão, milho, palma e capim, além da criação de gado de corte e gado leiteiro, principal

fonte de renda das famílias. Soma-se, ao rebanho bovino, a criação de pequenos animais, como carneiros e galinhas.

O espaço da pecuária é exclusivamente masculino: apartar o gado, cuidar das crias e tirar o leite faz parte do aprendizado do homem sertanejo, atividades que indicam não somente uma profissão ou o exercício da mesma, mas representatividade de um modo de vida particular, expresso na sua relação com a natureza, no afeto à terra e ao ofício. Às mulheres, cabe a tarefa de semear, de cultivar o feijão, de quebrar o milho<sup>51</sup>, de cuidar do quintal, de zelar pela casa, dividindo o tempo entre o trabalho de casa e o do roçado.

Um das características do Alto Sertão sergipano, onde se situa o assentamento Pedras Grandes, é o baixo índice pluviométrico, que influencia o clima e a formação vegetal. Assim, as adversidades climáticas, somadas às condições dos solos, rasos, pedregosos e secos, refletem uma baixa produção, quase sempre destinada ao consumo da família e à manutenção do rebanho bovino.

O rebanho, numericamente reduzido, é criado de forma extensiva e completamente dependente das condições naturais “[...] tem que ter a ração de milho... Planta o milho pra fazer a ração pra no verão ter a palma; quem não tem palma, aí fica difícil” (Assentado 1, 70 anos).

A organização social no assentamento é frágil e tem ocasionado uma série de problemas entre os assentados, interferindo no seu desenvolvimento. Existe um campo de disputa e de conflito entre os antigos moradores remanescentes da luta e os “novatos”, como são chamados pelos primeiros. Das 27 famílias que foram assentadas, somente 7 permanecem ao assentamento:

[...] os que eram acampado mesmo do começo da terra, da luta... Não tem mais. Se tiver morador do começo mesmo, tem de 6 a 7 pessoas, no meio de 27. Não tem diferença? Tem né? Esses mais novos, o que é que eles diz? “Não, que eu comprei com o meu dinheiro” (Assentada 5, 62 anos).

[...] a verdade é esta, dos da luta aqui, se tiver é umas 7 pessoas, dos que enfrentou a luta aqui... Os outros tudo foram achando dinheirinho nas benfeitorias, foram vendendo pra alcançar melhora, só que não alcançaram porque por aqui não tem melhor lugar do que aqui, não tem, é tudo igual a isso a pior. A verdade é essa, dos que saíram aqui, muitos só não voltam porque já não pode mais comprar o que venderam aqui. Venderam as melhorias né... As benfeitorias e não pode mais voltar, não tem com que comprar mais. Dos que venderam eu não sei se tem algum que possa comprar um lote aqui. (Assentado 1, 70 anos).

A capacidade de mobilização dos assentados, segundo os entrevistados, é reduzida e a intensa participação no passado cedeu lugar a ações individuais e isoladas. A Associação São Sebastião, criada quando o assentamento foi instituído, antes atuante e que “Corria atrás

<sup>51</sup> Quebrar o milho corresponde à colheita da espiga do milho já seco. A expressão remete ao som produzido com a ação.



dos interesses do pessoal, de projetos, de organização...” (Assentado 1, 70 anos), foi extinta, fato esse que terminou por inviabilizar muitos projetos para o projeto de assentamento. Isso gerou uma resistência dos assentados em participar de outras organizações, em função de experiências sem êxito, endividamento e desvio de recursos:

[...] a Associação tá endividada com cento e poucos mil reais [...]. O presidente e o vice pegaram uma parte do dinheiro que o povo tinha dado e emprestaram a juros. Esse problema já tá com uns sete anos. Pegaram os bens da associação e venderam, o presidente mais o vice. Foram vendo as coisas erradas da Associação, aí o pessoal desanimou, eu mesmo desanimei, porque eu fazia cerca comunitária, criava gado na associação, quando venderam tudo sem combinar comigo, fiquei desgostoso, porque perdi tudo que fiz. Se juntava uns quatro, cinco, pegava as coisas e vendia. A associação tinha gado, tinha trator, tinha carroça, arado, palma, dinheiro no banco. (Assentado 2, 57 anos).

[...] de anos em anos, muda os presidente da associação, porque tem o mandato deles de um ano, aí uns muda alguma coisa, outros não muda e não faz nada [...], uns foram parando de pagar à associação, foram vendo a desorganização e foram saindo, o presidente que era quem devia organizar as coisas tava pegando tudo e vendendo. E passou um rebanho de ano, a gente pensando que eles tinham pagado a dívida [...] (Assentada 4, 56 anos).

Na atualidade, tenta-se articular a participação dos assentados em outra associação criada; contudo, há, ainda, uma resistência, principalmente dos homens: “Aí sabe o que foi que aconteceu? A Associação veio morreu, então nós, as mulheres, nos reunimo, porque foi mais as mulheres mesmo, formemo uma nova associação, aí os homens tem poucos. Aí, as mulheres tomaram a frente. Tem três anos já” (Assentada 4, 56 anos).

Contudo, convém destacar que a fragilidade da organização social não interferiu nas relações afetivas e simbólicas presentes no assentamento, principalmente entre os moradores mais antigos, os remanescentes da luta e que desde a época do acampamento estabeleceram relações de parentesco, de vizinhança e de compadrio. A vivência no território fez surgir uma subjetividade, uma identidade, com o espaço construído pela apropriação do território.

O assentamento conserva seus ritos e suas festas, que surgiram, principalmente, pela história da luta, da vivência no assentamento e pela presença da Igreja Católica, que, mesmo não participando da mediação pela posse da terra, ajudou os assentados na construção do território: “[...] aqui não faz parte do MST, não, aqui foi com a Diocese, com Dom José Brandão, o bispo que morreu, frei Enoque, com as irmãs” (Assentado 1, 70 anos). “A Igreja nunca foi contra. E ele [frei Enoque] incentivava o povo. Incentivava o povo, pro povo entrar na luta de terra, que quisesse ter um pedaço de terra” (Assentada 4, 56 anos).

Frei Enoque, porque abaixo de Deus primeiramente, a força maior foi frei Enoque, ele virou pidão pra nós. Nós tem ajuda até hoje da Alemanha, do

Chile, de tudo [...].Eu agradeço à Igreja, à Diocese e o pessoal que veio ajudar a gente, o pessoal da Holanda, que se você chegar na Holanda, no Chile, na Itália, vai ver que eles vieram visitar aqui. (Assentado 1, 70 anos).

A festa do padroeiro São Sebastião, no dia 20 de janeiro, e a festa da conquista da terra, em 5 de fevereiro, são os principais acontecimentos do assentamento, período em que se rememoram os acontecimentos da luta do grupo e que serve, também, para reunir amigos e parentes que moram nas proximidades do assentamento.

A procissão pelas ruas do assentamento, as missas na igreja e a peregrinação ao umbuzeiro, às margens da rodovia, local onde se concentrava o acampamento, são carregadas de simbolismo:

[...] aquele imbuzeiro que tem ali de junto à casa de João de Bernê é um lugar sagrado... Foi o primeiro rancho, aí a gente até decidiu que ia ficar uma tarefa solta pra não matar aquele imbuzeiro. É um lugar sagrado, [...] quando a gente tem a comemoração da ocupação, dia 5 de fevereiro, a gente tem a missa, tem a procissão até o imbuzeiro, conta a história pras crianças e faz uma oração, encomendando a Deus a gente e aqueles que ajudaram a gente. Aí, adespóis, a gente vem pra igreja e depois tem um almoço comunitário, pra todo mundo, que é o dia de celebração pra gente. (Assentado 1, 70 anos).

Essa identificação “[...] com os lugares sagrados [...] representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado” (LITTLE, 2002, p. 10):

Pra nós, é uma comemoração de uma luta, que a gente arriscou a vida e foi em frente com a ajuda de Deus e da comunidade, pra não esquecer mais... Porque quando a gente tem uma comemoração na cabeça que passou de luta, de sofrimento, de alegria, foi um momento de alegria, a gente comemora! Foi desapropriado a terra, então foi uma vitória pra nós. E nós não pode esquecer nunca, porque vai passando de pai pra filho. A gente sofreu, minha fia, pra arrumar essa terra. (Assentado 1, 70 anos).

O assentamento, hoje, vive um tempo de espera. Espera pela chuva, pelos bons anos. Espera pela assistência dos órgãos federais e estaduais nas obras de infraestrutura e na viabilização de projetos, e que a nova geração e os que chegaram depois da conquista continuem valorizando a terra e se mobilizando pelo crescimento do assentamento, “[...] porque eu acredito muito na organização... Que é juntar todo mundo, é cobrar dos poderosos [...]” (Assentada 5, 62 anos).

Os assentados esperam, ainda, que os filhos conservem seus símbolos, seus ritos, suas crenças. O velho umbuzeiro às margens da rodovia, a convivência pacífica com vizinhos, amigos e compadres. Acreditam que, somente com a transmissão desses valores, as futuras gerações construirão um sentimento de pertencimento e identidade. Esperam

que seus descendentes possam transmitir também aos seus o amor à terra e a valorização do assentamento como espaço de luta e de direitos.

### Considerações finais

A criação do assentamento Pedras Grandes insere-se num contexto de luta pela terra, empreendida por trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, que se intensificou no País a partir da década de 1980. Os assentamentos criados a partir desse momento são tradutores das lutas pela terra, sob a mediação dos movimentos sociais e de entidades de defesa dos trabalhadores do campo (Igrejas, sindicatos), expressas numa linguagem de reforma agrária.

Delineada pela luta de afirmação dos limites territoriais ou pela luta de acesso ao território, a criação de um assentamento é um novo espaço onde se configura uma outra organização espacial e social. Trata-se de uma comunidade que faz parte de uma esfera cultural mais ampla, em que inúmeras significações se entrecortam, produzindo formas específicas de apropriação em grupo ou individual (BRANCO, 2003).

Destarte, o assentamento Pedras Grandes representa um novo espaço de reações e organização espacial e social. Guiado pela autonomia e pela consciência da necessidade de mudanças, o assentamento é resultado de um “[...] processo histórico [...] e das dinâmicas socioespaciais, com perdas, ganhos, avanços, recuos e definição de novas relações, simétricas e também assimétricas” (HEIDRICH, 2009, p. 277).

Cada ato novo, cada momento de vida, cada ensaio de convivência entre pessoas com objetivos comuns ou até mesmos diferentes é o ponto de partida para a construção cotidiana desse território e dos valores que permeiam a nova vida social.

### Referências

CASTELO BRANCO, Maria Tereza. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba: UFPR, 2003.

DOURADO, Auceia Matos. **Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Um breve olhar sobre o Sertão sergipano. In: SILVA, Tânia Elias Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Múltiplos olhares sobre o Semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas**. Aracaju: Fapese, 2003.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271-290.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002. Disponível em: <[http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle\\_\\_1.pdf](http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LOPES, Eliano Sérgio. Um balanço da luta pela terra em Sergipe: 1985/2005. **Scientia Plena**, v. 3, n. 1, 2007.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-227.

OLIVEIRA, Neilza Barreto de. **Lutando pela terra**: abrindo mão de um poder alternativo. 1996. 455f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, 1996.

SANTOS, Núbia Dias dos. A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do Estado. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular**: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. p. 71-99.

SERGIPE. **Plano de desenvolvimento do território**: Alto Sertão sergipano. Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento, 2008.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: Edufs/Secretaria de Estado e Ação Fundiária, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa Qualitativa. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADÃO, Vânia de Aguiar. **Assentamentos e sem-terra**: a importância do papel dos mediadores. Vitória: Edufes, 1999.



# CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO SEMIÁRIDO BAIANO: AS ESPECIFICIDADES DA QUESTÃO AGRÁRIA DA MICRORREGIÃO DE PAULO AFONSO-BA<sup>52</sup>

*Rodrigo Gomes de Santana<sup>53</sup>*

## Introdução

A questão agrária brasileira é caracterizada pela má distribuição de terras, que nos faz visualizar a desigualdade no campo. A concentração de terras é um mecanismo de reprodução do capital e retenção especulativa. Oliveira (2007, p.66) descreve que “a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra”. Pensar na estrutura fundiária é refletir sobre o processo de expansão do capital onde a terra é renda capitalizada.

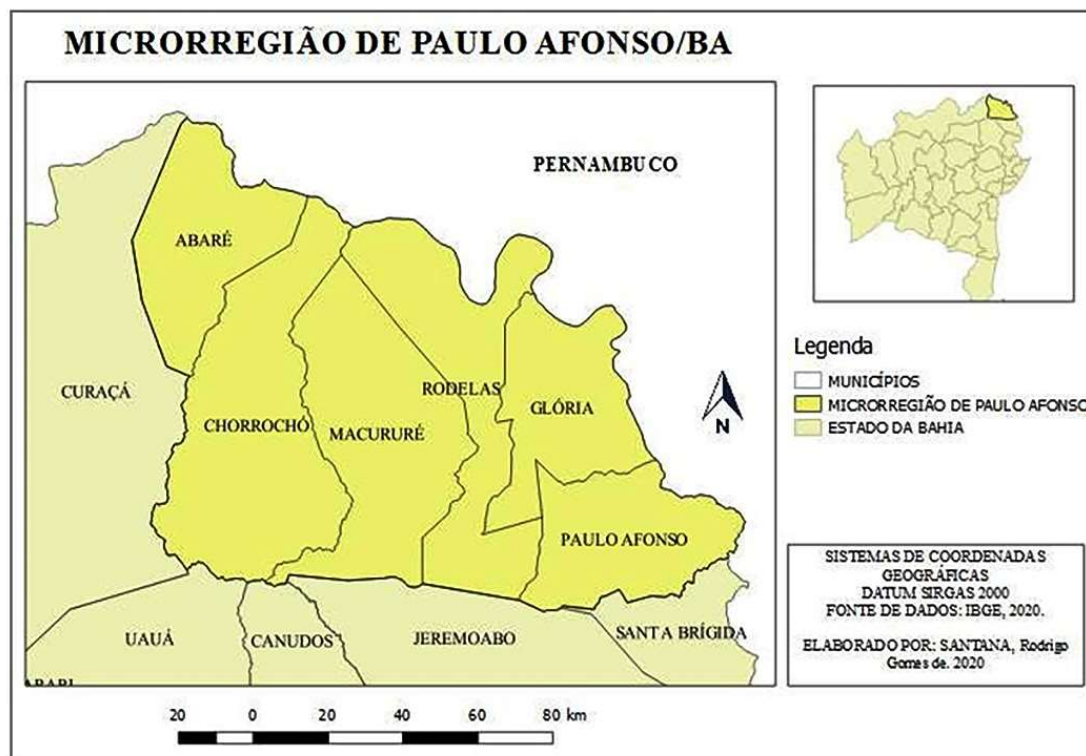
O Semiárido é espelho da concentração de terras no Nordeste brasileiro. Na Bahia, a microrregião de Paulo Afonso é terreno para visualizar a má distribuição de terras em uma região que possui a dificuldade de acesso à água do rio São Francisco pelos camponeses como mais um aspecto da expropriação do capital.

---

<sup>52</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap5\_90-104

<sup>53</sup> Professor de Geografia da Educação Básica da rede pública municipal de ensino de Paulo Afonso-BA.

**Figura 1** - Mapa da microrregião de Paulo Afonso, no Estado da Bahia



A microrregião de Paulo Afonso pertence à mesorregião do Vale do São Francisco da Bahia e compreende os municípios de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas. Ela está localizada no Semiárido baiano e possui uma estrutura agrária concentrada, em que se verifica uma presença expressiva do agronegócio, com a produção de coco, cebola e tomate. Nas cidades banhadas pelo rio São Francisco, como Paulo Afonso e Glória, destaca-se a aquicultura, por meio da qual quase todo o território da margem do mencionado rio é ocupado por fazendas que realizam a prática. Outro ponto a destacar é a presença da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), situada na cidade de Paulo Afonso, que imprimiu severas transformações ao território e expropriou povos ribeirinhos, indígenas e camponeses para que as usinas de energia fossem implantadas.

Este capítulo resulta de uma pesquisa que visa compreender a formação territorial do latifúndio na microrregião de Paulo Afonso, no Semiárido baiano. O presente texto objetiva analisar a concentração da terra na microrregião de Paulo Afonso como constituição da propriedade privada de terras, compreendendo as especificidades da formação territorial do Semiárido baiano através da terra como meio de reprodução do capital.

Inicialmente, percorremos uma revisão conceitual a partir da análise de conceitos como: formação territorial, território, territorialização, latifúndio, renda da terra, relações capitalistas de produção. Posteriormente, foi realizada revisão bibliográfica de alguns dos principais autores que tratam da formação territorial do Brasil e do Nordeste; das obras dos autores que abordam a questão agrária brasileira da formação territorial do Brasil e da região

Nordeste (Caio Prado Junior, Manoel Correia de Andrade, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira) e de pesquisas realizadas sobre a constituição da microrregião de Paulo Afonso e do seu espaço agrário. Realizamos, também, coleta de dados em órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e nas secretarias municipais que abrigam dados sobre o campo das respectivas cidades que compõem a microrregião.

O capítulo está balizado pelo materialismo histórico e dialético, com a finalidade de se obter uma visão crítica de interpretação da realidade para compreender a essência dos processos sociais apresentados. Na Geografia, o uso do materialismo histórico e dialético como método de análise visa, segundo Moraes e Costa (1987, p.51), propor, “[...] de forma clara, que os estudos sobre segmentos específicos da realidade devem operar um corte *ontológico*”. Entender a realidade a partir da lógica dialética, da postura materialista e da análise histórica do fenômeno é explicá-lo a partir da apreensão de sua gênese e do seu desenvolvimento.

A colonização do Brasil é fruto da expansão do capital. É necessário enveredar-se pela compreensão da formação do território do País, desde a invasão portuguesa, com as capitanias hereditárias e as sesmarias e com o *plantation* como modelo organizacional, passando pela Lei 601, de 1850 – Lei de Terras, até os dias atuais, com os processos de grilagem de terras e violência contra os camponeses, além do agronegócio como peça central para as desigualdades no campo brasileiro.

A microrregião de Paulo Afonso é um reflexo da estrutura fundiária nacional. Marcado pela alta concentração de terras, o campo é terreno de conflitos, violência e luta. A necessidade de entender a formação territorial da microrregião serve como base para compreender os problemas da estrutura fundiária do Brasil que se refletem nessa região, com especificidades comuns a essa parcela do território brasileiro e aos povos nativos.

Ao observar dados do SEI/Incra/RAMT (2018), mesmo em uma estrutura fundiária concentrada, visualiza-se que, em todos os seis municípios que compõem a microrregião de Paulo Afonso, não existem áreas de reforma agrária: o número de famílias assentadas é zero, assim como inexistem políticas de reforma agrária.

A concentração de terras é o marco central para se compreender as desigualdades existentes no Semiárido, que ocupa 1/5 um do território brasileiro. Utilizando os dados do IBGE (2010), observamos que mais da metade das pessoas na extrema pobreza encontram-se no Nordeste. Estas, majoritariamente, vivem em áreas rurais. A concentração de renda é também um aspecto a considerar; o Índice de Gini está a 0,60 para mais de 32% da população.

Diante dos indicadores sociais do Semiárido brasileiro, entende-se que a formação territorial dessa parcela do País é condicionante para as desigualdades existentes. É necessária a compreensão das especificidades do espaço agrário da região semiárida para analisar mais a fundo a leitura da concentração de terras nestas cidades baianas marcadas pelo coronelismo que fez expropriar a população do campo.

Ante a alta concentração de terras nos municípios que compõem a microrregião de Paulo Afonso, buscamos, então, entender os desafios da reforma agrária na localidade. Um fator preponderante é a questão de como se formou o território. Os povos indígenas, como os Truká Tupã, Mariquitos e Pankararu foram expropriados de seus territórios; os camponeses estão reféns do agronegócio e da falta de água, mesmo em uma região banhada pelo rio São Francisco; os pescadores ribeirinhos perderam suas terras na construção do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso e, nos últimos anos, com a crescente indústria da aquicultura, sofrem com os danos causados pela atividade.

## **Debates acerca dos conceitos de território e formação territorial**

Para compreender as nuances estabelecidas no que se refere à formação territorial e os problemas da concentração de terras no Semiárido baiano, é necessário compreender a principal categoria analítica da Geografia, que é o território. Dentre as interpretações acerca dos conceitos em volta da categoria, compreendemos o território como espaço de relações de poder.

Partimos do pressuposto de que o território é uma parcela do espaço geográfico formada a partir das relações de poder. Entende-se que, ao se apropriar do espaço, o sujeito o territorializa; o território é concretizado a partir do espaço. Para Andrade (1998, p. 213), o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, pois deve estar conectado sempre:

[...] à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Sendo assim, é cristalina a concepção de Andrade (1998) acerca das relações de poder para o estabelecimento do território. A territorialização acontece quando um sujeito ou agrupamento social apropria-se do espaço, e assim surge o território, concretizado a partir do espaço. As relações sociais produzem espaço e sua composição, da mesma forma que os sujeitos espacializam-se e, ao se apoderarem do espaço, territorializam-no.

Ainda sobre a concepção do conceito de território, Geiger (1998, p. 235) entende que:

Todo conceito é um objeto de pensamento e, nesse sentido, abstrato. O termo território refere-se também à relação abstrata de poder, contida no termo. Território corresponde, pois, a um nível de produção social do espaço.

Os autores citados compreendem, de forma análoga, o conceito de território. Seguindo a ideia de dominação, poder, seriam assim as concepções acerca da categoria geográfica. Outras ciências tratam o território com apenas uma dimensão. Na Geografia, o território é uma totalidade, ou seja, multidimensional, isso implica compreender o território com variadas

escalase dimensões. Não é o próprio território que provoca territorialidade e desterritorialidade. São os sujeitos que criam os territórios e suas territorialidades. A desterritorialização pode representar, simultaneamente, a territorialização no capitalismo, por exemplo: o território, ao tempo que deixa de ser território de trabalho, passa a ser território de negócio.

Na formação territorial, esse movimento ocorre a partir da territorialização das ações voltadas ao avanço capitalista. Andrade (1998, p. 214) descreve o seguinte:

Dialeticamente, porém, a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a territorialidade, provocava desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita.

Quando se analisa a formação territorial, esses processos geográficos entram em evidência. É de suma importância compreender esses processos de territorialização do capital para o entendimento das questões voltadas às desterritorializações dos povos que necessitam da terra para a reprodução de sua vida. O território configura-se a partir das relações sociais e a sociedade vive uma contínua luta pela sua socialização, como descreve Oliveira (1998, p. 280):

[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

A formação de um território é um olhar necessário para compreender a formação histórica de um país, pois está intrinsecamente ligada às relações sociais, aos agrupamentos humanos que territorializam o espaço. Moraes (2002, p. 57) põe esse aspecto em evidência em sua conceituação de território, por meio da qual ressalta que é “o uso social o seu elemento definidor”, e ainda completa que “é a própria apropriação que qualifica uma porção de terra como um Território”. Moraes (2002), por fim, argumenta que o desenvolvimento histórico faz-se sobre o espaço terrestre, assim, toda formação social é também territorial, pois se espacializa.

### **A formação territorial do Brasil**

Analisaremos a formação territorial do Brasil para conhecer a história da sociedade brasileira. A formação do território brasileiro foi concebida a partir da colonização, Moraes (2001, p. 105) explica que a “colonização diz respeito a uma adição de território ao seu patrimônio territorial”. A busca por esse patrimônio territorial chegou ao território brasileiro de forma a explorar os recursos existentes e desterritorializar os povos que habitavam o espaço.

Ainda com relação à colonização, Moraes (2001, p. 105) descreve que:



A colônia é a internalização do agente externo. E a colônia implica a consolidação desse domínio territorial, a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes no território colonial. A expressão que sintetiza tudo isso é a noção de conquista, que traz inclusive o traço de violência comum em todo processo colonial.

A partir da colonização, financiada pelo nascente capitalismo comercial na Europa, foram impostas leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa, utilizando-se de sua supremacia militar e econômica. Para Stédile (2005, p. 19), no “processo da invasão, como a História registra, adotaram duas técnicas de dominação: cooptação e repressão. Obtiveram êxito em dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura”. Podemos observar aqui que, desde a colonização, o processo de dominação e expropriação é recorrente e persiste até os dias atuais.

Na colônia, operava o mercantilismo, um sistema voltado para a monocultura de exportação. O modelo organizacional das unidades agrícolas era o *plantation* e a produção era organizada em grandes fazendas de áreas contínuas, que ficavam localizadas perto dos portos, diminuindo os gastos com transporte. Essas unidades utilizavam mão de obra escrava. Nessa época, não havia propriedade privada de terra, o modelo adotado pelos europeus foi a monopolização da propriedade de todo o território pela Coroa. Entretanto, para a implantação do modelo agroexportador, fez-se necessária a concessão de uso de grandes parcelas de terra, com direito à herança, a determinados indivíduos.

Moraes (2001, p. 108) exemplifica bem como funcionava o sistema produtivo que foi introduzido no Brasil, o *plantation*, ressaltando que já era um modelo pronto, introduzido inicialmente nas ilhas atlânticas.

Essa associação de monocultura, trabalho escravo, grande propriedade já era utilizada nas ilhas e, com o esgotamento de solo, esses interesses, esses capitais ilhéus foram transferidos para o Brasil. E o açúcar se deu muito bem, principalmente no Nordeste; é conhecida a história. Então, na verdade, a primeira ocupação no Brasil envolveu dispêndio de capital, daí a tentativa da Coroa de atrair particulares. Por exemplo: não existe definitivamente um século XVI brasileiro exclusivamente colonial. No século XVI, quem quisesse aplicar dinheiro no Brasil era bem-vindo do ponto de vista da Coroa Portuguesa.

Esses apontamentos conduzem-nos a corroborar a premissa de que, já naquela época, existiam relações capitalistas no campo brasileiro. Numa sociedade patriarcal, como foi no período colonial e imperial, marcada pela existência legal de homens escravizados, há registros daquilo que Manuel Correia de Andrade (2004) chamaria de gérmen do campesinato: em meio a um período colonial onde havia um modelo de produção agroexportador, existia um campesinato colonial, caracterizado pela pequena produção, destinada ao autoabastecimento e à venda para as vilas, povoações e para o engenho.

Andrade (2004, p.69) descreve o seguinte:

Estes agricultores, que seriam o gérmen de um campesinato no Nordeste, compreendiam os lavradores de cana, os que moíam nos engenhos, mediante um percentual na produção, e os foreiros que viviam em áreas mais distantes da sede do engenho, cultivando lavouras de subsistência, sobretudo a mandioca, para o sustento familiar e para a venda, pagando ao proprietário da terra o uso do “sítio”, seja com dias de trabalho, seja com aluguel em dinheiro, chamado geralmente de *foro*.

Entende-se, então, um ensaio do que poderia ser a forma do campesinato brasileiro. Andrade (2004) chama a atenção, ainda, para as atividades agrícolas camponesas desenvolvidas por escravizados fugidos do cativeiro, que se organizaram em quilombos, elaborando roças para suprir a necessidade da população concentrada. De igual modo, adverte para os imigrantes agricultores europeus que se localizaram no Sudeste e no Sul do País, também no período imperial, com a fundação de colônias suíças e alemãs, inicialmente. Porém, Andrade (2004, p. 71) explica que: “Havia grande diferença entre imigrantes que vinham ser proprietários e os que vinham como colonos para serem utilizados como mão de obra nos cafezais, em substituição ao braço escravo”. Contudo, todos contribuíram para a formação de um campesinato, embora com características e culturas diferentes.

Antes de 1850, o Império português já vinha sofrendo pressões da Inglaterra para a substituição dos trabalhadores escravizados pela mão de obra assalariada, na intenção de promover as relações capitalistas. Assim, a abolição da escravidão seria uma consequência para impedir que os trabalhadores – antes escravos e, agora, libertos – pudessem tomar posse de terras, daí a sanção da primeira lei específica sobre terras do País: a LEI nº. 601, de 1850 – Lei de Terras, que tinha como objetivo principal permitir a propriedade privada de terras no Brasil. Assim, conseqüentemente, os trabalhadores libertos não teriam como comprar terras, sendo impedidos de ter pequenas propriedades e, portanto, de viver da terra, permanecendo à mercê de fazendeiros ou trabalhando como assalariados.

Com relação à Lei de Terras, Germani (2006, p. 136) indica que:

Se para o trabalhador livre, para o mestiço, esta lei significou o “cativeiro” da terra, para o capital significou sua liberdade. A terra já não estava livre para ser ocupada, como no regime anterior, mas livre para ser transformada em mercadoria e ser adquirida pelos que tivessem condições para isso; por fim, estava “livre” para gerar a renda capitalista da terra. As outras formas de aquisição se transformaram, com a aplicação desta Lei, em atos ilegais.

Essa conjuntura apresentaria o nascimento do latifúndio brasileiro, como descreve Stédile (2005, p. 23):

A Lei nº. 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

Em 1988, finalmente, ocorreu a abolição da escravatura, por meio da Lei Áurea. Muitos trabalhadores escravizados passaram a migrar para as cidades, pois, impedidos economicamente de ser camponeses, abandonaram o trabalho agrícola para buscar uma alternativa de sobrevivência, qual seja, vendendo a sua força de trabalho. Chegando às cidades, eram igualmente impedidos de tomar posse de terrenos pela mesma Lei de Terras, dirigindo-se, então, ao espaço que lhes restava, os morros e manguezais, que não despertavam o interesse por parte dos capitalistas. Stédile (2005, p. 24) conclui que: “Assim tiveram início as favelas. A Lei de Terras é a mãe das favelas nas cidades brasileiras”.

O período colonial já evidenciava o início das especificidades da questão agrária brasileira, a partir das concessões de uso de terra com direito à herança, no Brasil Império, com a legalização da propriedade privada de terras e, por fim, no modo como se deu a Lei Áurea. Nasciam também as lutas sociais e as revoltas populares, desde aquelas que pediam o fim da escravidão, com os trabalhadores escravizados fugindo, rebelando-se, multiplicando os quilombos e contando com o apoio dos movimentos abolicionistas nas cidades, a exemplo dos Caifases, passando pelos movimentos de luta pela terra no campo, através da organização dos trabalhadores camponeses.

Todas essas especificidades no modo como se constituiu a formação territorial do Brasil nos levaram ao modelo agrário que temos atualmente, permeado por uma estrutura concentrada. A concentração de terras é o fator preponderante para as desigualdades no campo brasileiro, é um mecanismo de reprodução do capital. O proprietário de terras é um sujeito dentro do capitalismo. Oliveira (2007, p. 66) explica que o proprietário fundiário, ao “se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra”. Na sociedade brasileira, apoiada pelo Estado, esse movimento é recorrente. Oliveira (2007, p.66) exemplifica que é “o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria terra”.

### **Considerações acerca da formação territorial do Nordeste**

No Nordeste brasileiro, a maior parte do território é rural. A concentração de terras, assim como a concentração de renda, são muito elevadas; o latifúndio está presente na região de forma acentuada. A raiz dessa estrutura fundiária está na sua ocupação: os portugueses implantaram, inicialmente, nessa região as monoculturas de algodão, fumo e cana-de-açúcar, provocando a concentração de terras e a estruturação do latifúndio.

Por conta da ocupação da Zona da Mata para a agricultura canavieira, surgiu a necessidade de se buscar outras áreas para o desenvolvimento das atividades auxiliares ao funcionamento do engenho. A pecuária surgiu como atividade complementar aos engenhos e foi responsável, também, por povoar as vastas áreas do território brasileiro. A prática relacionava-se bem no Sertão nordestino. Abreu (1969, p.159) descreve a pecuária como atividade que “[...] dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar”; além disso, não precisava de pessoal com capacidade técnica especial.

Com a pecuária como atividade complementar aos engenhos, passou a existir um maior povoamento do Sertão. Alves (2003, p. 57) destaca a Bahia como o seu principal foco de irradiação:

É indiscutível que a pecuária teve seu principal foco de irradiação na Bahia, mais precisamente na cidade de Salvador, centro agrícola fundado em 1549 para abrigar a sede do governo geral. Das cercanias desse núcleo urbano partem os primeiros criadores tocando seus gados e instalando currais rumo ao interior do Brasil, em áreas antes somente habitadas pela população nativa. Esse movimento que, deslocando-se de maneira contínua, atinge o curso médio do rio São Francisco ainda na primeira metade do século XVII, onde foram concedidas sesmarias e instaladas várias fazendas de gado. Dali o povoamento segue em direção às chapadas do Araripe e Mangabeiras.

Outra atividade desencadeada no interior do Nordeste brasileiro foi a agricultura algodoeira. Andrade (2004, p. 150) descreve que o “algodão operou, após meados do século XVIII, uma verdadeira revolução agrária no Agreste”, tornando-se uma das principais culturas agrícolas do Nordeste. O cultivo do algodão era realizado tanto pelos grandes proprietários com trabalho assalariado quanto pelos pequenos proprietários, foreiros e moradores. Entretanto, Andrade (2004, p. 152) explica que, ainda nos dias atuais, “no Agreste e no Sertão, a criação de gado é a atividade econômica mais ligada ao latifúndio, pois os grandes proprietários são sempre pecuaristas, e só subsidiariamente agricultores”.

O Sertão do Nordeste passou a ser integrado na colonização a partir de Olinda e Salvador, com suas movimentações populacionais. Andrade (2004, p. 179) descreve que “foram estas duas cidades que desenvolveram como centros de áreas de terras férteis de massapé”, conseqüentemente como centros açucareiros que enviavam para os sertões onde existissem criações de gado animais que eram indispensáveis para a realização das atividades do engenho. Garcia d’Ávila e sua família passaram a dar mais importância à criação de gado e, desde o Governo de Tomé de Sousa, passaram a conseguir doações de terras que penetravam cada vez mais nos sertões, subindo o Itapicuru e o rio Real, alcançando o rio São Francisco.

Andrade (2004, p. 179-180) delinea que:



Nem este grande rio deteve a ambição, a fome de terra dos homens da Casa da Torre que, através dos seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais à margem esquerda, pernambucana, portanto do Rio São Francisco, e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e do Piauí. Até no Cariri cearense pleitearam os homens da Casa da Torre o recebimento de sesmarias. Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terras nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes.

A exemplo de Garcia d'Ávila e de seus descendentes, que, a partir de suas ambições e do poderio do seu capital, conquistaram grandes extensões de terra no Nordeste, as oligarquias perpetuam esse fenômeno nos dias atuais. A referida região possui a maior concentração de população rural do Brasil – 14.260.704 pessoas ou 47,80% da população rural brasileira (IBGE, 2010). A concentração de terras permanece e reflete-se nas desigualdades sociais. No Nordeste, existe um espaço de grande concentração de terras e os dados do IBGE (2010) refletem essa situação: 28% de toda a agricultura camponesa do Brasil, representando 1,5 milhões de famílias, estão no Semiárido e só ocupam 4,2% das terras; em contrapartida, os latifúndios, que representam 1,3% dos estabelecimentos do Semiárido, ocupam 38% das terras.

### **O espaço agrário da microrregião de Paulo Afonso**

Os municípios que compõem a microrregião são Abaré, Chorrochó, Macururé, Glória, Paulo Afonso e Rodelas. Todos tiveram uma formação territorial alicerçada no latifúndio. O agronegócio é muito presente na microrregião. O município de Rodelas, por exemplo, é o segundo maior produtor de coco-da-baía do Estado, compreendendo 725 estabelecimentos, segundo o Censo Agropecuário (2017), perdendo somente para Juazeiro-BA. O município de Glória ocupa, hoje, a primeira posição na produção de tilápias do País, com 17.800 toneladas anuais, segundo a Bahia Pesca (2017). Por sua vez, em Paulo Afonso, às margens do rio São Francisco, estão instaladas duas importantes agroindústrias: a Netuno, empresa de beneficiamento de pescado, e a Integral Agroindustrial, que fabrica e fornece ração, atendendo às fazendas próximas de produção de tilápias.

Tais dados abonam uma impressão de desenvolvimento socioeconômico na região, se levarmos em consideração somente dados econômicos; no entanto, não reflete melhorias à população da microrregião, onde o Índice Gini flutua em torno de 0,59, apresentando uma visível concentração de renda (IBGE, 2017).

Segundo o Censo Agropecuário (2017), o Nordeste compreende 41% dos latifúndios do País, perdendo somente para a região Centro-Oeste. A concentração de terras não é diferente na microrregião de Paulo Afonso. Dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram, em dimensão estadual, a disparidade entre a proporção do número de estabelecimentos e a ocupação do território. Observa-se que propriedades agrícolas inferiores a 200 hectares compreendem 94%



dos imóveis rurais, no entanto, ocupam apenas 41% da área total. Em contrapartida, imóveis acima de 500 hectares, que estão entre a média propriedade e o latifúndio, representam 5,4% dos imóveis rurais e ocupam uma área de 49%.

A microrregião de Paulo Afonso, assim como o restante do Estado, apresenta estrutura fundiária desigual, reflexo da questão agrária brasileira, mas com suas especificidades no uso da terra e na produção agrária. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (2016, p. 26), “Rodelas é o município com maior porcentagem de terras devolutas, 81,10%, seguido de Macururé, 70,30%, Glória, 63,50%, Chorrochó, 54,19%, Paulo Afonso, 46,06% e Abaré com 30,46%”. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), na microrregião existem 27 imóveis classificados como grandes propriedades, representando 2% de um total de 13.636 imóveis rurais da microrregião que, no entanto, ocupam uma área de 21,6% de todas as terras; 12.964 propriedades que se enquadram em minifúndios representam 94% dos imóveis, porém só ocupam 46% de toda a área (IBGE, 2017).

A concentração de terras na microrregião é um fenômeno que é reflexo da questão agrária brasileira, no entanto, com exceção da cidade de Abaré, todos os outros cinco municípios permanecem sem política e projeto relacionados à reforma agrária, conforme pode ser observado na **Tabela 1**. Tal fato reflete o modo como o campo dessa microrregião permanece dominado pelas oligarquias locais.

**Tabela 1** - Dados da reforma agrária na microrregião de Paulo Afonso

Município	Nº. de famílias assentadas – reforma agrária	Nº. de projetos – reforma agrária	Área reformada – reforma agrária (em hectares)
Abaré	320	2	12,130.00
Chorrochó	0	0	0
Glória	0	0	0
Macururé	0	0	0
Paulo Afonso	0	0	0
Rodelas	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>320</b>	<b>2</b>	<b>12,130.00</b>

Fonte: DEA/Incra (2015). Org.: Santana (2018).

O Semiárido brasileiro apresenta-se como um recorte da questão agrária evidenciado pela concentração de terras. Na microrregião de Paulo Afonso, além da concentração fundiária, há uma especificidade: observa-se também o monopólio do acesso à água que, mesmo em uma microrregião banhada pelo rio São Francisco, atende somente a uma pequena elite. Território de comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas, a microrregião de

Paulo Afonso precisa ser compreendida na formação do seu território para oferecer uma resposta aos povos que necessitam da terra para a reprodução de suas famílias, que sofrem com os efeitos do agronegócio na região.

A política na microrregião ainda é marcada pelo coronelismo, em que as oligarquias, que sempre governaram a região controlam parcela expressiva das terras. As crescentes atividades do agronegócio pertencem a essas mesmas oligarquias, as políticas públicas são escassas e, quando existem, não chegam à população do campo.

Das contradições da expansão do capitalismo no campo da microrregião de Paulo Afonso emergem consequências que corroboram com o modelo fundiário e o uso da terra. O uso de agrotóxicos apresenta-se como parte de um modo de produção que evidencia o agronegócio como elemento presente na microrregião, entretanto, a prática não está somente ligada à agricultura empresarial, estando presente também na agricultura camponesa.

Tal aspecto revela uma subordinação da renda da terra ao capital monopolista, segundo Bombardi (2011, p. 2):

[...] mais de das pequenas propriedades no Brasil utilizam venenos. Neste sentido, toda vez que o camponês destina parte de sua renda à compra de insumos químicos, sejam eles agrotóxicos ou fertilizantes, esta renda é apropriada pelo capital industrial internacional e, sobretudo, monopolista.

Assim, o uso de agrotóxicos mostra-se como uma prática nociva tanto para o meio ambiente quando no processo de monopolização do capital.

O atlas *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a U.E.*, publicado em 2017 pela professora Larissa Mies Bombardi (2017), aponta a cidade de Rodelas – que integra a microrregião de Paulo Afonso – entre os cinco municípios da Bahia em que a relação entre os números de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos e o total de estabelecimentos do município foram maiores. Contudo, o alto uso de agrotóxico não está restrito somente ao município de Rodelas: os municípios de Macururé, Chorrochó e Abaré figuram com as porcentagens máximas apontadas nos dados de Bombardi (2017), com valores entre 20,78% e 84,37%.

Os conflitos no campo são outro aspecto a destacar na microrregião de Paulo Afonso-BA. À medida que a concentração de terras avança em consonância com a expropriação dos camponeses, os conflitos mostram-se cada vez mais presentes. O uso da água torna-se instrumento de disputa entre os latifundiários, o agronegócio e as famílias camponesas. Cosme (2019, p. 138) destaca que, em 2019, “a região Nordeste foi a que mais sofreu os impactos, com 47,85% do número total de conflitos (234) e 46,02% das famílias envolvidas (32.119)”.

Os seis municípios que compreendem a microrregião de Paulo Afonso estão situados no Vale do São Francisco. No referido recorte territorial, as águas do rio São Francisco são objeto de disputa, onde o agronegócio com a agricultura de irrigação mantém o monopólio

do uso da água. Dados da Agência Nacional de Águas (2015) apontam que o uso de água para irrigação no Vale do São Francisco compreende um percentual de 77%, revelando uma concentração do uso da água.

A microrregião de Paulo Afonso-BA apresenta-se como um recorte territorial com especificidades que revelam os elementos constituidores que traduzem as nuances dessa parcela do território no Semiárido baiano. Aqui, apontamos a alta concentração de terras, bem como a ausência de políticas públicas que mitigam os problemas caracterizados por essa questão; o uso de agrotóxicos surge também como elemento presente dentro do modo de produção que subordina a renda da terra ao capital e que se mostra presente no município de Rodelas e o coloca em situação de alerta; por fim, observa-se o monopólio do uso da água em um território banhado pelo rio São Francisco.

### Considerações finais

A questão agrária brasileira é caracterizada pela alta concentração de terras nas mãos de poucos, e estes, geralmente, são parte das oligarquias locais. No Semiárido baiano, não é diferente, sendo a microrregião de Paulo Afonso reflexo também da questão agrária brasileira. A concentração fundiária, nesse recorte do espaço geográfico, é peculiar e, sobretudo, o uso dessas terras, elementos como o monopólio do acesso à água e a quantidade de terras devolutas marcam essa microrregião. Contudo, apesar dos problemas evidentes nesse perímetro, as políticas de reforma agrária e demais políticas públicas não contemplam seus municípios, salvo Abaré.

A ausência de políticas públicas de reforma agrária na microrregião é um fenômeno de destaque entre as especificidades desse território. Mesmo com os conflitos existentes e com a concentração fundiária acentuada, não é do “interesse” do Estado promover a reforma agrária na microrregião. As terras devolutas são elementos característicos e a pecuária extensiva avança sobre o território, dirigida pelas oligarquias, que detêm o poder. O fenômeno recente das fazendas de aquicultura, que coloca a região entre os maiores produtores de tilápia do País, é responsável por intensificar o monopólio do acesso à água. Todos esses aspectos específicos da microrregião de Paulo Afonso alavancam os problemas agrários e promovem desigualdade.

### Referências

ABREU, J. Capristano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras**. Brasília: ANA, 2015.

ANDRADE, Manoel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BAHIA PESCA. **Pesca e aquicultura na Bahia**. Salvador, ago. 2017 Disponível em: <<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>. Acesso em: fev. 2019.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), Presidente Prudente, set. 2011, p. 1-21. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes\\_2011.pdf](http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf)>. Acesso em: jun. 2020.

GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, v. 2, n. 2, 2006. p. 115-147.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**, v. 1. Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**, v. 1. Brasil, Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: fev. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório de Análise de Mercado de Terras 2017**. Brasil, Bahia, 2018. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-05-bahia/ramt\\_sro5\\_2018.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-05-bahia/ramt_sro5_2018.pdf)>. Acesso em: jun. 2020.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, n. 43. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001b. p. 185-206.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA (SEPLAN). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário 2016**. Bahia, 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4x3nhub>>. Acesso em: fev. 2018.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



## PARTE 2

### Sementes crioulas, transgênicos e agrotóxicos



# BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES: MATERIALIDADE DA LUTA CAMPONESA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO ALAGOANO<sup>5455</sup>

*Flávio dos Santos<sup>56</sup>*

## Introdução

No âmbito da reprodução social camponesa, as sementes crioulas são um elemento essencial, pois, além de garantir o alimento, elas são possuidoras de traços biológicos e culturais originados por meio das relações de trabalho estabelecidas entre o campesinato e a natureza, processo que faz emergir um conjunto de conhecimentos que são transmitidos de geração a geração.

Cientes disso, grupos do agronegócio têm estruturado ações com a intenção de impor domínio sobre a produção mundial de sementes e, desse modo, suplantar as sementes crioulas, contando com a anuência do Estado, que atua de forma a criar as condições para que tal objetivo seja alcançado.

O avanço do agronegócio na área das sementes ganhou um grande impulso no âmbito da mundialização do capital, processo este iniciado no período de 1960 a 1970 (CHESNAIS, 1996) e que provocou alterações na agricultura em escala mundial, transformações materializadas por meio do avanço do agronegócio e do imperialismo das corporações empresariais do ramo de alimentos, químicos e biotecnológicos, domínio exercido por meio da coerção econômica, face característica do capital imperialista (WOOD, 2014).

Neste cenário de intensificação da acumulação capitalista no campo, camponeses têm empreendido ações de resistência na defesa das sementes crioulas, a exemplo do Semiárido alagoano, onde vem sendo realizado um processo de luta que se materializa com a formação de uma rede estadual de Bancos Comunitários de Sementes (BCS), por meio dos quais busca-se preservar esse patrimônio genético e cultural que são as sementes crioulas (LIMA; SANTOS, 2018).

<sup>54</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap6\_106-115

<sup>55</sup> Este artigo é fruto de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, orientado pela Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos.

<sup>56</sup> Mestre em Geografia. Pesquisador do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (Obelutte) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar/CNPq), ambos vinculados à Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão.

Perante o anteposto, preconizamos, neste artigo, realizar uma breve leitura sobre o processo de mundialização do capital e seus rebatimentos na agricultura, com ênfase na produção mundial de sementes, cuja materialidade dá-se com a disseminação das sementes do agronegócio<sup>57</sup>, um novo mecanismo adotado pelo capital com o intuito de ampliar a acumulação e, conseqüentemente, destruir as sementes crioulas.

Diante disso, discorreremos sobre a resistência realizada pelo campesinato na defesa das sementes crioulas, tendo como recorte espacial de análise as lutas empreendidas no contexto da região semiárida alagoana, cuja materialidade manifesta-se nos Bancos Comunitários de Sementes.

### **A mundialização do capital e seus rebatimentos na agricultura**

O processo de mundialização do capital emerge no período de 1960/1970 como uma leitura das mudanças que se disseminavam no âmbito da economia mundial, em consequência da agenda pregada pelo neoliberalismo, que se caracteriza como “uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas” (OLIVEIRA, 2016, p. 11).

Com o discurso voltado para a necessidade de se buscar a redução do tamanho do Estado e, conseqüentemente, promover a não interferência deste na dinâmica da economia, de forma a instituir um mercado autorregulador e livre de qualquer amarra, a agenda neoliberal atingiu as diversas searas cotidianas da sociedade, dentre as quais o mundo acadêmico, que, por meio de um discurso econômico, político e cultural, foi capturado e moldado pelo/para o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2016).

Em decorrência da penetração neoliberal nos espaços acadêmicos, o economista francês François Chesnais (1996), a fim de compreender o processo de mudança que estava ocorrendo no seio do capital, formulou o conceito de mundialização, de modo a “explicar os elementos fundantes deste novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo” (OLIVEIRA, 2016, p. 95).

Nesse viés, a mundialização do capital pode ser entendida como um fenômeno “que articulou em escala global as cadeias de produção, distribuição e circulação em um patamar desprovido de paralelo histórico” (LIMA, 2018, p. 2).

Oliveira (2016, p. 95) discorre que a mundialização foi constituída mediante a formação de uma aliança, ocorrida no interior da classe burguesa capitalista mundial, em um processo cujo sustentáculo centrou-se em três condicionantes: i) da necessidade em se promover, em nível mundial, uma movimentação de capitais, em virtude da premência de se reconstruir a Europa e o Japão no Pós-II Guerra Mundial; ii) do desejo em se proporcionar uma ampliação

<sup>57</sup> Utilizaremos o termo “Sementes do Agronegócio” para nos referir às sementes híbridas, obtidas por meio do “cruzamento [...] entre duas plantas de linhagens puras diferentes” (AGRIC, 2020), e às transgênicas, organismos que possuem “[...] material genético alterado pelo homem através da transferência de um gene de uma espécie para outra” (ALVES, 2004, p. 1).



da produção capitalista em todo o globo; iii) em razão das ações desenvolvidas pelos governos em nível mundial, resultantes dos dois fatores previamente mencionados, assim como em função da necessidade de se realizar a intervenção estatal na economia.

Ancorado nesses três elementos, o capital encontrou a base para realizar a articulação entre os diferentes capitais disseminados nos diversos espaços do mundo, necessitando, para tal, das ações realizadas pelos Estados, que, contraditoriamente ao preconizado pelo neoliberalismo, exerceram um papel essencial para a mundialização do capital, conforme aponta Chesnais (2001, p. 10) ao citar que “o triunfo atual do ‘mercado’ não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas”.

A expansão do processo de mundialização do capital provocou grandes mudanças nos diferentes setores produtivos, dentre os quais destacamos a agricultura, campo vital para a reprodução social da vida e palco de profundas transformações. No contexto da mundialização, Oliveira (2016, p. 123) aponta que a agricultura “passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais”.

Perante o exposto, vemos que a penetração do capital mundializado na agricultura implicou, primeiramente, em transformações no processo produtivo, cuja materialidade pautou-se no redirecionamento da produção, transformando os alimentos em mercadorias e, posteriormente, inserindo-os na lógica do capitalismo financeiro, por meio das bolsas de valores, caracterizando, assim, o segundo pé da tríade. A terceira faceta desse processo centra-se na constituição dos grandes grupos monopólicos, que se tornaram agentes dominantes do processo produtivo no campo.

Segundo Oliveira (2016), assentado nos ideais preconizados pelo neoliberalismo e alinhado com o capital mundializado, o referido tripé recrudescer os ataques contra a agricultura camponesa e realizou mudanças nas ações governamentais no que tange à questão alimentar, delegando às grandes empresas o papel de exercer o controle sobre essa área, sendo tal decisão ratificada mediante o surgimento de organizações criadas para realizar, em nível mundial, a função de reguladoras das relações comerciais entre os países.

Diante disso, compreendemos que a entrada do capital mundializado na agricultura proporcionou a emergência e a afirmação hegemônica das corporações empresariais do ramo de alimentos, que, por meio de grandes fusões, têm intensificado o processo de concentração e centralização de capitais, colocando nas mãos de poucos capitalistas o poder exercido sobre a produção agrícola mundial, ampliando o avanço do capital no campo e buscando desintegrar a resistência empreendida pelo campesinato contra esse violento processo de acumulação, de quem uma das principais facetas na atualidade refere-se ao setor de sementes, conforme discutiremos a seguir.

## As sementes no contexto da mundialização: a febre dos transgênicos e a monopolização do território

Com o advento da mundialização e a consequente formação de grandes grupos monopólicos, frutos da entrada na agricultura desse movimento do capital, passaram-se a arquitetar novos mecanismos voltados para intensificar a acumulação no campo.

Dentre as principais estratégias adotadas estão as ações direcionadas para o setor das sementes, uma vez que se trata de um insumo basilar no âmbito da agricultura, de modo que o controle da sua produção caracteriza-se como um aspecto fundamental para o comando das atividades agrícolas. Tal fato acarretou a consolidação de um mercado mundial de sementes, lógica que envolve a produção de *commodities* e a inserção delas no âmbito do capital financeiro, por meio das bolsas de valores.

A fim de ampliar os lucros obtidos no seio desse mercado, corporações empresariais sementeiras têm intensificado a adoção de pacotes tecnológicos para a agricultura, com o objetivo de aumentar a produção. Nesse contexto, situamos as sementes transgênicas, que compreendem produtos que sofreram transformações em seu material genético (OLIVEIRA, 2016).

Essas sementes são frutos da aplicação, na agricultura, dos avanços da ciência, processo cuja origem alude à chamada revolução verde, que se constituiu como um pacote tecnológico que emergiu no limiar da década de 1950 com o discurso apontado para a necessidade de se implementar os avanços da ciência na agricultura, de modo a promover um aumento da produção de alimentos e, assim, combater a fome no mundo. Ancorada nessa falácia, a dita revolução buscou ocultar sua verdadeira essência: um novo mecanismo de acumulação criado pelo capital.

O fato é que o pacote tecnológico da revolução verde disseminou-se mundialmente, provocando grandes alterações na produção agrícola (CAMPOS, 2011), tendo como um de seus principais aspectos as técnicas aplicadas no melhoramento de sementes.

No contexto da mundialização, com a ampliação do uso das novas técnicas da ciência na agricultura e o consequente aumento da produção de sementes melhoradas em laboratório, os transgênicos vêm sendo difundidos com extrema voracidade no espaço agrário mundial.

Por meio do discurso de que as sementes transgênicas são mais resistentes às pragas, garantindo, desse modo, uma maior produção, as empresas sementeiras têm proporcionado uma verdadeira febre dos transgênicos (OLIVEIRA, 2016), que, ano após ano, vem abrangendo parcelas maiores da área agricultável mundial.

De acordo com dados publicados pelo International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA, 2016), em 2016 haviam, considerando as áreas agricultáveis em todo o mundo, 185,1 milhões de hectares ocupados com o cultivo de insumos oriundos dos pacotes biotecnológicos do agronegócio, com destaque para os países considerados em desenvolvimento, que, no ano referido, possuíam em torno de 100 milhões de hectares cultivados, fato que revela a estratégia do capital de se expandir de maneira mais voraz



nos espaços agrários dos países periféricos. Considerando-se o ano de 2017, os dados do ISAAA (2016) apontam um crescimento mundial do quantitativo de áreas com cultivos biotecnológicos, alcançando um total de 189.8 milhões de hectares.

Os dados evidenciam como o capital vem disseminando e implantando, no campo e em escala mundial, os insumos provenientes dos pacotes biotecnológicos e, conseqüentemente, proporcionando a rápida difusão das sementes transgênicas. Tal fato tem acarretado na monopolização do território, processo que se materializa quando as empresas não se apropriam diretamente da terra, mas comandam o seu uso (OLIVEIRA, 2016).

Por meio da monopolização, os capitalistas buscam expandir seu domínio e, conseqüentemente, extrair taxas maiores de lucro extraordinário, através da sujeição da renda da terra aos imperativos do capital. Nesse contexto, o controle sobre as sementes configura-se como um elemento estratégico sob o ponto de vista da monopolização.

Sob a ótica do mercado mundial, o controle sobre a produção de sementes constitui-se como um lucrativo negócio. Segundo dados da International Seed Federation (ISF) (2016), no período de 2011 a 2016 houve, no planeta, a movimentação de mais de 65 bilhões (USD) com exportações de sementes, fato que ilustra como esse mercado é um negócio extremamente valioso para o capital.

O Brasil não se encontra alheio a essa conjuntura. Como cita Gonçalves Neto (1997, p. 212), já no processo de modernização da agricultura brasileira, que teve início na década de 1960, identificam-se ações voltadas para o melhoramento de sementes, que, naquela época, constituiu-se enquanto um importante insumo moderno.

Com a superação da modernização e a posterior entrada do País na economia do agronegócio, na década de 1990, intensificou-se a entrada do capital no campo brasileiro, acarretando na posição que o Brasil passou a ocupar na produção mundial de sementes, tornando-se um grande produtor de *commodities* e alcançando o posto de segundo país, no mundo, com a maior área agricultável ocupada com insumos provenientes do agronegócio.

Segundo o ISAAA (2016), em 2005, o Brasil tinha uma área de aproximadamente 10 milhões de hectares (ha) cultivados com insumos biotecnológicos, enquanto que, em 2016, a área passou a ser em torno de 50 milhões de ha, um aumento bastante significativo: próximo de 40 milhões de ha, fazendo o País ocupar o segundo lugar dentre as maiores áreas cultivadas com transgênicos no mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos (70 milhões de ha). Argentina (23,80 milhões de ha), Canadá (11,10 milhões de ha) e Índia (10,80 milhões de ha) completam a lista dos cinco primeiros, considerando apenas os dados de 2016 (ISAAA, 2016).

De acordo com Oliveira (2016), as principais *commodities* brasileiras que se inserem na lógica dos transgênicos são a soja, o milho e o algodão, e como coadjuvantes figuram as produções de feijão, cana-de-açúcar e eucalipto, o que coloca o Brasil como um grande exportador de sementes, mas também como um grande importador.

Dados da ISF (2016) mostram que, entre 2011 e 2016, o País importou um quantitativo de 224.564 toneladas de sementes, ao passo que exportou 314.735 toneladas no mesmo período. As importações de sementes realizadas pelo Brasil (2011 a 2016) foram responsáveis pela movimentação de 771 milhões (USD), enquanto as exportações movimentaram 986 milhões de dólares (ISF, 2016).

Os dados confirmam que o Brasil tornou-se um dos principais países produtores de sementes, em nível de importação e de exportação, fato que revela como os insumos biotecnológicos adentraram de forma feroz no campo brasileiro.

Neste cenário, para além de impor seu domínio em áreas cada vez maiores, as empresas sementeiras objetivam, pela monopolização do território, impor seus imperativos sobre trabalhadoras e trabalhadores camponeses, de modo a expropriá-los dos seus meios de produção e sujeitá-los ao capital, destruindo todas as formas de reprodução social dos mesmos.

Perante esse quadro, destacamos as sementes crioulas, que, como fruto das relações de trabalho estabelecidas entre camponeses e a natureza, encontram-se sob a mira do capital, que almeja destruí-las e substituí-las pelas sementes do agronegócio. Todavia, contra esse movimento inexorável, povos camponeses têm realizado ações de luta, salvaguardando as sementes crioulas em um ato de resistência e defesa da vida, conforme discorreremos a seguir.

### **Bancos Comunitários de Sementes no Semiárido alagoano: resistência frente às sementes do agronegócio**

Diante dos ataques realizados pelo agronegócio com o objetivo de destruir as sementes crioulas, coletivos camponeses têm estruturado ações de resistência, com o objetivo de salvaguardar essas sementes. Entre as estratégias elaboradas, destacam-se os Bancos Comunitários de Sementes (BCS), um modelo de gestão voltado para a estocagem de sementes que garante a proteção e a qualidade das mesmas, além de assegurar o plantio.

Considerando-se o contexto brasileiro, Almeida e Cordeiro (2002) expõem que os BCS surgiram no País em meados da década de 1970, por meio das ações realizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em um movimento cuja materialidade manifestou-se, principalmente, na região Nordeste, com destaque para a faixa semiárida nordestina.

Segundo as autoras (idem), foram dois os motivos que levaram ao nascimento dos BCS na referida região: as condições singulares de vida no Sertão, que estimularam os produtores a pensar em estratégias de melhor guardar suas sementes para plantá-las no momento oportuno, ou seja, mediante a ocorrência de chuvas; e libertar-se de quaisquer amarras que os tornassem dependentes de seus patrões.

Nesse contexto, Almeida e Cordeiro (2002) destacam que, nas décadas seguintes, presenciou-se uma expansão dos BCS no Nordeste, com destaque para os Estados do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, de modo que, em 1996, foi registrado um quantitativo de 250 BCS na região nordestina, englobando mais de 9.200 famílias (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002).

Nos dias de hoje, os BCS encontram-se mais difundidos no Brasil, sobretudo no Semiárido, região onde se estima a existência de mais de 1.000 BCS na atualidade (BOND, 2019), fato que evidencia a importância das sementes crioulas para a população camponesa residente no Semiárido, como ocorre no contexto alagoano, onde camponeses do Semiárido do Estado empreendem, desde 1980, uma luta na defesa das sementes crioulas.

Assim como nos demais espaços do Semiárido nordestino, foi por meio das ações desenvolvidas pelas CEBs que camponeses do Semiárido alagoano articularam forças e iniciaram um movimento voltado para a preservação das sementes crioulas, fato que culminou na construção, em 1984, do primeiro BCS de Alagoas, no povoado Tabuleiro, no município de Água Branca (COPPABACS, 2012). Nos anos seguintes, as experiências dos BCS proporcionaram sua expansão no Sertão alagoano, acarretando, na década de 1990, na concretude de 24 BCS, distribuídos em oito municípios (idem, ibidem).

Chegada a década de 2000, como reflexo do fortalecimento da resistência na defesa das sementes crioulas, os BCS começaram a adentrar nos municípios do Agreste alagoano, sendo essa difusão potencializada pela criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que foi essencial para a realização do I Encontro Estadual de Sementes, ocorrido em 2004 em Santana do Ipanema-AL, evento em que as sementes crioulas do Estado de Alagoas foram batizadas de Sementes da Resistência (COPPABACS, 2012).

Embora trate-se de um processo que, sob o ponto de vista da história, ainda seja inicial, as resistências realizadas pelos camponeses do Semiárido alagoano concretizam-se, atualmente, na existência de 54 BCS, distribuídos em 20 municípios, preservando um acervo de mais de 65 variedades (G1, 2019).

Perante o contexto histórico de surgimento das lutas voltadas para a defesa das sementes crioulas, vimos que as CEBs apontaram a construção dos BCS como uma estratégia de resistência frente às dificuldades existentes nas décadas de 1970/1980. Contudo, com a expansão do capital sobre o campo ocorrida nos últimos anos, cuja principal faceta centra-se no processo de mundialização, a resistência voltada para a guarda das sementes ganharam um sentido mais amplo, de cunho político, contra a subordinação ao capital, fazendo com que a resistência seja ampliada.

É o que se verifica atualmente no Semiárido de Alagoas, onde a importância das sementes crioulas é reafirmada perante a disseminação das sementes do agronegócio, processo que ocorre por dois caminhos: o primeiro é a distribuição de sementes híbridas, por meio de políticas públicas, e o segundo dá-se pela disseminação dos organismos transgênicos.

O primeiro caminho materializa-se por meio de uma política de distribuição de sementes realizadas pelo Estado alagoano, ação que movimentou, entre os anos de 2007 e 2018, mais de 160 milhões de reais (GOVERNO DE ALAGOAS, 2018), montante destinado para a aquisição de sementes produzidas por grupos do agronegócio. No que diz respeito à quantidade de sementes, no período de 2011 a 2018, o Estado de Alagoas efetuou a compra

de aproximadamente 8.500 toneladas (GOVERNO DE ALAGOAS, 2018), distribuídas para agricultores familiares.

No que concerne ao segundo mecanismo mencionado, sua ameaça para as sementes crioulas já começa a se manifestar: conforme apontam Lima e Santos (2018), testes de transgenia realizados pela ASA em 2017 identificaram a presença de sementes transgênicas em propriedades camponesas do Semiárido de Alagoas localizadas nos municípios de Delmiro Gouveia, Poço das Trincheiras, Olho d'Água do Casado, Igaci e Palmeira dos Índios, sendo que o caso de Olho d'Água do Casado é o mais grave, uma vez que se detectou a contaminação de milho crioulo da variedade batité.

De acordo com os referidos autores (idem, ibidem), esses transgênicos foram comprados por pequenos produtores de forma inadvertida, possivelmente em lojas agropecuárias ou feiras livres. Tal acontecimento evidencia que o Semiárido de Alagoas é palco de uma silenciosa expansão dos transgênicos, que ocorre sob a égide do Estado (LIMA; SANTOS, 2018).

Perante o exposto, vemos como a chegada das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano ilustra a necessidade de ampliar as lutas na defesa das sementes crioulas, de modo a salvaguardar um elemento essencial para a reprodução camponesa, garantindo, para esses trabalhadores, a autonomia no processo produtivo e a preservação do seu modo de vida.

## Considerações finais

A indústria sementeira tem se expandido de forma voraz nos diferentes espaços do mundo, proporcionando grandes transformações no processo produtivo agrícola e impactando diretamente nas unidades de produção camponesas, que resistem e recriam-se no âmbito da lógica capitalista.

Nesse cenário, as reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo revelam-nos como o capital tem lançado mão de diferentes estratégias com o objetivo de ampliar sua acumulação no campo e, conseqüentemente, desintegrar as lutas empreendidas pelo campesinato, sendo as sementes e o controle exercido sobre sua produção um elemento essencial para a ampliação da ofensiva do capital, o que torna mais complexa a compreensão da questão agrária nas escalas mundial, nacional e local.

Perante o delineado, camponeses têm realizado ações de resistência frente aos avanços do capital no campo, dentre as quais destacam-se os esforços voltados para a preservação das sementes crioulas, luta que se materializa com a construção dos BCS, garantindo, assim, a proteção para os organismos crioulos, que não são mero insumos, mas sementes que possuem, em seu DNA, as mensagens culturais resultantes da cotidianidade camponesa, como ocorre no Semiárido de Alagoas, onde as sementes crioulas trazem no seu nome um traço característico dos guardiões de sementes alagoanos: a resistência.

Desse modo, com a expansão do capital mundializado e com o aumento da hegemonia das corporações empresariais sementeiras, as ações de lutas realizadas pelo campesinato, como



o fortalecimento e a expansão dos BCS, devem ser ampliadas e fortalecidas, a fim de barrar o avanço das sementes do agronegócio e, conseqüentemente, a monopolização do território, preservando, assim, as sementes crioulas e o modo de vida camponês.

## Referências

AGRIC. **Variedades x Híbridos**: qual a diferença? Disponível em: <[https://www.agric.com.br/termos\\_tecnicos/variedades\\_vs\\_hibridos.html](https://www.agric.com.br/termos_tecnicos/variedades_vs_hibridos.html)>. Acesso em: 27 jun. 2020.

ALAGOAS. Controladoria-Geral do Estado. **Portal da Transparência Graciliano Ramos**. Disponível em: <<http://transparencia.al.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Angela. **Semente da paixão**: estratégias de conservação locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ALVES, Gilcean Silva. A biotecnologia dos transgênicos: precaução é a palavra de ordem. **Holos**, Natal, n. 20, p. 1-10, out. 2004.

BOND, Letycia. **Agricultores familiares debatem importância da semente crioula**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-02/agricultores-familiares-debatem-no-ce-importancia-da-semente-crioula>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: Clacso, 2011.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, v. 5, p. 7-28, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES (COPPABACS). **Sementes da Resistência**: preservando a cultura e a vida no Semiárido Alagoano. Maceió: Governo de Alagoas, 2012.

G1 ALAGOAS. **Encontro em Igaci debate ideias para preservar o plantio das sementes crioulas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/gazeta-rural/videos/t/edicoes/v/encontro-em-igaci-debate-ideias-para-preservar-o-plantio-das-sementes-crioulas/7662858/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrária e modernização econômica brasileira. São Paulo: Hucitec, 1997.

INTERNATIONAL SEED FEDERATION (ISF). **Seedstatistics**. Disponível em: <<https://www.worldseed.org/resources/seed-statistics/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

INTERNATIONAL SERVICE FOR THE ACQUISITION OF AGRI-BIOTECH APPLICATIONS (ISAAA). **Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops**: 2016. Ithaca: ISAAA, 2016.

LIMA, Lucas Gama. Capital mundializado e a geopolítica dos alimentos: uma análise das contradições da oferta de sementes. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 21, n. 41, p. 192-217, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

# A EXPANSÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO<sup>58</sup>

*Karla Christiane Ribeiro Tanan<sup>59</sup>*

## Introdução

Diante do contexto de mundialização do capital, o espaço agrário passou a ser controlado e subordinado por empresas multinacionais que estruturaram a agricultura em produção de *commodities*, bolsa de mercadorias e futuros e monopólios mundiais. O processo de monopolização do território está atrelado a esse contexto mundial, em que empresas do ramo de comercialização e de processamento industrial passaram a exercer o controle e a subordinação da produção no campo. E, nesse sentido, o espaço agrário no Semiárido alagoano tem vivenciado esse contexto da mundialização da agricultura, diante da expansão do uso de agrotóxicos.

O objetivo deste texto é discutir a expansão do uso de agrotóxicos no Semiárido de Alagoas, compreendendo que esse processo está atrelado ao discurso da modernização da agricultura, como também à formação de estruturas de oligopólios dos agroquímicos que controlam a produção e produzem os insumos químicos (agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, adubos e fertilizantes) que têm crescido em ritmo acelerado em todo o Brasil.

O crescimento da comercialização de agrotóxicos no Estado de Alagoas (reflexo da ampliação que tem ocorrido no Brasil) tem gerado dados expressivos de casos de notificação por agrotóxicos de uso agrícola na região do Semiárido. Esse significativo aumento da comercialização de agrotóxicos deixa ainda mais vulnerável a saúde do trabalhador no campo, da população que consome os alimentos e do meio ambiente.

Este texto está organizado em dois momentos: a primeira parte do trabalho dedica-se a analisar o avanço do capitalismo no campo brasileiro a partir da modernização da agricultura. Em seguida, evidenciamos os dados registrados quanto à intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola, utilizando números disponibilizados pelo Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan).

Desta forma, é importante frisar a grande relevância de suscitarmos esse debate, uma vez que o aumento da comercialização de agrotóxicos no Brasil tem proporcionado altos lucros

<sup>58</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap7\_116-125

<sup>59</sup> Mestre em Geografia pela UFS e estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP.

aos grandes grupos estrangeiros. E, para a população brasileira (do campo ou da cidade), tem-se gerado um problema de saúde pública e de grande impacto no meio ambiente.

### **O processo de modernização na agricultura**

O desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro suscitou grandes transformações sociais e espaciais ao longo de seu processo de expansão, controle e dominação do território, desde o período colonial, com o capitalismo mercantil, até o período contemporâneo, cuja esfera financeira passou a exercer domínio sobre a economia mundial. Nesse contexto, surge uma questão agrária para ser debatida, a fim de compreendermos os reais problemas que estão presentes no campo.

A difusão do capital financeiro na agricultura brasileira ocorreu a partir do processo de modernização técnica, ou seja, alterou-se a base técnica da produção agrícola a partir da inserção e difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, durante o período da Ditadura Militar, principalmente, a partir da década de 1970.

As décadas de 1950 e 1960 são de intensa instabilidade política, no campo, especificamente. É o período das Ligas Camponesas, com várias disputas territoriais; nesse sentido, o capital não tinha, no espaço agrário brasileiro, uma estabilidade que abonasse sua reestruturação. Essa estabilidade só foi adquirida com o Golpe Militar de 1964, uma vez que se iniciou um processo de intensa repressão e criação de uma falsa harmonia social que propiciou a inserção do pacote tecnológico da modernização no campo com maior intensidade. Vale ressaltar que já existiam experiências embrionárias nas décadas anteriores, como o exemplo dos polos de agricultura irrigada e com a fronteira agrícola da soja.

A expansão geográfica da Revolução Verde tem como característica um desenvolvimento desigual no tempo e no espaço. E, no Brasil, esse processo dialogou diretamente com o período histórico de efervescência da reestruturação do capital produtivo e financeiro, que se integraram em escala mundial.

As transformações ocorridas na política agrária brasileira asseguraram a expansão do capital financeiro e a subordinação da produção do campo ao mercado externo. Segundo Delgado (2012), o período de modernização é marcado pela integração técnica da indústria com a agricultura.

O meio século de industrialização e urbanização acelerada pelo qual passou a economia brasileira desde 1930 forjou condições para a transformação técnica-econômica da agricultura. Este fato ocorreu principalmente no período de 1965 a 1980, caracterizado como auge da “modernização conservadora”. O papel diretor da política econômica e social do governo federal nesse processo foi crucial, e indissociável de outros processos coetâneos: centralização política do Estado, construção do mercado interno, industrialização substitutiva de importações, etc. (DELGADO, 2012, p. 19).



O campo brasileiro foi (re)configurando-se no espaço-tempo, a fim de garantir a expansão e a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, a Revolução Verde é inserida no campo através de um “pacote tecnológico” que tem seus desdobramentos na modernização técnica/científica no campo, com a integração agricultura-indústria (os complexos agroindustriais) via políticas de subsídios, assistência técnica e de crédito.

O processo de avanço da Revolução Verde sobre o campo brasileiro provocou uma (re)estruturação produtiva no espaço agrário nos âmbitos técnico, social, econômico e político. O discurso construído para a implantação da Revolução Verde esteve calcado no aumento da produtividade de alimentos, com a finalidade de combater a fome, que assolava o mundo, principalmente os países periféricos. Nesse sentido, o aumento da produção ocorreu por meio do uso de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Com o fim da II Guerra Mundial, toda a tecnologia desenvolvida pelas indústrias química e mecânica, abastecedoras da indústria bélica, estava ociosa, além de possuir grandes sobras de material de guerra, que foram direcionados para a agricultura, por meio da produção de herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos, como também na inserção da mecanização do campo com: tratores, colheitadeiras, sistema de irrigação etc. Então, toda essa inovação tecnológica promovida pela Revolução Verde gerou a base técnica que reestruturou o processo produtivo do campo.

O movimento de expansão da Revolução Verde em escala mundial ocorre a partir de fundações e instituições que sistematizaram todo o processo (Fundação Ford; Fundação Rockefeller e Banco Mundial), principalmente, para os países periféricos (PEREIRA, 2009).

Durante a década de 1960, as fundações Ford e Rockefeller e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) patrocinaram a criação de centros de pesquisas agrícolas em diversos países, com a finalidade do aumento da produtividade e da redução da pobreza. Sendo assim,

A agricultura tornou-se o terreno operacional em que o Banco mais explicitamente explorava as ligações entre o aumento da produtividade e a redução da pobreza, embora o pêndulo se inclinasse à primeira e nenhuma ação tenha sido tomada efetivamente em prol da reforma agrária. [...] Com o apoio da fundação Rockefeller, experimentos realizados em 1943 no estado mexicano de Sonora desenvolveram sementes híbridas de trigo cuja alta produtividade dependia de condições ótimas de irrigação e do uso intensivo de pesticidas, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas produzidos por agroindústrias norte-americanas e européias. (PEREIRA, 2009, p. 109).

A difusão do pacote tecnológico adaptou terras inicialmente com características impróprias ao desenvolvimento de cultivos agrícolas. Assim, esse processo permitiu o avanço e o domínio do capital, de forma avassaladora, sobre a agricultura em qualquer parte do mundo.

Como afirma Pereira:

No início da década de sessenta, grandes empresas de fertilizantes começaram a pressionar a USAID e organismos internacionais como o Banco Mundial para que financiassem a difusão do **pacote tecnológico da Revolução Verde** em todos os países da periferia. (PEREIRA, 2009, p.106) [grifo nosso].

Os investimentos realizados na difusão do pacote tecnológico sobre a agricultura em escala mundial garantiram o processo de reprodução ampliada do capital, assim como as contradições inerentes a esse processo. Nessa perspectiva, Paulino e Almeida (2010) apontam que:

Desde então, as políticas de financiamento de “desenvolvimento” mundial empreendidas pelos organismos multilaterais, sobretudo as do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, foram condicionadas ao cumprimento de uma agenda de crescimento econômico nos países periféricos, cuja moeda de troca deveria ser a privatização e o fortalecimento das regras de proteção à propriedade privada, inclusive a intelectual, instituindo o mercado pelo qual estavam ávidas grandes empresas norte-americanas, européias e japonesas. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 79-80).

Diante do modelo de modernização na agricultura, como afirma Delgado (2005, p. 60),

O processo de modernização não só preservou, mas aprofundou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto no uso variado de tecnologia como das relações de trabalho predominantes.

No âmbito regional, o modelo de modernização concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste e nas áreas de expansão da fronteira agrícola (o Centro-Oeste), enquanto que o Norte e o Nordeste exerceram o papel de reserva da força de trabalho (altos índices da mobilidade espacial do trabalho para atender à dinâmica urbano-industrial) e exploração das florestas nativas e áreas de potencial para especulação.

Conceição (2013) afirma que o modelo de modernização da agricultura aprofundou a desigualdade econômica e social no espaço agrário, visto que esse paradigma fortaleceu a supremacia das oligarquias agrárias e a manutenção e concentração da terra, reforçando, assim, “[...] a perda da condição camponesa, na medida em que acentuou o monopólio da produção subordinando o trabalho e a terra com o objetivo do lucro” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 94).

O desenvolvimento da modernização técnica no campo conservou, na sua morfologia, as velhas estruturas tradicionais, ou seja, não houve alteração profunda das estruturas sociais pretéritas. Guilherme Delgado apresenta uma leitura sobre a política de desenvolvimento agrícola no período do Regime Militar, que denominou “modernização conservadora” de um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador (DELGADO, 2005).

A política agrária do período da modernização conservadora abre espaço para o desenvolvimento nacional, através dos investimentos na industrialização e modernização da

agricultura no Brasil, no discurso do aumento da oferta de emprego, combate à fome, redução da pobreza etc.

Tal modernização é decorrente de uma aliança entre o capital industrial e as oligarquias agrárias. Ambas têm uma tendência complementar: por um lado, o capital industrial disponibiliza as ferramentas necessárias para a tecnificação do processo produtivo agrícola; por outro, as oligarquias do campo garantem a expansão da produção agrícola. Portanto, “a agricultura tornou-se um importante mercado para os produtos industriais e fornecedor de matérias-primas para as indústrias” (FABRINI; ROSS, 2014, p. 12).

Tais condições históricas apresentadas anteriormente sobre o período de modernização no campo retratam um longo ciclo de crescimento da agricultura brasileira – de 1965 a 1981 – sem mudanças na estrutura agrária. O ano de 1982 é marcado pelo colapso desse crescimento e estagnação econômica interna, uma dura crise recessiva com a reversão dos fluxos de financiamento externo, após moratória mexicana. Nesse contexto, o Governo brasileiro adotou medidas conjunturais de ajustamento econômico, através da geração de saldos econômicos ancorados no setor primário, que exercerá um papel macroeconômico relevante.

O Estado foi incorporando um conjunto de medidas para manter pujante o agronegócio sobre a economia brasileira, tornando-o, assim, cada vez mais fortalecido, por meio da aliança entre o capital agrário e o Estado. De acordo com Cleps Júnior (2010, p.47), “o agronegócio é uma instituição enraizada na história econômico-social e na estrutura de poder político do País”.

Dessa forma, o Estado, em sua essência, é funcional aos interesses do capital, na medida em que a garantia da soberania e da segurança alimentar das nações não mais lhe é assegurada, pois, nessa nova etapa de desenvolvimento capitalista, o capital financeiro controla a agricultura, buscando garantir a valorização do capital, especialmente a valorização especulativa.

Percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional e uma materialização do moderno e conservador no campo, que se fundem através de: crescente expropriação de camponeses; concentração da terra; crescente mobilidade do trabalho; produção de *commodities*; aumento do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas; formação de estruturas oligopolizadas que controlam a produção etc. De acordo com Bombardi (2012, p. 11),

Notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional. Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, são o outro lado da moeda desta “moderna agricultura” que demanda toneladas de agrotóxicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial.

E, no discurso do desenvolvimento, os direitos sociais dos sujeitos do campo vão sendo paulatinamente retirados, aumentando, assim, cada vez mais o risco da soberania e da segurança alimentar das nações. Desse modo, a agricultura brasileira passou a ser pautada na

produção de mercadorias, a fim de atender às demandas do processo de mundialização do capital sobre as atividades econômicas.

### **A expansão do uso de agrotóxicos no Semiárido alagoano**

O modelo de desenvolvimento econômico adotado na organização do campo brasileiro apresenta como característica uma elevada concentração fundiária e uma organização da produção voltada, principalmente, para o mercado externo, atendendo assim, atualmente, as demandas do agronegócio. Logo, esse processo representa uma expansão e domínio dos monopólios industriais sobre o campo, garantindo-lhes o faturamento de lucros extraordinários.

No final do século XX, a atual política do agronegócio ganha força, promovendo ainda mais o avanço do capital no campo brasileiro. E, nesse sentido, constrói-se um discurso ideológico de que os problemas do campo são resolvidos a partir do aumento da produção e da produtividade, e não na melhoria das condições de vida da população que vive no campo.

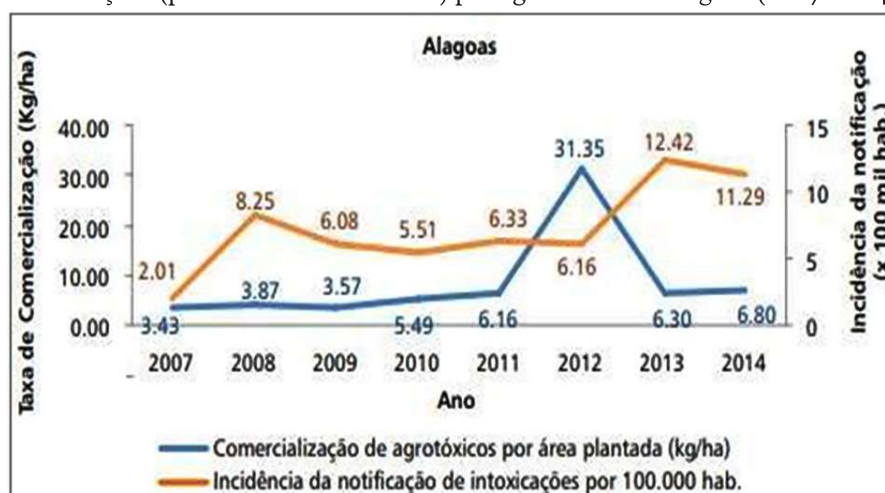
Neste contexto, é inserido o pacote tecnológico da Revolução Verde na agricultura brasileira. Nesse pacote, estão os agrotóxicos, que têm crescido em ritmo acelerado, tornando o Brasil um dos maiores consumidores mundiais. De acordo com Bombardi (2012, p.1), esse aumento no consumo de agrotóxicos está conduzindo a população para uma

[...] epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais, seus familiares e, também, a população urbana em geral, sobretudo aquela que habita áreas próximas às grandes produções agrícolas.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dentre os dez agrotóxicos mais consumidos no Brasil, por princípio ativo, no ano de 2016, o glifosato aparece na primeira posição, correspondendo a 185.602,22 toneladas (BRASIL, 2019a). Esse agrotóxico é utilizado amplamente no campo brasileiro, em contraposição à Europa, onde ocorrem fortes restrições ao seu uso. E toda essa ampliação no uso de agrotóxicos manifesta-se no Estado de Alagoas no mesmo sentido que presenciamos em todo o País. Conforme dados de Sinan, IBGE e Agrofit, tanto a taxa de comercialização de agrotóxicos como a incidência da notificação de intoxicações no Estado de Alagoas apresentam um comportamento geral de crescimento (mesmo que com algumas oscilações abruptas, negativas ou positivas) desde o ano de 2007. Essa informação pode ser visualizada na Figura 1.



**Figura 1** -Comercialização de agrotóxicos e afins por área plantada (kg/ha) e incidência da notificação de intoxicações (por 100.000 habitantes) por agrotóxicos – Alagoas (2007-2014)



Fonte: Sinan, IBGE e Agrofit/Brasil (2018b).

Essa ampliação do uso de agrotóxicos no campo brasileiro está atrelada à expansão do capital no campo, associada ao afrouxamento de regulação e de comercialização e uso de agrotóxicos no País. Mediante as deliberações que o Estado brasileiro vem tomando, tem-se intensificado cada vez mais a aprovação de registro de agrotóxicos banidos em outros países. Nesse sentido, as indústrias de agrotóxicos têm buscado se articular em países onde há condições políticas favoráveis.

Considerando uma escala de maior detalhe, temos, então, o Semiárido alagoano. A seguir, são apresentados, na **Tabela 1**, os dados de intoxicação por agrotóxicos em municípios do Semiárido alagoano no período de 2010 a 2016, registrados no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan).

**Tabela 1** - Municípios no Semiárido alagoano com registros de intoxicação por agrotóxicos no período de 2010 a 2016

Municípios notificadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Arapiraca	56	51	56	91	77	66	397
Belo Monte	0	0	0	0	0	1	1
Feira Grande	4	10	0	0	0	0	14
Girau do Ponciano	0	0	0	2	0	0	2
Palmeira dos Índios	4	4	4	9	6	1	28
Piranhas	0	0	0	0	0	1	1
Santana do Ipanema	0	0	0	3	2	3	8

Fonte: Sinan/MS, 2019c.

Podemos observar, em alguns dos municípios do Semiárido alagoano, dados expressivos de casos de notificações por agrotóxicos de uso agrícola. Nesse sentido, destacam-se os casos registrados nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios. O primeiro apresenta números extremamente elevados e com destaque frente aos demais. Já o segundo tem apresentado constantes registros de intoxicação, ainda que com números bem menores que os de Arapiraca.

Chama a atenção também o aparecimento recente de registros em municípios a partir de 2013. Destacam-se Santana do Ipanema, Belo Monte, Piranhas e Girau do Ponciano. Nota-se que ocorre uma intersecção entre os municípios do Semiárido de maior produção agrícola e os municípios com as mais expressivas taxas de notificação por intoxicação. Atualmente, a microrregião de Arapiraca é considerada uma das maiores áreas em produção de alimentos do Semiárido alagoano e que tem abastecido as regiões circunvizinhas com mandioca, milho, amendoim, feijão, abacaxi, abóbora etc.

É importante destacar que os dados referentes à intoxicação por agrotóxicos no Brasil indicam um possível cenário de subnotificação, portanto, para cada registro de intoxicação, cinquenta outros não são notificados. Além do mais, Bombardi (2013, p. 8) aponta que “até janeiro de 2011 as notificações de intoxicações por agrotóxicos não eram de aviso compulsório, ou seja, todos os dados colhidos até esse período foram de aviso voluntário”.

## Considerações finais

Com a expansão do agronegócio em escala nacional, associando o “pacote tecnológico” de maquinários, insumos, agrotóxicos e transgênicos, os monopólios industriais passaram a ter controle sobre o processo produtivo no espaço agrário brasileiro, sem, essencialmente, apropriar-se da terra de forma direta. Dessa forma, o processo de monopolização está presente no avanço e no aumento dos registros dos agrotóxicos no campo.

No Semiárido alagoano, tem-se registrado um aumento na comercialização de agrotóxicos e, conseqüentemente, esse processo está associado aos números expressivos de casos de intoxicação. Diante disso, podemos apontar que o campo tem vivenciado uma violência silenciosa, como aponta Bombardi (2012). Está em andamento uma ameaça à autonomia dos camponeses, dos povos tradicionais, uma perda da agrobiodiversidade, a contaminação dos alimentos e o risco à saúde pública.

Nesse sentido, quem tem ganhado altos lucros são as empresas fabricantes dos agrotóxicos, que estão interessadas na apropriação da renda da terra e não nas condições de saúde dos trabalhadores rurais e de seus familiares, expostos aos agroquímicos.

## Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Relatório de comercialização de agrotóxicos**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos#sobreosrelatorios>>. Acesso em: 15 jan. 2019a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_nacional\\_vigilancia\\_populacoes\\_expostas\\_agrotoxicos.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_nacional_vigilancia_populacoes_expostas_agrotoxicos.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2019b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos e Notificações (Sinan). **Dados epidemiológicos Sinan**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&id=29878153>>. Acesso em: 12 jun. 2019c.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. **Direitos Humanos no Brasil 2012**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2013, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Meridiano**: Revista de Geografia Buenos Aires, n.2, p.81-104, 2013b.

CLEPS JUNIOR, João. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.35-54.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e política sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5491](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5491)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. **“Do capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROSS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. 382f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.



# A OFENSIVA DO CAPITAL POR MEIO DOS AGROTÓXICOS E DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O VENENO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS<sup>60</sup>

*Anderson Ribeiro Miranda<sup>61</sup>*

*Érica Franciele da Silva Lima<sup>62</sup>*

*Jefferson Araújo Nascimento<sup>63</sup>*

*José Rodolfo da Silva Santos<sup>64</sup>*

## Introdução

O modelo químico-dependente, hegemônico na produção agrícola brasileira, está organicamente vinculado ao agronegócio, com a utilização de tecnologias mecânicas, como os sistemas de irrigação; genéticas, a exemplo da modificação de sementes em laboratório, e químicas, com os agrotóxicos. Essas tecnologias compõem os denominados pacotes tecnológicos, que vêm causando sérios danos à natureza e à saúde humana.

Esse modelo de produção também influencia o camponês, mediante a monopolização e/ou territorialização do capital no campo. O presente capítulo tem por objetivo analisar criticamente os danos causados pela utilização de agrotóxicos e afins no Brasil, mais precisamente no Semiárido do Estado de Alagoas.

O uso de agrotóxicos está materializado de maneira desigual, acentuando-se na mesorregião Agreste do Estado, e, tendencialmente, passa por um processo de expansão ao Sertão, contemplando todo o Semiárido alagoano.

Nesse sentido, buscamos contextualizar o processo que se inicia a partir da década de 1940, com o advento da Revolução Verde, e sua posterior introdução no Brasil, em meados da década de 1970, através do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), perdurando até os dias atuais.

<sup>60</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap8\_126-136

<sup>61</sup> Graduando em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Campus do Sertão.

<sup>62</sup> Graduanda em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Campus do Sertão.

<sup>63</sup> Graduando em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Campus do Sertão.

<sup>64</sup> Graduando em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Campus do Sertão.

O Brasil destaca-se por estar em primeiro lugar no *ranking* de consumo de agrotóxicos no mundo, apresentando consequências socioambientais alarmantes. Tais consequências podem ser visualizadas no Estado de Alagoas e, notadamente, em seu Semiárido.

O artigo é resultado das pesquisas em desenvolvimento no âmbito do Observatório de Estudos sobre as Lutas por Terra e Território (Obelutte) em Alagoas, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar/Ufal) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFAL) – Agrotóxicos no Semiárido: uma análise das contradições socioespaciais de seus impactos no Alto Sertão de Alagoas, mediante levantamento de dados primários e secundários, obtidos através de visitas a comunidades camponesas e consultas aos dados públicos divulgados pelo Governo de Alagoas e pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura.

A primeira parte do artigo tece considerações sobre a Revolução Verde e um de seus desdobramentos, relacionado ao uso de agrotóxicos. Por conseguinte, é realizada uma discussão sobre a relação entre agrotóxicos e agronegócio no Brasil. A terceira parte dedica-se a realizar uma análise da comercialização e dos impactos socioambientais causados pelos agrotóxicos, tomando como recorte o Brasil, Alagoas e, mais precisamente, o Semiárido alagoano.

### **Agrotóxicos: um legado da Revolução Verde**

A Revolução Verde dá-se a partir de 1945, nos Estados Unidos, na conjuntura da Guerra Fria, com um mundo bipolarizado política e economicamente. Nesse momento conflituoso entre poderes, houve avanços tecnológicos consideráveis, seja em tecnologia espacial, no setor bélico, medicinal, como também no campo, e assim a Revolução Verde estabeleceu-se, entre outras intenções políticas e econômicas, como uma estratégia de maximizar a produção de alimentos, inserindo tecnologia na produção agrícola, com a justificativa de acabar com a fome (DUTRA; SOUZA, 2017).

A Revolução Verde disseminou o uso dos denominados pacotes tecnológicos, a saber: tecnologias mecânicas, como tratores, colhedeiças, sistemas de irrigação etc.; tecnologias genéticas, como a modificação de sementes em laboratório, alterando as características genéticas e fenotípicas naturais e também com agrotóxicos, derivados das armas químicas usadas durante as guerras do século XX (LONDRES, 2015) e usados como venenos pesticidas, fungicidas, herbicidas, dentre outras finalidades, que atacam as plantas espontâneas e os insetos nas plantações.

Esse modelo desembarca no Brasil a partir da década de 1970, através do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), e consolida-se de maneira rápida e descontrolada (AUGUSTO, 2003).

A questão a ser discutida, então, é o impacto socioambiental da utilização desses agrotóxicos, que, além de contaminarem os corpos d'água, o solo, a fauna e a flora, logo, os próprios alimentos, também intoxicam as pessoas que entram em contato com os venenos.

## Agronegócio e agrotóxicos

Não é nenhuma novidade que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2008, isso porque o modelo químico-dependente da agricultura do País está intimamente conectado com o agronegócio. Esse tipo de produção visa sempre a uma maior produtividade em um período de tempo cada vez menor, sem levar em consideração quaisquer danos que possam ser causados ao ambiente ou ao próprio ser humano.

O agronegócio, que cresce a cada dia no Brasil e no mundo, vem causando uma série de impactos ambientais. Como se trata de um modelo agrícola baseado no monocultivo, grandes áreas são desmatadas para expandir a produção e, associado à utilização dos agrotóxicos, destrói boa parte da fauna e da flora existentes.

É importante mencionar que os camponeses são também afetados pelo capital, uma vez que o agronegócio monopoliza seus territórios, apropriando-se da renda da terra e impondo as condições de produção e, até mesmo, desterritorializa-os.

É o discurso do “desenvolvimento” e da técnica como forma de levar a sociedade a um patamar “superior”. Na prática ocorre um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho (para aqueles poucos que conseguem se manter, precariamente, no processo produtivo). (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p.105).

Não podemos deixar de destacar que a produção do agronegócio é baseada em *commodities agrícolas*. O Brasil é um grande produtor e exportador de *commodities*, o que faz cair por terra a principal narrativa da Revolução Verde: eliminar a fome no planeta. Na realidade, 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são oriundos da agricultura familiar, e não do agronegócio exportador (SATYRO, 2018).

As empresas produtoras de *commodities*, por se tratarem de poderosos atores hegemônicos, utilizam em seu favor os meios midiáticos para ocultar as mazelas do agronegócio, como tratou CHÃ (2018). Dificilmente, uma emissora de televisão veiculará os danos à saúde causados pela ingestão de alimentos contaminados, oriundos do agronegócio, ou muito menos relacionará quaisquer doenças pela exposição do trabalhador a esses venenos. O que se observa na maior emissora de televisão do País, por exemplo, é uma deferência diária ao agronegócio, tratado como indústria-riqueza do Brasil, através da famigerada campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”. Atendendo, claro, aos seus próprios interesses (SATYRO, 2018).

O que chama mais a atenção é que os agrotóxicos que foram proibidos na comunidade europeia – a exemplo de Paraquate, Atrazina e Acefatopor, por estarem associados diretamente a danos genéticos e ao câncer – são os campeões de vendas no Brasil e estão na lista dos 10 agrotóxicos mais vendidos no País, segundo dados do Ibama (2018). Recentemente, foi

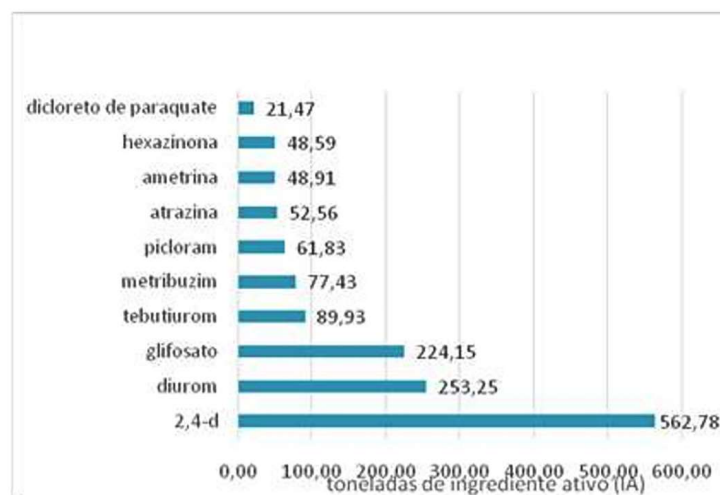
autorizado o Sulfoxaflor, ingrediente ativo acusado de exterminar as abelhas nos EUA (SIVETE; LEADBEATER; BROWN, 2018).

### Comercialização e consequências socioambientais dos agrotóxicos em Alagoas

Nos últimos anos, o Brasil manteve-se em primeiro lugar no *ranking* de consumo de agrotóxicos e em uma escala sempre ascendente. No período de 2007 a 2014, houve um aumento da comercialização daqueles no País, passando mais de 620 milhões de quilogramas em 2007 para pouco mais 1,5 bilhão de quilogramas em 2014, o que representou uma elevação de 149,14% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Alagoas vem ganhando destaque na utilização de agrotóxicos. Segundo dados do Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde, o Estado aparece à frente de outras Unidades da Federação, como Pernambuco, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Amapá e Ceará, na comercialização de agrotóxicos e afins por área plantada por unidade da Federação (BRASIL, 2018).

**Gráfico 1** - Total de vendas de agrotóxicos e afins nos estados do Nordeste (2017)

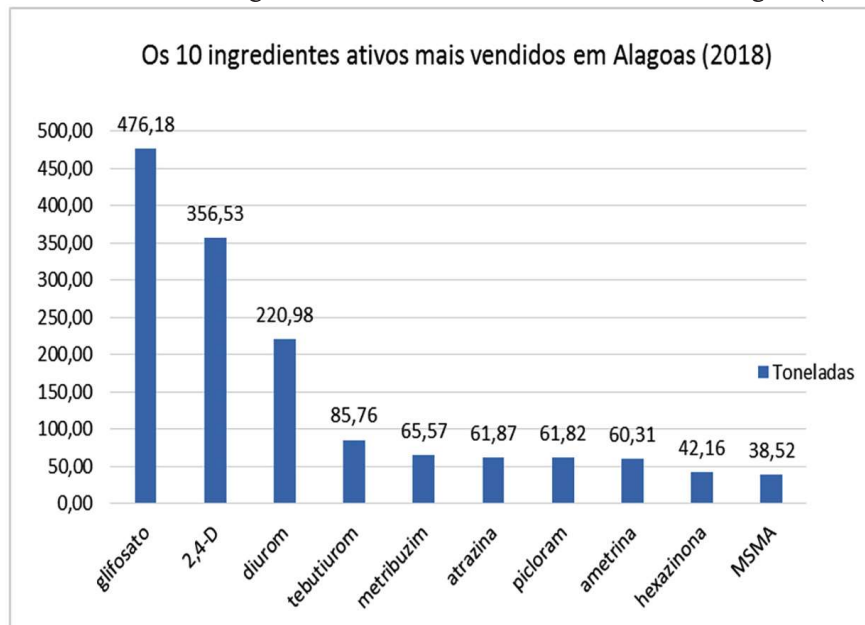


Fonte: Ibama, 2017. Organização: Obelutte/Gepar, 2019.

Tendo alcançado, no ano de 2017, volume de vendas de agrotóxicos maior que 1.600 toneladas, Alagoas somente fica atrás de três dos Estados que compõe o Matopiba e de Pernambuco, que possui tamanho territorial bem superior.

No gráfico a seguir, é possível visualizar os dez ingredientes ativos mais vendidos em Alagoas no ano de 2018.

**Gráfico 2 - 10 ingredientes ativos mais vendidos em Alagoas (2018)**



**Fonte:** Ibama, 2017. Organização: Obelutte/Gepar, 2019.

À luz dos dados presentes no gráfico, destacamos três dos ingredientes mencionados: primeiro, o Glifosato, um herbicida suspeito de causar câncer e que tem grande participação no mercado de agrotóxicos, sendo o mais consumido no País e no Estado de Alagoas no ano de 2018. Desde 2008, o glifosato passa por reavaliações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Segundo as pesquisas da International Agency for Research on Cancer (IARC) (2015), com a revisão de 1.000 estudos realizados com pessoas expostas durante a aplicação no campo, experiências sobre câncer e efeitos relacionados ao câncer em sistemas experimentais, o glifosato foi classificado como provavelmente carcinogênico para humanos.

O 2,4-D, por sua vez, é o segundo ingrediente ativo mais vendido no Estado de Alagoas e no País no ano de 2018. Em 2006, encontrava-se em processo de reavaliação devido ao nível tóxico; entretanto, em 2015, a Anvisa emitiu parecer de uso com restrições. Salienta-se que a IARC classifica o herbicida como possível agente carcinogênico para humanos.

Por fim, destacamos o Atrazina: apesar de ser o sexto mais vendido no Estado em 2018, existem estudos que apontam a substância como responsável pela desmasculinização e feminização em peixes, anfíbios e répteis (HAYES *et al.*, 2011). Ademais, segundo a Pesticide Action Network (PAN), uma organização mundial de ação contra os agrotóxicos, o Atrazina é proibido em 37 países, incluindo a União Europeia.

Segundo a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (Adeal) (2019), não existem estabelecimentos autorizados para vendas de agrotóxico no Sertão de Alagoas, apenas no Agreste; contudo, isso não significa que estes não



sejam usados. É provável que a comercialização de agrotóxicos ocorra de forma ilegal ou, até mesmo, em Estados vizinhos, como Bahia, Pernambuco e Sergipe. No caso do Alto Sertão de Alagoas, sub-região composta pelos municípios de Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas, pode-se constatar, principalmente com a implantação do Canal do Sertão, que os agricultores vêm substituindo suas práticas agrícolas tradicionais, com a utilização de sementes crioulas e com pouca ou nenhuma utilização de agrotóxicos, para um modelo de cultivo dependente de sementes transgênicas e da utilização crescente de produtos químicos.

### **Intoxicações e mortes por exposição a agrotóxicos no Semiárido de Alagoas**

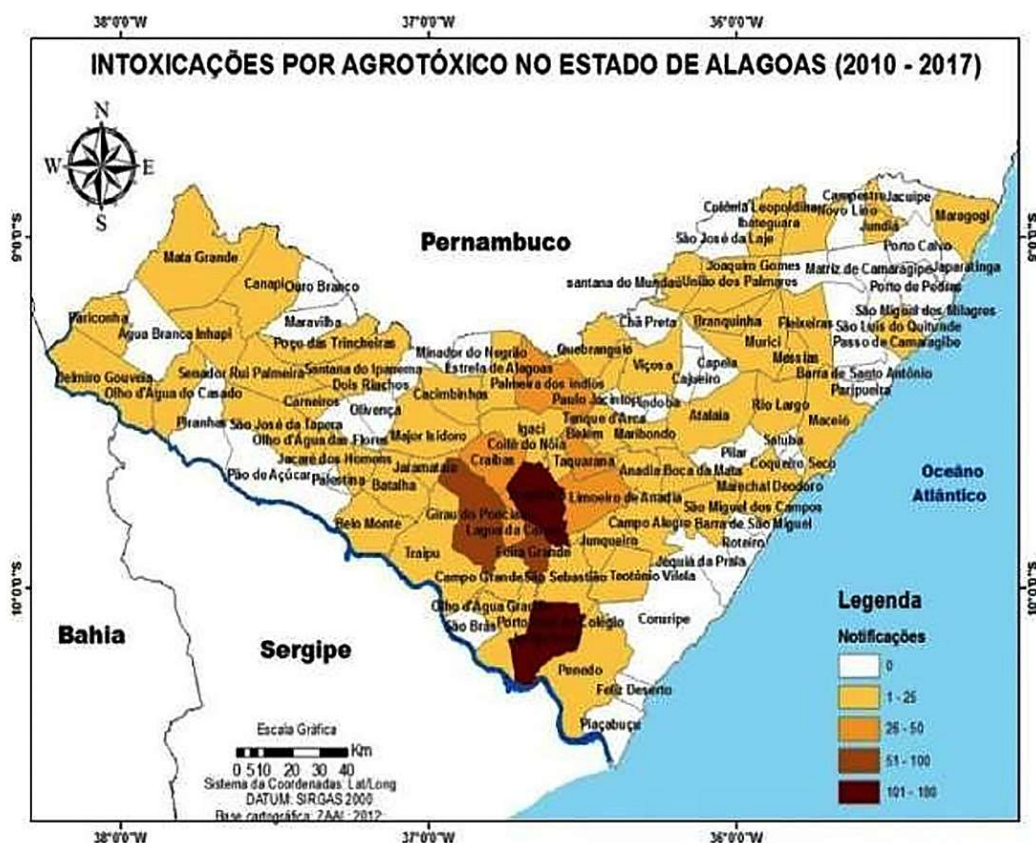
Nos últimos anos houve, no País, um aumento nos números de comercialização de agrotóxicos agrícolas e de notificações de intoxicação pelo seu uso. Essas intoxicações afetam, principalmente, os camponeses e demais trabalhadores rurais, que são contaminados durante o seu trabalho, aplicando os produtos nas lavouras.

Foram obtidas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) as ocorrências de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola segundo local de residência. Foram notificados, no Brasil, em 2017, um total de 4.950 casos de intoxicação por agrotóxicos, aproximadamente 13 casos por dia.

Alagoas é um dos Estados em que há um número elevado de notificações, ficando em 4º lugar, com 117 notificações de intoxicação em relação aos Estados do Nordeste.

Na **Figura 1**, exposta a seguir, registra-se o número de notificações nos municípios de Alagoas, onde se observa, no Semiárido, um expressivo número de notificações de intoxicações por agrotóxicos agrícolas nos municípios, em destaque Arapiraca, Igreja Nova, Lagoa da Canoa e Girau do Ponciano, que, por sua vez, excedem o quantitativo de 100 notificações.

Figura 1– Notificações de intoxicação por agrotóxicos em Alagoas

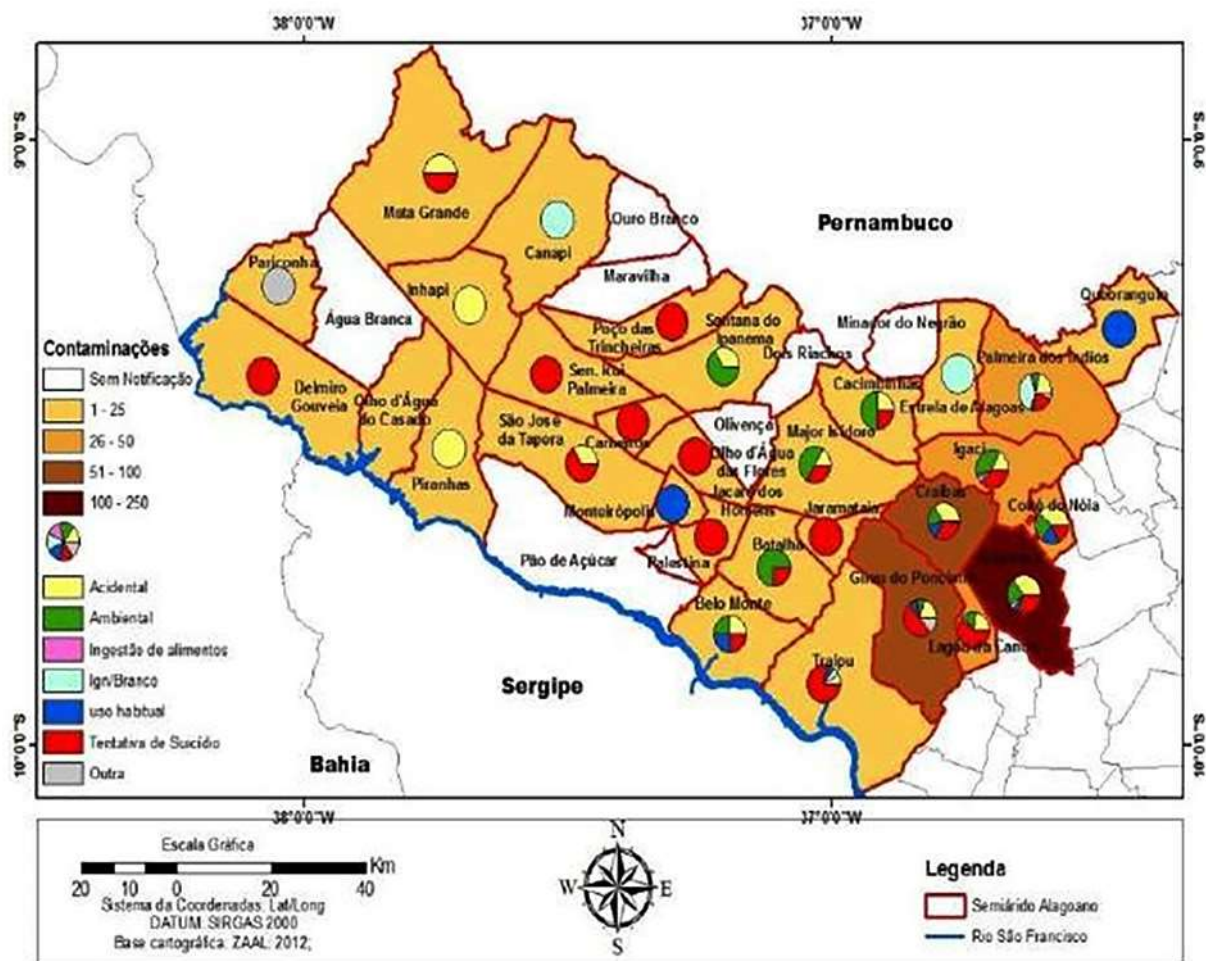


Fonte: Sinan, 2019. Organização: Obelutte/Gepar, 2019.

Por conseguinte, a **Figura 2** apresenta a espacialização de dados obtidos por meio do Sinan e expõe as notificações de intoxicação por agrotóxicos agrícolas e as principais formas de intoxicação nos municípios do Semiárido alagoano. Entre as principais circunstâncias, destacam-se as ocorridas através das tentativas de suicídio (327 casos), exposição acidental (275 casos), uso habitual (226 casos) e ambiental (188 casos), distribuídos em todos os municípios do Semiárido. Contudo, nota-se, no mapa, um maior destaque nos municípios de Arapiraca, Craíbas e Girau do Ponciano, pois estes notificam entre 51 e 250 casos.

Vale salientar que a maioria das vítimas são próximas do campo, trabalhadores que estão frequentemente entrando em contato com agrotóxicos agrícolas. Porém, as intoxicações nem sempre acontecem através do contato direto com o agrotóxico, pois, segundo Lima *et al.* (2019), a intoxicação por exposição ambiental e tentativa de suicídio serve como importante indicador de que pessoas sem estrito vínculo com o trabalho na lavoura possam ter sido expostas.

**Figura 2** - Circunstâncias das intoxicações no Semiárido alagoano (2010-2017)



**Fonte:** Sinan, 2019. Organização: Obelutte/Gepar, 2019.

Observa-se, no mapa, que as tentativas de suicídio então especializadas na maioria dos municípios, chegando a ser a principal forma de intoxicação. Segundo Londres (2011), a intoxicação crônica por determinados agrotóxicos pode afetar o sistema nervoso central e provocar transtornos psiquiátricos como ansiedade, irritabilidade, insônia ou sono conturbado e depressão, o que possivelmente contribui para o suicídio como desfecho. Além disso, de acordo com Bombardi (2011, p. 16), há o “suicídio e o processo de endividamento causado pela dependência econômica fruto do pacote agroquímico, ao qual os camponeses estão submetidos”.

Contudo, a partir dos dados observados, é perceptível a dependência do agricultor desse modelo agrícola químico-dependente, além disso, há um grave aumento no número de intoxicações por agrotóxicos agrícolas em decorrência da expansão dos agrotóxicos.

A partir dos dados apresentados, é notável a periculosidade da crescente inserção dos agrotóxicos no Semiárido, pois também é de suma importância levar em consideração as condições edafoclimáticas singulares da região. Baixos níveis de umidade, precipitações irregulares, solos rasos e salinos (AB’SABER, 1999), dentre outras características, agravam ainda mais os impactos ambientais do uso de agrotóxicos.

## Considerações finais

Os pacotes tecnológicos oriundos da Revolução Verde representam uma ameaça à natureza e à vida humana, pois, dentro dos marcos da lógica capitalista, visam à máxima produção e desconsideram os alarmantes impactos socioambientais.

Diante desse contexto, o Brasil, atualmente, passa por um processo de expansão do agronegócio e liberação de agrotóxicos com auxílio do Estado. O desmatamento da flora, a monopolização do território e expropriação dos camponeses, a erosão genética das sementes, os altos índices de mortalidade e as tentativas de suicídio evidenciam o quão danoso é o modelo químico-dependente.

Quando empregamos o Semiárido alagoano como locus de análise, observamos, com clareza, que a lógica expansionista do agronegócio químico-dependente incentivada pelo Estado está afetando drasticamente a região.

Onde anteriormente vigorava a agricultura tradicional camponesa, no Sertão, a inserção de agrotóxicos ocorre intensamente, desde a oferta hídrica promovida pelo Canal do Sertão. No Agreste, a concentração de agrotóxicos continua alta; logo, todo o Semiárido está passando por uma crescente incidência de uso de agrotóxicos e, consequentemente, intoxicações, de modo a evidenciar as contradições socioambientais decorrentes de seu uso.

A vigência desse sistema perverso exige uma reação enérgica e anticapitalista que rompa com os moldes atualmente estabelecidos, que nos emancipe dos grilhões do capital e permita um reequilíbrio da relação sociedade/natureza.

## Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, Dossiê Nordeste Seco, p. 5-59, 1999.

ALAGOAS. Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas. **Registro de estabelecimentos comerciais registrados em Alagoas**. Disponível em: <<http://www.defesaagropecuaria.al.gov.br/arquivos/ESTABELECIMENTOS%20REGISTRADOS%20-%20Abril%202019.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Uso dos agrotóxicos no semi-árido brasileiro. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Orgs.). **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 59-73.

BOMBARDI, Larissa. Intoxicações e mortes por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luisa. **Direitos Humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011. p. 71-82.



BRASIL. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Boletins Anuais de Produção, Importação, Exportação e Vendas de Agrotóxicos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos//relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos#boletinsanuais>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SIM**. Disponível em: <<http://sim.saude.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sinan**. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/intoxicacao-exogena>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e Indústria Cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DEISTER, Jaqueline. **Agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/11/02/agricultura-familiar-e-responsavel-por-70-dos-alimentos-consumidos-no-brasil/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 29, n. 3, p. 469-484, 2017.

HAYES, T. B.; ANDERSON, L. L.; BEASLEY, V. R.; SOLLA, S. R. de; IGUSHI, T.; INGRAHAM, H. *et al.* Demasculinization and feminization of male gonads by Atrazine: consistent effects across vertebrate classes. **Journal of Steroid Biochemistry & Molecular Biology**, v. 127, n. 01-02, p. 64-73, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jsbmb>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

LIMA, José Antonio. **Cinco Famílias controlam 50 dos principais veículos de mídia do País, indica relatório**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

LIMA, Lucas Gama; MIRANDA, Anderson Ribeiro; LIMA, Érica Franciele da Silva; SANTOS, Érica Silva Maciel dos; SANTOS, José Rodolfo da Silva. Parem a Intoxicação! Considerações Sobre a Espacialização dos Agrotóxicos em Alagoas. **Revista Pegada**, v. 20, n. 3, p. 84-106, set./dez. 2019.



LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), 2011. 190p.

LONDRES, Flávia. Agrotóxicos: um mal realmente necessário?. **Coleciona**: Fichário do Educador Ambiental. Brasília, v. 1, n. 13, p. 23-27, mai. 2015.

PAN. 2017. **Consolidated list of banned pesticides**. Disponível em: <<http://pan-international.org/pan-international-consolidated-list-of-banned-pesticides/>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

PIGNATI, Wanderlei Antonio *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3281-3293, 2017.

SATYRO, Tauan da Silva. Agroecologia: os trabalhadores perante o veneno do capital. **Revista Pegada**, v. 19, n. 1, jan./abr. 2018.

SIVETE, Harry; LEADBEATER, Ellouise; BROWN, Mark J. F. **Sulfoxaflor exposure reduces bumblebee reproductive success**. Londres: Letter, 2018.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n.1, p. 103-123, jun. 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Agency for Research on Cancer (IARC), 2019. **Monograph on Glyphosate**. 2015. Disponível em: <<https://www.iarc.fr/featured-news/media-centre-iarc-news-glyphosate/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Agency for Research on Cancer (IARC), 2019. **IARC Monograph evaluate DDT, lindane, and 2,4-D**. 2015. Disponível em: <[https://www.iarc.fr/wp-content/uploads/2018/07/pr236\\_E.pdf](https://www.iarc.fr/wp-content/uploads/2018/07/pr236_E.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2019.

# SEMENTES DA RESISTÊNCIA: TRADIÇÃO E IDENTIDADE NO SERTÃO DE ALAGOAS<sup>65</sup>

*Alice Oliveira da Silva<sup>66</sup>*

*Paula Daniela de Souza<sup>67</sup>*

*Amanda da Silva de Oliveira<sup>68</sup>*

*Clélia dos Santos Melo<sup>69</sup>*

## Introdução

As sementes crioulas são um patrimônio cultural e genético pertencente aos povos tradicionais desde os primeiros cultivos de alimentos que antecedem o que hoje conhecemos por agricultura. Quem já ouviu falar em “*feijão bico-de-ouro*”, “*feijão rosinha*”, “*milho batité*”, “*milho jaboatão*” e “*fava corujinha*”? Essas são algumas das variedades de sementes crioulas cultivadas pelos camponeses no Sertão de Alagoas. Cada semente crioula representa uma história, uma vez que nelas estão materializados elementos da cultura e da identidade das comunidades. Assim, as sementes, além de serem uma forma de reprodução da vida, são um símbolo da cultura. Ancorado nessa reflexão introdutória, o presente artigo tem por objetivo abordar a importância cultural das sementes crioulas como elemento de tradição e resistência das comunidades tradicionais do Sertão alagoano.

Para o alcance do objetivo proposto, utilizaremos como principal aporte teórico as publicações de Saffiot (1987), Lima e Santos (2018), Esteve (2017) e Cordeiro (2003). Ademais, lançaremos mão de dados qualitativos, obtidos por meio de observação e entrevista não estruturada e realizadas na aldeia Januária do povo Kalankó<sup>70</sup>.

Os dados apresentados no texto foram obtidos durante a execução do projeto de extensão “Povos tradicionais e sementes crioulas: a construção de um território autônomo no Sertão de Alagoas”, coordenado pelo professor Lucas Gama Lima e vinculado ao Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (ProCCAExt), da Universidade Federal

<sup>65</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap9\_137-147

<sup>66</sup> Estudante de Geografia do Campus do Sertão e membra do Obelutte/Gepar.

<sup>67</sup> Estudante de Letras do Campus do Sertão e membra do Obelutte/Gepar.

<sup>68</sup> Estudante de Geografia do Campus do Sertão e membra do Obelutte/Gepar.

<sup>69</sup> Estudante de Geografia do Campus do Sertão e membra do Obelutte/Gepar.

<sup>70</sup> Aldeia indígena localizada no município de Água Branca, Sertão de Alagoas.

de Alagoas. O projeto foi executado no período de 01/04/2018 a 30/10/2019 e contribuiu para compreender a importância dos povos tradicionais na salvaguarda das sementes crioulas.

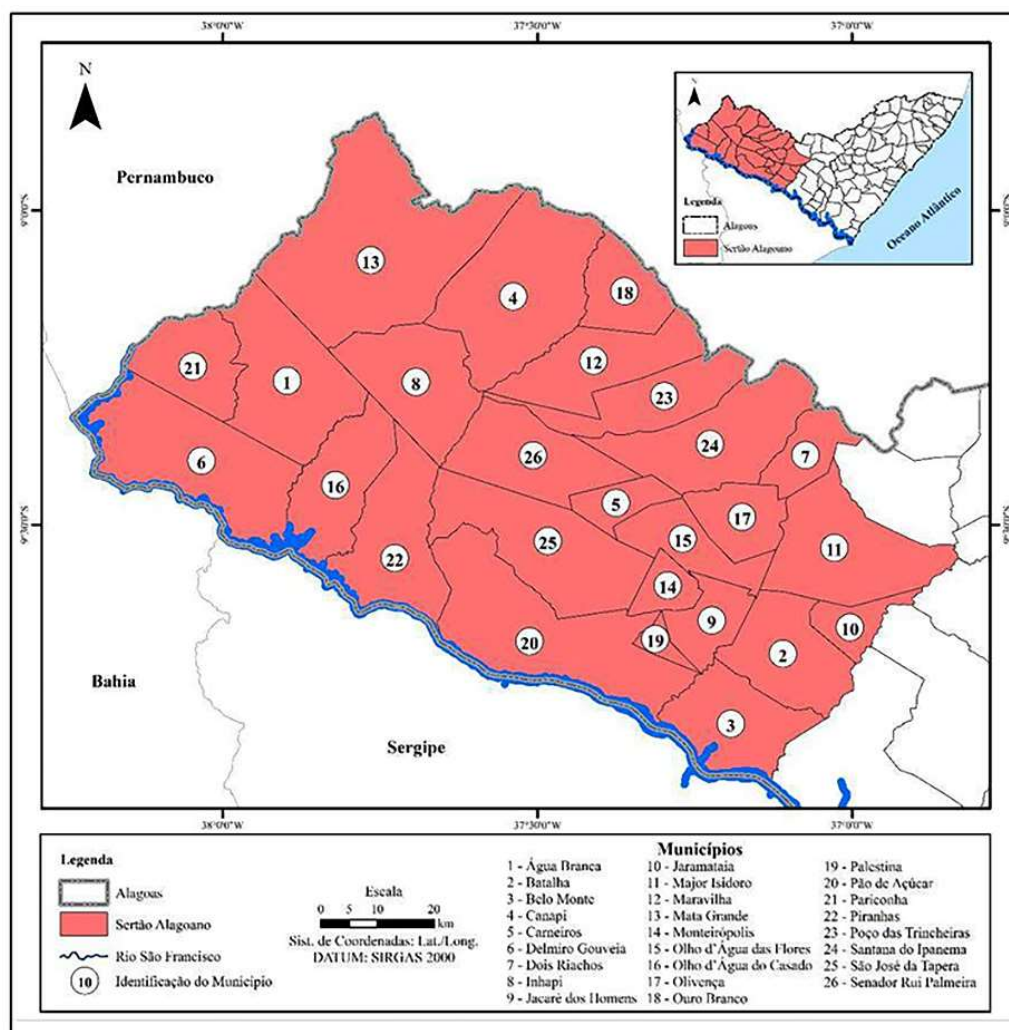
O artigo está dividido em três partes: na primeira, versaremos sobre o território e as territorialidades das comunidades tradicionais do Sertão de Alagoas, tendo como foco a luta por terra e o cultivo das sementes crioulas. No segundo momento, abordaremos o papel cultural das sementes crioulas e como elas são fundamentais para a manutenção e a reprodução das comunidades. Por fim, dissertaremos sobre a relação das mulheres camponesas com a preservação das sementes no Sertão alagoano a partir da experiência de uma entrevistada, que materializa a importância do trabalho feminino no processo de preservação das sementes crioulas.

### **Comunidades tradicionais do Sertão alagoano: território de resistência e resgate da tradição**

No território, são materializadas relações de poder e identidade, lidas na Ciência Geográfica como territorialidades, constituindo-se como elementos fundamentais para a compreensão das relações sociais dos indivíduos no espaço (HAESBAERT, 2004). Em se tratando das comunidades tradicionais, elas têm o território como lugar de vida (LIMA; SANTOS, 2018). Destarte, o território é um fator importante para a subsistência das comunidades, tanto para a obtenção de recursos por meio da agricultura, quanto para a (re) produção dos seus modos de vida. Além disso, o território das comunidades tradicionais contrapõe-se ao território capitalista, uma vez que, neste, a terra é tida como mercadoria. Essas duas visões de território geram, por sua vez, conflitos territoriais, em que as comunidades tradicionais são impactadas drasticamente com a ofensiva do capital no campo, a exemplo da perda de seu território e de suas sementes crioulas.

Nesse sentido, o Sertão de Alagoas (Figura 1) é uma região rica em comunidades tradicionais (SOUZA; SANTOS, 2015), povos que buscam no território em que estão inseridos a sua reprodução social e cultural. Por ser uma região marcada pelo clima semiárido, as populações tradicionais do Sertão almejam, em seus territórios, formas de convivência com aquele. Sendo assim, o acesso à terra e à água e as sementes crioulas são essenciais para a subsistência dessas populações.

**Figura 1 - Localização do Sertão de Alagoas**



**Fonte:** Base Cartográfica: IBGE (2020).

Elaboração do mapa: SILVA, Alice Oliveira; SANTOS, Flávio (2020).

Perante o anteposto, trazemos as reflexões de Moura (2013), segundo quem existe uma acirrada disputa e luta nos territórios de Alagoas:

A luta maior está representada pelos camponeses contra os latifúndios, pela agricultura familiar contra a agricultura patronal, pela pequena unidade produtiva contra o agronegócio, pela segurança alimentar contra os transgênicos. (MOURA, 2013, p. 285).

Nessa perspectiva, entendemos que o processo de luta por terra dos movimentos sociais e das comunidades tradicionais em Alagoas envolve complexidades, decorrentes da inserção do capital no campo, que ameaça seus modos de vida. Nesse cenário, as sementes crioulas colocam-se como símbolos de luta e resistência, sendo essenciais para a permanência das práticas tradicionais, em contraposição às investidas capitalistas.



Diante dos processos intensos de luta das populações tradicionais por terra e território no Estado de Alagoas, destacamos os ocorridos no Sertão, em defesa das sementes crioulas, organismos que carregam consigo uma relação de resistência, ora pelo histórico de luta pela terra e território das comunidades, ora pela resistência ao clima e ao solo do Semiárido. Dessa forma, analisamos que a luta pela terra no Sertão está atrelada à preservação das sementes, pois ambas são condições fundamentais para a construção da autonomia camponesa (LIMA; SANTOS, 2018).

As sementes crioulas possuem nomenclaturas diferentes em cada estado, sendo essa diversidade de nomes proveniente da identidade dos povos tradicionais (LIMA; SANTOS, 2018) e também por meio das dinâmicas sociais, culturais e políticas em que a semente está inserida (LONDRES, 2014). Em Alagoas, as sementes crioulas são chamadas de Sementes da Resistência, no processo de relutância contra a primazia das sementes transgênicas e híbridas no Sertão do Estado; logo, as Sementes da Resistência são “símbolo de identidade com a luta e materializam a agrobiodiversidade” (LIMA; SANTOS, 2018, p. 193).

O resgate da tradição do cultivo de sementes crioulas apresenta-se como algo fundamental para as comunidades, haja vista que essa prática antiga vem desaparecendo nos dias atuais, devido ao uso de sementes melhoradas artificialmente e pelo emprego intensivo de agrotóxicos (ESTEVE, 2017).

As sementes crioulas são frutos do melhoramento natural realizado ao longo de décadas pelos povos tradicionais. Trata-se de um conhecimento popular repassado ao longo de gerações, sendo importantíssimo para a preservação das sementes crioulas e do universo cultural que as permeia. Conforme destaca Cassol (2013, p. 51), as cultivares crioulas estão essencialmente ligadas ao processo histórico dos povos tradicionais:

Os saberes relacionados às sementes crioulas são, então, cultivados através dos tempos pelos povos e comunidades tradicionais através das interações entre si destas populações e com a biodiversidade.

Isso nos mostra que as práticas associadas ao cultivo das sementes crioulas, como as técnicas de seleção e a conservação, são heranças culturais transmitidas ao longo dos anos. A partir do uso desses conhecimentos empíricos, preserva-se a diversidade das sementes.

Com base no debate ora realizado, acerca das comunidades tradicionais na luta territorial no Sertão de Alagoas, versaremos, na seção posterior, sobre a resistência das sementes crioulas frente à infiltração do capital no campo alagoano e o valor cultural da salvaguarda dessas sementes para os seus guardiões.

### **Sementes da Resistência: símbolo de luta e cultura**

O processo de modernização da agricultura no Brasil iniciou-se na década de 1960, como reflexo da Revolução Verde, ocasionando mudanças no trabalho agrícola e pecuário

com o uso de novas técnicas e organização da produção (BALSAN, 2006). Observa-se, nesse período, uma integração da agricultura capitalista e o setor industrial urbano, que, mais tarde, acarretou na criação do crédito rural, incentivos fiscais e a criação de políticas de fomento produtivo e comercial (DELGADO, 2012).

Com a chegada da Revolução Verde ao campo brasileiro, começou a ser desenvolvido o esboço do agronegócio, que, juntamente com as tecnologias agrícolas, expandiram, por sua vez, o mercado de agrotóxicos e fertilizantes na agricultura (LAZZARI; SOUZA, 2017). Diante disso, os centros de melhoramentos genéticos de plantas passaram a ganhar mais impulso, fato que acarretou, a partir dos avanços da engenharia genética e da biotecnologia, na produção de sementes melhoradas; logo, as sementes crioulas foram perdendo espaço nos cultivos agrícolas, provocando o enfraquecimento da agrobiodiversidade, esta que é “[...] o conjunto de espécies da biodiversidade utilizada pelas comunidades locais, povos indígenas e agricultores familiares” (BATISTA, 2018).

Conforme apontam Lima e Santos (2018, p. 199):

[...] No Semiárido de Alagoas tem sido gestada uma ação direcionada para a monopolização do território, através da disseminação de sementes transgênicas que pode levar à extinção das sementes crioulas.

Nesse contexto, a contaminação pode ocorrer de forma indireta, por meio do processo de polinização cruzada ou aberta. As sementes transgênicas<sup>71</sup>, cultivadas próximas às sementes crioulas, criam um ambiente propício à contaminação destas últimas, de modo que a continuação desse processo pode provocar o desaparecimento das sementes crioulas.

Diante disso, a extinção das variedades das sementes crioulas está relacionada não só ao seu desaparecimento físico, denominado como erosão genética, mas também à perda de saberes adquiridos pelas comunidades tradicionais, contribuindo para o desaparecimento cultural de práticas de conservação, cuidado e manejo das sementes (LONDRES, 2014).

Segundo Santos, Campos e Lima (2018), uma das principais vias de inserção das biotecnologias no Semiárido alagoano dá-se por meio das sementes transgênicas e híbridas<sup>72</sup>. Esse processo de infiltração do capital no campo faz com que os camponeses fiquem reféns desse mercado, pois o uso das sementes melhoradas em laboratório é vinculado ao uso de agrotóxicos nas plantações. Dessa forma, as sementes crioulas para os povos tradicionais do Sertão alagoano constituem um dos principais símbolos de luta e resistência no campo contra a expansão e a hegemonia das sementes transgênicas e híbridas na região.

Camponeses, indígenas, quilombolas, associações comunitárias e movimentos sociais buscam, cada vez mais, preservar as sementes crioulas, como forma de garantir

<sup>71</sup> A transgenia consiste no processo de introdução de genes de um ser vivo no material genético de outro (BRITO *et al.*, 2018).

<sup>72</sup> “Sementes híbridas são obtidas por polinização induzida, sendo este um processo caro e complexo. Em geral, as sementes híbridas geram plantas com alto vigor e produtividade” (AGRIC, 2020).

a agrobiodiversidade e a segurança<sup>73</sup> e soberania<sup>74</sup> alimentar dos povos. Nesse contexto, surgem as estratégias de preservação, como a construção dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS), que possibilitam o resgate, o armazenamento e a preservação dos organismos crioulos.

A troca de sementes crioulas proporciona partilha e solidariedade entre as comunidades, além disso, as feiras, campanhas, encontros e festas, em especial a festa da colheita, realizada anualmente pela Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (Coppabacs)<sup>75</sup>, contando com a participação de representantes dos Bancos Comunitários de Sementes associados a ela, representa um forte elemento cultural de preservação das sementes crioulas no Estado de Alagoas. Em concordância com Almeida (2007, p. 5), essas ações contribuem no processo de resistência e salvaguarda das sementes:

[...] Essa resistência compreende complexas estratégias individuais e coletivas de identificação, resgate, intercâmbio, multiplicação e armazenamento de sementes da biodiversidade. Multiplicam-se pelo Brasil feiras, festas, campanhas, encontros, casas e bancos de sementes comunitários.

As práticas realizadas pelos camponeses são de suma importância para a preservação das Sementes da Resistência: técnicas de cultivo e manejo, uso de insumos naturais, conhecimento dos camponeses sobre as sementes adquiridas por meio dos seus antepassados e adaptação das sementes ao solo e ao clima semiárido. À luz dessa assertiva, mencionamos a reflexão de Cassol (2013) em que a autora evidencia a importância histórica das práticas de preservação, por meio de técnicas sustentáveis, que resultam em sementes adaptadas ao ambiente em que estão inseridas:

[...]cultivares tradicionais[...] são aquelas cultivares que são patrimônio genético e cultural dos povos tradicionais obtidas durante séculos tanto por meio de evolução natural do melhoramento genético, como, também através do manejo sustentável ecologicamente inserido no meio ambiente e adaptado aos diversos ecossistemas existentes (CASSOL, 2013, p. 51).

A essencial diversidade das cultivares deu-se/dá-se através do manejo humano no ecossistema, por via dos conhecimentos adquiridos por gerações (BATISTA, 2018). Assim, a preservação das sementes crioulas é fundamental tanto para a conservação da diversidade

<sup>73</sup> “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente” (ART. 3 DA LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006).

<sup>74</sup> A soberania alimentar consiste em cada país ter “o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos” (CONSEA, 2006, p. 6).

<sup>75</sup> Criada em 1996 no município de Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, a Coppabacs é a cooperativa dos camponeses guardiões de sementes do Semiárido alagoano, estando esses trabalhadores organizados nos Bancos Comunitários de Sementes, assistidos pela cooperativa em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) (COPPABACS, 2014).

genética das cultivares quanto para a defesa de técnicas agroecológicas que salvaguardem o ecossistema, mantendo e fortalecendo a cultura local e garantindo a segurança alimentar (TRINDADE, 2006).

A partir da discussão do processo de luta e da importância da defesa das Sementes da Resistência, no capítulo seguinte, trataremos uma abordagem sobre a proteção das sementes por meio das mulheres, que desempenham um papel importante na agricultura desde sua origem, como também na seleção e preservação das sementes.

### **As guardiãs das sementes**

As Sementes da Resistência, que estão atualmente presentes no Sertão de Alagoas, passaram por diferentes processos de melhoramento ao longo do tempo, pois, conforme o que já foi colocado nas seções anteriores, e de acordo com Esteve (2017, p. 46), “o saber camponês foi melhorando as variedades, adaptando-as às diversas condições agroecológicas a partir de práticas tradicionais [...]”.

No entanto, anteriormente a esse processo, no que corresponde à história da humanidade e da agricultura, “historiadores afirmam que os homens cuidavam da caça e as mulheres das coletas das plantas e, portanto, desenvolveram um conhecimento especial sobre as sementes” (CORDEIRO, 2003, p. 2). Com base nessa afirmação, faz-se necessário questionar: por que dificilmente ouvem-se ou veem-se reportagens, propagandas ou trabalhos acadêmicos que discutam a participação da mulher nas atividades de plantio, cultivo e guarda das sementes? Isso ocorre devido a uma invisibilização histórica da atuação da mulher no mundo do trabalho, que se intensifica quando se trata da mulher do campo.

Nesse sentido, Saffiot (1987) explica que há papéis sociais diferentes na sociedade para os homens e para as mulheres, sendo os das mulheres a responsabilidade de realizar todos os afazeres domésticos e cuidar da socialização dos filhos, enquanto o homem assume os setores públicos, como, por exemplo, o mundo do trabalho.

Portanto, a divisão social do trabalho historicamente contribuiu – e contribui – para uma invisibilidade do papel que as mulheres desempenham na seleção, no cultivo e na guarda das sementes durante séculos, ajudando, desse modo, na construção da ideia de uma agricultura que está ligada unicamente à figura masculina. Por outro lado, é necessário contrapor essas noções de papéis sociais estabelecidos na sociedade e ressaltar que as mulheres realizaram um trabalho de fundamental importância para o surgimento da agricultura e que contribuem até os dias atuais em seu desenvolvimento.

No momento prévio ao aparecimento da agricultura, partindo da ideia de divisão sexual das atividades, a mulher era a responsável pela colheita dos frutos e das sementes. Nesse período, a humanidade retirava sua alimentação da natureza sem a preocupação que temos hoje em plantar, colher, processar e etc. Mas, com o passar do tempo, tornou-se necessário



pensar em outras formas, a fim de ter acesso aos recursos para alimentação, e é nesse contexto que a agricultura surge.

Segundo as concepções de Oliveira (1989, p. 6), a agricultura surge “quando uma determinada sociedade reuniu uma série de condições, historicamente suficientes para tirar proveito das potencialidades de um meio natural determinado”. Portanto, a agricultura é marcada pela domesticação das plantas, sendo necessário selecionar as que tinham as melhores características de cultivo e de sabor, sendo essa função atribuída à mulher, que desde o período que antecede a agricultura colhia os frutos e as sementes (CORDEIRO, 2003). Desse modo, a descoberta de que sementes são capazes de germinar e dar frutos foi o passo inicial para a preservação de sementes crioulas, conservadas pelas guardiãs e pelos guardiões.

A agricultura foi se desenvolvendo e a mulher continuou desempenhando seu papel de plantar, cultivar e guardar as sementes por terem as sementes crioulas como um elemento de vida, pois é a partir delas que sairá o seu alimento e de sua família, sendo fundamental para sua reprodução enquanto comunidade.

Há mulheres guardiãs de sementes por todas as partes, mas aqui queremos destacar as do Sertão alagoano, que, além de preservarem as sementes como forma de enfrentamento às sementes melhoradas em laboratório, também utilizam a guarda de sementes como um modo de resistência aos períodos de estiagem e de perda das safras; logo, a guarda das sementes crioulas é uma forma de se conviver com as adversidades que podem acontecer no Sertão.

Nesse sentido, trazemos o relato das experiências de nossa entrevistada<sup>76</sup>, mulher indígena e guardiã de Sementes da Resistência no Sertão de Alagoas, por ser uma materialidade desta discussão realizada. Sobre a importância da salvaguarda das sementes, ela nos diz que:

A coisa mais importante é a gente ter ela guardada, sabe por quê? Porque na hora que chove a gente já sabe onde é que tem semente para plantar, e a gente não tendo guardada, quando chove a gente ainda vai procurar nas ruas, caçar, chega lá não acha. Às vezes até perde de plantar naquela semana, vai plantar na outra porque não acha aquilo que a gente quer plantar, aí a gente tendo ela em casa é a coisa melhor do mundo [sic]<sup>77</sup>.

A fala da entrevistada evidencia um dos aspectos já mencionados: a importância de ter a semente guardada para a época do plantio, tendo em vista que, no Semiárido, as chuvas são irregulares e as Sementes da Resistência são adaptadas à realidade local.

Dessa forma, com o passar do tempo, muitas variedades de sementes foram perdidas, mas há muitas que são guardadas e cuidadas pelas mulheres guardiãs. A entrevistada conta que tem guardadas sementes de feijão, milho, fava, melancia e abóbora e aprendeu a preservá-las dentro de uma garrafa pet com uma tampinha com álcool, um dos métodos utilizados para conservar as sementes por mais tempo e com qualidade.

<sup>76</sup> Entrevista realizada em 12/04/2019, na aldeia Januária do povo Kalankó, em Água Branca-AL.

<sup>77</sup> Transcrição feita com base na norma ortográfica vigente.

Quando falamos em guardar sementes, pensamos somente naquelas que são mais utilizadas na nossa alimentação e na alimentação dos animais, porém, há diversas sementes que são guardadas e cultivadas pelas mulheres do Semiárido, como os temperos utilizados na preparação das refeições, as flores e as plantas ornamentais e decorativas que estão nos quintais e as plantas medicinais que necessitam de saberes ancestrais para tratar das enfermidades de toda a família. Portanto, a guarda das sementes crioulas está ligada à soberania e à segurança alimentar, bem como à cultura e à vida da mulher camponesa e do homem camponês.

### Considerações finais

Diante do que foi exposto, compreendemos que os conhecimentos e saberes dos povos tradicionais possibilitam ao Sertão de Alagoas uma riqueza cultural, baseada na vida em comunidade e na solidariedade mútua. As sementes crioulas estão situadas nesse processo, como manutenção e resgate dessa tradição. Nesse sentido, guardar as sementes é um meio de preservar a cultura e de resistir à ofensiva do capital no campo.

A ameaça às sementes crioulas ocorre pela expansão do capital na agricultura. Algumas empresas, nos últimos anos, vêm realizando a propagação de sementes transgênicas e híbridas, sendo as transgênicas responsáveis por causar a contaminação das sementes crioulas, podendo levá-las à extinção. É importante frisarmos que a mensagem cultural das sementes crioulas está baseada na resistência para a permanência da vida em comunidade, para a preservação de um modo de vida camponês.

Por fim, destacamos a importância de visibilizar os processos de resistência, protagonizados pela figura feminina, ao desenvolver a atividade da guarda e proteção das sementes ao longo da história.

### Referências

AGRIC. **Variedades x Híbridos**: qual a diferença? Disponível em: <[https://www.agric.com.br/termos\\_tecnicos/variedades\\_vs\\_hibridos.html](https://www.agric.com.br/termos_tecnicos/variedades_vs_hibridos.html)>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ALMEIDA, Paula. Sementes da Biodiversidade. **Revista Agriculturas**, v. 4, n. 3, p. 4-5, out. 2007. Disponível em: <[https://www.agric.com.br/termos\\_tecnicos/variedades\\_vs\\_hibridos.html](https://www.agric.com.br/termos_tecnicos/variedades_vs_hibridos.html)>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BATISTA, Marianna Villaça. Agrobiodiversidade: conservação do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais. **AgroMulher**, 20 jul. 2018. Disponível em: <<http://agromulher.com.br/agrobiodiversidade-conservacao-do-patrimonio-genetico-e-dos-conhecimentos-tradicionais/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Art. 3. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRITO, Tayrine Parreira; MEIRA, Thaís Simões Maciel Lima; SILVA, Luiz Felipe; PEREIRA, Viviane Guimarães. Sementes de milho transgênicas: propósitos e controvérsias. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 12, n. 11, 2018.

CASSOL, Kelly Perlin. **Construindo a autonomia**: o caso da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama/RS. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília. Disponível em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei\\_11346-06.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_11346-06.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2020.

COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES (COPPABACS). **Quem somos**. 2020. Disponível em: <<http://coppabacs.blogspot.com/p/quem-sou-eu.html>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CORDEIRO, Angela. **A viagem das sementes**: subsídios para o 5º Concurso Nacional de Estudantes do MST, 2003.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio ao século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bases e referenciais**. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUSA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E

CONTEMPORANEIDADE: mídias e direitos da sociedade, 4., 2017, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, 2017.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 21, n. 41, p. 192-217, jan./abr. 2018.

LONDRES, Flavia. Sementes da diversidade: a identidade e o futuro da agricultura familiar. **Agriculturas**: experiência em Agroecologia, v. 11, n. 1, abr. 2014.

MOURA, Antônio Marcos Pontes de. Questão agrária em Alagoas: o problema do latifúndio canavieiro. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.) **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: Edufal, 2013.

OLIVEIRA JÚNIOR, H.B. Paulo. **A história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: Projeto Tecnologias Alternativas (Fase), mai. 1989.

SAFFIOT, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SANTOS, Flávio dos; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; LIMA, Lucas Gama. Sementes da Resistência no Semiárido alagoano: preservando a cultura, o trabalho e o território do campesinato. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 24., 2018. Dourados. **Anais...** Dourados: Enga, 2018.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de; SANTOS, Rodrigo Herles dos. Identidades e socioespacialidades de comunidades tradicionais do Sertão de Alagoas. **Geosaberes**, Fortaleza, n. 2, v. 9, p. 362-375, nov. 2015.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 15., 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: Conpedi, 2006.



A group of indigenous dancers, likely from the Mursi or Suri tribes, are performing in a dusty, open area. They are wearing tall, conical headdresses made of dried grass or straw, decorated with colorful feathers and beads. Their costumes consist of long, flowing skirts made of similar material, also adorned with colorful patterns. The dancers are arranged in a line, and their shadows are cast long on the ground. In the background, there are green trees and a clear blue sky with scattered white clouds. A small crowd of people is visible in the distance on the left.

## PARTE 3

### Território e territorialidades: povos indígenas, infância e cultura



# TERRITÓRIO E IDENTIDADE: RESISTÊNCIA E LUTA DOS POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DE ALAGOAS<sup>78</sup>

*Camila Rodrigues da Cruz<sup>79</sup>*

*Dheny Lacerda de Andrade<sup>80</sup>*

*Eduardo Neório Lima<sup>81</sup>*

*Eliane dos Santos da Silva<sup>82</sup>*

*Érica Franciele da Silva Lima<sup>83</sup>*

## Introdução

O presente texto discute a atualidade da questão indígena no Sertão de Alagoas. Nesta região, está metade dos povos indígenas do Estado. São seis etnias, tributárias do povo Pankararu, de Pernambuco, que habitam há mais de um século as áreas entre serras do pediplano sertanejo.

O capítulo está organizado em duas partes. Na primeira, apresentamos o processo de diáspora indígena, no século XIX, e sua reterritorialização. Tal acontecimento não se deu de forma pacífica, uma vez que, por muitos anos, os indígenas foram obrigados a silenciar-se. Através de resistência e luta, os povos originários passaram por um processo de etnogênese, cujo tronco Pankararu deu origem a seis “pontas de rama”: Jeripankó, Kalankó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká e Pankararu<sup>84</sup>.

No segundo momento, abordamos a atualidade da luta pelo território, em que serão observados os conflitos dos povos do Sertão de Alagoas na busca por demarcações de suas terras e acesso à educação escolar indígena.

<sup>78</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap10\_149-158

<sup>79</sup> Graduanda em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal)/Campus do Sertão. Pesquisadora do Obelutte/Gepar.

<sup>80</sup> Graduanda em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal)/Campus do Sertão. Pesquisadora do Obelutte/Gepar.

<sup>81</sup> Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal)/Campus A. C. Simões. Pesquisador do Obelutte/Gepar.

<sup>82</sup> Graduanda em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal)/Campus do Sertão. Pesquisadora do Obelutte/Gepar.

<sup>83</sup> Graduanda em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal)/Campus do Sertão. Pesquisadora do Obelutte/Gepar.

<sup>84</sup> Os indígenas Pankararu estão dispersos na área urbana de Delmiro Gouveia e ainda não são reconhecidos pela Funai.

As informações foram coletadas através de entrevistas orais e idas a campo, adotando uma abordagem metodológica dialética, buscando uma construção e visualização da realidade abordada.

O texto é resultado de discussões oriundas do Observatório de Estudo de Luta por Terra e Território (Obelutte), que é vinculado ao Grupo de Estudo e Análise Regional (Gepar).

Partimos da premissa de que o território é essencial para a reprodução social dos povos indígenas, diferentemente do território capitalista –que considera a terra como objeto de retenção especulativa e reprodução de capital. O vínculo do índio com a terra é sagrado, e nele se evidencia o sentimento de pertencimento étnico, que se emancipa por meio das lutas e resistências aos ataques sofridos.

### **Processo de diáspora e reterritorialização**

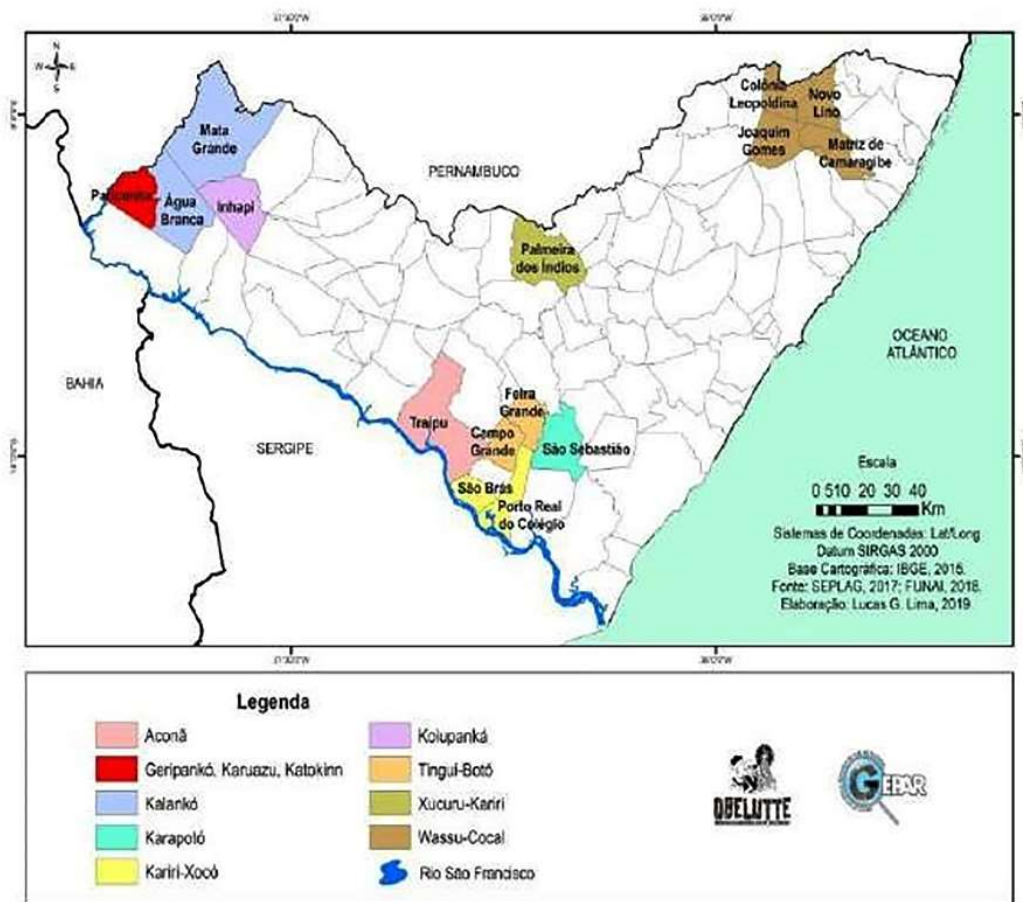
No final do século XIX, iniciou-se o processo de extinção dos aldeamentos<sup>85</sup>; com isso, as terras foram divididas em lotes e apropriadas por fazendeiros e posseiros. Esse período ficou conhecido como “Tempo de linhas”<sup>86</sup>. Nessa época, muitos índios foram expulsos do aldeamento Brejo dos Padres – onde se situa a etnia Pankararu – e partiram em busca de um novo território. Esse processo é denominado por Arruti (2005) como viagens de fuga: migrações de grupos familiares em função das perseguições, dos faccionalismos, das secas ou da escassez de terras de trabalho, por meio do qual se “desencadeou uma nova fase de desterritorialização, que conduziu os indígenas daquela localidade para além dos limites de seu território tradicional” (PEIXOTO, 2018, p.36).

Parte desses índios que fugiram encontraram refúgio nas áreas que atualmente correspondem ao Sertão de Alagoas, favorecendo, assim, o surgimento de novos grupos étnicos ligados à aldeia Pankararu, sendo eles: Jeripankó, Kalankó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká e Pankararu, situados nos municípios de Pariconha, Inhapi, Água Branca, Mata Grande e Delmiro Gouveia.

<sup>85</sup> Aldeamentos – são agrupamentos de indígenas em aldeias estrategicamente próximas às vilas, pois, além de visar à catequização dos indígenas, os portugueses também pretendiam escravizar os índios.

<sup>86</sup> Período em que houve a fragmentação das terras dos aldeamentos.

**Figura 1** - Mapa dos povos indígenas de Alagoas



**Fonte:** Seplag, 2017; Funai, 2018. Lucas G. Lima, 2019.

No entanto, esses povos passaram por um período de “silenciamento” e mantiveram-se no anonimato por, aproximadamente, um século, como estratégia de resistência perante os ataques dos fazendeiros, posseiros e até do Estado.

Eles se encontravam nas suas cabanas ou taperas, geralmente à noite e às escondidas para praticar as celebrações e os demais rituais. Não poderiam aparecer para a comunidade como indígenas, porque os delegados estavam derrubando as casas e prendendo os responsáveis pelos rituais. (FERREIRA, 2009, p. 47).

A cada novo grupo, o território foi ressignificado a partir das representações religiosas, dos encantados<sup>87</sup> e do Toré<sup>88</sup>. E, apesar de viverem amedrontados pelas forças dominantes e hostis da época, as etnias salvaguardaram na memória a identidade étnica do seu “tronco”<sup>89</sup>, da sua matriz de origem. Essas memórias, de quando praticavam os rituais

<sup>87</sup> Os encantados são entidades sagradas, são os espíritos dos índios ancestrais que “encantaram” e protegem os índios.

<sup>88</sup> É a dança sagrada, feita em momentos de festividade, nos rituais, quando os índios estão felizes ou quando querem alcançar alguma graça.

<sup>89</sup> O tronco é a aldeia Pankararu, a matriz de origem das outras etnias. É considerada (tronco) como uma referência a uma árvore, em que o tronco é a base que sustenta todo o resto—nesse caso, seria a base que sustenta as “pontas

livremente, ainda permaneciam vivas; estavam contidas por causa do medo, mas estavam ali presentes. Elas serviram de base para o processo de reterritorialização dessas etnias, nesse caso, para a etnogênese<sup>90</sup>.

Os laços territoriais são fundamentalmente laços memoriais. Entre eles, a memória não pode ser um elemento neutralizado frente a outros de maior peso funcional, como o nicho ecológico ou a organização cosmológica, mas ao contrário, é ela que emerge em detrimento de outros tipos de argumentação. Ela revela a natureza histórica dessas populações e, através de sua natureza não-sancionada e marginal, revela principalmente a natureza conflitiva da própria definição dessa história. (ARRUTI, 1996, p. 32).

Os Pankararu deram apoio no reconhecimento étnico dessas etnias – sendo que as consideram como “pontas de rama” –, pois seria uma forma de fortalecimento étnico do grupo indígena Pankararu como totalidade.

Segundo os Pankararu, cada um dos seus sobrenomes permite que do grupo se solte um “enxame”, para constituir um novo grupo, uma nova ponta de rama. Se no passado, diferentes grupos puderam ser reunidos num mesmo território como estratégia de sobrevivência, porque não pensar que hoje, também como estratégia de sobrevivência, um grupo possa dar origem a outros, multiplicando os territórios indígenas? (ARRUTI, 1996, p. 35-36).

A partir de 1980, os Jeripankó, Kalankó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká e Pankararu passaram a se expor para a sociedade nãoíndia e, por meio de reivindicações, buscaram o reconhecimento étnico do Estado, seus direitos políticos, sociais e econômicos. Com o apoio de ONGs, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de sua matriz de origem, além da colaboração de outros povos, como os Xucuru-Kariri e os Wassu-Cocal, essas etnias conseguiram seu reconhecimento étnico.

Logo, passaram a difundir publicamente as tradições que estavam contidas até o momento, pois “a tradição é a base para a formação das identidades e alianças políticas entre índios” (SILVA, 2009, p. 36); é uma forma de afirmar a presença étnica na região, por conseguinte, resistir e lutar pelos direitos indígenas, principalmente o direito à demarcação de terras – nenhuma dessas etnias mencionadas possui terra demarcada –, que é um direito constitucional.

Para o povo indígena, a terra é sagrada. Segundo Peixoto (2018, p. 31):

[...] para esse povo, a terra é o fundamento da sua existência, base da sua história, testemunha e guardiã dos seus costumes, crenças, rituais e motivo da criação de estratégias pela sobrevivência [...].

---

de rama” (as aldeias remanescentes).

<sup>90</sup> Segundo Oliveira (1998), é a formação de uma etnia.



O território indígena é “um espaço-síntese na formação da etnia. Seja como meio de produção ou como espaço do ritual” (SILVA, 2009, p.37). Podemos perceber a ligação do índio com a terra através desse relato de uma das lideranças Jeripankó:

A terra pra nós é o nosso sustento, é onde a gente planta, é onde a gente pode dançar o Toré, dançar o Cansação, pra poder tomar a nossa garapa de rapadura, onde a gente pode adorar os nossos encantados, é onde a gente pode viver livre pra poder praticar as nossas festas, os nossos rituais. Nós sem a terra num é nada. Eu nasci aqui, e aqui eu quero morrer, já to velho, já vivi muito, vi muita coisa boa e muita coisa ruim também, minha família toda é do Brejo, da nossa aldeia-mãe, a Pankararu, sempre fui ver as festa de lá, dançava lá e cá. Pra gente, Jeripankó e Pankararu é tudo quase a mesma coisa, as coisas que tem lá tem aqui, a gente pode dançar o Toré lá e aqui. Pois então, a gente tem muito apreço por nossas terrinhas, estamos lutando pra ser demarcada há muito tempo, ainda tenho fé de que a gente consiga essa benfeitoria, e que um dia a gente possa viver sossegado, não só a nossa aldeia, como as nossas irmãs também<sup>91</sup>.

### A atualidade da luta pelo território

A relação dos povos indígenas com a terra perpassa a compreensão do homem não indígena. Esse vínculo é marcado por um forte pertencimento à terra: ela é sagrada, divina; é ela quem propicia a possibilidade da vida e sua continuidade. Há, nessa relação, um significado profundo que, aos olhos da sociedade alheia a essa cultura, não é possível compreender. O etnocentrismo é uma realidade que turva e distancia o ser humano da sua essência de humanidade, suprimindo a diversidade, destruindo o meio ambiente e impossibilitando sua revitalização. No sistema capitalista, existe uma relação de indiferença histórica com a natureza: a terra é vista como meio de produção, produzir para obter lucros, pouco ou nada se importando com os danos sofridos pelas técnicas aplicadas. Em contrapartida, o índio, através da sua cultura, herdada historicamente de seus antepassados, pode ensinar uma relação harmoniosa com a natureza e sua diversidade. A cosmologia indígena é uma cultura riquíssima, manifestando-se através dos encantados, que são figuras centrais, e do Toré, parte central no processo de afirmação identitária. Conforme Haesbaert e Limonad (2007, p. 42):

O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza).

Historicamente, os conflitos gerados em torno da demarcação das terras indígenas estão vinculados à visão limitada do território. Soma-se a isso o fato de que a terra indígena, por se

<sup>91</sup> Entrevista feita com o senhor Luiz Antônio de Araújo, atual pajé da aldeia Jeripankó. Buscou-se, na transcrição do depoimento, respeitar as particularidades e as marcas da oralidade do entrevistado.

tratar de um bem que pertence à União, já vem carregada de um sentido que extrapola o direito das decisões para a reprodução e permanência dos povos originários em seus territórios.

As decisões são norteadas pelo Estado, o que implica na perda da autonomia indígena frente ao modo como gerir seus territórios. Assim, a visão construída sobre o território parte de uma concepção estranha à realidade das comunidades indígenas e que, por sua vez, tem atendido aos interesses ligados à espacialização do capital, fortalecendo a reprodução de relações capitalistas. Do mesmo modo, o processo de remodelação do território em curso é posto em realização por esse mesmo sistema.

A reprodução dessa visão exógena do território indígena tem culminado no processo de contra demarcação de terras para os povos indígenas. Esse fato tem causado a paralisação ou a demora nas demarcações de terra dos povos originários. De acordo com Ladeira (2001, p. 84):

Considerando que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente, forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado. A dinâmica expropriação<=> concessão de terras e limites, por meio da qual se supõe, ou se induz a crer, estar propiciando aos índios a liberdade e o exercício de gestão (dentro dos limites impostos e fixos), é a contradição inerente e latente do conceito de território indígena e de políticas e legislações indigenista.

Para além do território, a educação indígena também se faz necessária, tendo em vista que o modelo escolar brasileiro ainda segue um padrão europeu, legado da colonização. A educação indígena tem sido outra demanda necessária que precisa ser pautada frente aos ataques vindos do modelo burocrático de organização escolar.

Assim, no que se refere à educação escolar nas comunidades indígenas, é extremamente necessária uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Antes mesmo da invasão colonial, já existia um modelo de educação, onde sua mediação era transmitida pelo diálogo oral, pelos ritos, pelos gestos e pela experiência prática (LIMA, 2019). É de competência do Estado. Conforme Ferreira e Oliveira Jr. (2015, p. 223):

As escolas nas áreas indígenas em Alagoas foram estadualizadas em 2003, ou seja, transferidas da coordenação da Fundação Nacional do Índio/Funai para a Secretaria do Estado da Educação e do Esporte, pelo Decreto do Governo do Estado de Alagoas nº. 1.272, de junho de 2003.

Em 2007, a criação da Fepeeind<sup>92</sup> direcionou discussões que colocaram em pauta a competência da Secretaria de Educação:

<sup>92</sup> Fórum Estadual Permanente da Educação Escolar Indígena em Alagoas. Ata de reunião em 14 nov. 2007.

O período da estadualização das escolas indígenas, em 2003, para criação do fórum, em 2007, constitui-se tempo suficiente para os envolvidos no processo perceberem as dificuldades que a estrutura da Secretaria de Educação tinha em entender as demandas de uma educação específica, pensada para e com os indígenas. (FERREIRA; OLIVEIRA JR., p.225).

O modelo educacional imposto pelo Estado não atende às necessidades dos povos indígenas, pois é um modelo educacional colonialista que não compreende as especificidades da vivência da comunidade. Nesse sentido, Marcos Sabaru<sup>93</sup> compartilhou de sua sabedoria sobre a educação indígena e seus desafios.

A própria merenda escolar são coisas enlatadas, alheio à nossa realidade, nossa cultura, alheio ao nosso dia a dia, nossa mesa de cada dia, onde as matérias não têm nada a ver, se fala de tudo, mas não se fala da sua própria cultura, não valoriza quem você é. Onde se dão heróis Borba Gato, como Dom Pedro, onde alguns fanáticos bandeirantes são colocados como heróis, onde se tira a luta de quem fez a luta e coloca outros como heróis da pátria, onde se conta a história de um Brasil que não é verdadeira, então não é educação escolar indígena.

A concretização da educação escolar indígena é uma bandeira levantada pelos povos que habitam o Sertão alagoano. O descaso das Secretarias de Educação tem colocado em risco a garantia dos povos originários de uma educação escolar diferenciada. Segundo Lima (2019, p. 94), “A designação de escola indígena não tem se guiado pela adoção de um prisma diferente de educação, fazendo da instituição escolar um locus alheio às demandas dos próprios indígenas”. De acordo com Luciano,

A educação escolar oferecida aos povos indígenas durante séculos sempre teve como objetivo a integração do índio à sociedade nacional, sem respeito às diferenças culturais e linguísticas. Era uma educação de brancos, da cultura de brancos para os índios. Em outras palavras, a escola servia para o branco ensinar ao índio a ser e a viver como ele. (LUCIANO, 2006, p. 148).

A imposição desse modelo de educação tradicional, baseado no ideal civilizatório, tem sido uma problemática para a educação escolar indígena.

As escolas indígenas do Sertão de Alagoas vivenciam uma realidade que põe em risco o direito de uma educação de qualidade. A percepção desse abandono pode ser vista através do descaso, tanto pela Secretaria Estadual quanto Municipal.

Em relação às demandas, observamos a falta de infraestruturas, bem como um corpo docente que não respeita a prioridade de educadores indígenas, seguidos de um calendário feito exclusivamente para os brancos, desrespeitando a autonomia indígena no processo de transmissão de seus costumes.

<sup>93</sup> Coordenador da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne).

**Figura 2** - Escola Estadual Indígena José Carapina, pertencente à aldeia indígena Jeripankó



**Foto:** Érica Lima, jun. 2019.

Os povos originários necessitam da terra, pois sua identidade está intimamente ligada a esse meio, que garante uma reprodução física e cultural. Dessa maneira, entendemos que o território indígena é a garantia para que os povos originários consigam se organizar e continuar a se reproduzir física e culturalmente. Os povos que habitam o Sertão de Alagoas vivenciam uma realidade de busca pela demarcação de seus territórios. Dos seis povos que povoam o Sertão de Alagoas, apenas os Jeripankó possuem suas terras demarcadas<sup>94</sup>, sendo que os Kalankó, Koiupanká, Katokinn, Karuazu e Pankararu<sup>95</sup> ainda se encontram no processo de demarcação. A situação fundiária encontra-se bem crítica, pois, além de estarem lutando pela demarcação das terras, também estão lutando pela ampliação dos territórios, haja vista que já são insuficientes para sua reprodução social. É interessante lembrar que a realidade dos povos indígenas é diferente da do não índio, pois o que o não índio precisa está na prateleira do supermercado ou de uma loja; por sua vez, os povos indígenas necessitam da palha, do caroá, da argila para fazer cerâmica, do acesso ao rio para a prática da pesca, do roçado e dos terreiros para rituais.

**Figura 3** - Aldeia Pankararu de Brejo dos Padres (Festa do Umbu)



**Foto:** Camila Rodrigues, mar. 2019.

<sup>94</sup> A finalização do processo de demarcação territorial dos Jeripankó ainda não foi realizada. Não chegou a ser homologada pelo presidente da República. Não houve, por exemplo, a desintrusão dos não indígenas da área.

<sup>95</sup> Os Pankararu de Delmiro Gouveia nem formalizaram pedido de demarcação territorial. Sequer são reconhecidos pela Funai como indígenas, em que pese o reconhecimento dos outros povos do Sertão de Alagoas.



De acordo com Marcos Sabaru, as aldeias do Sertão padecem, em razão da omissão do poder público. Vale salientar que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado deveria realizar a demarcação das terras indígenas em até 5 anos, mas, até o presente momento, não o fez. Atualmente, esses povos encontram-se em situação marginalizada: não têm incentivos para a produção de meios de subsistência e o processo de demarcação de suas terras encontra-se estagnado.

### Considerações finais

Pensar a questão indígena é também pensar o território, portanto, a análise da dimensão terra-tradição-etnia, assim como compreender a intensidade de ataques no atual contexto. Vale lembrar que, historicamente, os povos indígenas são alvo de perseguição e silenciamento.

Logo, são povos que resistem cotidianamente, seja para assegurar seus direitos, seja para alcançar novos direitos relacionados a novas demandas, como é a situação de povos indígenas do Sertão de Alagoas, que, além de lutar objetivando a permanência na terra como condição para sua reprodução, lutam igualmente por educação.

Nesse contexto de retiradas de direitos, o índio, enquanto sujeito político, busca por sua autonomia, nutrindo-se das forças de seu território para resistir às ofensivas impostas pela vigente sociedade capitalista.

### Referências

ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (Orgs.). **Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder**. 11. ed. Maceió: Edufal, 2009.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BARBALHO, J.; FERREIRA, G.; SILVA, E. **Educação e diversidades**. Maceió: Edufal, 2015.

FABRINE, J.; PAULINO, E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripancó**: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc...**: Revista Espaço, Tempo e Crítica, Rio de Janeiro, v 1., n. 2, p. 42, ago. 2007.

LADEIRA, Maria Inês Martins. **Espaço geográfico Guarani-MBYA**: significado, constituição e uso. São Paulo: Edusp, 2008.

LIMA, Lucas Gama. Considerações sobre a educação escolar indígena em Alagoas: um olhar nas contradições. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (Orgs.). Índios de Alagoas: terra, educação e política. Maceió: CBA Editora, 2019. p. 87-109.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação/Laced/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais, **Mana** 4(1): 47-77(1998).

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.

PORTAL CADA MINUTO. **Índios interditam divisa entre Alagoas e Sergipe**. Disponível em:<<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/335423/2019/03/08/indios-interditam-divisa-entre-alagoas-e-sergipe-na-br-101>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

# A DISPUTA POR TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS INDÍGENAS KALANKÓ: UM RELATO DE PESQUISA DE CAMPO NO SERTÃO DE ALAGOAS<sup>9697</sup>

*Suzana Santos Libardi<sup>98</sup>*

*Leonardo Barros Soares<sup>99</sup>*

*Alana Gabriela Barros Doia da Silva<sup>100</sup>*

## Introdução

Faz parte do cotidiano dos cidadãos brasileiros deparar-se com notícias relacionadas aos conflitos entre povos indígenas e não indígenas no País, que têm como fulcro a questão fundiária. Uma rápida mirada no noticiário recente indica-nos, por exemplo, que novas tensões foram registradas no Mato Grosso do Sul, o Estado com maior número de assassinatos e suicídios de indígenas no País<sup>101</sup>; no Ceará, avança o controle das facções criminosas sobre as Terras Indígenas<sup>102</sup> (doravante “TIs”) ainda não demarcadas no Estado<sup>103</sup>; a iminência da tramitação do projeto de lei do Governo Federal que busca regulamentar atividades de mineração nas áreas de ocupação tradicional indígena<sup>104</sup>—em suma, as TIs brasileiras estão no centro de um ataque orquestrado por grupos de criminosos, políticos e empresariais em nível

<sup>96</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap11\_159-183

<sup>97</sup> Agradecimento: povo Kalankó e equipe do Polo de Saúde Indígena da aldeia Januária. Apoio: Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por meio do Programa de Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (ProCCAExt) ciclo 2018-2019.

<sup>98</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta da Ufal – Campus do Sertão e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), da mesma instituição. E-mail: suzana.libardi@delmiro.ufal.br.

<sup>99</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisador do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Lageri) do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: leobarros@ufpa.br.

<sup>100</sup> Estudante de graduação de Licenciatura em História da Ufal – Campus do Sertão. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Ufal, ciclo 2019-2020. E-mail: alana.silva@delmiro.ufal.br.

<sup>101</sup> Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3fhrhct>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

<sup>102</sup> O conceito de Terras Indígenas, bem como o seu atual panorama de implementação, será discutido em detalhes a seguir.

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://tinyurl.com/y29d8gsc>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

<sup>104</sup> Disponível em: <<https://tinyurl.com/y69lgao2>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

local, regional e nacional que visam dismantelar seu *status*, constitucionalmente protegido desde a Carta Magna de 1988.

Esses conflitos são vivenciados de forma intensa pelos povos indígenas em seu cotidiano. Anciões, adultos e adolescentes coordenam e participam de patrulhas de reconhecimento e defesa de seus territórios. Além disso, organizam-se ativamente para reivindicar seu direito ao reconhecimento da ocupação tradicional das terras em que vivem. Assim, o protagonismo da luta política pelo reconhecimento dos territórios indígenas por parte do Estado brasileiro está indubitavelmente nas mãos das lideranças, tradicionais ou modernas, que se apresentam na arena pública nacional como interlocutores desse segmento populacional brasileiro.

Por outro lado, a população indígena brasileira é marcadamente jovem, apresentando um enorme contingente de crianças, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Salta aos olhos de qualquer visitante de uma TI a quantidade de “curumins” nas aldeias, curiosos, risonhos, por vezes ajudando suas mães no cuidado de outras crianças, ainda menores, numa verdadeira experiência de família ampliada. Nesse sentido, cumpre indagar: como essas crianças vivenciam esse conflito em torno dos territórios indígenas em que habitam? Como significam, a partir dos seus recursos subjetivos, essas situações de tensão? O presente capítulo debruça-se sobre essas questões a partir do estudo do caso concreto das crianças do povo indígena Kalankó, habitantes do Sertão alagoano, no Nordeste do Brasil.

O capítulo está estruturado, além da introdução e das considerações finais, em outras seções temáticas. A seguir, buscamos apresentar ao leitor pouco familiarizado com o assunto um panorama do debate em torno das TIs no Brasil, dentro de um contexto teórico sobre o conceito de território, central para a discussão aqui empreendida. Na sequência, retomamos alguns estudos com crianças indígenas no Brasil e apresentamos a abordagem geracional adotada para o presente trabalho. Depois, explicamos os procedimentos metodológicos realizados em nossa pesquisa de campo e trazemos cenas do campo para refletir a visão das crianças sobre seu território em disputa. Por fim, apresentamos algumas conclusivas, arrematando os argumentos apresentados no texto.

## **Terras Indígenas no Brasil: de categoria administrativa à realidade vivencial dos povos indígenas**

Segundo o último Censo do IBGE, o Brasil conta com 897.663 indivíduos que se autodeclararam indígenas, distribuídos em 305 grupos étnicos que se espriam sobre todo o território nacional (IBGE, 2010). O fato de esses grupos possuírem culturas, línguas, rituais, espiritualidade e organização política distintos uns dos outros faz de nosso País um dos mais demo diversos do mundo, composto por uma complexa tessitura sociocultural.

Os povos indígenas brasileiros são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, como grupos etnicamente distintos da sociedade circundante que têm



direito a ter respeitadas suas tradições, seus costumes e formas de viver. Ademais, estabelece a Carta Magna a imperiosidade do reconhecimento dos territórios de ocupação tradicional por parte dos povos indígenas como reservadas para seu usufruto exclusivo, constituindo-se como patrimônios da União inalienáveis e imprescritíveis.

De saída, é importante afirmar que entendemos que, em que pese falarmos de “terras” indígenas, expressão que destaca o espaço geográfico em que um determinado povo indígena habita, estas são mais adequadamente entendidas como “territórios”, ou seja, um determinado meio físico perpassado por processos políticos, econômicos, culturais, simbólicos, afetivos e espirituais que o configuram como espaço vivido, “usado”, lastro fundamental da existência e da identidade dos seres humanos que nele se encontram.

A discussão sobre o conceito de território no âmbito do campo disciplinar da Geografia é ampla e não cabe, no exíguo espaço deste capítulo, retomá-la em toda a sua abrangência. Conceito complexo, pode ser entendido como conteúdo, meio e processo de relações sociais conflituosas ou cooperativas. Fruto da organização, compartimentalização e diversificação do espaço físico, não existe território dado *a priori*. Antes, trata-se de um lugar de entrecruzamento de fluxos econômicos, culturais, geográficos, políticos e espirituais “amarrados” pelas relações de poder que neles se desenrolam. Em outras palavras,

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. (SAQUET, 2015, p.24).

Para os fins da argumentação aqui desenvolvida, destacamos, tão somente, que optamos por uma concepção de território que nem se configura estritamente como espaço geográfico “sem atores”, meramente um “conjunto de ecossistemas regidos por leis naturais”, tampouco como um simples espaço de interação desses atores sem qualquer relação com a materialidade do ambiente artificial e natural que os circunda. Entendemos, com Saquet, que um território é, antes de tudo, “um processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material, através do que se realiza a grande diversificação cultural da humanidade e das paisagens” (SAQUET, 2015, p.8). Considerando, especificamente, também o território para a realidade dos povos indígenas, em suma: “território, para o índio, é ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço carregado de referências simbólicas, veículo de manutenção de sua identidade cultural” (HAESBAERT, 2011, p.66). Portanto, ao falarmos, nesse texto, de Terras Indígenas – categoria administrativa concebida, reconhecida e demarcada pelo Estado brasileiro – deve-se ter em mente que estamos falando também de uma categoria vivencial, que pode ser experimentada de formas distintas por indivíduos singulares.

O reconhecimento de determinados tratos do território nacional como habitados por povos originários que detinham, sobre eles, algum tipo de “direito”, remonta, ainda, ao período colonial. A partir do fim do século XVI e início do século XVII, a administração portuguesa passou a operar com a ideia de que os grupos indígenas forçados a viver aldeados em terras reservadas pela Coroa deveriam ser “senhores das terras das aldeias, como o são na serra” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.119). Estas deveriam estar localizadas a uma distância razoável do centro urbano mais próximo, para evitar a mútua agressão, e deveriam dispor de uma área suficiente para o cultivo de suas plantações e para atividades de caça e pesca. Esses aldeamentos localizados em terras reservadas funcionavam, simultaneamente, como fonte de suprimento de mão de obra para a empresa colonial e serviam de proteção contra alguns povos indígenas vistos como “bravos”, *hostis*.

O período imperial, por sua vez, foi marcado por uma legislação “muito pobre e *ad hoc*”, ou seja, que não seguiu um direcionamento político sólido ou de longo prazo, no que se refere aos povos indígenas e seus territórios tradicionais. Foi durante o século XIX que se deu o deslocamento do interesse dos colonizadores da escravização da mão de obra indígena para a efetiva expropriação e tomada fraudulenta de suas terras (CUNHA, 2009). Em que pese a primeira Constituição brasileira – a de 1824 – simplesmente não mencionar a existência de povos indígenas no território do recém-criado Império brasileiro, o Regulamento das Missões, de 1845, retorna ao tema dos “direitos” que os povos autóctones, supostamente, deteriam sobre parte do território nacional. Não obstante, a ausência de uma política nacional coerente para lidar com os povos originários deu margem para a atuação das Câmaras Legislativas provinciais no sentido de cancelar o esbulho de terras por eles ocupadas.

Em 1850, é promulgada a Lei de Terras, que visava ordenar a estrutura fundiária do Império e regular as transações de terras públicas e privadas. No que se refere aos povos indígenas, a legislação afirma claramente que a “fixação” territorial de “hordas *hostis*” seria necessária para sua civilização. Além disso, estabelecia que as terras ocupadas por indígenas “dispersos e misturados com os civilizados” deveriam ser incorporadas ao patrimônio fundiário do Império, abrindo as portas para a legalização de toda sorte de ocupação ilegal de terras tornadas vacantes pela expulsão ou simples extermínio dos povos indígenas que lá habitavam (CUNHA, 1992).

O principal legado do período que abrange dos primeiros anos da colônia até fins do século XIX, no entanto, pode ser considerado a consolidação progressiva, no âmbito jurídico do País, do instituto do “indigenato”, ou seja, da ideia de que as terras habitadas por povos indígenas são deles por direito “originário”, que independe de reconhecimento estatal prévio. Conforme a formulação desse princípio, em uma decisão exarada pelo Conselho Municipal da Vila de Barcelona, na província de Minas Gerais, em 1827, “parece injusto dizer ao dono da casa onde ele deve ficar” (CUNHA, 1992).

O início do período republicano no Brasil, por sua vez, trouxe consigo a instituição do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1910, mais

tarde denominado apenas SPI. Essa foi a agência brasileira responsável pela administração das populações indígenas do País até 1967, quando, após escândalos de corrupção e desvio de função, foi substituída pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que perdura até nossos dias.

Em termos formais, o chamado Estatuto do Índio (Lei 6001/73) reconhece as seguintes modalidades de Terras Indígenas: 1) Terras habitadas por indígenas; 2) Terras reservadas – nas modalidades reserva indígena, parque indígena e colônia agrícola indígena e 3) Terras dominiais, que são aquelas terras em posse de um determinado grupo indígena mediante aquisição de domínio nos termos da legislação civil.

Em conformidade com o Estatuto, a política de demarcação de territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, levada a cabo pela Funai, é regulada pelo Decreto 1775, de 1996, e compraz sete fases: 1ª) estabelecimento de um Grupo de Trabalho para a identificação da tradicionalidade da ocupação da área reivindicada, que apresenta um relatório circunstanciado ao presidente da Funai; 2ª) aprovação ou rejeição do relatório por parte da presidência do órgão indigenista; 3ª) delimitação da área a ser demarcada; 4ª) emissão da portaria declaratória por parte do Ministério da Justiça, autorizando a demarcação física do território em questão; 5ª) demarcação física da terra indígena; 6ª) envio para homologação presidencial via decreto e 7ª) inscrição da TI em cartório imobiliário e na Secretaria de Patrimônio da União.

Hoje, segundo dados do Instituto Socioambiental, 721 TIs encontram-se em diferentes estágios do processo, sendo 118 em identificação, 43 identificadas, 74 declaradas e 486 homologadas e reservadas, abrangendo o total de 13% do território nacional<sup>105</sup>. Em um país fundado sobre a iniquidade de acesso à terra, não deixa de surpreender a constatação de que, em conjunto com o México, o Brasil destaca-se, na América Latina, como uma das nações em que o reconhecimento oficial de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas mais avançou nas últimas décadas (RRI, 2015).

Do exposto, podemos concluir que as TIs brasileiras podem ser consideradas, simultaneamente, uma categoria administrativa do Estado nacional, que assim as denomina para enquadrá-las no ordenamento jurídico vigente e torná-las destinatárias de políticas públicas e, também, uma categoria vivencial, experimentada pelos povos indígenas em suas dimensões simbólica, cultural, espiritual, política e ambiental. É precisamente o aspecto vivencial da experiência de existir como criança em um território indígena, palco de conflitos em torno de sua demarcação, que nos interessa aqui.

## **Retomando alguns estudos com crianças indígenas no Brasil**

O presente trabalho vincula-se ao campo interdisciplinar dos Estudos da Infância (NASCIMENTO, 2018), que aborda a infância enquanto geração e esses sujeitos fora da discriminação por idade (ROSEMBERG, 1996). A geração da infância é tomada como um grupo

<sup>105</sup> Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

social que representa uma população definida a partir de critérios etários e também sociais (SARMENTO, 2005) – como classe, raça, etnia, gênero etc. Tais marcadores sobrepõem-se nas vidas das crianças, caracterizando suas experiências e produzindo diferentes infâncias. Considerando que “são múltiplos os campos que compõem o rural brasileiro” (SILVA; SILVA; MARTINS, 2013, p.16), variadas infâncias existem no contexto rural, dada a variabilidade material e simbólica disponível às crianças na produção da sua infância. Nessa oportunidade, interessa-nos, então, abordar a(s) infância(s) indígena(s) mais como um grupo, e não as crianças isoladamente como indivíduos. Suas falas e seus posicionamentos são produzidos e escutados grupalmente na pesquisa, com intenção de coletivizar o discurso e localizá-lo dentro do contexto do povo a que pertencem.

Considerando a grande quantidade de etnias indígenas brasileiras, suas crianças vivem em contextos naturais, geopolíticos, materiais, socioculturais e simbólicos distintos, o que nos permite pensar em *infâncias indígenas*, no plural. Porém, simultaneamente à tal variabilidade, é sabido, na literatura acadêmica, que tais infâncias apresentam algumas características comuns entre si, especialmente se comparadas às infâncias não indígenas de contextos urbanos. Silva (2013) sistematizou algumas características gerais das infâncias indígenas brasileiras, reveladas por pesquisas acadêmicas, dentre as quais citamos: reconhecimento comunitário das habilidades, capacidades e produção das crianças; aprendizagem predominante por via da observação, do fazer, mais do que do falar; partilha dos cuidados infantis por várias famílias, proporcionando a construção de laços de parentesco ampliados. Esses e outros traços característicos das infâncias indígenas brasileiras estão presentes também no povo Kalankó.

Dentre as iniciativas contemporâneas em estudos da infância, nosso trabalho dialoga com outras pesquisas que registram experiências e perspectivas de crianças indígenas sobre os mais diversos objetos de estudo: aprendizagem (COHN, 2000; MARQUI, 2019), escolarização (BROSTOLIN; CRUZ, 2011), relações sócio-históricas (PROFICE, 2017), identidade (GRUBITS, 2003), suas infâncias (PINHEIRO; FROTA, 2009), entre outros. A partir desses estudos, sabemos que “A criança [indígena] aprende experimentando, vivendo o dia da aldeia e, acima de tudo, acompanhando a vida dos mais velhos, imitando, criando” (BROSTOLIN; CRUZ, 2011, p.169). Por conseguinte, o olhar das crianças é estudado aqui não como se revelasse uma perspectiva suposta e completamente original, livre de qualquer interferência. O seu olhar é abordado intentando conhecer como as gerações mais novas, que são interdependentes dos adultos e aprendem com os mais velhos no dia a dia, narram o território e vivem a problemática da disputa por terra.

Ressalta-se que o trabalho acadêmico com crianças indígenas ou crianças de outras comunidades tradicionais está inserido na problemática antropológica de tradução de aspectos da cultura e do campo simbólico do “outro” para a Academia, incrementada ainda mais quando esse “outro” são crianças (PEREIRA; NASCIMENTO, 2011), visto que o encontro promovido pela pesquisa coloca pesquisadores, como nós, enquanto duplamente

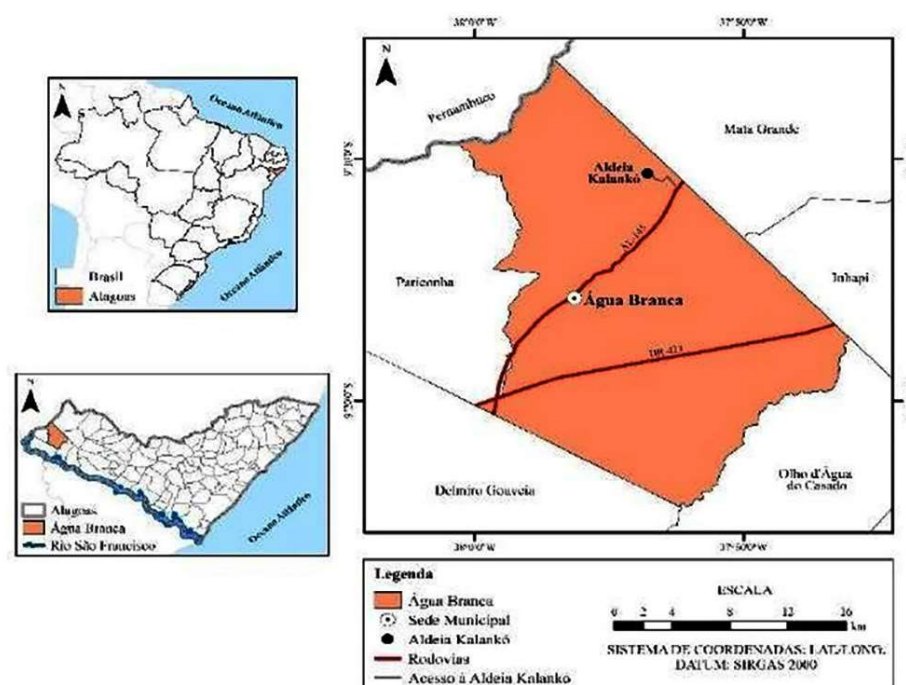


estrangeiros na aldeia (idem, ibidem): não indígenas adultos fazendo pesquisa com crianças indígenas. Esse encontro alteritário não deve ser visto como impedimento para as investigações, mas sua consciência por parte dos pesquisadores é imprescindível, porque isso atravessa completamente seu olhar e o processo de pesquisa. Além disso, tal consciência deve gerar cuidados éticos necessários pertinentes a cada contexto, visando ao respeito à cultura do “outro” e implicando, necessariamente, o adulto pesquisador em sua postura e escolhas metodológicas que minimizem a hierarquia geracional, marcante da relação de sua geração com a das crianças.

### Conhecendo o território a partir do olhar das crianças Kalankó

No Sertão do Estado de Alagoas, existem cinco povos indígenas (MOTA, 2009; SILVA 2009; SILVA, 2018; VIEIRA, 2009), dentre eles os Kalankó, um povo que têm o reconhecimento como indígena pela Funai, mas habita um território ainda não demarcado. Os Kalankó estão localizados na zona rural do município de Água Branca, na fronteira com o município de Mata Grande, extremo oeste do Estado (sinalizado com o ponto na **Figura 1**). O bioma da região é a caatinga; há baixo índice pluviométrico, o solo é salino e pedregoso, favorecedor da produção de macaxeira, batata-doce, inhame, milho, feijão, umbu, siriguela, ouricuri, entre outros produtos.

**Figura 1** - Localização dos Kalankó no estado de Alagoas



Fonte: Obelutte/Gepar, 2020.

A partir de nossa inserção entre o povo Kalankó e também a partir de relatos do cacique, atualmente os Kalankó totalizam 111 famílias. Isso representa aproximadamente 321

peessoas aldeadas, segundo informações oficiais do Polo de Saúde Indígena. Dentre os Kalankó aldeados, aproximadamente 99 são crianças – de 2 a 12 anos de idade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, o que significa que praticamente um terço dos aldeados é de crianças. A maioria das famílias são de baixa renda, sendo a renda dos moradores desta aldeia advinda da agricultura familiar, de programas sociais do Governo Federal (aposentadoria e Bolsa Família) e alguns trabalham sazonalmente na colheita de cana-de-açúcar na Zona da Mata e/ou na construção civil fora do Estado<sup>106</sup>.

Os Kalankó estão agrupados em 5 aldeias. Nossas visitas concentraram-se na aldeia Januária, onde há algumas casas pequenas de alvenaria – residências das famílias –, com seus respectivos quintais, cisternas acopladas a algumas casas, para captação de água da chuva, áreas para o cultivo de roças familiares de subsistência, um pequeno campo usado para atividades esportivas, eventos e rituais, dois barracos tipo “oca”, usados para eventos, um “poró”<sup>107</sup> e um Polo de Saúde Indígena, inaugurado em maio de 2014 como um equipamento da política pública de saúde para os povos indígenas, executada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde<sup>108</sup>. A maioria das edificações na aldeia não são cercadas por muros, sendo o poró e o Polo de Saúde as únicas construções muradas, como mostra a **Figura 2**, onde vemos crianças sentadas em uma entrada do Polo, seu muro, um carro oficial da UFAL e, atrás dele, o muro do poró.

**Figura 2** - Crianças Kalankó sentadas na entrada para carros do Polo de Saúde Indígena



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

<sup>106</sup> Informação obtida com pesquisa domiciliar, ainda não publicada, realizada sob coordenação da primeira autora do presente trabalho.

<sup>107</sup> Casa de alvenaria feita pela própria comunidade para a prática de rituais mais privados, sendo um espaço estritamente masculino (VIEIRA, 2009). Por ser o local onde são guardadas as roupas ritualísticas (SILVA, 2018), deixa de ser apenas um cômodo cercado por um muro para ser um espaço sagrado onde os homens entram e saem, os “praiás”.

<sup>108</sup> Para uma apreciação ampla de surgimento, institucionalização e mudanças recentes na política de saúde voltada para os povos indígenas brasileiros, ver Santos (2020).

A área onde habitam os Kalankó não é demarcada, embora haja processo formal junto à Funai. No entanto, segundo a liderança citada, o mesmo encontra-se sem qualquer avanço nos últimos anos. O território reivindicado pelos Kalankó compreende as aldeias onde tal população organiza-se atualmente e também algumas áreas ocupadas por não indígenas. Nossa entrada no campo ocorreu, primeiramente, em julho de 2018, por ocasião dos Jogos Indígenas em celebração aos 20 anos de resistência Kalankó, que marcaram a data de retomada do território – expressão usada por eles – onde se localizam atualmente. O termo “retomada” designa o processo de luta dos povos indígenas brasileiros pela reapropriação de territórios tradicionais de onde foram expulsos ao longo do processo de colonização do território brasileiro e mesmo em períodos históricos mais recentes, como entre 1964 e 1985, em que vigeu o regime ditatorial cívico-militar no País. Essas ações de retomada têm sido particularmente realizadas na região Nordeste do Brasil, acompanhando um importante processo de emergência étnica de povos indígenas que tinham, ao longo do tempo, desidentificado-se como tais.

Apenas no início de 2019, começamos, formalmente, as atividades de pesquisa a partir da concordância e do apoio das lideranças Kalankó. A equipe do Polo acolheu a realização da pesquisa fornecendo sua sala de espera como espaço para nossas oficinas com as crianças. As sextas-feiras foram os dias escolhidos, visto que não havia atendimento médico no Polo e era pouquíssima a quantidade de usuários adultos visitando o serviço nesse dia da semana. As oficinas foram realizadas em 11 encontros presenciais de frequência quinzenal que envolveram um grupo de 21 crianças, com idades entre 2 e 12 anos. As oficinas constituíram-se em espaço de fala e escuta sobre a vida na aldeia e o olhar das crianças sobre seu território. Para isso, planejamos<sup>109</sup> atividades que envolvessem as crianças participantes de várias idades, utilizando recursos metodológicos diversos para contemplar o objetivo proposto.

Realizamos, nas oficinas, atividades previamente planejadas, com o objetivo de abordar um tema específico, por exemplo: “minha família”, “os locais preferidos da aldeia”, “as brincadeiras no território”, dentre outras. Cada oficina contou com uma atividade grupal realizada em cada encontro. Elaboração de desenhos direcionados, criação do mapa afetivo, caminhadas (**Figura 3**) e livre brincar com as crianças são exemplos de atividades.

<sup>109</sup> As atividades foram realizadas pela primeira e terceira autoras do presente capítulo, em parceria com outras estudantes de graduação que compunham, à época, a equipe completa realizadora do trabalho de campo. São elas: Tainara Alves Teixeira Lima, Tainá Correia da Silva e Lisa Victória Lopes Gonzaga de Souza.

**Figura 3** - Caminhada ao lado do milharal



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

Os desenhos foram usados como forma de as crianças registrarem facilmente o que lhes era pedido. Utilizamos o pedido de elaboração de desenhos em vários momentos, na tentativa de construir um diálogo sobre a produção, quando mesmo as crianças que se sentiam envergonhadas em falar conseguiram expressar-se de alguma forma. O uso de desenhos por pesquisas com crianças tem ocorrido de variadas formas (GRUBITS, 2003; PINHEIRO; FROTA, 2009; BROSTOLIN; CRUZ, 2011; PASUCH; MORAES, 2013). Na presente pesquisa, não consideramos os mesmos isoladamente, como um dado em si, mas preferimos usá-los contextualizadamente dentro das interações ocorridas nas oficinas, ou seja, atentando para o processo de confecção do desenho e a narrativa sobre ele, ora feita verbalmente pela própria criança, ora feita pelo grupo (pois, a partir dos desenhos, conversas eram travadas entre as facilitadoras da oficina e o grupo). Já a elaboração do mapa afetivo da comunidade permite conhecermos os lugares das crianças onde vivem, o que também vem sendo desenvolvido por outras pesquisas com crianças (CECIP, 2013). As caminhadas, por sua vez, foram realizadas nos locais escolhidos pelas crianças e sob sua liderança. Usamos essas ocasiões para que elas nos guiassem pelo território, explorassem o espaço conosco. Durante o caminho, íamos conversando com elas sobre tudo o que víamos juntos. Ora nós perguntávamos a elas sobre plantas, por exemplo; ora elas nos falavam da paisagem e sobre o que se via no horizonte. As situações de livre brincar ocorreram espontaneamente durante nossa convivência com as crianças na aldeia (antes de começar as atividades da oficina, ao final, quando terminávamos as atividades da oficina, ou também durante as caminhadas).

Após a realização de cada oficina, escrevemos relatórios de campo que registraram todo o ocorrido e, principalmente, os diálogos das crianças entre si e das crianças com as facilitadoras das oficinas. Os relatórios foram, posteriormente, analisados, para sistematizar as informações relativas, especificamente, ao tema território e luta por terra.



## Disputa por território na perspectiva das crianças Kalankó

A partir do trabalho de campo realizado, obtivemos algumas informações sobre como crianças Kalankó percebem o território onde vivem e, a partir daí, identificamos alguns elementos que denotam, no seu cotidiano, o conflito pela terra. O olhar das crianças sobre o problema do conflito pela terra será apresentado por meio de algumas cenas e diálogos ocorridos entre nós e as crianças durante as atividades de campo explicitadas acima, na aldeia Januária e arredores.

Em uma das primeiras oficinas realizadas com as crianças, objetivamos conhecer a composição de suas famílias, ou seja, como as crianças apresentavam sua família, nuclear ou estendida, para, assim, identificarmos as pessoas mais próximas delas. Em nossa instrução, afirmamos que família pode ser algo mais amplo que os laços sanguíneos e usamos a composição da família de uma das facilitadoras como exemplo, para facilitar o entendimento. Pedimos, então, que as crianças desenhassem suas famílias. Disponibilizamos materiais para desenhar e colorir e orientamos as crianças que tinham dúvidas sobre como desenhar sua família. Para não contemplar apenas os laços sanguíneos, propusemos várias formas de desenhar as famílias, por exemplo: árvore genealógica e/ou desenho livre das pessoas da família. As crianças foram formando subgrupos espontaneamente. Elas conversavam e compartilhavam entre si as informações sobre seus desenhos e dúvidas na confecção dos mesmos. As dúvidas, por parte das crianças mais novas, foram colocadas às meninas mais velhas, que ajudaram espontaneamente, por exemplo, no registro mais adequado dos laços sanguíneos entre os parentes. V.<sup>110</sup>, um dos meninos participantes, foi acompanhado mais de perto por nós. Perguntamos sobre seu desenho da família e ele informou que estava fazendo um “praiá”<sup>111</sup>. O praiá foi decorado com asas e outros elementos, mas depois foi apagado e, em seu lugar, ele desenhou uma paisagem natural (**Figura 4**).

<sup>110</sup> Adotamos siglas criadas por nós, pesquisadoras, para preservar a identidade das crianças participantes.

<sup>111</sup> Representação dos encantados da religião desse povo indígena. São entidades espirituais que, segundo Silva (2018), são o símbolo visível da união entre o humano (homem), o espiritual (encantado/ancestral) e a natureza (representada, nos rituais, pela coroa vegetal utilizada).

**Figura 4** - Desenho feito por uma das crianças participantes



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

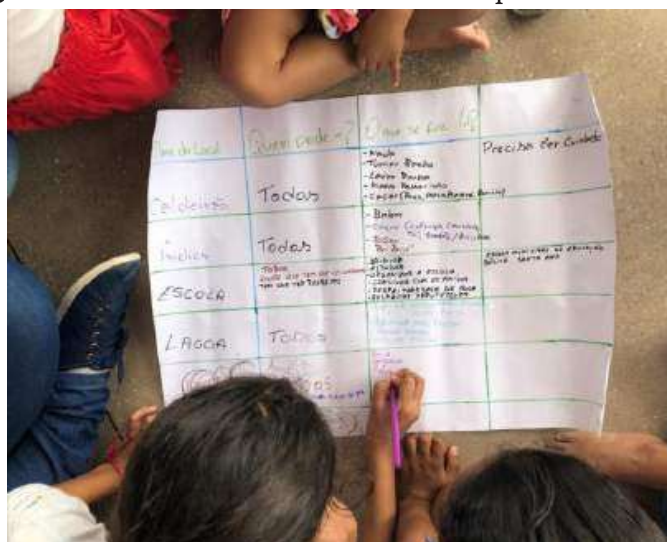
O caso citado chamou nossa atenção. A família começou a ser desenhada com a figura de um praia e depois com uma paisagem<sup>112</sup>. Através do desenho, e através, principalmente, do acompanhamento da elaboração do desenho, tanto o praia como a natureza, elementos da cosmologias índios do Sertão alagoano (VIEIRA, 2017), foram apresentados como família. A partir disso, pensamos que o desenho da paisagem, em possível alusão ao território, representa o mesmo entrelaçado à religiosidade, também na ótica das crianças, que compartilham da cosmovisão característica da cultura deste povo (VIEIRA, 2017). Além disso, a associação natureza-praia à noção de família pode dizer também do quanto esses elementos são vistos como íntimos ou muito próximos de uma dimensão mais privada da vida das crianças. Os elementos da natureza e sua relação intrínseca com a vida religiosa desse povo foram dados como respostas ao nosso pedido de conhecer a família dessa criança participante. Com isso, ela nos indicou que, para além das outras pessoas, indicadas pelas outras crianças como família, a natureza vista cosmológicamente também pode ocupar papel central em sua vida, tal como a família – até porque os membros da família também vivem na realidade dentro dessa mesma paisagem, onde reproduzem sua vida e cultura. O território, nessa perspectiva, é também familiar.

O território dos Kalankó é acessado e ocupado pelas crianças de diferentes formas, ou seja, nem todas acessam os mesmos espaços (principalmente, em decorrência do grau de dificuldade das caminhadas e subidas, por exemplo) e também nem todas realizam as mesmas práticas neste território. Pudemos constatar isso quando elaboramos com as crianças uma tabela contemplando os locais da comunidade, as atividades executadas pelos Kalankó e quem pratica tais atividades (**Figura 5**). Além das tarefas domésticas em suas casas, na área total que compreende as aldeias, as crianças recebem assistência à saúde provida pelo Polo de

<sup>112</sup> O praia está ao centro do desenho, localizado dentro da copa da árvore verde. Nos rituais, os praia são representados por homens não identificados cobertos com vestes feitas da palha do ouricuri, que cobre por completo o homem que a veste (cobrindo sua personalidade), e têm uma coroa na cabeça.

Saúde Indígena; participam, em espaços específicos, de algumas festividades, celebrações e rituais indígenas próprios; colaboram com a organização e participam de eventos articulados pela liderança local. Ademais, brincam entre si, passam o tempo com jovens ou com os mais velhos nos terreiros das casas, brincam na mata, circulam pelas roças, pela estrada que liga as aldeias e pelos terrenos não indígenas, frequentam a escola e a Igreja Católica – que se localizam próximo, mas fora de Januária –, dentre outras atividades.

**Figura 5** - Tabela dos locais da comunidade em processo de construção



Indicador	Quantidade	Local	Observação
Todas			
Todas			
Todas			
ESCOLA			
LAGOA			

**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

As brincadeiras das crianças, como atividades que realizam nos espaços comunitários rurais, sinalizam como elas os vivenciam (COHN, 2000; GOSSO; MORAIS; OTTA, 2006; SILVA, 2013), constituindo-se, também, como uma forma de perceber o processo pelo qual elas transformam esse espaço em território vivo. Retomamos, aqui, nossa discussão inicial sobre as Terras Indígenas como categorias administrativas que, antes de tudo, são o espaço em que se desenrola a vida concreta de uma dada coletividade em todas as suas dimensões. Assim, o brincar das crianças no território em questão parece ser um dos mecanismos pelos quais esse grupo se apropria, cria e recria aspectos de sua subjetividade e do mundo em que vive. Seguem exemplos.

Em uma das caminhadas realizadas, observamos uma brincadeira, feita por alguns meninos, de cavar buracos à beira da estrada que liga as aldeias entre si – a “rodagem”, como eles chamaram. Os buracos cavados por eles à beira da rodagem, após uma chuva forte, eram chamados pelas crianças de “lajedos”. “Depois que chove, é só cavar que junta água, ó”, explicou um dos meninos, apontando para um buraco que acabara de cavar. A brincadeira consistia em cavar buraco para rapidamente encontrar água, uma experiência que só ocorre imediatamente após intensa chuva, já que, comumente sem chuva, a região conta com o solo geralmente seco e bem compactado, difícil de cavar. O interesse das crianças nessa brincadeira advém, parcialmente, por perceber tal mudança na paisagem natural e vivenciar isso sensorialmente.



A nomeação por lajedo, ou lajeiro, como fala-se no Sertão alagoano, identifica área coberta por afloramento de rocha. Tais áreas frequentemente acumulam água de chuvas intensas, um volume d'água que é usado pela população rural para diversos fins. A brincadeira de cavar miniaturas de lajedos dá-nos também elementos da cultura local, uma cultura sertaneja que, na região, entrelaça-se à indígena (SILVA, 2018), desde a infância, e que está diretamente ligada ao contato íntimo e diário com os elementos naturais e as transformações da paisagem sertaneja durante a época chuvosa.

Outro exemplo de brincadeira surgida em situação similar foi a das botas de lama. As fortes chuvas já haviam passado e a água se acumulara em alguns pontos de um terreno ocupado atualmente por não indígenas, e antes território livre para acesso dos Kalankó. Em uma das caminhadas realizadas, adentramos o terreno, passando por entre as cercas, sob guia das crianças, para conhecer uma antiga lagoa, chamada lagoa das Pedras, que é formada sazonalmente a partir da precipitação (**Figura 6**).

**Figura 6** - Lagoa das Pedras, imediatamente após a chuva



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

Chegando lá, percebemos que a lagoa já estava praticamente seca, mas em seu fundo, coberto por vegetação, o solo ainda estava muito molhado, com aspecto de lama cinza (**Figura 7**). Algumas crianças comentaram que a lagoa agora estava com lama, e riram de outros participantes que se melaram. Naquela tarde, a atividade que mais envolveu as crianças foi melar as próprias pernas de lama, até os joelhos, de modo a fazer nas pernas a imitação de uma bota. Quando um percebia a bota no outro, as crianças riam e voltavam para a lama, para adensar a própria bota. Ao final, elas foram sendo fotografadas e demonstraram querer mostrar suas botas.



**Figura 7** - Lagoa das Pedras, com lama e plantas



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

O território Kalankó contém vários locais que as crianças identificaram como lugares de maior apreço para elas. Para conhecer os lugares mais relevantes do território na perspectiva das crianças Kalankó, construímos coletivamente seu mapa afetivo da localidade. Previamente, a equipe de pesquisa preparou um grande cartaz, sem título, onde constava apenas a imagem de um mapa impresso. Tratou-se de uma imagem aérea ampliada da aldeia Januária e dos arredores, retirada de plataforma *on-line* aberta e gratuita. Na escolha da área a ser contemplada na imagem, priorizamos posicionar centralmente as edificações e os espaços da aldeia (Polo de Saúde, casas, campinho, áreas de roça e o poró), de modo que, nos arredores, também constaram outros elementos do território já mencionados pelas crianças em oficinas anteriores, como exemplo: a escola, um terreno não indígena, a rodagem para outras aldeias, dentre outros. Para iniciar a elaboração do mapa afetivo, exibimos o cartaz impresso para o grupo de crianças apreciar e perguntamos que lugar era aquele. “De onde é esse mapa?”, perguntamos. Muitos foram os palpites das crianças, como, por exemplo: mapa do Brasil, de Alagoas, de Delmiro Gouveia (cidade vizinha), de Água Branca. Quando a primeira criança participante identificou o mapa como o seu local de moradia, nomeou-o como “É Kalankó!”, disse um dos meninos. Em seguida, outros disseram que o mapa é de “onde nós moramos”, “da Januária”.

Primeiramente, chamou nossa atenção o fato de o grupo não ter olhado atentamente a imagem antes de responder nossa pergunta. A imagem é totalmente diferente dos mapas dos locais citados inicialmente por eles. Ao invés disso, eles foram imediatamente citando nomes de locais que talvez sejam mais usados por eles em mapas na escola: o País, o Estado, a cidade onde moram. Isso nos permitiu pensar que: a) provavelmente, eles tenham associado a informação “mapa” às aprendizagens que tenham tido anteriormente na vida escolar; b)

provavelmente, eles nunca tenham tido acesso especificamente à imagem da aldeia onde moram, considerando, principalmente, que grande parte dos adultos da aldeia não têm celular com acesso à internet<sup>113</sup> e, por conseguinte, as crianças também não; c) sua relação cotidiana com o território da aldeia passa por outras vias que dispensam registro material e/ou ferramentas externas, como os mapas ou imagens aéreas, por exemplo.

Depois da identificação de que a imagem aérea registra o território da aldeia Januária e arredores, ou seja, apenas uma parte do território Kalankó, começamos a construção do mapa afetivo. Perguntamos às crianças quais locais elas identificavam na imagem, quais eram mais importantes para elas, quem pode frequentar cada local, quais atividades são realizadas em cada local, dentre outros aspectos. Em seguida, perguntamos se queriam colocar um título no mapa. O grupo escolheu uma participante mais velha para escrever o mapa e decidiram o título: “Mapa da aldeia Kalankó”, que foi escrito no topo do cartaz. Concluída a confecção do mapa afetivo, as crianças selecionaram um dos lugares que gostariam de nos apresentar e, desse modo, iniciamos nossas caminhadas com elas pelo território. Ao iniciarmos cada oficina, exibíamos o mapa e as crianças decidiam um novo lugar para nos levar.

O território onde residem os Kalankó, como já dito, não é habitado apenas por eles. A rodagem, estrada sem calçamento citada anteriormente, liga duas aldeias entre si e à outra área ocupada por famílias de camponeses da localidade, onde está a escola municipal. As crianças Kalankó nomeiam tais moradores não indígenas de “mirigongos” e a área onde eles residem de “ocrído”, “os ocrído” ou, ainda, “serra dos mirigongos”. Sobre eles, as crianças não referiram conflitos pela terra, mas relataram dificuldades de convivência na escola, devido a diferenças culturais – um aspecto que pretendemos abordar em outra oportunidade.

Dentro do território reivindicado, há também uma fazenda que se localiza entre duas das aldeias e é contornada pela “rodagem”. Para além da disputa formal pela terra, percebemos que as crianças estão conscientes desse conflito e algumas de suas falas denotam os impactos em suas vidas e no uso que fazem do território. Em uma das caminhadas, por exemplo, estávamos com o grupo de crianças no topo de uma serra conversando sobre elementos que víamos na paisagem. Lá de cima (**Figura 8**), foi possível avistar um reservatório de água no terreno ao lado. O reservatório, comum na região, foi feito aproveitando o declive do terreno e usando a própria terra do local para construir uma contenção para armazenar água, no caso, oriunda da chuva. As crianças chamaram o reservatório de “barragem”<sup>114</sup>. Percebemos que a referida barragem ainda continha água e algumas crianças compararam a mesma com a lagoa que, como dito antes, àquela altura do ano, continha apenas lama. Um dos meninos comparou também a barragem ao “Caldeirão” que se localiza no topo da serra, em cuja superfície vê-se um afloramento rochoso.

<sup>113</sup> De acordo com dados de pesquisa domiciliar (ainda não publicada) realizada entre os Kalankó pela primeira e última autoras do presente capítulo.

<sup>114</sup> Sendo comum também, no Sertão alagoano, ser chamada de “barreiro”.

Trata-se de um grande reservatório de água que se acumula na rocha a partir da chuva, formando uma piscina que, por seu formato, assemelha-se a um caldeirão. Para o menino, a barragem era mais profunda do que o Caldeirão, e ele comentou que, na barragem, havia peixes grandes. “Lá tem peixe desse tamanho [mostrando o tamanho com as mãos, cerca de 20cm]”, disse Y. Na continuação da conversa, quando perguntado se pescava lá, ele disse: “Tá vendo ali? [apontando para o que parece ser uma casa da fazenda]. Ali é a casa do dono. Não pode pescar lá”, sinalizando-nos, a partir da limitação citada, uma consciência das regras impostas no território em decorrência da noção de propriedade – uma noção que, em sua cultura, opera de forma menos rígida, onde todos podem usar adequadamente os recursos naturais disponíveis.

**Figura 8** - Vista de cima do “Caldeirão”



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

Outro exemplo pode ser percebido em uma cena ocorrida em uma das oficinas. Continuávamos a elaboração do mapa afetivo e as crianças conversavam sobre o local “espia da fulô”. Segundo eles, tal local não está dentro do território Kalankó, mas sim dentro do terreno/fazenda mencionado. Algumas das crianças demonstraram interesse de caminharmos até lá para nos apresentar esse local, porém alguns dos meninos se negaram a ir e, na linguagem deles, alegaram que, ao entrar em terreno alheio, estariam suscetíveis a riscos. Percebemos, então, que, além da sensação de limitação, o sentimento de medo também perpassa a relação das crianças com a referida propriedade. Isso foi perceptível igualmente em uma das caminhadas quando estávamos andando pela rodagem:

Fomos em direção à rodagem. Quando chegamos no ponto de cruzar o terreno passando por uma cerca, algumas crianças falaram que lá dentro do terreno tinha boi e que não era seguro passar por lá. Alguns meninos que caminhavam



à frente do grupo já haviam passado, mas I.C., falando alto algum ditado popular relativo à vaca, advertiu que vaca recém-parida é braba; insinuando, então, que não deveríamos entrar no terreno devido ao risco de encontrarmos a vaca. Eles alertaram que a vaca, por ter parido recentemente um bezerro, fica arisca e corre atrás de quem se aproximar. (Trecho de relatório de campo nº. 9, de 2019).

No trecho do relatório de campo acima, é possível perceber a sensação de medo de parte das crianças em relação ao terreno, ou melhor, em relação a usufruir, como de costume, da tal área. A vaca recém-parida foi, nesse caso, o animal colocado pelas crianças como agente intimidador, porque poderia fazer-lhes algum mal. Por mais que, nesse caso, haja a justificativa da proteção do bezerro para o comportamento agressivo do animal, sua presença ali é vista aos olhos das crianças como agente limitador e intimidador. O animal (boi ou vaca) pode ser percebido também como o “defensor” daquela terra, na medida em que o comportamento do bicho reflete que ele é o “dono” da terra e, por isso, afasta os outros de lá. Esse animal e outros que estão no terreno inacessível às crianças Kalankó estão, nessa cena, posicionados metaforicamente como agentes que, cotidianamente, impõem a esta infância indígena o sentido de propriedade e disputam a terra com eles, a nova geração de povos tradicionais. A **Figura 9** registra um dos animais do terreno.

**Figura 9** - O “dono” do terreno



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

Percebemos também que, na cena narrada, uma das crianças alertou sobre o comportamento do animal por meio de um ditado popular, que foi dito em voz alta para as



outras crianças do grupo. Sabemos que ditados são, geralmente, passados dos mais velhos para os mais novos e seu conteúdo, frequentemente, remete a alguma lição ou valor moral. Logo, deduzimos que I.C. estava replicando um aprendizado recebido de alguém mais velho da aldeia sobre conduta cuidadosa a ser adotada com animais naquela situação. O conteúdo do ditado operou na cena como uma advertência ensinada pelos adultos, mas que, no caso específico, teve dois interditos: o perigo do animal arreado e o respeito aos limites da propriedade, que coloca restrições ao pleno uso do território pelos Kalankó – especialmente pelas crianças indígenas, cujas práticas no Brasil incluem, necessariamente, grande liberdade de circulação pelo território (SILVA, 2013).

Além da limitação do uso da área, reivindicada pelos Kalankó, foi interessante perceber o papel central da luta pela terra na construção da identidade étnica pelas próprias crianças. Isso foi mais explicitado quando estávamos realizando uma das caminhadas no território sob guia das crianças. Elas nos levaram a um dos locais da aldeia que fizeram constar no mapa afetivo, o Caldeirão, indicado como importante para elas e localizado nas proximidades do Polo de Saúde. O acesso até lá foi feito com todas as crianças caminhando em grupo pela estrada de barro, a rodagem (**Figura 10**). Nesse dia, contamos com a ajuda de dois adultos Kalankó (um funcionário do Polo e uma das mães das crianças), que acompanharam o grupo de crianças participantes sem intervenções em suas falas.

**Figura 10** - Rodagem e serra onde está o Caldeirão



**Fonte:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (Nudes), 2019.

Na caminhada até o Caldeirão, uma das crianças participantes, J.E., indicou-nos uma parte do território como sendo o local “dos índios”. Ele apontou para uma área, próxima à serra do Caldeirão, e nomeou-a como “os índios”. Ali, encontramos algumas poucas árvores de médio porte e uma casa pequena de alvenaria, pintada de branco, que estava aparentemente

não habitada. Inicialmente, a nomeação “os índios” chamou-nos atenção por pensarmos que todo aquele território poderia ser “dos índios”, e não apenas um local específico do território. Até aquele momento, nenhum adulto havia citado, em nossa presença, a existência de um local do território com essa nomenclatura. Ao avançar da conversação ao longo da caminhada, J.E. disse-nos que ali “foi o local onde começou os Kalankó”, e que junto à referida casa de alvenaria foram construídas casas feitas com lona preta, que depois foram substituídas por casas de barro (que ali já não estão mais de pé). Depois disso, outras crianças juntaram-se à conversa, dizendo-nos que, posteriormente, os Kalankó mudaram-se daquela área “dos índios” para as áreas em que se encontram, hoje, três aldeias. Paralelamente, algumas crianças também referiram-se ao local “os índios” como “antiga aldeia” e disseram que brincam ali com frequência. “Sabe aquela casa branca que vocês passam ali? Então, é lá. Era onde a gente morava antes de vir pra cá [aldeia Januária].A. [outra criança participante] mesmo morou lá”, disse um dos participantes.

Naquela mesma visita, após a referida caminhada, consultamos um dos adultos que nos acompanharam na ocasião e confirmamos que a narrativa das crianças sobre esse local remete-se ao momento de retomada do território pelos Kalankó e as primeiras instalações construídas por eles para abrigar suas famílias. Foi interessante perceber que, aparentemente, alguns adultos não sabiam que algumas crianças nomeavam aquela área de “os índios”. As crianças associam a ideia de ser índio com esse momento de luta pela terra. A nosso ver, a nomeação aplicada pelas crianças a esse local do território sinaliza que a definição de ser indígena para tal infância está associada à luta por terra. “Ser índio”, então, pode ser um outro nome para “luta pelo território”. Trata-se de uma identidade coletiva que se afirma na prática da luta social por terra e território, necessariamente – segundo as próprias crianças.

É interessante perceber também que, na luta pela terra, as crianças evocaram a ideia de índio, mas que, na maior parte das vezes, ao longo de nossa convivência, ou na elaboração do mapa afetivo, o território total das aldeias foi identificado como “Kalankó”. Ou seja, toda a área representa os Kalankó, mas a parte específica onde instalaram as casas de lona é a área “dos índios”. Essa informação pode permitir que pensemos numa distinção entre identidade étnica e a categoria geral índio: as crianças Kalankó remeteram-se à categoria generalizante, dos índios, para falar da luta pelo território como sendo tal conflito caracterizador do grupo como um todo; porém, para a área total que habitam e para as práticas que realizam, as crianças reivindicavam sua especificidade Kalankó. Dessa forma, tal infância reflete, simultaneamente, seu pertencimento étnico particular e sua vinculação geral aos parentes índios guerreiros pela demarcação de seus territórios tradicionais.

## Considerações finais

Nosso capítulo trouxe ao proscênio analítico a experiência de crianças indígenas do povo Kalankó, habitantes do Sertão alagoano, ao investigar a centralidade do território em

suas formas de apreender o mundo em que habitam. De início, definimos território como um conceito capaz de abarcar não apenas o substrato material de um determinado espaço geográfico – seu relevo, sua paisagem e acidentes naturais –, mas também toda a tessitura simbólica que o constitui. Com essa percepção ampliada do espaço vivido, pudemos destacar uma das premissas de nosso trabalho: a de que as Terras Indígenas não são apenas categorias administrativas reconhecidas e demarcadas pelo Estado brasileiro, mas, sobretudo, o cenário em que se desenrola a vida concreta de uma dada coletividade, culturalmente distinta da sociedade circundante. Em outras palavras, investigamos a passagem do território como categoria administrativa para uma categoria existencial, substantivada pela vida cotidiana dos sujeitos.

Na sequência, apresentamos, ainda que de forma concisa, uma incursão sobre o itinerário histórico que levou o Brasil a reconhecer, contemporaneamente, cerca de 13% de seu território como de ocupação tradicional por parte dos povos indígenas. Acentuamos que, em que pese a brutal história de iniquidade diante do acesso à propriedade fundiária no País, a política de demarcação de terras indígenas é uma conquista constitucional dos povos indígenas que promove seu direito de existir segundo seus costumes e tradições.

A pesquisa que deu ensejo a este capítulo insere-se num debate mais amplo do campo da antropologia da criança/das infâncias, que enfatiza o caráter radicalmente histórico e localizado do conceito de infância. Assim, outra das premissas que embasam nosso trabalho e nossa análise é a ideia de que não existe “uma infância”, categoria homogênea e transcultural baseada num suposto etarismo biologizante, mas, antes, “infâncias no plural”, ou seja, diversas formas de ser criança no mundo. A investigação da percepção, por parte das crianças Kalankó, de sua forma de experimentar o território em que habitam posiciona-nos de forma privilegiada para tentarmos entender como, naquele local, desenvolve-se uma infância Kalankó, um modo de estar no mundo prenhe de singularidades.

A análise atenta das oficinas e das atividades realizadas com as crianças Kalankó revelou um conjunto de questões que valem a pena ser retomadas aqui. Na atividade em que solicitamos percepção das crianças sobre suas famílias, verificamos alguns processos interessantes. Chamou-nos a atenção, especialmente, a capacidade das crianças de representarem, graficamente, não apenas a extensividade de sua família “biológica”, mas a percepção de que fazem parte dessa rede de parentesco o território em que vivem e seus seres encantados. Ainda que de forma incipiente, fomos capazes de apreender um lampejo da subjetividade dessas crianças que trazem um conjunto de referências simbólicas que constroem seu modo de existir no mundo.

Também é forçoso reconhecer que as crianças experimentam o território de formas distintas, de acordo com sua capacidade de mobilidade independente no território e seus recursos subjetivos. Seu conhecimento detalhado da geografia do lugar é testemunha de que elas “flanar” pelo território e a ele conferem sentidos e significados que vão configurando um mapa dos afetos. Destaca-se, nesse sentido, sobretudo, a ludicidade proporcionada por

esses espaços, vivenciados por elas como o lugar do riso e do companheirismo. Aliás, cabe aqui ressaltar a importância que o elemento água tem para a vida dessas crianças, uma vez que não é apenas um componente essencial para sua sobrevivência, mas também é nela e com ela que as principais brincadeiras que observamos se dão. Para qualquer leitor pouco acostumado com a escassez de água no Nordeste brasileiro, essa observação pode soar uma mera curiosidade notada no trabalho de campo. Para nós, no entanto, remete-nos, simultaneamente, à dureza do cotidiano de milhares de brasileiros – indígenas ou não – que têm que se haver com as dificuldades de acesso a esse recurso vital e à capacidade dos seres humanos de se alegrar mesmo diante de duras condições de existência.

Por outro lado, coletamos evidências de que as crianças não apenas estão atentas aos limites de seu território, como também captam a tensão com relação à existência de territórios onde não é “lícito” aventurarem-se. Assim, fica claro que, embora não tenhamos observado, de forma direta, o envolvimento das crianças na luta pelo território de seu povo, elas estão cientes do complexo jogo de forças existente na região, que recorta o território em lugares “dos índios” e dos “mirigongos”. Brostolin e Cruz (2011), quando alertam que a identidade étnica indígena é articulada também em meio aos processos tensos de conflito em que vivem, auxiliam-nos a pensar o lugar do conflito na subjetividade das crianças Kalankó. Além disso, num contexto de criminalização e desumanização dos povos tradicionais no Brasil, por parte do Governo Federal, avaliamos que a presença das novas gerações de Kalankós e seu envolvimento na cultura do seu povo indicam a manutenção e a reprodução da vida e da cultura desse povo, o que, indiretamente, também é uma forma delas participarem da sua luta.

Em resumo, avaliamos que o trabalho de campo com as crianças Kalankó permitiu trazer a voz da geração mais nova para os estudos locais da problemática da disputa por terra no Sertão alagoano. Acreditamos que envolvê-las nesse debate é imprescindível, tanto para elas como para a Academia. Essa última, de forma especial, beneficia-se dessa inclusão, por acessar sujeitos ainda muito silenciados pela hierarquia geracional. As crianças, enquanto sujeitos ativos socialmente, teriam seus direitos de participação mais respeitados – o que é fundamental para o fortalecimento desses guerreiros da terra.

## Referências

BROSTOLIN, M. R.; CRUZ, S. de F. C. Criança Terena: algumas considerações a respeito de suas representações identitárias e culturais. In: NASCIMENTO, A. C. do *et al.* (Orgs.). **Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais**. Brasília: Liber livro, 2011. p. 157-179.

CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR (CECIP)(Org.). **Vamos ouvir as crianças?**: caderno de metodologias participativas Projeto Criança Pequena em Foco. Rio de Janeiro: Cecip, 2013.



COHN, C. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. **Revista de Antropologia**, v.43, n.2, p.195-222, 2000.

CUNHA, M. C. da. **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

GOSSO, Y.; MORAIS, M. de L. S. e; OTTA, E. Pivôs utilizados nas brincadeiras de faz-de-conta de crianças brasileiras de cinco grupos culturais. **Estudos de Psicologia**, v.11, n.1, p.17-24, 2006.

GRUBITS, S. A casa cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n.esp., p. 97-105, 2003.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* (Orgs.) **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARQUI, A. R. Situações de aprendizagem das crianças Baniwa na comunidade de Vista Alegre, noroeste amazônico. **R@U: Revista Antropológica da Ufscar**, v.11, n.1, p.140-161, 2019.

MOTA, C. N. da. Ser indígena no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema. In: ALMEIDA, L. S. de (Org.); SILVA, A. H. L. da (Org.). **Índios de Alagoas**: cotidiano, terra e poder. Maceió: Edufal, 2009.

NASCIMENTO, M. L. Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade. **Childhood&Philosophy**, Rio de Janeiro, v.14, n.29, p.11-25, 2018.

PASUCH, J.; MORAES, E. V. Retratos sociológicos das infâncias do campo. In: SILVA, I.; SILVA, A. P. S. da; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p.77-89.

PEREIRA, B. E.; NASCIMENTO, M. L. De objetos a sujeitos de pesquisa: contribuições da Sociologia da Infância ao desenvolvimento de uma etnografia da educação de crianças de populações tradicionais. **Educação: teoria e prática**, v.21, n.36, p.138-156, 2011.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINHEIRO, S. L.; FROTA, Ana M. M. C. Uma compreensão da infância dos índios Jenipapo-Kanindéa partir deles mesmos: um olhar fenomenológico, através de narrativas e desenhos. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n.3, p.724-759, 2009.

PROFICE, C. C.; SANTOS, G. H. M. dos. De grumetes a Kunumys: estilos de infâncias brasileiras. **Hist. Educ.** [on-line], 2017, v.21, n.53, p.307-325.

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE (RRI). **Who owns the World's Land?** A global baseline of formally recognized indigenous & community land rights, 2015. Disponível em: <[http://www.rightsandresources.org/wp-content/uploads/GlobalBaseline\\_web.pdf](http://www.rightsandresources.org/wp-content/uploads/GlobalBaseline_web.pdf)>.

ROSEMBERG, F. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. **Pro-Posições**, v.7, n.3, p.17-23, 1996.

SANTOS, P. dos. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**: origem e mudanças. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2020.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Educação e Sociedade**, v.26, n.91, p.361-378, 2005.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SILVA, A. H. L. da. Terra, tradição e etnia: as estratégias de resistência dos Geripankó. In: ALMEIDA, L. S. de; SILVA, A. H. L. da (Orgs.). **Índios de Alagoas**: cotidiano, terra e poder. Maceió: Edufal, 2009.

SILVA, I.; SILVA, A. P. S. da; MARTINS, A. A. Infâncias no e do campo: como as crianças vivem, brincam, estudam e compartilham experiências? In: SILVA, I.; SILVA, A. P. S. da; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 13-22.

SILVA, R. C. da. Mau-olhado e quebranto: o que podemos aprender com os povos indígenas sobre suas crianças mesmo quando elas desconfiam de nossa educação infantil? In: SILVA, I.; SILVA, A. P. S. da; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 149-166.

SILVA, J. M. de O. **Os Kalankó: memória da seca e técnicas de convivência com o Semiárido no Alto Sertão alagoano.** 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Maceió, 2018.

VIEIRA, J. L. G. **Práticas identitárias e ressignificação do universo imaginário dos povos indígenas do Sertão de Alagoas.** Maceió: Editora Cesmac, 2017.

VIEIRA, J. L. G. História Kalankó na memória de uma experiência indigenista: confinamento, diáspora e resistência étnica de um povo. In: ALMEIDA, Luiz Sílvio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (Orgs.). **Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder.** Maceió: Edufal, 2009.

## O VIVER E O PERTENCER À COMUNIDADE ALTO DOS COELHOS, EM ÁGUA BRANCA/AL<sup>115</sup>

*Patrícia Quirino Rocha<sup>116</sup>*

*Angela Fagna Gomes de Souza<sup>117</sup>*

### Introdução

No período de 2014 a 2015, desenvolvemos o primeiro projeto de iniciação científica do curso de Geografia do Campus do Sertão, intitulado “Identidades e socioespacialidades no Sertão de Alagoas: estudos regionais sobre cultura, territorialidades e ambiente”, com o objetivo de estudar as identidades regionais presentes no Sertão de Alagoas. Mapeamos, descrevemos e analisamos as culturas patrimoniais, os modos de vida cotidianos, saberes, valores e práticas de comunidades tradicionais em diferentes dimensões e escalas regionais<sup>118</sup>.

Essa experiência proporcionou o contato inicial com metodologias de investigação, dentre elas a entrevista, a pesquisa e o diário de campo, o registro fotográfico e o roteiro de observação, basilares nas pesquisas qualitativas. Foi possível também exercitar a reflexão das categorias geográficas à luz do mundo vivido nas/das comunidades tradicionais onde investigamos as territorialidades e a identidade cultural

A participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise Regional (Gepar-Ufal)<sup>119</sup>, criado pela professora Angela Fagna Gomes de Souza e certificado pela instituição em abril de 2014<sup>120</sup>, foi de fundamental importância no processo de formação docente/pesquisadora. No Gepar, criamos o Grupo de Extensão em Estudos de Geografia Cultural do Sertão Alagoano (GEEGCSA), primeiro grupo que contempla a abordagem cultural na Geografia no Campus da UFAL/Sertão, uma discussão nova e necessária.

As trocas de experiências acadêmicas e os estudos em grupos eram recorrentes e enriquecedores para nosso caminho de pesquisa. No GEEGCSA, desenvolvemos oficinas, minicursos e palestras, além das reuniões semanais de discussão de textos.

<sup>115</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap12\_184-195

<sup>116</sup> Doutoranda em Geografia (PPGEO/UFS).

<sup>117</sup> Professora Adjunta do Instituto de Geografia/UFU.

<sup>118</sup> O referido projeto contou com a participação de dois bolsistas e dois voluntários.

<sup>119</sup> Para mais informações sobre as pesquisas e ações do grupo, consultar: <<http://www.campusdosertao.ufal.br/grupopesquisa/gepar/index.html>>.

<sup>120</sup> Endereço para acessar o espelho do grupo: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5699530171710512>>.

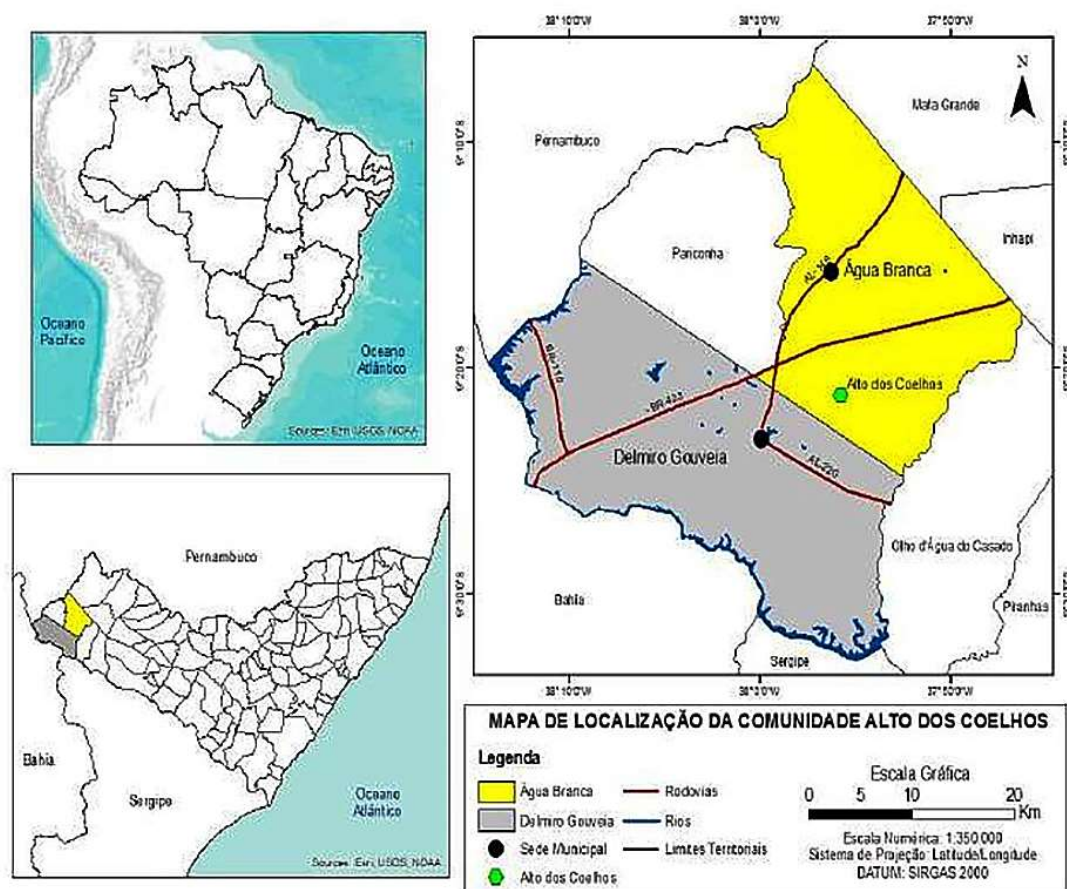


As reflexões que propomos são fruto das experiências acadêmicas desenvolvidas no Pibic, no Gepar e no GEEGCSA que germinaram nossa pesquisa de conclusão de curso (ROCHA, 2017), em que estudamos as formas de identidades regionais presentes no Sertão de Alagoas, mais especificamente na comunidade tradicional de Alto dos Coelhos, pertencente ao município de Água Branca/AL. Nesse sentido, nosso objetivo neste texto é refletir sobre as territorialidades dos moradores de Alto dos Coelhos, expressas nos modos de vida e na relação com o território.

A comunidade pertence ao município de Água Branca/AL, conforme **Figura 1** a seguir. A renda dos moradores é proveniente, principalmente, do trabalho no setor de serviços e comércio na sede municipal e na cidade de Delmiro Gouveia/AL, na agricultura e na comercialização do excedente nas feiras de Delmiro Gouveia e de Água Branca, além dos benefícios assistenciais do Governo Federal.

No centro da comunidade, está localizada a igreja católica e, em seu entorno, uma praça arborizada, ponto de encontro dos moradores nos finais de semana. A comunidade possui duas escolas municipais, sindicato dos moradores, ginásio de esportes, mercadinhos, bares, lanchonetes e posto de saúde.

**Figura 1-** Mapa de localização de Alto dos Coelhos



Autor: SANTOS; Flávio.. 2017. Fonte: IBGE, 2010.

Nos tópicos seguintes, analisaremos aspectos mais detalhados da comunidade; para tanto, organizamos o texto em: i) “Experiência na/com a comunidade”, dialogando com os autores que deram suporte para a conceituação de comunidade tradicional e descrevendo como fizemos uso dos instrumentos de pesquisa no processo de aproximação com os moradores da comunidade; ii) “Modos de vida e pertencimento no Sertão alagoano”, refletindo sobre a categoria território e as territorialidades, por meio da observação da relação dos moradores de Alto dos Coelhos com a terra e identificando as estratégias de permanência na comunidade com a chegada do Canal do Sertão, e iii) “Considerações finais (o que ficou)”, tecendo reflexões sobre o modo de “ser” e “viver” em comunidade.

### **Experiência na/com a comunidade**

Partimos, inicialmente, do levantamento bibliográfico e da leitura do referencial teórico e metodológico, basilares para a pesquisa. Inicialmente, aproximamo-nos das leituras que abordaram a categoria geográfica que pretendíamos utilizar para descortinar o universo da pesquisa, o território, e que refletissem sobre comunidades tradicionais, identidade cultural e territorialidades. Nesse processo, a participação no Gepar e no GEEGCSA foram fundamentais na discussão e na reflexão dos textos escolhidos.

Um dos conceitos que analisamos foi o de comunidade tradicional, fundamentado em Brandão (2012) e Diegues (2001), para que, dessa forma, pudéssemos compreender, teoricamente, as características que configuram uma comunidade e, em campo, pudéssemos apreendê-las.

Brandão (2012) sinaliza que a comunidade tradicional possui como principal característica a presença do outro na vida de todos; apesar de suas individualidades, os sujeitos possuem suas vidas atreladas; dessa forma, a comunidade constitui-se pelas vivências partilhadas. Além disso, o autor aponta duas outras características que configuram uma comunidade como sendo tradicional, primeira, “[...] pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados” (BRANDÃO, 2012, p. 375).

Ele destaca ainda a importância da permanência no lugar e também o seu regresso quando estes são movidos pelo sentimento de pertencimento e à valorização da comunidade. E, em segundo lugar, “[...] pela importância dada à família, doméstica ou comunal e as relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais” (BRANDÃO, 2012, p. 375). Na comunidade, todos se conhecem e se respeitam, as relações de parentesco são fortes e valorizadas, a família é a base da vida social e também econômica, já que é no âmbito familiar que o indivíduo aprende sua profissão.

Identificamos em Alto dos Coelhos que a agricultura é ensinada pela família; a criança acompanha seus pais desde cedo na roça para aprender a trabalhar limpando ou arando a terra, fazendo cerca, pastorando os animais, plantando as sementes e, posteriormente, colhendo-as. São

essas ações, feitas em coletividade, que fazem com que essa atividade seja considerada um elemento material e simbólico, construtor das territorialidades e da identidade cultural desses sujeitos.

Por meio desse trabalho em conjunto, configura-se outra característica da comunidade: a transformação da natureza, pois:

[...] mais do que o existir em um território achado, doado, conquistado, apropriado ou tido como um lugar natural e social legítimo de existência de uma comunidade de ocupação, o que qualifica uma comunidade tradicional é o fato que ela se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza. (BRANDÃO, 2012, p. 377).

A ocupação de um lugar antes não habitado, ou pouco habitado, acontece mediante a transformação do meio natural por meio do trabalho manual, geralmente marcada por uma técnica primitiva, aperfeiçoada ao longo do tempo.

O reconhecimento como sendo “daquele povo” traça o perfil de uma comunidade tradicional, a identificação dos moradores com a localidade revela sua tradicionalidade e seu pertencimento. Em Alto dos Coelhos, além dessas características, o fator genético também marca sua construção, pois há moradores que são da descendência de seu fundador: Antônio Coelho. O modo de ser comunal e a relação de parentesco fizeram-nos compreender a afirmação feita por um morador<sup>121</sup>: “Aqui, todos são uma família”.

Diegues (2001, p. 66) corrobora para esse entendimento quando pontua que “esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal”. Essa forma de compor as famílias marcou a formação de Alto dos Coelhos, como relata uma moradora idosa: “Os mais velhos que fundaram aqui é a família dos Coelhos, aí ficou, aí nós somos tudo dessa mesma família, Jenuário que era dos Coelhos é meu avô, aí a gente não pegou o nome dos Coelhos, mas é tudo da família”. Contudo, atualmente, é crescente o número de jovens da comunidade que buscam parceiros para relacionamentos amorosos em outras comunidades.

A pesquisa de campo, pela qual adentramos o mundo vivido dos moradores da comunidade, foi um instrumento de investigação de fundamental importância para alcançarmos o nosso objetivo de pesquisa. Assim, partilhamos da experiência da geoetnografia que, segundo Souza (2013, p. 57), consiste em:

[...] obter os dados de forma descritiva, e não por meio da estatística. O que interessa nesse tipo de pesquisa é a forma como os dados são coletados, priorizando o contato direto do pesquisador com o objeto estudado, valorizando instrumentos como a entrevista, a análise documental e as observações diretas.

Nossa aproximação com a comunidade e com suas formas de viver e estar no mundo aconteceu a partir do momento em que começamos a percorrer o trajeto pela “estrada de chão”

<sup>121</sup> Optamos, nesta produção, por resguardar a identidade dos entrevistados.

até a comunidade de Alto dos Coelhos, junto com os moradores, em uma caminhonete no modelo D-20, usada diariamente por eles para se deslocarem para Delmiro Gouveia, a cidade mais próxima.

Durante o trajeto, procuramos nos aproximar dos moradores e começamos a estabelecer um vínculo de confiança, pois, naquele momento, éramos considerados estranhos. O contato e a aproximação nos fizeram passar da condição de “desconhecidos” para “conhecidos”, a “menina da universidade”, o que facilitou a realização das entrevistas e o entendimento do que era ser um morador do “Alto”, forma como os moradores referem-se à comunidade.

Entre “idas e vindas” à comunidade, fomos acolhidos por uma família que abriu as portas de sua casa para nos receber da melhor forma possível. Desde esse momento, começamos a perceber como a confiança faz parte das relações estabelecidas na comunidade. Entendemos que a partilha faz parte do modo de vida comunal.

Para conhecer ao máximo a comunidade, fizemos um resgate da sua história, pela pesquisa documental, consultando um livro bibliográfico escrito por um morador com os relatos dos moradores antigos de Alto dos Coelhos. Também conversamos com alguns moradores mais velhos, para agregar conhecimento às informações obtidas. Assim, compreendemos as raízes da comunidade, seu fundador, Antônio Coelho, e, consequentemente, entendemos a atual formação da localidade.

O registro fotográfico foi um dos instrumentos de pesquisa usados para investigar e representar a comunidade. Inicialmente, nossas fotografias limitaram-se a registrar casas, a igreja católica, as ruas e a praça, pois, na condição de “estranhos”, tínhamos que ter cautela com o que fotografar e em quais momentos fazê-lo, visto que era necessário estabelecer um vínculo de respeito e de confiança com os moradores. Posteriormente, familiarizados com a nossa presença na comunidade, sentíamos abertura para fotografar também as pessoas. Na **Figura 1**, observamos um momento de sociabilidade entre os moradores da comunidade.

Compreendemos que o viver e o ser são, por princípio de duas formas, a “perspectiva do Para Si” e a “perspectiva Para Outro” (MERLEAU-PONTY, 1999); a existência humana é, pois, a existência para o outro, somos seres sociáveis e, por isso, o viver encontra sentido no outro ser humano. Cientes de quem somos e da importância de ser para o outro, buscamos vivenciar a comunidade como “um de dentro”; mesmo que isso não seja totalmente possível, estávamos atentos aos passos, aos olhares e aos dizeres daquela gente.



**Figura 1** - Moradores sentados sob a sombra da figueira e conversando entre si



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016. Foto: Patrícia Quirino Rocha.

Os moradores da comunidade são pessoas com modos de vida simples ou, nas palavras de Guimarães Rosa (1994, p. 14): “querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons”. Esse modo de vida da comunidade é transmitido nas conversas, nos olhares, no “ir e vir” de suas casas para a praça, a igreja ou a casa de um amigo ou de um parente.

A receptividade pela qual fomos abraçados revelou a sociabilidade e a confiança que tecem as relações dos moradores entre si e deles com os “de fora”. Na primeira visita, havia olhares que perpassavam toda a linguagem corporal: um tom de voz receoso, um olhar curioso, uma expressão facial de dúvidas sobre quem era aquela “estranha”; percepções que foram sendo alteradas no decorrer de nossa presença na comunidade.

Conviver na/com a comunidade proporcionou-nos aprendizados sobre os sentidos que tecem não somente a pesquisa, mas a vida. Fomos recebidos na casa dos moradores, tanto para entrevistar quanto para dormir; éramos, a princípio, desconhecidos, mas isso não impediu nosso acolhimento. Os moradores depositaram em nós confiança e, duplamente, ficamos responsáveis por retribuir.

### **Modos de vida e pertencimento no Sertão alagoano**

Uma das principais discussões feitas no Gepar foi sobre o conceito de identidade. Stuart Hall (1999, p. 21) escreve que “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”.

Essa relação de perda e ganho da identidade revelou-se em Alto dos Coelhos, nos depoimentos de seus moradores, quando eles relataram como adaptaram suas atividades com

a terra, em função da redução do período de chuvas e do aumento das estiagens na região. Desse modo, os agricultores buscaram outras formas de trabalho.

Nas falas dos entrevistados, percebemos o quão forte é a relação dos moradores com o território ou, nas palavras deles, o “nosso lugar”, tanto no sentido de habitar o território quanto no de usá-lo. Independente da profissão, todos possuem um “pedaço de chão”, nele trabalham e orgulham-se disso. O vínculo com a terra ganha conotações para além do labor, quando uma moradora mencionou que a roça é seu lugar de lazer: “Eu gosto de ir pra roça dia de domingo, eu e minha família, e lá a gente passa o dia todo”.

A identidade desses sujeitos constitui-se pelo labor com a terra, pelas atividades domésticas e pelos momentos de lazer; é, pois, no cotidiano que são tecidas as territorialidades. São as práticas que dão forma ao território e, portanto, a identidade territorial, formada a partir das experiências com o território, assim, são as territorialidades que norteiam a construção dessa identidade.

O território é dinâmico e está em constante construção, semelhante à identidade territorial. As relações tecidas na construção das identidades são múltiplas, pois múltiplos são os territórios, estes são produto e produtor das identidades territoriais. Araújo e Haesbaert (2007) sinalizam para essa dupla dimensão, quando afirmam que o território:

[...] envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, podemos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007, p. 41).

Compreendemos o território pela óptica das relações do poder, tanto no sentido concreto de dominação quanto no sentido simbólico das apropriações, tecedoras de territorialidades no âmbito material e imaterial.

É no uso da terra e na apropriação do território que os indivíduos sentem-se pertencentes à comunidade, alimentando, assim, a sua identidade territorial, que, para Araújo e Haesbaert (2007, p. 74), “[...] trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”.

A relação com a terra para cultivo foi mencionada por alguns moradores como sendo uma tradição, pois a prática é passada de geração a geração, como podemos observar na fala de uma das moradoras da comunidade: “A agricultura também, porque a gente não pode deixar faltar, porque é o sustento e a base da família”.

Percebemos também, na comunidade, a tendência dos jovens a viajar para os grandes centros urbanos em busca de emprego, principalmente nos setores de serviços; a justificativa

desse movimento é a redução das atividades na agricultura, em decorrência da ausência de chuvas e também por esse tipo de emprego prometer melhores condições de trabalho e maior remuneração. Quando questionamos uma jovem sobre esse fluxo de pessoas deixando a comunidade para trabalhar, ela respondeu: “É pra poder ter um trabalho melhor, porque aqui não oferece muito”.

Atrelado à agricultura, os moradores da comunidade trabalham na comercialização do excedente de sua plantação ou na revenda de produtos nas feiras livres, prática presente na comunidade há muitos anos. Há feirantes que comercializam na feira há cerca de 50 anos; começaram desde a infância, junto com suas mães, que ensinam os filhos a trabalhar na feira como complemento da mão-de-obra familiar. Da mesma forma, os filhos ajudam no plantio das hortaliças e demais alimentos, como podemos observar no relato de uma moradora que é feirante:

Eu desde pequeninha que eu vinha mais mãe e oferecia coentro na bacia, nas casas ou no meio da rua [...]. Mas nós era com mãe, mãe saía oferecendo e nós saía junto, aí mãe botou a banca de comida e a gente vendia as verduras pra ela, e ela, a comida<sup>122</sup>.

Assim, ser feirante é uma tradição, pois é passado de mãe para filha e, da mesma forma que a feirante aprendeu a vender com sua mãe, ela ensina seus dois filhos. Segundo uma moradora de 82 anos, colocar banca na feira é uma prática antiga. Ela conta que: “Ainda eu frangota, com idade de 10 anos, vendia galinha, vendia ovo e vinha de pé. Saía duas horas da manhã do Alto e vinha bater aqui. Tudo na cabeça, as bolsas na mão cheia, galinha no braço”. Na **Figura 2**, o registro de um dia de feira.

Quando questionamos esta senhora se eram apenas mulheres que trabalhavam na feira, ela nos informou que não, participavam “homem, mulher, menino, tudo! Quando eu tinha meus meninos frangote, aqui na feira velha, ainda me ajudavam; aí, depois que ficaram rapaz, foram pra São Paulo”. Conforme observamos durante as pesquisas de campo, os homens são minoria nas barracas, as mulheres lideram essa atividade.

<sup>122</sup> Na transcrição dos depoimentos dos/as entrevistados/as, optou-se por preservar as marcas da oralidade.

**Figura 2** - A feirante em sua barraca na feira de Delmiro Gouveia, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Foto: Patrícia Quirino Rocha.

O trabalho é a atividade diária em que a maioria das pessoas empregam mais tempo do seu dia e, por isso, deve ser analisado como parte indissociável da vida dos indivíduos, constituindo também um componente na formação de sua identidade territorial. Analisando o trabalho na agricultura desenvolvido pelas mulheres de Alto dos Coelhos, compreendemos que este se constitui em territorialidades, pois, como afirma Saquet (2009, p. 8):

A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana.

O trabalho das feirantes também constrói o território em que elas estão inseridas, modelam paisagens, definem limites territoriais e dão características à comunidade. Saquet (2009) explica que as territorialidades são produtos do território, mantendo, dessa forma, uma relação dialética, pois, ao passo que as territorialidades produzem o território, elas também são geradas através dele, portanto, uma não existe sem a outra.

Recentemente, tais relações dialéticas foram colocadas em evidência, após a implementação do Canal do Sertão<sup>123</sup>, uma política pública social que tem como finalidade levar água para as regiões mais secas do Estado de Alagoas. As mudanças na paisagem foram significativas, uma vez que o canal margeia toda a comunidade, como podemos observar na **Figura 3**, a seguir.

<sup>123</sup> Obra do Governo Federal que tem como finalidade atenuar os efeitos da seca no Sertão, pela transposição das águas do rio São Francisco. O município de Água Branca faz parte do trecho I da obra, que foi inaugurada em 2013.



**Figura 3** - Vista panorâmica da comunidade Alto dos Coelhos, em Água Branca-AL



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015. Foto: Patrícia Quirino Rocha.

Para além da paisagem, evidenciamos outras mudanças advindas deste processo. Nos relatos das moradoras e feirantes, observamos a importância do Canal do Sertão no cultivo de alimentos, pois, antes de sua instalação, os agricultores usavam os barreiros<sup>124</sup> para irrigar, tendo em vista o longo período de estiagem pelo qual a região estava passando naquele momento. Nesse sentido, o Canal do Sertão possibilitou aos agricultores plantar uma variedade de alimentos maior, sem a preocupação de racionar a água para irrigar a plantação, como podemos observar no relato de uma das moradoras, a seguir:

Antes do Canal, a gente plantava só um cumentinho quando chovia, com muito sofrimento. Agora, melhorou bastante, graças a Deus. Aí, a gente tá podendo plantar outras coisas graças ao canal, se não fosse a água do canal a gente tava do mesmo jeito, mesmo sofrimento. Mas pra nós, graças a Deus, agora tá bem melhor.

Destacamos que, apesar da visão de melhoria das condições de vida apontada por alguns moradores da comunidade, tal empreendimento é objeto de controvérsias sobre o seu real beneficiamento. Santos, Correia e Almeida (2020) analisam o uso da água do Canal do Sertão e evidenciam como este tem como única finalidade dar suporte ao agronegócio, o que corrobora com as reflexões feitas por Rocha (2017, p. 50) quando aponta:

[...] Além desses pequenos produtores a indústria também a utilizará, temos como exemplo um grande latifundiário da região, que foi o primeiro a possuir outorga de uso da água do canal para irrigação de áreas de pastagem. A água do sertão não servirá apenas para a agricultura familiar e para o uso humano, mas principalmente aos interesses dos capitalistas, pois a demanda de água que eles necessitam é superior à das famílias, a outorga concedida ao latifundiário, por exemplo, permite o uso de 51.944 m<sup>3</sup> /d por dia, mais do que o dobro da concedida ao pequeno agricultor.

<sup>124</sup> Reservatórios de água feito pela população para armazenar água da chuva para o período de seca. A expressão “barreiro” deriva da palavra barro, tipo de solo argiloso onde eles são escavados.

A chegada do Canal do Sertão possibilitou estratégias de uso da terra para o cultivo de alimentos para a subsistência, como também para a comercialização, porém, o manejo manual da terra continua sendo símbolo de resistências e de lutas e representa as vivências do povo; nesse sentido, Souza (2012, p. 114) afirma que:

Para os que vivem no lugar, a terra é símbolo de vida e trabalho. Dela eles tiram o sustento de sua família. Terra que lhes oferece abrigo e proteção, que oferta a água e partilha vidas. Já para os que vem “de fora” a terra acaba sendo apenas objeto do capitalismo e exploração de recursos.

Portanto, a terra possui muitas representatividades, nas quais podemos apreender as relações territoriais. A vida e o trabalho dos moradores de Alto dos Coelhos são partes indissociáveis de sua forma de ser-no-mundo. A valorização do trabalho em família e, portanto, da agricultura familiar fortalece os laços de identidade e as territorialidades dos moradores.

Além das relações concretas no território, como o manejo com a terra, há de ser levado em consideração seu aspecto simbólico, que perpassa os sentidos de pertencer a uma comunidade. Almeida (2005, p. 109) escreve que o “[...] território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, no resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas”. Assim, são impressas, no território, marcas culturais dos povos que nele habitam, formando sua identidade.

## Considerações finais

Compreendemos o modo de “ser” e “viver” em comunidade, inserido no contexto do Sertão alagoano, em que notamos os vínculos territoriais, culturais e identitários dos moradores de Alto do Coelhos. No cotidiano dos moradores, observamos as formas de sociabilidade com familiares, amigos e também com os “de fora”.

Os moradores da comunidade Alto dos Coelhos mostraram-se um povo simples, orgulhoso de suas raízes, histórias e costumes, demonstraram afeto e apego ao seu território e criam estratégias de permanência e reprodução de suas territorialidades e identidades. Buscam, na agricultura e no comércio nas feiras das cidades mais próximas, como Delmiro Gouveia/AL, formas de sobrevivência na e com a comunidade. Os moradores que migram para os centros urbanos em busca de empregos levam consigo sua identidade territorial e, na volta à comunidade, seja para visitar os familiares, seja para morar novamente, encontram no carinho e no afeto daqueles que ficaram os sentidos de ser e pertencer à comunidade Alto dos Coelhos.

## Referências

ALMEIDA. M. G. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da Anpege**, v. 2, n. 2, Fortaleza, 2005, p. 103-111.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. de A.; OLIVEIRA, C. L. de. (Orgs.). **Cerrado, gerais, sertão**: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios; Belo horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 385-380.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão**: veredas. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.

ROCHA, Patrícia Quirino. **Cultura e identidade no Sertão de Alagoas**: um estudo sobre a comunidade tradicional Alto dos Coelhos, em Água Branca-AL. 2017. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2017.

SANTOS, Robson Xavier dos; CORREIA, Paloma Gomes; ALMEIDA, Ricardo Santos de. Canal do Sertão de Alagoas: território destinado para o agronegócio? **Diversitas Journal**, v. 5, n. 1, p. 153-161, jan./mar. 2020.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SOUZA, A. F. G. de. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. In: MARAFON; Glaucio José *et al.* **Pesquisa qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

SOUZA, A. G. de. Ser e viver enquanto comunidade tradicional. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 106-120, set./dez. 2012.



A child's drawing on a light-colored background. It features a large, green, textured hill or mound on the left side. To the right of the hill is a large, blue, oval-shaped object, also with a textured, scribbled appearance. At the base of the green hill, there is a dark, irregular shape that looks like a small figure or a pile of rocks. The drawing is done with thick, expressive lines and colors.

## PARTE 4

---

### Educação e escolas do/no campo



## POR QUE DEFENDER AS ESCOLAS (AINDA QUE SOMENTE) NO CAMPO? UMA CRÍTICA A PARTIR DO SERTÃO ALAGOANO<sup>125</sup>

*Leônidas de Santana Marques<sup>126</sup>*

### Introdução

Nos diferentes meios de comunicação, é possível localizar um recorrente discurso em defesa da Educação. Seja nos veículos da grande mídia televisiva, seja em espaços mais alternativos associados à internet, tornou-se quase consensual que a questão do acesso e da qualidade da Educação no Brasil é algo fulcral para superar os desafios sociais e econômicos que apresentamos como nação.

Contudo, a situação é muito mais complexa do que se apresenta. Com efeito, o discurso em defesa da Educação convive com ações do Estado que têm, grosso modo, desmontado alguns dos poucos avanços conseguidos ao longo de décadas de lutas sociais por este direito. A dotação orçamentária voltada para o Ministério da Educação, por exemplo, tem sido alvo de diversas medidas de congelamento e corte de “gastos” perpetrados pela neoliberalização do Estado durante o século XXI, com destaque para as medidas de racionamento do erário apresentadas pelos Governos brasileiros desde 2014.

Neste sentido, poderíamos afirmar que existem dois grandes grupos de ações para o sucateamento da Educação pública no Brasil. Num primeiro grupo, ressaltamos aquilo que é mais evidente, constantemente alvo de protestos e, muitas vezes, passível de reversão pela ação coordenada dos movimentos sociais. No final desta segunda década do século XXI, talvez o que mais chame a atenção neste sentido seja a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, mesmo aprovada parcialmente, vem sofrendo a resistência organizada de setores ligados, principalmente, aos sindicatos e movimentos sociais organizados em torno do direito à Educação pública. Mas existe um segundo grupo de ações que vão no sentido do sucateamento, mas que ocorrem de modo muito mais silencioso e, por isso, perigoso. É sobre umas destas ações que queremos tratar aqui. O objetivo deste texto é refletir sobre o processo de fechamento das escolas em áreas rurais no Brasil nas primeiras décadas do

<sup>125</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap13\_197-207

<sup>126</sup> Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão. Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: leonidas.marques@delmiro.ufal.br.

século XXI. Para tanto, baseamo-nos nos dados obtidos pelo relatório do projeto de extensão “Observatório das escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas”<sup>127</sup>, desenvolvido entre os anos de 2016 e 2017 nos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Pariconha, todos no Alto Sertão de Alagoas.

Na primeira parte deste texto, apresentamos uma argumentação teórica sobre como compreendemos a Educação de um modo geral, associada à leitura ontológica do trabalho na conformação do ser humano enquanto ser social. Em seguida, aproximamos este debate com aquilo que vem sendo abordado pelo universo investigativo da Educação do Campo, trazendo alguns aspectos históricos da presença das instituições escolares no rural brasileiro. Por fim, mesmo que sucintamente, trazemos uma reflexão acerca do sucateamento e do fechamento das escolas nas áreas rurais dos três municípios supracitados.

## Educação e trabalho

O processo de transformação do humano enquanto ser biológico em ser social passa, necessariamente, pela compreensão das atividades educativas, sejam elas sistematizadas (como é o caso das instituições escolares) ou não (como é o caso da educação informal na relação que os sujeitos estabelecem no interior dos grupos sociais de que fazem parte). Neste sentido, compreendemos Educação como processo de formação humana que encontra significado nos mais diferentes contextos das relações sociais, mas que se apresenta de forma mais substancial nos ambientes de Educação formal. A necessidade social do processo educacional coloca-se no sentido de que o ser humano incorpora-se na sociedade como possibilidade, como vir-a-ser, que se materializa mediado pela intencionalidade do seu processo formativo. Assim, concordamos com Saviani (2008, p. 13) quando este argumenta que

[...] a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitante, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Assim, entender a formação humana como processo universal de socialização dos indivíduos enquanto singularidades envolve a compreensão da Educação e de sua função social. Partindo de uma leitura histórica, podemos indicar que quanto mais a sociedade complexifica-se e avança em seu processo de tecnificação, mais a Educação formal torna-se

<sup>127</sup> Projeto de extensão desenvolvido no Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, sob coordenação do professor Leônidas de Santana Marques, entre agosto de 2016 e agosto de 2017. Ação de extensão financiada pelo edital ProCCAExt, sob registro PJ167-2016, no Sigaa-Ufal.

central na sociedade, haja vista que as novas gerações, sequencialmente, demandarão formas próprias de apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos. Essa especificidade humana coloca-se como algo importante a ser problematizado por sermos, justamente, a espécie capaz de, teleologicamente, construir aquilo que pode vir-a-ser.

Considerando que, enquanto cada animal é, por sua natureza, logo e sempre, unilateralmente si mesmo (a pulga é logo e sempre pulga, o pássaro, pássaro, e o cachorro, cachorro, seja qual for o destino que a sua breve vida lhe reserva), somente o homem quebrou os vínculos da unilateralidade natural e inventou sua possibilidade de tornar-se outro e melhor [...]. (MANACORDA, 2010, p. 432).

Partindo dessas interpretações sobre a Educação na universalidade/particularidade do processo de formação humana, acreditamos que é necessário fazer uma breve reflexão sobre este processo a partir da sua mediação com a categoria trabalho. A palavra trabalho apresenta uma gama de significados que, por vezes, traz em seu uso uma série de interpretações diferenciadas. Na perspectiva do senso comum, trabalho aparece como sinônimo de vínculo empregatício, ocupação laboral ou alguma atividade que requer grau mais elevado de esforço físico e/ou intelectual. Contudo, para a reflexão que se propõe aqui, o termo trabalho coloca-se como categoria com significado ontológico.

Para apresentar algumas considerações avaliadas como pertinentes para a compreensão da categoria trabalho, consideramos as contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels. Estes autores viam no trabalho não apenas uma forma do ser humano intervir na natureza, mas a ação capaz de transformar o homem enquanto tal como ser distinto de outras espécies. Dessa forma, o trabalho apresenta-se como condição *sine qua non* para a reprodução do homem enquanto ser social. Assim, Engels (2004, p. 13) afirma que o trabalho é “a condição básica fundamental de toda a vida humana. É em tal grau que, até certo ponto, é possível afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

A abordagem proposta por Engels, tendo com base muitos dos princípios da Teoria da Evolução Darwinista, remete-nos à própria formação do ser humano como tal por um processo que ganha cada vez mais o caráter de intencionalidade. O autor aponta como este elemento crucial é diferenciador das ações humanas das de outros animais, posto que o homem imprime a sua vontade no ato planejado. Dessa forma,

[...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 2004, p. 28).

Considerando essas ponderações de Engels, o trabalho é elemento fundamental para a diferenciação do ser humano dos outros animais. É através da categoria trabalho que uma

análise baseada na totalidade pode traçar caminhos que reflitam sobre a relação sociedade-natureza. Marx (2004, p. 36) já preconizava que “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Dessa forma, a categoria trabalho apresenta-se, de modo central, tanto para a compreensão do ser humano enquanto ser social como quanto à relação existente entre a sociedade e a natureza que é transformada de forma intencional.

Na lógica fundamental de reprodução do ser social, o processo de trabalho configura-se, então, como mecanismo da própria significação do ser humano enquanto sujeito, tendo, no produto do seu trabalho, uma forma de realização dessa reprodução. Neste mesmo contexto,

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2004, p. 46).

Contudo, esse processo de reprodução apresentado tanto por Engels quanto por Marx tem sua lógica modificada na sociedade do capital, em que o produto do trabalho socialmente produzido é apropriado de forma privada. No atual sistema produtivo, o trabalho serve, assim, à lógica de reprodução do capital, consolidando o que Marx chama de trabalho estranhado. Em face do exposto, podemos compreender que pensar em formação humana exige-nos refletir sobre a relação entre Educação e trabalho, que apresenta distintas possibilidades interpretativas nos diferentes contextos materiais do espaço geográfico. Nesse sentido, continuamos esta discussão pensando sobre a formação humana no contexto da Educação do Campo e de diversas práticas educativas no rural brasileiro. Conforme diferentes teleologias, podemos identificar processos de formação que podem caminhar para a emancipação humana ou para a reafirmação da alienação social, sob a égide do trabalho estranhado.

## Educação do Campo e trabalho

O processo histórico de formação territorial do rural brasileiro tem tido como marca a luta dos povos do campo contra a retirada de direitos ou mesmo a negação institucionalizada deles. Assim, os movimentos sociais do campo construídos a partir destas resistências têm um papel fundamental na consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à Educação (ARROYO, 2008).

Essas resistências ocorrem em diferentes dimensões, passando, necessariamente, pela questão educacional. Os movimentos sociais do campo ainda são marginalizados por causa de uma cultura hegemônica, que aborda os valores, crenças, saberes do campo como valores atrasados.



Fernandes aponta que

O campo e a cidade se complementam e, por isso mesmo, precisam ser considerados como espaços geográficos e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades e culturas e modos de organização diferenciados que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão urbanóide e totalitária, que prevê a intensificação da urbanização como modelo de país moderno. (FERNANDES, 2008, p.136-137).

Portanto, o campo também é o lugar onde as relações são estabelecidas através do trabalho, do estudo, da cultura e da construção de identidade. E é para manter essas relações de identidade que os movimentos sociais lutam por uma Educação para o povo que trabalha com a terra – a Educação do Campo –, para resistir a um modelo educacional hegemônico que tem servido para expulsar os povos do campo dos seus locais de realização da vida.

Como contraponto à perspectiva da Educação do Campo, temos a Educação Rural. Esta, no ordenamento jurídico brasileiro, só apareceu em 1923, em um modelo que privilegiava a dominação do capital agrário sobre os trabalhadores (FERNANDES, 2008). No entanto, a Educação do Campo no Brasil vem ganhado força desde a década de 1980, quando tem início uma perspectiva educacional que se coloca em contraponto ao domínio do latifúndio, através das lutas e resistências no campo.

A metodologia utilizada pela Educação do Campo é a pedagogia da alternância, que chegou ao Brasil por volta da década de 1970. Nesse contexto, houve uma emersão com o movimento francês das *Maison Famíla les Rurales*, mediante a iniciativa de agricultores locais junto ao padre Granereau, pároco de uma igreja comunitária (CAVALCANTI, 2007).

A construção do ensino utilizando a pedagogia da alternância tem como propósito, segundo Cavalcanti,

[...] a interação destes jovens ao seu meio rural e buscava o sentido da vida escolar para os seus contextos socioculturais e produtivos. Um estudo voltado para a vida prática, dialogando com a vida no campo, educando para o trabalho e assumindo a importância da mão de obra dos jovens para a produção da família... [...] demandas fundamentais para a concretização da pedagogia da alternância. (CAVALCANTI, 2007, p.60-61).

Percebe-se que a proposta da Educação do Campo construída por meio dos movimentos sociais de luta pela terra acontece de forma integrada entre espaço vivido e teoria, e não apenas dentro da sala de aula. E, na Educação do Campo, o diálogo entre a teoria pedagógica e a prática é de grande importância para a construção de sujeitos emancipados a partir das lutas e resistências. E, no sentido daquilo que temos argumentado anteriormente, esse diálogo dá-se associado a uma compreensão da Educação enquanto formação humana mediada pelo trabalho. São pilares para a Educação do Campo, vínculos que se estabelecem

entre Educação e Trabalho, Educação e Produção e Educação e Cultura, como colocado por Caldart (2010, p. 109):

Refiro-me como pilares ao vínculo entre educação e trabalho (não como “preparação para” da pedagogia liberal, mas como “formação desde” da pedagogia socialista), à centralidade dada à relação entre educação e produção (“nos mesmos processos que produzimos nos produzimos como ser humano”), ao vínculo entre educação e cultura, educação e valores éticos; entre conhecimento e emancipação intelectual, social, política (conscientização). Trata-se, afinal, de recolocar para discussão da pedagogia a concepção da práxis como princípio educativo.

Considerando aquilo que é colocado pela autora, percebemos que a perspectiva de formação humana que deve pautar a Educação do Campo considera a omnilateralidade do sujeito social. E, na constituição dessa condição, pensar sobre a mediação do trabalho é indispensável. Nesse sentido, não são poucas as instituições, vinculadas ou não aos movimentos sociais de luta pela terra, que têm defendido uma Educação do Campo centrada na relação entre Educação e Trabalho. Mas, como mostra a citação anterior, a própria polissemia da noção de trabalho implica em diferentes interpretações sobre essa relação. Essas diferenças apresentam-se desde uma concepção limitada de Educação, mas, principalmente, por meio de uma concepção de Trabalho que, em vez de emancipar, consolida a exploração humana.

### **Em defesa das escolas (ainda que somente) no campo**

Não há dúvidas de que o horizonte concreto que baseia boa parte das lutas por uma Educação do Campo passa pelo importante debate sobre a necessidade de constituírem-se escolas do campo. Essas instituições são assim reconhecidas por apresentarem fundamentos pedagógicos, políticos e organizacionais pautados nas demandas dos povos do campo, com protagonismo destes no processo de formação de cada unidade escolar. Assim, reafirmamos a importância de instituições com essa natureza, ao mesmo tempo em que ponderamos a complexidade para sua real estruturação. Ainda são relativamente muito poucas as experiências de escolas do campo em todo o Brasil, se comparamos com a necessidade e a quantidade de discentes camponeses no País. A maior parte dessas instituições encontra-se em assentamentos e acampamentos de movimentos sociais e resiste a variados ataques de empresas, latifundiários e outros representantes do capital no campo.

Com isso, queremos argumentar em favor de uma defesa das escolas do campo que se estabeleça em diferentes níveis de ação. Ora, analisando dialeticamente, apenas teremos o avanço das escolas do campo quando consideramos a realidade concretamente pensada do rural brasileiro, ou seja, a existência, ainda que precária, de escolas no campo. É óbvio que estas unidades educacionais padecem de problemas mais que complexos, tais como mobiliário precário, dificuldades no acesso à água e energia elétrica e um limitado conjunto

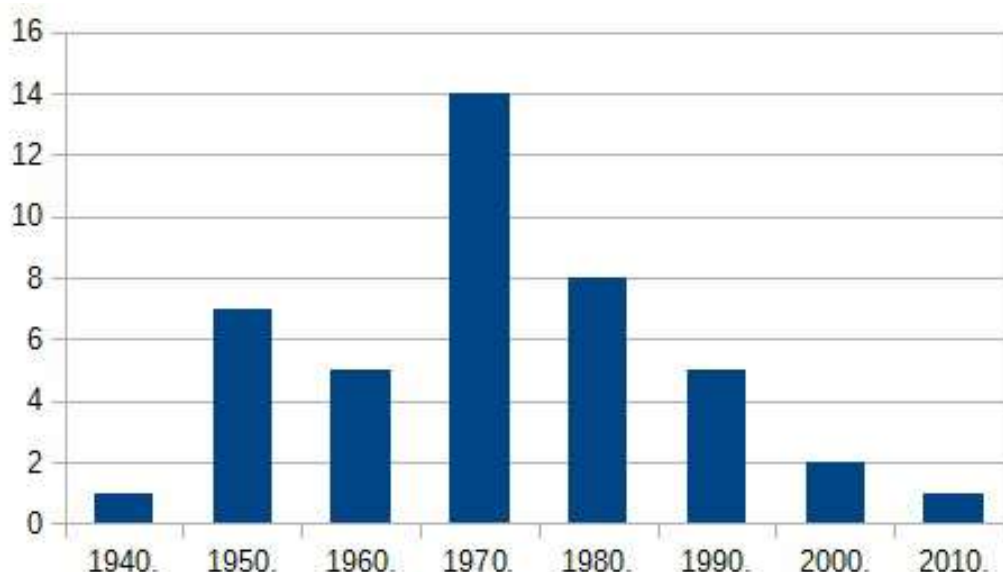
de trabalhadoras/es com formação adequada para a realidade específica. Ainda assim, avaliamos que uma das bases para o estabelecimento de escolas do campo é considerar as ações já estabelecidas nas áreas rurais do País há décadas. E um primeiro passo importante é o diagnóstico dessa realidade. Foi nesse sentido que estabelecemos o projeto de extensão intitulado Observatório das escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas.

Entre os anos de 2016 e 2017, através do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar), desenvolvemos este projeto de extensão nos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Pariconha. A equipe foi constituída por discentes e docentes dos cursos de Geografia e Pedagogia do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas. A partir da elaboração de um questionário detalhado, visitamos todas as escolas localizadas no espaço rural dos três municípios pré-selecionados. Através das informações coletadas, organizamos um banco de dados que serviu de base para atividades de formação inicial (seminário expositivo no ambiente universitário) e formação continuada (2º Seminário de Educação no Campo do Território do Alto Sertão de Alagoas: desafios e perspectivas).

Também como resultado do projeto, desenvolvemos o mural didático interativo “O campo é o meu lugar” como um dos produtos pensados pelo Observatório para enfrentar o desafio da falta de recursos didáticos no interior das escolas públicas municipais no campo. Este projeto colocou-se como um primeiro momento da instituição do Observatório das escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas, que pretende, ao longo dos anos, analisar o contexto das escolas em área rural de todos os municípios deste recorte espacial (Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho d’Água do Casado, Pariconha e Piranhas). Isso se vincula a uma premente necessidade. Muitos camponeses têm apresentado como algo recorrente o fechamento das escolas em povoados, sítios e assentamentos. Mesmo reconhecendo as grandes limitações que muitas dessas instituições apresentam, não vislumbramos que o fechamento de escolas como política pública deva ser a orientação para o campo brasileiro.

No gráfico de barras a seguir (**Gráfico 1**), identificamos como a questão da abertura de novas instituições escolares nas áreas rurais foi perdendo centralidade nas políticas públicas ao longo das décadas. Desde a primeira escola inaugurada nos municípios considerados no gráfico (Água Branca e Delmiro Gouveia foram agrupados), em 1946 até o século XXI, o que identificamos é um progressivo abandono destas após o auge de novas escolas registrado na década de 1970.

**Gráfico 1** - Período de inauguração das escolas no campo que estão em funcionamento nos municípios alagoanos de Água Branca e Delmiro Gouveia em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor.

Basicamente, as escolas inauguradas no século XXI são aquelas vinculadas a assentamentos ou a comunidades tradicionais, que somente foram criadas a partir da luta por Educação dos movimentos sociais associados a estas frações dos povos do campo. Assim, considerando a realidade do Sertão alagoano, temos que muito da existência e da criação de escolas no campo guarda relação direta com a resistência do campesinato, bem como de comunidades indígenas e quilombolas. A tônica do Estado no Brasil do século XXI é o fechamento das escolas no campo; o que existe como contratendência a isso podemos compreender como resistência e luta dos povos do campo.

A paisagem que percebemos nas áreas rurais de muitos dos municípios do Alto Sertão de Alagoas é a de vários prédios escolares abandonados, muitos dos quais sem mais oferta de Educação Básica à população camponesa que reside nas proximidades. Isso é o que podemos observar nas **Figuras 1 e 2**.



**Figuras 1e 2** - Escolas fechadas nas comunidades de Sítio Onça (à esquerda) e Sítio Olaria (à direita), no município de Água Branca-AL



**Fonte:** FAUSTO, 2017.

A partir dos dados levantados pelo relatório, podemos identificar que o fechamento está associado a uma anterior precarização das unidades escolares. O discurso de que estas escolas devem ser fechadas por não apresentarem condições de ensino e aprendizagem representa, na verdade, uma retórica invertida: precariza-se antes para que, em seguida, justifique-se o fechamento. A partir dos questionários que aplicamos em todas as escolas dos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Pariconha, pudemos perceber essa situação. A título de exemplificação, vejamos a realidade deste último município citado (**Tabela 1**).

**Tabela 1** - Percentual de presença de alguns espaços escolares das instituições educacionais municipais na área rural de Pariconha-AL, em 2017

Existência de alguns espaços escolares	Sim	Não
Sala de direção	35%	65%
Sala de coordenação	0%	100%
Sala de secretaria	20%	80%
Sala de professores	15%	85%
Biblioteca	15%	85%

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Com esta tabela, fica evidente o quão é necessário repensar a forma como são tratadas as escolas no campo no Brasil. Existe um agudo processo de centralização da gestão escolar na área urbana, o que impede um desenvolvimento satisfatório das escolas em área rural. Os dados apontam, nos três municípios, uma realidade de ausência frequente de espaços escolares que são fundamentais para o pleno funcionamento da dinâmica cotidiana da Educação Básica: faltam bibliotecas, salas de coordenação, salas de professores. Mas não é somente isso: quase a metade das escolas no campo do município de Água Branca (43,5%) sequer apresentaram acesso à água encanada.

Compreendemos que uma escola é sempre mais do que uma unidade educacional. É uma instituição que representa as políticas públicas numa escala indispensável. Em muitas comunidades rurais, é a escola que centraliza as campanhas das Secretarias de Saúde. É também lá onde a comunidade reúne-se para decidir coletivamente muitos dos seus rumos, em alguns casos através de associações locais que têm no espaço escolar o lugar da congregação. É também neste local onde se realizam festas e outras atividades culturais da comunidade. Assim, o sucateamento e o fechamento de uma unidade escolar, além de ser pedagogicamente criminoso, representa um processo de fragilização das relações comunitárias, tão centrais para os povos do campo.

### Considerações finais

Dessa forma, propomo-nos a fazer uma reflexão que, mais que uma análise, é uma crítica ao processo perverso de fechamento das escolas no campo. O caminho para transformar os rumos da formação humana nos espaços educacionais passa pela ampliação do direito à educação formal, especialmente uma instrução que considere a realidade própria dos sujeitos em processo de aprendizagem. Ou seja, fechar as escolas no campo, principalmente pelo discurso da precariedade, além de omitir o seu sucateamento, atinge toda uma geração de jovens camponeses e camponesas que precisam ter a escola da sua comunidade como referência. Por trás do falso argumento da inviabilidade pedagógica das escolas no campo, temos a concreta ação do Estado, que se vale da racionalidade economicista do custo-benefício de cada discente, avaliando que é mais barato transportar crianças e jovens dos seus locais de moradia para as já superlotadas escolas das áreas urbanas.

O devido caminho para transformar as escolas no campo passa por considerar a realidade em que elas se inserem através do crivo analítico da relação entre Educação, Trabalho e Campesinato. Mesmo que relativamente poucos, os exemplos de transformação estabelecidos em diferentes partes do País têm evidenciado rumos que precisam ser considerados. Em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em comunidades indígenas, em áreas de uso comum dos Fundos de Pasto, por exemplo, brotam experiências de ressignificação dos espaços educativos. Por lá, o número de pessoas em sala de aula aumenta, os índices avaliativos sugerem avanços, a família faz parte do processo educativo. Os povos do campo já têm, há alguns anos, mostrado os caminhos para transformar as escolas em área rural. E esses indicativos não passam pelo sucateamento e nem pelo fechamento delas.

### Referências

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e PesquisaII**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

CAVALCANTI, L. O. H. **A Escola Família Agrícola do Sertão**: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. 2007. 267p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

## EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE ÁGUA BRANCA/AL, BRASIL<sup>128</sup>

*Emerson Rodrigues Bezerra<sup>129</sup>*

*Franciele dos Santos Fausto<sup>130</sup>*

*Ricardo Santos de Almeida<sup>131</sup>*

### Introdução

A Educação do/no Campo é um paradigma holístico que vem sendo tencionado em seu território de disputa. Desse modo, problematizamos-na por meio da reflexão analítica e crítica. O presente capítulo traz uma reflexão sobre a Educação do/no Campo e tem como objetivo discutir a realidade das escolas localizadas em espaço rural do município de Água Branca/AL, tendo como base dados do projeto de extensão intitulado Observatório das Escolas do/no Campo do Sertão de Alagoas, com equipe composta por docentes e discentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão – sede Delmiro Gouveia.

A Educação do/no Campo está inserida em um contexto de luta e resistência histórica do campesinato. Esse cenário apresenta dois modelos de desenvolvimento do campo brasileiro totalmente opostos que disputam espaço: a agricultura camponesa e o agronegócio. As relações sociais do primeiro diferem-se das relações capitalistas, buscando acesso justo à terra, luta pela reforma agrária e um desenvolvimento que tenha como cerne o trabalho e as relações humanas, enquanto o segundo é a própria expressão do capitalismo, em que cada vez mais conseguem-se grandes extensões de terra e moderniza-se a agropecuária, produzindo em grande escala. Isso, de acordo com Fernandes (2009, p. 50), produz dois territórios que se expressam de maneiras diferentes:

<sup>128</sup>DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap14\_208-214

<sup>129</sup>Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Campus do Sertão – sede Delmiro Gouveia. E-mail: mensodel@hotmail.com.

<sup>130</sup>Graduanda em Pedagogia pela Ufal/Campus do Sertão – sede Delmiro Gouveia. E-mail: francielefausto@gmail.com.

<sup>131</sup>Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e estudante do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ricardo.almeida@igdema.ufal.br.



A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos.

Diante desse contexto, a Educação do/no Campo surge como um projeto de Educação voltado aos sujeitos que exigem transformações sociais estruturais, urgentes e permanentes com o intuito de contribuir para que indivíduos compreendam e valorizem sua identidade socioterritorial e a conjuntura em que estes sujeitos encontram-se, buscando a efetividade e a aplicabilidade dos direitos que lhes permitam o estabelecimento de relações contínuas com o lugar em que vivem, sendo este um lugar de vida, produtivo, contributivo ao fortalecimento da agricultura camponesa, com suas relações humanas e o trabalho enquanto pontos centrais, podendo trazer o desenvolvimento de que suas localidades precisam. Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) torna-se o principal movimento de luta pelo direito a uma Educação específica para os povos camponeses, tendo, segundo Caldart (2009, p. 41), seu

vínculo de origem [...] com os trabalhadores “pobres do campo”, trabalhadores sem-terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra “o estado da coisa”, para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

Assim, o MST entendeu que, paralelo à luta pela terra, era preciso lutar também pelo direito a uma Educação escolar formal específica para os sujeitos do campo, não mais aceitando qualquer processo educativo ou uma Educação urbanocêntrica, mas uma que respeite a identidade camponesa, que valorize os modos de ser e de viver dos sujeitos do campo, ou seja, um projeto de Educação que fosse construído pelos próprios sujeitos do campo.

No entanto, o que a história mostra-nos é que o campo sempre foi tratado de forma inferiorizada, como nos dizem Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 11):

Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do processo econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade.

Esse entendimento do que é o campo muitas vezes está ligado à escassez de políticas públicas para esse espaço em todos os âmbitos. Quando falamos em Educação, o descaso reflete-se em índices de analfabetismo, escolas com estrutura inadequada, salas multisseriadas e projetos político-pedagógicos que não atendem à realidade dos sujeitos e muito menos contemplam a dinâmica do campo, sendo, no fim, uma Educação que reflete o espaço urbano.

Assim, enquanto conceito, Educação *do/no* Campo apresenta-se enquanto afirmação da luta por um direito, como nos diz Caldart (2011, p. 149):

[...] é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja *no* e *do* campo: *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Portanto, esse projeto de Educação surge enquanto direito que o povo camponês tem de uma Educação construída no seu lugar e a partir das suas especificidades, agregando todas as dimensões da vida desses sujeitos.

### **Projeto de extensão Observatório das Escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas**

O Projeto de Extensão intitulado Observatório das Escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas foi executado de agosto de 2016 a setembro de 2017, através do Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (Proccaext)/Edital 2016, da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O projeto foi vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar), do curso de Licenciatura em Geografia da UFAL – Campus do Sertão, contou com docentes deste curso e com discentes das licenciaturas em Pedagogia, Geografia e História e teve como objetivo realizar o diagnóstico geral das escolas localizadas em espaço rural dos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Pariconha, e se estas estavam de acordo com os princípios da Educação do/no Campo, princípios estes também discutidos em encontros do Grupo de Estudos em Educação do/no Campo (Gepar + Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (Nuagrário/Igdema – Ufal – Campus A. C. Simões).

A metodologia deu-se pela pesquisa-ação<sup>132</sup>, de caráter investigativo-propositivo, acerca das escolas do/no campo do Alto Sertão de Alagoas, com foco qualitativo e quantitativo. No primeiro momento da pesquisa, houve levantamento bibliográfico sobre o tema investigado, além de coleta de informações junto às Secretarias de Educação dos três municípios; no segundo momento, houve os procedimentos práticos de pesquisa, envolvendo aplicação de questionário pelas bolsistas nas escolas e tratamento dos dados.

### **Dados obtidos**

Neste capítulo, apresentaremos os dados referentes ao município de Água Branca/AL, localizado no Alto Sertão alagoano, a uma distância de aproximadamente 310km da capital

<sup>132</sup> A pesquisa-ação tem o objetivo de investigar uma determinada condição ou realidade que será interpretada a partir de ações colaborativas entre pesquisador e pesquisados, em que ambos construirão mecanismos de intervenção para a questão central da pesquisa.

Maceió. De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), tem população estimada em 20.162 pessoas.

Em 2017, ano em que a coleta de dados foi realizada, o município possuía 40 (quarenta) escolas em funcionamento em área rural, localizadas em 39 (trinta e nove) povoados. A organização das escolas dá-se por nucleação, consistindo em 6 (seis) escolas-núcleo e as demais são suas extensões. Dessas 6 (seis) escolas-núcleo, 1 (uma) está localizada na cidade, mas suas 3 (três) extensões estão localizadas na área rural. Apenas 1 (uma) escola foi reativada em 2017. Vale ressaltar aqui que os itens do questionário aplicado na pesquisa tratavam, na primeira parte, de questões relacionadas à identificação da escola, dados gerais da escola, estrutura física da escola, perfil dos/as professores/as, perfil dos/as alunos/as. Na segunda parte, foram articuladas as questões sobre transporte para a escola, condições relativas à educação ambiental, estrutura de apoio didático-pedagógico e informações pedagógicas. Foi feito um diagnóstico amplo sobre as escolas e, como isso demandou uma grande quantidade de perguntas, todas elas foram objetivas; no entanto, abriram um amplo espaço para discussão e questionamentos. Devido ao amplo número de questões abordadas, faremos a discussão apenas de uma parte dos dados.

Todas as escolas pesquisadas são municipais, portanto, nenhuma oferta Ensino Médio. Apenas 3 escolas ofertam o Ensino Fundamental II, sendo estas escolas-núcleo. Em 39 escolas, há turmas multisseriadas. A gestão das escolas-núcleo (diretor/ora geral, diretoras/ores adjuntos/as e coordenadoras/ores pedagógicas/os) é a mesma para as extensões.

Os dados mostraram que há poucas escolas inseridas em comunidades com trajetória histórica ligada a movimentos sociais étnico-raciais e/ou de luta pela terra. Apenas 9 escolas encontram-se em comunidades indígenas, de assentamento ou quilombolas. Há predominância das comunidades quilombolas. O que se percebe é que, mesmo em escolas que não estão localizadas em comunidades de movimentos sociais, há uma presença significativa de estudantes proveniente destes, porém poucas escolas apresentam uma relação mais consistente com os movimentos sociais. Das 40 escolas pesquisadas, apenas 5 ofertam Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse dado faz-nos refletir sobre o porquê desse número tão baixo, visto que há espaço livre no restante das escolas no horário noturno. A justificativa da Secretaria de Educação foi de que estavam esperando formar turma nos povoados para poder dar início às aulas nas escolas que ainda não têm.

Durante a pesquisa, percebeu-se que muitas escolas não possuem infraestrutura adequada, biblioteca, internet ou laboratório de informática, fatos que interferem diretamente na aprendizagem dos/as estudantes. As reformas realizadas, em sua grande maioria, não foram reformas de ampliação, apenas de pintura ou retelhamento e, no máximo, colocou-se cerâmica no chão das escolas. Entende-se, portanto, que, além do fechamento de algumas escolas, a situação das que hoje estão em funcionamento ainda não atende a um projeto de escola do/no campo com qualidade. Os dados são: 39 escolas com energia elétrica, 16 não possuem cadeiras suficientes para os/as alunos/as, 23 escolas apresentam água encanada de cisternas e 17 não

possuem nenhuma encanação, apenas 5 possuem sala de direção, 35 não possuem espaços para atividades físicas, 36 não possuem sala para professores/as, 37 não possuem espaço para educação ambiental, apenas 1 escola possui sala de secretaria, coordenação e biblioteca (a mesma escola) e 1 escola possui espaço para atividade de informática.

A Educação do/no Campo pressupõe que o sujeito que vive do/no campo tenha suas especificidades atendidas e isso implica nos profissionais e nos recursos que são ofertados a esses sujeitos. Nesse sentido, no questionário, havia questões que se voltavam para a formação dos/as professores/as, para o calendário e para os livros adaptados às necessidades e especificidades desses sujeitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) diz, em seu parágrafo 28º, que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Assim, os dados coletados mostraram que, nas escolas do município de Água Branca, essa realidade ainda está um pouco distante. O calendário não é adaptado, é apenas um para todas as escolas do município, ou seja, o mesmo para a cidade e para o campo, não considerando, portanto, a diferença entre a dinâmica do campo e da cidade. Quanto ao livro adaptado, os resultados são mais satisfatórios: 31 escolas possuem. As 40 escolas possuem Projeto Político-Pedagógico (PPP), porém, estes se encontram apenas nos núcleos e orientam as práticas pedagógicas das extensões; portanto, temos, no total, 6 documentos para as 40 escolas. Metade desses PPP foram revisados entre 1 e 5 anos e a outra metade entre 0 e 1 ano. Nesse sentido, cabe aqui pensar em como esses PPP estão pautados, se atendem às especificidades dos alunos desse contexto e se consideram a realidade de cada escola, pois, ainda que estejam interligadas, estão inseridas em povoados diferentes, com características pertinentes a cada uma.

Sobre o quadro de professores, tem-se o total de docentes. Destes, 77 possuem graduação e apenas 26 são pós-graduados. Os números quanto à graduação são animadores porque indicam que o interesse pelo Nível Superior por parte dos/as professores/as tem aumentado e isso é um bom sinal quando se trata de formação inicial. Quando se trata de formação continuada, 33 escolas apresentam professores/as que passaram por algum tipo de atividade de qualificação acadêmico-profissional sem fomento pelo município. Quando questionados/as sobre a necessidade dessa oferta, alguns/mas professores/as responderam que recebiam formação, mas uma parte não soube falar/especificar sobre qual o tipo era ofertada



pelo município e a outra parte (a maioria) referia-se ao “Pnaic<sup>133</sup>”. Esse dado indica falha na promoção de políticas públicas de aperfeiçoamento de professores/as do próprio município. Além disso, não foi identificada, nas respostas, a existência dessas políticas específicas em Educação do/no Campo. Vale ressaltar que as respostas para essa pergunta (e mais algumas do questionário) foram dadas com base nas ações da gestão municipal anterior (2013-2016), pois as aulas haviam começado na mesma semana em que foi realizada a coleta de dados para este projeto e, portanto, os/as entrevistados/as não sabiam ao certo que encaminhamentos seriam dados pela nova gestão local, que se iniciou em 2017.

## Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se que a grande maioria das escolas localizadas em zona rural do município de Água Branca ainda se distancia da escola pensada por uma Educação do/no Campo, ou seja, uma Educação que atenda às especificidades do povo que vive no campo, seja em suas estruturas físicas, seja em sua pedagogia. Mesmo as escolas-núcleo, que possuem uma infraestrutura física melhor que suas extensões, não estão em consonância com esses preceitos. O único indício de uma Educação do/no Campo é o livro didático adaptado, pois traz saberes do campo, sendo um início para uma Educação contextualizada.

A formação dos/as professores/as é um fato muito relevante, porque, ao pensar em Educação do/no Campo, pensa-se em profissionais que entendam à especificidade do campo e das pessoas que vivem lá. Para isso, é preciso uma formação para este/as profissionais nessa área.

Aponta-se também o distanciamento da grande maioria das escolas em relação aos movimentos sociais. Apesar de poucas escolas estarem localizadas em comunidades onde esses movimentos estão, metade das escolas possui estudantes provenientes dos movimentos da própria comunidade e/ou de movimentos de comunidades vizinhas. Destas, apenas três possuem alguma ligação direta ou parceria com esses movimentos. Vale ressaltar que são esses movimentos de luta pela terra que, historicamente, protagonizaram a luta por uma Educação do/no Campo (CALDART, 2009, p. 40). Então, questiona-se o porquê dessa quase completa falta de diálogo das escolas com esses movimentos que envolvem assentados do MST, indígenas ou quilombolas (sendo este último grupo o único a ter parceria com algumas escolas).

Entendemos, portanto, que o papel da Educação do/no Campo é oferecer subsídios para que o sujeito do campo entenda esse contexto de luta e de desigualdade social e que, em sua concepção e organização, deve cumprir o papel social de formar o sujeito para que ele pense sobre sua realidade e possa intervir de alguma maneira sobre ela, além de reforçar práticas que

<sup>133</sup> Programa criado no ano de 2012 em regime de colaboração entre Governo Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios, tendo em vista a eficiência do processo de alfabetização de crianças de até 8 anos de idade, objetivando que até o final do 3º ano do Ensino Fundamental esses sujeitos, alunos da rede pública de ensino, fossem devidamente alfabetizados.

valorizem a vida no campo e não a entendam como menos importante do que a vida na cidade. E, para isso, é necessário que o currículo dessa escola não siga as diretrizes do currículo da escola da cidade, mas que seja feito pelos e para os sujeitos que vivem no/do campo.

Sendo assim, é necessário que o currículo dessas escolas proporcione experiências formativas de ressignificação dos conteúdos das disciplinas, que estejam contextualizadas com as práticas do campo, permitindo que os/as estudantes vejam o mundo através de sua realidade e resgatem suas identidades camponesas, assim como suas famílias. Só assim a Educação se aproximará mais do modo de ser e de viver desses sujeitos.

## Referências

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica G. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petropolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2019.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/o3.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

CALDART, Roseli S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica G. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petropolis: Vozes, 2011. p. 147-158.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território. In: FOERSTE, Erineu; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit; CALIARI Rogério. (Orgs.) **Introdução à Educação do Campo**: povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade. Vitória, ES: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad\MEC), 2009. p. 49-69.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**: síntese das etapas da pesquisa. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

# OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA MARIA BONITA, EM DELMIRO GOUVEIA/AL, BRASIL<sup>134</sup>

*Jéssica Lima Barbosa<sup>135</sup>*

*Ricardo Santos de Almeida<sup>136</sup>*

## Introdução

Os estudos sobre a Educação do/no campo no Brasil consistem na luta pela execução de um projeto de Educação que consiste na permanência dos povos do campo (quilombolas, indígenas, caiçaras, agricultores de movimentos sociais), fortalecendo as identidades desses sujeitos e contribuindo para suas participações em processos histórico-sociais pertinentes ao campo. Logo, não se trata de um projeto de Educação que anula, oculta seus sujeitos e suas histórias, mas sim que os valorize.

Os processos educativos outrora amplamente negligenciados pelo Estado brasileiro ou mesmo inexistentes, no que se refere à socialização das práticas cotidianas e culturais dos povos do campo, podem, a partir de um repensar a valorização dos tempos de aprendizagens (familiares, escolares, lutas sociais), em espaços escolares ou nãoescolares associados a um currículo direcionado, contribuir para a problematização e a reafirmação de suas condições de existência e suas identidades. A defesa pela permanência no campo construindo uma Educação pautada na diversidade do modo de vida evita cooptações desses sujeitos pelas estruturas de poder que, no tempo e no espaço, configuravam o campo como lócus da submissão e subserviência da força de trabalho.

Metodologicamente, foi feita uma pesquisa de campo, com o procedimento analítico das observações realizadas no assentamento, assim como entrevistas dos sujeitos do lugar, onde tomamos conhecimentos das categorias que constituem o *corpus* analítico desta investigação, a saber: quais são os desafios da Educação do/no campo no assentamento de reforma agrária Maria Bonita, no município Delmiro Gouveia/AL? Tivemos como

<sup>134</sup> DOI: 10.28998/978-65-5624-090-9.1ed\_2021\_cap15\_215-222

<sup>135</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Campus do Sertão – sede Delmiro Gouveia. E-mail: jeslima92@gmail.com.

<sup>136</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e estudante do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ricardo.almeida@igdema.ufal.br.

objetivo-geral analisar as práticas da Educação do/no campo no assentamento pesquisado e, especificamente, identificar tais desafios, compreender os processos de participação dos sujeitos e assinalar os achados que estão no entorno da realidade investigada.

Desse modo, aqui estarão expostos os desafios enfrentados por assentados da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que almejam uma escola forjada pela construção coletiva, reafirmando a presença dos povos residentes no campo de Delmiro Gouveia/AL na contramão da Educação ofertada nas cidades, que tem em suas linhas os princípios ideológicos de classes dominantes.

Nesse sentido, este capítulo tem como finalidade analisar as práticas da Educação do/no campo no assentamento de reforma agrária Maria Bonita, no município de Delmiro Gouveia/AL. Assim como está organizado em quatro sessões, a primeira diz respeito a contribuição da luta dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) para com a Educação do/no campo e na formação dos seus sujeitos, destacando o aspecto político-pedagógico; a segunda reflete sobre os transtornos causados pela falta da escola no assentamento Maria Bonita, problematizando sua historiografia. Na terceira, dialogamos sobre a participação dos sem-terrinhos e a experiência do assentamento com o “Sim, eu posso!”. Por fim, na quarta parte, assinalamos a conclusão à que chegamos diante de todo este estudo sistematizado.

Portanto, esperamos contribuir com as reflexões, de modo a contextualizar a realidade do assentamento em análise e de como a Educação do/no campo vem sendo fomentada em meio aos desafios que devem ser superados.

### **A contribuição da luta dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) para com a Educação do/no Campo e na formação dos seus sujeitos**

Os movimentos sociais de luta por acesso à terra e à moradia sempre reivindicaram direitos em prol da soberania nacional. A exemplo do MST, cujo histórico de lutas de acesso à terra pela reforma agrária, no Brasil, também inclui a Educação como continuidade do movimento e de suas relações sociais. Sobre isso, Caldart (2003, p. 62-63) enfatiza que:

Podemos afirmar hoje que o MST incorporou a escola em sua dinâmica, e isto em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias Sem-Terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo, mas inegavelmente já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola e, de preferência, que não seja uma escola qualquer; e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos.

Evidencia-se, portanto, a preocupação do movimento não somente com as estruturas físicas de uma escola em cada acampamento ou assentamento, pois existe uma demanda para



além das paredes a partir do momento em que se coloca uma preferência na Educação que pode ser oferecida. Uma Educação que abrace e compreenda a dinâmica do modo de vida, assim como a luta por terra e por direitos, em uma sociedade capitalista. Conforme Dal Ri e Vieitez (2004, p. 45):

O MST percebe que o ensino oficial não atende às necessidades de formação dos seus membros, [...] à ideologia: na sociedade de classes, a educação dominante é a educação das classes dominantes, ainda que a ideologia pedagógica oficial apresente-se travestida na forma de conhecimentos, valores e habilidades universais.

Por isso, o empenho do movimento para garantir outra Educação que atenda às demandas específicas para seus sujeitos, a fim de que os mesmos reconheçam-se na luta, bem como renove a militância, fugindo da lógica das classes dominantes, presente na Educação mormente oferecida no campo.

O MST enfrenta muitas dificuldades para a conquista e a consolidação dos assentamentos. “Convém destacar dois problemas: a manutenção dos jovens no trabalho agrícola e a permanência dos assentados no MST” (DAL RI; VIEITEZ, 2004, p. 46), pois “os jovens dos assentamentos sentem-se fortemente atraídos pela vida urbana, o que coloca em risco a continuidade desses empreendimentos obtidos com tantas dificuldades” (idem, ibidem). Nesse sentido, há uma preocupação no interior do MST, fazendo-se necessário o desenvolvimento de estratégias que nutram a vontade dos jovens de permanecerem no campo, contribuindo para a luta por seus direitos e seu modo de vida.

### **Os transtornos causados pela falta da escola no assentamento Maria Bonita**

A história do MST em Alagoas tem seu início na região do Sertão, mais precisamente em Delmiro Gouveia, lócus da primeira ocupação do movimento em território alagoano, na fazenda do Peba. Hoje, o assentamento, nomeado Maria Bonita, apresenta como uma das suas principais reivindicações a luta pela escola do/no campo. O Estado de Alagoas é marcado pela desigualdade social que assola aos que aqui resistem. A concentração de terra e renda é, sem dúvidas, a força motriz para a manutenção dessa realidade. De acordo com o Conselho Estadual de Educação de Alagoas (2014, p. 13):

Em todo o Estado de Alagoas, o latifúndio inviabiliza a manutenção da população no campo [...]. Ademais, vêm demonstrar a ausência das políticas públicas para assegurar os direitos sociais, como consequência, os indicadores sociais no campo são os piores: as altas taxas de mortalidade infantil, as condições físicas de subnutrição crônica, a miséria endêmica, ignorância institucionalizada e os baixos indicadores educacionais (analfabetismo, evasão, repetência, distorção idade-série) que nos têm acompanhado por todos esses anos.

Nesse sentido, existe um descaso para além das questões de concentração de terra e renda; a ausência de direitos ou sua usurpação é um ataque à permanência da vida no campo, pois, sem assistência das políticas públicas, homens e mulheres vão buscar a cidade como única alternativa para a sua sobrevivência. Outro fenômeno que implica nessa realidade é a falta de Educação de qualidade, alicerçada na realidade dos sujeitos, que cria um campo com grande quantidade de analfabetos, repetentes e desistentes.

Com base no estudo realizado através de pesquisa de campo, percebemos as dificuldades do assentamento Maria Bonita para enfrentar o antagonismo da Educação oferecida na cidade para crianças, jovens e adultos, que negligencia as identidades dos povos do campo em favor do ensino urbanoide<sup>137</sup>.

O Estado de Alagoas, via Conselho Estadual de Educação e suas resoluções normativas para a Educação do/no campo, traz elementos que são essenciais, mas que não são seguidos na prática, ou melhor, não saem do papel. E isso é comprovado a partir da fala de uma moradora do assentamento Maria Bonita, que diz: “Eu acho que toda vez que nós vai aqui em uma prefeitura, o primeiro ponto que tá lá é ‘escola nos assentamentos’”<sup>138</sup>. É a partir dessa fala que vêm à tona as mais diversas dificuldades em se ter uma Educação do/no Campo de qualidade e que respeite as diversidades e, principalmente, as identidades locais.

O assentamento Maria Bonita não possui um espaço escolar formal, desencadeando na saída de crianças e jovens para a área urbana a fim de acessarem a Educação. O transporte escolar ofertado pela prefeitura realiza um trajeto que dificulta e desestimula os estudantes, em face dos horários de saída e retorno ao assentamento, tal como relata esta camponesa entrevistada:

Assim, a gente não tem escola, né? Então assim, é uma grande dificuldade pra nossas crianças tá saindo daqui pra estudar na rua, claro que tem o ônibus que vem do município, mas assim, são coisa desgastante, as crianças que estudam de manhã, por exemplo, têm que se acordar cinco, cinco e meia da manhã. Muitas vezes, saem com fome pra escola, chega de 1 hora da tarde, que quando o ônibus terminar de rodar o assentamento...

Essa realidade acaba por trazer transtornos tanto para as crianças quanto para os jovens e, conseqüentemente, também para os pais. O trajeto até a escola é longo, os alunos que estudam no turno matutino acordam muito cedo, saem com fome e, muitas vezes, chegam à escola já cansados. Além de cansados, atrasam-se, perdendo, não raramente, parte importante dos conteúdos ministrados pelos docentes. Ademais, esses conteúdos estão alheios à realidade dos povos do campo. Nesse sentido, a moradora relata:

É diferente pra um aluno tá estudando lá na sua comunidade do que um aluno tá estudando na rua. São realidades totalmente diferente. Um aluno

<sup>137</sup> Refere-se ao modo de vida ou à cultura dos centros urbanos (ex.: hábitos urbanoides).

<sup>138</sup> Na transcrição das entrevistas, optou-se por preservar as marcas da oralidade dos/as entrevistados/as.

que estuda no campo, ele sabe, as escolas do campo que a gente costuma ter dentro do MST, a gente não ensina só praticamente o ABC, a criança a gente ensina desde a agroecologia, a gente ensina o social, a gente ensina um tudo que é preciso pra criança de desenvolver.

O conhecimento do campo está para além do escrito, dos livros, dos ensinamentos em sala de aula: ultrapassa as paredes para se realizar no modo de vida ali existente, pois está relacionado com as vivências dos povos do campo, assim como na construção da identidade desse espaço, o que possibilita o reconhecimento como sujeito do campo, assim como sua permanência nesse espaço. Segundo Henriques *et al.* (2007, p. 13):

A constituição de núcleos escolares para as populações camponesas nos perímetros urbanos, locais onde em geral estão concentrados os bolsões de pobreza das cidades, associada à organização de um sistema de transporte de estudantes da zona rural para esses núcleos, revela a idéia subjacente a essas políticas de que as crianças e adolescentes do campo possuem os mesmos interesses, motivações e necessidades daqueles que vivem nas áreas urbanas e que devem ser educados para uma futura vida na cidade.

A saída dos alunos do campo para a escola no meio urbano acaba por aprofundar a negação da realidade do campo e dos seus sujeitos, pois é o modo de vida que faz sua identidade. Se não existe uma relação de convivência com o campo, há uma negação de vida e sociabilidade no mesmo, enaltecendo a cidade como um lugar de maior desenvolvimento em detrimento do campo, como apontam os materiais didáticos que chegam nas instituições de ensino.

A Educação do/no Campo não pode ser urbanizada; há uma especificidade singular que lhe é própria, por isso distinta da Educação ofertada nas cidades, ao passo que as diversidades do campo e da cidade devem ser respeitadas, pois ambas complementam-se em seus próprios territórios.

### **A participação dos sem-terrinhas e a experiência do assentamento com o “Sim, eu posso!”**

O assentamento Maria Bonita participa de momentos de formação que estão para além da Educação Básica formal, pois, para o MST, a formação do sujeito faz parte do coletivo. Nesse sentido, as crianças ocupam papel de destaque, sendo compreendidas por sua capacidade de pensar o lugar e a luta em que vivem.

De acordo com Keite (2015, p. 1):

No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) as crianças são compreendidas como sujeitos ativos e críticos, e são consideradas capazes de atuar na luta e nas questões que dizem respeito à organização da sua própria

vida. Por notar o diferencial dado à criança no Movimento, vista como um ser que tem sua própria vida e história de luta.

As crianças que estão sem seus acampamentos e assentamentos sabem de suas realidades, aprendem desde cedo quais são as suas dificuldades, são capazes de fazer essa leitura e de se fazerem presentes na luta por terra, na busca de uma Educação que compreenda a diversidade.

Os encontros dos sem-terrinhas possibilitam, na aprendizagem, a construção do pensamento crítico e o trabalho coletivo. Os sem-terrinhas do assentamento Maria Bonita ficam animados a cada data de um novo encontro, pois é uma oportunidade para conhecerem outras realidades, e, por meio do intercâmbio de conhecimentos, aprenderão mais sobre agroecologia e a coletividade, de modo a também entenderem melhor, a partir dessas relações, palavras e cálculos, por exemplo.

Os encontros dos sem-terrinhas acontecem uma vez por ano, nos municípios onde se organiza o MST. Após os encontros municipais, há a etapa estadual e, por fim, um encontro nacional, que costuma ocorrer em Brasília. No primeiro encontro dos sem-terrinhas que aconteceu no município de Delmiro Gouveia/AL, no dia 21 de outubro de 2015, os mesmos ocuparam a prefeitura para reivindicar aos gestores: “queremos escolas no assentamento!”. Até o presente momento, nada foi feito para concretizar o sonho de muitas crianças que anseiam estudar na sua área de assentamento sem precisar se locomover até a cidade para ter acesso a uma Educação pública com qualidade.

Existe um descaso ao se tratar das escolas do/no campo no assentamento Maria Bonita. De acordo com uma moradora: “Nem engavetar eles engavetam, eu acho que eles joga é no lixo adepois que gente sai e deixa nossas pautas lá. Mas uma coisa que a gente bate sempre é uma escola pra aqui, é sonhada por todo mundo, principalmente pelas crianças”. Esse sentimento de descaso com o assentamento ocorre justamente pela reivindicação de uma escola em território do MST sendo uma das primeiras pautas levadas pelos moradores, incluindo os sem-terrinhas, que fazem o mesmo pedido todos os anos.

Cabe-nos aqui mencionar a experiência do projeto “Sim, eu posso!”, realizado em 2017, que contemplou jovens, adultos e idosos analfabetos dos assentamentos e acampamentos de Delmiro Gouveia, Olho d’Água do Casado e Piranhas, permitindo em espaços não formais o aprendizado, a leitura e a escrita, graças a uma ação do MST denominada Campanha Nacional de Alfabetização Nise da Silveira. A campanha homenageou a psiquiatra alagoana que revolucionou o tratamento psiquiátrico no Brasil, valorizando a riqueza intelectual e artística dos sujeitos ditos loucos pela sociedade. Para Silva e Almeida (2018, p. 6), o método de alfabetização “Sim, eu posso!”

[...] é composto por uma telenovela, subdividida em 65 vídeos aulas, as turmas são compostas por um número reduzido de alfabetizandos/as que observam atentamente cada capítulo e paulatinamente memorizam os conteúdos



abordados, a cada vídeo aula vão se aproximando das letras do alfabeto, que são decodificadas por números.

A metodologia adotada pela campanha organizada pelo MST no Sertão de Alagoas baseou-se no respeito e na valorização da pluralidade de saberes, costumes e tradições que homens e mulheres trouxeram para a sala de aula, enfatizando suas experiências sociais construídas a partir do meio social em que estão inseridos: o campo. Também revelou as contradições das políticas públicas educacionais no Brasil, amplamente ineficazes por serem ainda decididas por profissionais que pouco ou nada vivenciam da realidade do campo. Portanto, suscitaram as precariedades na implantação do direito à Educação dos sem-terrinhas que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa, reforçando, assim, a condição de exclusão educacional no campo brasileiro.

### **Considerações finais**

A Educação do/no Campo almejada pelos moradores do assentamento Maria Bonita é aquela que parte da reivindicação dos movimentos sociais. Portanto, os processos educativos devem acontecer em instituição escolar localizada no próprio assentamento e a proposta curricular deve estar alicerçada na Educação do/no Campo, permitindo aos estudantes a valorização das suas identidades e sua permanência na área rural em Delmiro Gouveia/AL.

Afirmamos aqui o paradigma da Educação do/no Campo, que deve consistir em elementos do cotidiano do campo vivido e habitado pelos sujeitos, sendo eles próprios os narradores de sua história, contribuindo, a partir desse resgate identitário, para o apontamento de soluções para a diminuição das desigualdades socioespaciais ainda latentes nas comunidades rurais de Alagoas.

Defendamos e valorizemos também as ações preparatórias desenvolvidas com e para os sem-terrinhas, destacando-se que tanto os espaços escolares como os acampamentos ou assentamentos são também espaços de ensino-aprendizagem que contribuem para a construção de conhecimentos e também de cultura. Portanto, nesses espaços, as relações devem ser construídas e estabelecidas a partir de elementos lúdicos e consubstanciadas a partir de demandas sociais sob seus olhares críticos da realidade que ainda lhes é imposta como prática permanente associada às dimensões pedagógica, de luta e resistência destes indivíduos desde crianças, buscando, nesse processo, contribuir para a retroalimentação de suas identidades em constantes lutas e conquistas.

Reconheçamos, portanto, que as experiências promovidas pelo “Sim, eu posso!” contribuem para a ampliação do compromisso político do MST com a Educação na luta contra o analfabetismo em seus territórios ao utilizar metodologia que estabelece, em seu processo de ensino-aprendizagem, a valorização das identidades camponesas ao utilizar estratégias que relacionam os elementos socioespaciais existentes nos acampamentos ou assentamentos, estreitando laços entre o que é ensinado e o que é aprendido e proporcionando

aos envolvidos o acesso à leitura e à escrita, qualificando os indivíduos participantes rumo à sua própria emancipação, (re)construindo e estabelecendo relações socioterritoriais com o local em que vivem. Sendo assim, na especificidade da Educação do/no Campo, os docentes devem inspirar-se nas experiências aqui analisadas para trilhar processos educativos que contribuam para a emancipação dos sujeitos, que lhes tornem autônomos e protagonistas na prática pedagógica e permitam aos povos do campo reafirmarem sua condição de ativos no processo de ensino-aprendizado.

## Referências

CALDART, R. S. A Escola do Campo em Movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p.60-81, jan./jun. 2003.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Dispõe sobre a regulamentação de oferta de Educação do campo no Sistema Estadual de Educação de Alagoas**, 2014. Disponível em: <<http://cee.al.gov.br/legislacao/atos-normativos/resolucoes-cee/2.%20Resoluua7aa30%20Normativa%20de%20Ed%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. A Educação do Movimento dos Sem-Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. **Educ. Soc.** [on-line], 2004, v.25, n.89, p.1379-1402.

HENRIQUES, R. *et al.* **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Brasília: Cadernos Secad/MEC, 2007.

LIMA, E. C. Educação do Campo e os desafios para a superação do paradigma tradicional de ensino na construção das escolas do MST no Semiárido paraibano: práticas agroecológicas como metodologia de ensino. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2017, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2017.

SILVA, A. O.; ALMEIDA, R. S. Sim, eu posso: o fazer-se social do MST em campanha de alfabetização de jovens, adultos e idosos no Alto Sertão de Alagoas em 2017. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 5., 2018, Olinda. **Anais...** Campina Grande: Realize Eventos Científicos & Editora, 2018. p. 1-12.

**O**s povos e as comunidades tradicionais estabelecem uma relação sociedade-natureza que vai na contramão da lógica de acumulação do agronegócio, que também se expande no Semiárido, perpetuando desigualdades e produzindo rebatimentos em múltiplas escalas. É este movimento contraditório que se expressa na produção do espaço, nas distintas territorialidades e, sobretudo, no processo de luta por terra e território nesta região do Nordeste brasileiro que chega a nossas mãos nesta coletânea de artigos.

O livro é uma iniciativa do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (Obelutte) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (Gepar), ao qual o observatório vincula-se. Portanto, é fruto de um trabalho multi e interdisciplinar, que vem sendo desenvolvido por docentes e discentes do Campus do Sertão da UFAL. [...] Os autores posicionam-se ao darem voz aos sujeitos das comunidades tradicionais, adultos e crianças, ao exporem os processos de destruição da natureza engendrados pelo avanço do capital no campo, através de múltiplas formas de apropriação da terra, da água e das sementes. Explicitam os elementos de permanência de uma formação socioespacial alicerçada em múltiplas desigualdades que se expressam na estrutura fundiária, na mobilidade do trabalho, nas condições das escolas no campo.

